

Demonstrações contábeis consolidadas (IFRS) – 2018

Itaú Unibanco Holding S.A.

Itaú Unibanco Holding S.A.

***Demonstrações contábeis
consolidadas em
31 de dezembro de 2018
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Itaú Unibanco Holding S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Itaú Unibanco Holding S.A. ("Banco") e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco e suas controladas em 31 de dezembro de 2018, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

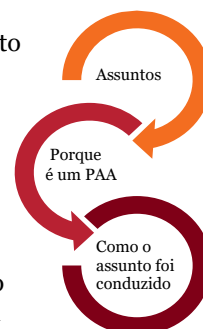
Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria do exercício de 2018 foi planejada e executada considerando que as operações do Banco não apresentaram modificações significativas em relação ao ano anterior. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do ano anterior, exceto pela inclusão do PAA relacionado à adoção do IFRS 9 - *Financial Instruments* ("Instrumentos Financeiros").



Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

IFRS 9 - Financial Instruments
(Notas 2.2(a), 2.3(c), 2.3(h),
2.4(d), 5 a 10 e 12)

O IFRS 9 entrou em vigor em janeiro de 2018. O Itaú Unibanco Holding S.A. adotou a referida norma retrospectivamente de forma a permitir a comparabilidade de saldos. O IFRS 9 substitui o IAS 39 - *Financial Instruments* e trouxe modificações em relação aos temas de classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros, metodologia de *impairment* e *hedge accounting*.

As principais consequências decorrentes da adoção do IFRS 9 pelo Itaú Unibanco Holding S.A. são: (i) alteração no critério de reconhecimento da provisão para créditos de liquidação duvidosa de perda incorrida para perda esperada; e (ii) revisão dos critérios de classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros, conforme detalhado na Nota 2.2. O Itaú Unibanco Holding S.A. continuará aplicando as políticas contábeis de *hedge accounting* previstos no IAS 39, tal como permitido pelo IFRS 9.

A provisão para perda esperada foi definida como área de foco em nossa auditoria, uma vez que envolve julgamento da administração na classificação dos créditos nos estágios previstos no IFRS 9 - *Financial Instruments*, bem como na determinação da provisão necessária mediante a aplicação de metodologia e processos que utilizam várias premissas, incluindo a situação financeira da contraparte, os fluxos de caixa futuros esperados, os valores estimados de recuperação e realização das garantias.

A classificação e mensuração dos ativos financeiros de acordo com o IFRS 9 (Nota 2.4(d)) passou a ser efetuada com base nos modelos de negócios e nas características de seus fluxos de caixa (*Solely Payment of Principal and Interest Test - SPPI Test*).

Os instrumentos financeiros classificados na categoria de valor justo por meio do resultado

Realizamos o entendimento do processo desenvolvido pela instituição para análise, avaliação e implantação do IFRS 9, bem como realizamos determinados procedimentos de auditoria, com o auxílio de nossos especialistas, relacionados a aderência aos requisitos da referida norma.

Em relação à metodologia de *impairment*, aplicamos procedimentos de auditoria relacionados a: (i) análise das políticas contábeis da administração em comparação com os requisitos do IFRS 9; (ii) entendimento e testes sobre os controles relacionados à mensuração da provisão para perda esperada, que consideram base de dados, modelos e premissas adotadas pela administração; (iii) testes dos modelos, incluindo o seu processo de aprovação e de validação de premissas adotadas para determinação das estimativas de perdas e de recuperação. Adicionalmente, realizamos testes sobre as garantias, projeções de fluxos de caixa, renegociações de crédito, avaliação de risco da contraparte, atrasos e outros aspectos que possam resultar em aumento significativo no risco de crédito, bem como a alocação das operações nos seus respectivos estágios conforme requisitos do IFRS9; (iv) teste das entradas para os modelos e, quando disponíveis, comparação dos dados e premissas utilizadas com dados de mercado; e (v) análise das divulgações realizadas pela administração nas demonstrações contábeis em atendimento aos requisitos do IFRS7 e IFRS9.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para adoção do IFRS 9 na determinação e registro da provisão para perda esperada são apropriados e consistentes, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações contábeis.

Em relação a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros, destacamos os seguintes procedimentos de auditoria:

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
incluem determinadas operações com pouca liquidez e sem mercado ativo, substancialmente compostos por aplicações em títulos emitidos por empresas e por contratos de derivativos. A mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros é sujeita a subjetividade, uma vez que depende de técnicas de avaliação baseadas em modelos internos e que envolvem premissas da administração para sua valorização.	(i) Análise das políticas contábeis da administração em comparação com os requerimentos do IFRS 9. (ii) Entendimento e testes sobre o processo de avaliação de modelo de negócio utilizado pela administração e sobre os fluxos de caixa contratuais que são base para o "teste de pagamento de principal e juros - <i>SPPI test</i>".
Esses também foram foco de nossa auditoria em função do contexto mencionado acima.	(iii) Atualizamos nosso entendimento sobre a metodologia de valorização desses instrumentos financeiros e as premissas adotadas pela administração mediante a comparação com metodologias e premissas independentes. Reexecutamos, em base amostral, a valorização de determinadas operações, bem como comparamos as premissas e metodologias utilizadas pela administração com nosso conhecimento sobre práticas de valorização usualmente adotadas e analisamos a consistência dessas metodologias com as aplicadas em períodos anteriores. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros e derivativos são apropriados e consistentes com as divulgações em notas explicativas e que os requisitos do IFRS 9 foram considerados no contexto de relevância das demonstrações contábeis.

Ambiente de tecnologia da informação

O Itaú Unibanco Holding S.A. e suas controladas são dependentes da sua estrutura de tecnologia para processamento de suas operações e consequente elaboração das demonstrações contábeis. A tecnologia representa aspecto fundamental na evolução dos negócios do Itaú Unibanco e nos últimos anos, foram feitos investimentos significativos de curto e longo prazo em sistemas e processos de tecnologia da informação.

A estrutura de tecnologia, devido ao histórico de

Como parte de nossos procedimentos de auditoria, com o auxílio de nossos especialistas, atualizamos nossa avaliação do ambiente de tecnologia da informação, incluindo os controles automatizados dos sistemas aplicativos relevantes para a elaboração das demonstrações contábeis.

Adicionalmente, executamos procedimentos que envolveram a combinação de testes de controles relevantes, e quando necessário, testes dos controles compensatórios, bem como a execução

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
aquisições e porte de suas operações, é composta por mais de um ambiente de tecnologia com processos distintos e controles segregados. A não adequação do ambiente de controles gerais de tecnologia e de seus controles dependentes poderia acarretar em processamento incorreto de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações contábeis, bem como ocasionar riscos relacionados à segurança da informação e <i>cybersecurity</i>. Dessa forma, essa continuou como área de foco de nossos trabalhos de auditoria.	de testes relacionados com a segurança da informação, incluindo gestão de acesso e segregação de função. Os procedimentos de auditoria aplicados, resultaram em evidências apropriadas que foram consideradas na determinação da natureza, época e extensão dos demais procedimentos de auditoria. Consideramos que os processos e controles do ambiente de tecnologia da informação proporcionaram uma base satisfatória para ser utilizada no resultado de nossa auditoria das demonstrações contábeis.
Recuperação e mensuração do crédito tributário (Notas 2.3(g) e 24(b))	
O crédito tributário oriundo de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, é registrado à medida em que a administração considera provável que o Itaú Unibanco Holding S.A. e suas controladas irão gerar lucro tributário futuro. A projeção de lucro tributário futuro contém diversas premissas de natureza subjetiva estabelecidas pela administração. Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, pois os valores envolvidos são relevantes e a utilização de diferentes premissas na projeção do lucro tributário futuro poderia modificar significativamente os prazos previstos para realização dos créditos tributários, com consequente impacto contábil.	Confirmamos nosso entendimento e testamos o desenho e a efetividade dos principais controles estabelecidos pela administração para apuração dos créditos tributários, seu registro nos termos das normas contábeis, que incluem a necessidade de análise das perspectivas de realização desses créditos, mediante projeções de lucros tributários futuros. Realizamos testes de desenho e a efetividade dos principais controles sobre as respectivas divulgações, bem como, comparamos as premissas críticas utilizadas para a projeção dos resultados futuros com informações de projeções macroeconômicas divulgadas no mercado e com dados históricos para corroborar a consistência das estimativas. Com o auxílio de nossos especialistas na área tributária, realizamos testes sobre a natureza e os montantes das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social sobre o lucro líquido, passíveis de serem deduzidos das bases de tributos futuros. Consideramos que as premissas adotadas pela administração na apuração e registro dos créditos tributários são apropriadas e consistentes com as divulgações em notas explicativas.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Realização dos valores registrados em Ágio (Notas 2.3(b), 2.4(aiii) e 3) Os saldos do intangível são submetidos, semestralmente, a teste de perda por redução ao valor recuperável. Esse teste envolve estimativas e julgamentos significativos, incluindo a identificação de unidades geradoras de caixa. A determinação dos fluxos de caixa esperados e a taxa de juros ajustada ao risco para cada unidade geradora de caixa ou grupo de unidades geradoras de caixa requer o exercício de julgamento e o uso de estimativas por parte da administração. Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria por: (i) envolver a projeção de resultados futuros, em que a utilização de diferentes premissas pode modificar significativamente as perspectivas de realização desses ativos e a eventual necessidade de registro de redução ao valor recuperável, com consequente impacto nas demonstrações contábeis; e (ii) pela representatividade do intangível, especialmente o saldo decorrente da aquisição do Itaú Corpbanca.	Confirmamos nosso entendimento e testamos o desenho e efetividade dos principais controles estabelecidos, incluindo a análise das premissas e julgamentos críticos utilizados pela administração. Com o apoio de nossos especialistas, testamos as projeções e as premissas utilizadas pela administração para realização do teste do valor recuperável do intangível, com foco nos casos mais representativos, como o intangível decorrente da aquisição do Itaú Corpbanca, para corroborar a razoabilidade dessas estimativas de realização. Consideramos que as premissas adotadas pela administração para avaliação da realização dos ativos intangíveis são razoáveis considerando os dados observáveis e internos disponíveis, bem como as divulgações em notas explicativas são consistentes com as informações obtidas.
Provisão para passivos contingentes (Notas 2.3(j), 2.4(o) e 29) O Itaú Unibanco Holding S.A. e suas controladas apresentam contingências passivas decorrentes principalmente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos seus negócios, movidos por terceiros, ex-empregados e órgãos públicos em ações cíveis, trabalhistas e de natureza fiscal e previdenciária. Normalmente os referidos processos são encerrados após um longo tempo e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente. Em algumas situações, a legislação tem facultado aos contribuintes encerrarem antecipadamente determinados processos tributários mediante	Confirmamos nosso entendimento e testamos o desenho e efetividade dos principais controles para identificação, avaliação, monitoramento, mensuração, registro e divulgação das contingências passivas, incluindo a totalidade e integridade da base de dados. Os processos judiciais cíveis e trabalhistas são divididos em massificados e individualizados. Os processos massificados são quantificados com base em modelos internos e são reavaliados considerando os resultados das decisões judiciais. Com relação aos processos individualizados, a apuração é realizada periodicamente a partir da determinação do valor da sentença e da probabilidade de perda, que, por sua vez, é estimada conforme as características de fato e de

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
redução ou eliminação de juros e multas. Nas esferas cível e trabalhista, há também a possibilidade de encerramento antecipado dos processos mediante acordos. Adicionalmente, em 2017, ocorreu a aprovação da reforma trabalhista e a assinatura de instrumento de acordo para encerramento de processos judiciais cíveis relacionados a planos econômicos. Durante o exercício corrente, a administração iniciou o processo de assinatura dos acordos com os clientes e o consequente pagamento dos recursos. Além dos aspectos subjetivos na determinação da possibilidade de perda atribuída a cada processo, a evolução da jurisprudência sobre determinadas causas nem sempre é uniforme. Considerando a relevância dos valores e as incertezas e julgamentos envolvidos, como descrito acima, para a determinação e constituição da provisão para contingências e divulgações requeridas, continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria.	direito relativas a cada uma das ações. Testamos os modelos utilizados para quantificação dos processos judiciais massificados de natureza cível e trabalhista. Em nossos testes da avaliação do risco dos processos judiciais individualizados, utilizamos o apoio de nossos especialistas nas áreas trabalhista, legal e fiscal, de acordo com a natureza dos processos. Também, realizamos procedimentos de confirmação, em base de testes, junto aos advogados internos e externos responsáveis pelos processos. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação da provisão para passivos contingentes, bem como as divulgações efetuadas, são apropriados.

Outros assuntos

Demonstração consolidada do Valor Adicionado

A demonstração consolidada do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios.

Itaú Unibanco Holding S.A.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esses relatórios estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeira (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Itaú Unibanco Holding S.A.

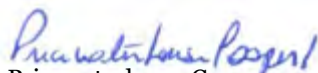
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria, das constatações relevantes de auditoria e, quando eventualmente identificadas durante nossos trabalhos, as deficiências significativas nos controles internos.

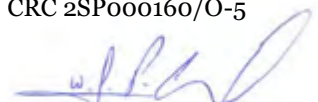
Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 4 de fevereiro de 2019



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5



Washington Luiz Pereira Cavalcanti
Contador CRC 1SP172940/O-6

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Balanço Patrimonial Consolidado
(em milhões de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017
Disponibilidades		37.159	18.749	18.542
Ativos Financeiros		1.424.876	1.330.251	1.246.833
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil		94.148	98.837	85.700
Ao Custo Amortizado		994.759	905.729	902.289
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	4	26.420	29.048	22.688
Aplicações no Mercado Aberto	4	280.136	244.707	265.050
Títulos e Valores Mobiliários	9	110.395	111.424	102.568
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	10	536.091	497.719	494.851
Outros Ativos Financeiros	18a	75.090	59.568	53.895
(-) Provisão para Perda Esperada		(33.373)	(36.737)	(36.763)
Ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		49.323	52.149	40.039
Títulos e Valores Mobiliários	8	49.323	52.149	40.039
Ao Valor Justo por meio do Resultado		286.646	273.536	218.805
Títulos e Valores Mobiliários	5	263.180	250.693	194.574
Derivativos	6 e 7	23.466	22.843	24.231
Investimentos em Coligadas e Entidades Controladas em Conjunto	11	12.019	5.055	5.073
Imobilizado, Líquido	13	7.302	7.359	8.042
Ágio e Ativos Intangíveis, Líquidos	14	19.329	19.383	17.056
Ativos Fiscais		42.830	44.249	45.081
Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes		2.831	2.336	2.703
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	24b	32.781	35.869	38.202
Outros		7.218	6.044	4.176
Outros Ativos	18a	9.282	11.193	10.687
Total do Ativo		1.552.797	1.436.239	1.351.314

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017
Passivos Financeiros		1.151.237	1.056.717	1.012.075
Ao Custo Amortizado		1.119.734	1.024.584	982.116
Depósitos	15	463.424	402.938	329.414
Captações no Mercado Aberto	17a	330.237	312.634	349.164
Recursos de Mercados Interbancários	17b	134.670	124.587	129.648
Recursos de Mercados Institucionais	17c	93.974	98.482	96.239
Outros Passivos Financeiros	18b	97.429	85.943	77.651
Ao Valor Justo por meio do Resultado		27.711	27.211	25.217
Derivativos	6 e 7	27.519	26.746	24.698
Notas Estruturadas	16	192	465	519
Provisão para Perda Esperada	10	3.792	4.922	4.742
Compromissos de Empréstimos		2.601	3.015	2.761
Garantias Financeiras		1.191	1.907	1.981
Provisão de Seguros e Previdência Privada	27c	201.187	181.232	154.076
Provisões	29	18.613	19.736	20.909
Obrigações Fiscais	24c	5.284	7.836	4.950
Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes		2.058	3.175	1.741
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidas	24b	447	391	(289)
Outras		2.779	4.270	3.498
Outros Passivos	18b	26.010	26.362	26.920
Total do Passivo		1.402.331	1.291.883	1.218.930
Capital Social	19a	97.148	97.148	97.148
Ações em Tesouraria	19a	(1.820)	(2.743)	(1.882)
Capital Adicional Integralizado	19c	2.120	1.930	1.785
Reservas Integralizadas	19c	13.480	12.499	3.443
Reservas a Integralizar	19c	29.666	26.030	23.740
Resultado Abrangente Acumulado		(3.812)	(3.486)	(4.139)
Total do Patrimônio Líquido dos Acionistas Controladores		136.782	131.378	120.095
Participações de Acionistas não Controladores	19d	13.684	12.978	12.289
Total do Patrimônio Líquido		150.466	144.356	132.384
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		1.552.797	1.436.239	1.351.314

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

	Nota	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Produto Bancário		104.200	111.523	118.422
Receitas de Juros e Rendimentos de Ativos Financeiros ao Custo Amortizado e ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	21a	110.324	122.703	138.764
Receitas de Juros, Rendimentos e Dividendos de Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado		22.853	22.938	23.641
Despesas de Juros e Rendimentos	21b	(70.612)	(78.330)	(95.129)
Ajuste ao Valor Justo de Ativos e Passivos Financeiros	21c	(4.834)	4.181	7.066
Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior		2.974	(250)	5.513
Receita de Prestação de Serviços	22	36.809	34.448	31.918
Resultado de Operações de Seguros e Previdência Privada antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização		3.961	4.699	5.265
Receitas de Prêmios de Seguros e Previdência Privada		24.097	26.876	24.755
Variações nas Provisões de Seguros e Previdência Privada		(20.136)	(22.177)	(19.490)
Outras Receitas		2.725	1.134	1.384
Perdas Esperadas de Ativos Financeiros e de Sinistros		(10.182)	(20.966)	(24.355)
Perda Esperada com Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	10c	(10.587)	(18.381)	(22.466)
(Perda) Esperada com demais Ativos Financeiros		1.633	(1.393)	(404)
(Despesas) / Recuperação de Sinistros		(1.228)	(1.192)	(1.485)
Produto Bancário Líquido de Perdas Esperadas de Ativos Financeiros e de Sinistros		94.018	90.557	94.067
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais		(63.410)	(59.975)	(58.388)
Despesas Gerais e Administrativas	23	(57.538)	(53.494)	(50.905)
Despesas Tributárias		(6.619)	(7.031)	(8.011)
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Coligadas e Entidades Controladas em Conjunto	11	747	550	528
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social		30.608	30.582	35.679
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	24a	(2.564)	(4.539)	(3.898)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	24a	(2.405)	(2.818)	(9.765)
Lucro Líquido		25.639	23.225	22.016
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores	25	24.907	23.193	21.627
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas não Controladores	19d	732	32	389
Lucro por Ação - Básico	25			
Ordinárias		2,56	2,38	2,21
Preferenciais		2,56	2,38	2,21
Lucro por Ação - Diluído	25			
Ordinárias		2,55	2,36	2,20
Preferenciais		2,55	2,36	2,20
Média Ponderada da Quantidade de Ações em Circulação - Básica	25			
Ordinárias		4.958.290.359	5.021.834.934	5.027.611.714
Preferenciais		4.759.872.085	4.734.030.111	4.756.823.490
Média Ponderada da Quantidade de Ações em Circulação - Diluída	25			
Ordinárias		4.958.290.359	5.021.834.934	5.027.611.714
Preferenciais		4.815.473.777	4.796.645.028	4.821.864.280

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

	Nota	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Lucro Líquido		25.639	23.225	22.016
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		(166)	652	1.557
Variação de Valor Justo		(576)	997	2.239
Efeito Fiscal		270	(415)	(1.193)
(Ganhos) / Perdas Transferidos ao Resultado	21c	254	128	851
Efeito Fiscal		(114)	(58)	(340)
<i>Hedge</i>		(1.135)	(571)	(697)
<i>Hedge</i> de Fluxo de Caixa	7	(81)	(29)	(2.815)
Variação de Valor Justo		(256)	(86)	(5.041)
Efeito Fiscal		175	57	2.226
<i>Hedge</i> de Investimentos Líquidos em Operações no Exterior	7	(1.054)	(542)	2.118
Variação de Valor Justo		(1.793)	(1.055)	3.760
Efeito Fiscal		739	513	(1.642)
Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós Emprego ^(*)		(164)	(10)	(590)
Remensurações	26	(267)	33	(1.048)
Efeito Fiscal		103	(43)	458
Variações Cambiais de Investimentos no Exterior		1.139	582	(2.737)
Total de Outros Resultados Abrangentes		(326)	653	(2.467)
Total do Resultado Abrangente		25.313	23.878	19.549
Resultado Abrangente Atribuível à Participação dos Acionistas não Controladores		732	32	389
Resultado Abrangente Atribuível ao Acionista Controlador		24.581	23.846	19.160

(*) Montantes que não serão reclassificados subsequentemente para o resultado.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido (Notas 19 e 20)

Períodos findos em 31 de Dezembro de 2018, 2017 e 2016

(Em milhões de Reais)

	Atribuído à Participação dos Acionistas Controladores											Total Patrimônio Líquido - Acionistas Controladores	Total Patrimônio Líquido - Acionistas não Controladores	Total
	Capital Social	Ações em Tesouraria	Capital Adicional Integralizado	Reservas Integralizadas	Reservas a Integralizar	Lucros Acumulados	Outros Resultados Abrangentes							
							Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes ⁽¹⁾	Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós Emprego	Ajustes de Conversão de Investimentos no Exterior	Ganhos e Perdas - Hedge ⁽²⁾				
Saldos em 01/01/2016 - De acordo com o IAS39	85.148	(4.353)	1.733	10.067	20.947	-	(2.771)	(225)	4.822	(3.116)	112.252	1.807	114.059	
Ajustes (Nota 2.2)	-	-	-	-	107	-	(382)	-	-	-	(275)	(187)	(462)	
Saldos em 01/01/2016	85.148	(4.353)	1.733	10.067	21.054	-	(3.153)	(225)	4.822	(3.116)	111.977	1.620	113.597	
Transações com os Acionistas	12.000	2.471	52	(9.620)	-	(11.574)	-	-	-	-	(6.671)	10.280	3.609	
Aumento de Capital - Reserva Estatutária - AGE de 14/09/2016	12.000	-	-	(12.000)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Ações em Tesouraria	-	2.471	(17)	(2.670)	-	-	-	-	-	-	(216)	-	(216)	
Aquisições de Ações em Tesouraria (Nota 19a)	-	(947)	-	-	-	-	-	-	-	-	(947)	-	(947)	
Cancelamento de Ações - AGE de 27/04/2016 - Homologado em 07/06/2016	-	2.670	-	(2.670)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Resultado da Entrega de Ações em Tesouraria	-	748	(17)	-	-	-	-	-	-	-	731	-	731	
Reconhecimento de Planos de Pagamento Baseado em Ações	-	-	69	-	-	-	-	-	-	-	69	-	69	
(Aumento) / Redução de Participação de Acionistas Controladores (Nota 2.4a I e 3)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.373	10.373	
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio - Reserva Especial de Lucros (Nota 19b)	-	-	-	5.050	-	(11.574)	-	-	-	-	(6.524)	(93)	(6.617)	
Dividendos / Juros sobre o Capital Próprio pagos em 2016 - Exercício 2015 - Reserva Especial de Lucros	-	-	-	(2.697)	-	-	-	-	-	-	(2.697)	-	(2.697)	
Reorganizações Societárias (Nota 2.4 a III)	-	-	-	(1.586)	-	-	-	-	-	-	(1.586)	-	(1.586)	
Outros	-	-	-	-	(88)	-	-	-	-	-	(88)	-	(88)	
Total do Resultado Abrangente	-	-	-	-	-	21.627	1.557	(590)	(2.737)	(697)	19.160	389	19.549	
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	21.627	-	-	-	-	21.627	389	22.016	
Outros Resultados Abrangentes no Período	-	-	-	-	-	-	1.557	(590)	(2.737)	(697)	(2.467)	-	(2.467)	
Destinações:														
Reserva Legal	-	-	-	943	-	(943)	-	-	-	-	-	-	-	
Reserva Estatutária	-	-	-	6.336	2.774	(9.110)	-	-	-	-	-	-	-	
Saldos em 31/12/2016	97.148	(1.882)	1.785	3.443	23.740	-	(1.596)	(815)	2.085	(3.813)	120.095	12.289	132.384	
Mutação do Período	12.000	2.471	52	(6.624)	2.686	-	1.557	(590)	(2.737)	(697)	8.118	10.669	18.787	
Saldos em 01/01/2017	97.148	(1.882)	1.785	3.443	23.740	-	(1.596)	(815)	2.085	(3.813)	120.095	12.289	132.384	
Transações com os Acionistas	-	(861)	145	12.480	-	(19.201)	-	-	-	-	(7.437)	657	(6.780)	
Ações em Tesouraria - Outorga de Opções de Ações	-	(861)	64	(1.178)	-	-	-	-	-	-	(1.975)	-	(1.975)	
Cancelamento de Ações em Tesouraria - RCA de 15/12/2017	-	1.178	-	(1.178)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Aquisições de Ações em Tesouraria (Nota 18a)	-	(3.089)	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.089)	-	(3.089)	
Resultado da Entrega de Ações em Tesouraria	-	1.050	64	-	-	-	-	-	-	-	1.114	-	1.114	
Reconhecimento de Planos de Pagamento Baseado em Ações	-	-	81	-	-	-	-	-	-	-	81	-	81	
(Aumento) / Redução de Participação de Acionistas Controladores (Nota 2.4a I e 3)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.002	1.002	
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio - Reserva Especial de Lucros (Nota 19b)	-	-	-	13.658	-	(19.201)	-	-	-	-	(5.543)	(345)	(5.888)	
Dividendos / Juros sobre o Capital Próprio pagos em 2017 - Exercício 2016 - Reserva Especial de Lucros	-	-	-	(5.048)	-	-	-	-	-	-	(5.048)	-	(5.048)	
Reorganizações Societárias (Nota 2.4 a III)	-	-	-	(63)	-	-	-	-	-	-	(63)	-	(63)	
Outros	-	-	-	-	(15)	-	-	-	-	-	(15)	-	(15)	
Total do Resultado Abrangente	-	-	-	-	-	23.193	652	(10)	582	(571)	23.846	32	23.878	
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	23.193	-	-	-	-	23.193	32	23.225	
Outros Resultados Abrangentes no Período	-	-	-	-	-	-	652	(10)	582	(571)	653	-	653	
Destinações:														
Reserva Legal	-	-	-	1.055	-	(1.055)	-	-	-	-	-	-	-	
Reserva Estatutária	-	-	-	632	2.305	(2.937)	-	-	-	-	-	-	-	
Saldos em 31/12/2017	97.148	(2.743)	1.930	12.499	26.030	-	(944)	(825)	2.667	(4.384)	131.378	12.978	144.356	
Mutação do Período	-	(861)	145	9.056	2.290	-	652	(10)	582	(571)	11.283	689	11.972	
Saldos em 01/01/2018	97.148	(2.743)	1.930	12.499	26.030	-	(944)	(825)	2.667	(4.384)	131.378	12.978	144.356	
Transações com os Acionistas	-	923	190	14.145	-	(20.848)	-	-	-	-	(5.590)	(26)	(5.616)	
Ações em Tesouraria	-	923	422	(534)	-	-	-	-	-	-	811	-	811	
Aquisições de Ações em Tesouraria (Nota 19a)	-	(510)	-	-	-	-	-	-	-	-	(510)	-	(510)	
Cancelamento de Ações - RCA de 22/02/2018	-	534	-	(534)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Resultado da Entrega de Ações em Tesouraria	-	899	422	-	-	-	-	-	-	-	1.321	-	1.321	
Reconhecimento de Planos de Pagamento Baseado em Ações	-	-	(232)	-	-	-	-	-	-	-	(232)	-	(232)	
(Aumento) / Redução de Participação de Acionistas Controladores (Nota 2.4a I e 3)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	131	131	
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	14.679	-	(20.848)	-	-	-	-	(6.169)	(157)	(6.326)	
Dividendos / Juros sobre o Capital Próprio pagos em 2018 - Exercício 2017 - Reserva Especial de Lucros	-	-	-	(13.673)	-	-	-	-	-	-	(13.673)	-	(13.673)	
Reorganizações Societárias (Nota 2.4 a III)	-	-	-	(592)	-	-	-	-	-	-	(592)	-	(592)	
Dividendos Prescritos	-	-	-	-	-	4	-	-	-	-	4	-	4	
Outros ⁽³⁾	-	-	-	-	674	-	-	-	-	-	674	-	674	
Total do Resultado Abrangente	-	-	-	-	-	24.907	(166)	(164)	1.139	(1.135)	24.581	732	25.313	
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	24.907	-	-	-	-	24.907	732	25.639	
Outros Resultados Abrangentes no Período	-	-	-	-	-	-	(166)	(164)	1.139	(1.135)	(326)	-	(326)	
Destinações:														
Reserva Legal	-	-	-	1.097	-	(1.097)	-	-	-	-	-	-	-	
Reserva Estatutária	-	-	-	4	2.962	(2.966)	-	-	-	-	-	-	-	
Saldos em 31/12/2018	97.148	(1.820)	2.120	13.480	29.666	-	(1.110)	(989)	3.806	(5.519)	136.782	13.684	150.466	
Mutação do Período	-	(923)	(190)	(981)	(3.636)	-	166	164	(1.139)	1.135	(5.404)	(706)	(6.110)	

(1) Inclui participação no Resultado Abrangente de Investimentos em Coligadas e Entidades Controladas em Conjunto relativo a Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes.

(2) Inclui Hedge de Fluxo de Caixa e de Investimentos Líquidos no Exterior.

(3) Inclui o Ajuste de Hiperinflação da Argentina.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa

(Em milhões de Reais)

	Nota	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Lucro Líquido Ajustado		55.841	60.431	70.570
Lucro Líquido		25.639	23.225	22.016
Ajustes ao Lucro Líquido:		30.202	37.206	48.554
Pagamento Baseado em Ações		(98)	215	127
Ajustes ao Valor Justo de Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado e Instrumentos Financeiros Derivativos		551	452	163
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		(990)	642	17.941
Perdas Esperadas de Ativos Financeiros e de Sinistros	10b	10.182	20.966	24.355
Resultado de Juros e Variação Cambial de Operações com Dívida Subordinada		8.759	4.714	942
Provisões Técnicas de Seguros e Previdência Privada		20.136	22.177	19.490
Depreciações e Amortizações	13 e 14	3.567	3.169	3.249
Despesa de Atualização / Encargos de Provisão para Ações Cíveis, Trabalhistas, Fiscais e Obrigações Legais		1.037	1.325	1.609
Provisão para Ações Cíveis, Trabalhistas, Fiscais e Obrigações Legais		2.465	3.641	4.247
Receita de Atualização / Encargos de Depósitos em Garantia		(199)	(345)	(383)
Tributos Diferidos (excluindo os efeitos fiscais do Hedge)	24b	10.287	3.972	886
Resultado de Participações sobre o Lucro Líquido em Coligadas e Entidades Controladas em Conjunto e Outros Investimentos		(747)	(550)	(528)
Resultado em Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		254	128	851
Resultado de Juros e Variação Cambial de Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	21c	(12.808)	(9.073)	(2.570)
Resultado de Juros e Variação Cambial de Ativos Financeiros ao Custo Amortizado		(11.402)	(12.502)	(17.332)
(Ganho) Perda na Alienação de Investimentos e Imobilizado	23	(297)	(283)	(21)
Perda por Redução ao Valor Recuperável de Imobilizado e Intangível	13 e 14	167	14	(5)
Outros		(662)	(1.456)	(4.467)
Variação de Ativos e Passivos		(33.132)	(50.039)	(34.498)
(Aumento) / Redução em Ativos		(123.522)	(97.420)	(78.196)
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		(9.404)	(4.391)	(827)
Aplicações no Mercado Aberto		(29.561)	5.368	(10.646)
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil		4.689	(13.137)	(19.144)
Operações de Crédito		(51.919)	(22.467)	(29.455)
Derivativos (Ativos / Passivos)		217	3.396	(3.858)
Ativos Financeiros Designados ao Valor Justo		(13.105)	(56.531)	(17.743)
Outros Ativos Financeiros		(15.323)	(5.328)	(6)
Outros Ativos Fiscais		(1.669)	(1.501)	(2.183)
Outros Ativos		(7.447)	(2.829)	5.666
(Redução) / Aumento em Passivos		90.390	47.381	43.698
Depósitos		60.486	73.524	36.804
Captações no Mercado Aberto		17.603	(36.530)	12.521
Recursos de Mercados Interbancários		10.083	(5.061)	(27.238)
Recursos de Mercados Institucionais		(1.125)	6.967	10.686
Outros Passivos Financeiros		11.486	8.292	5.892
Passivos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado		(273)	(54)	107
Provisão de Seguros e Previdência		(1.409)	3.787	3.796
Provisões		(495)	(1.412)	4.030
Obrigações Fiscais		(1.739)	2.944	2.391
Outros Passivos		(348)	(558)	1.132
Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social		(3.879)	(4.518)	(6.423)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades Operacionais		22.709	10.392	36.072
Dividendos / Juros sobre o Capital Próprio Recebidos de Investimentos em Coligadas e Entidades Controladas em Conjunto		671	489	287
Recursos da Venda de Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		16.622	19.695	19.127
Recursos do Resgate de Ativos Financeiros ao Custo Amortizado		14.991	4.025	3.473
Alienação de Investimentos em Coligadas e Entidades Controladas em Conjunto		266	314	19
Alienação de Imobilizado	13	180	204	102
Distrato de Contratos do Intangível	14	35	26	46
Aquisição de Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		(591)	(21.647)	(25.845)
Aquisição de Ativos Financeiros ao Custo Amortizado		(2.463)	(406)	(1.599)
Aquisição de Investimentos em Coligadas e Entidades Controladas em Conjunto		(6.718)	(69)	(421)
Aquisição de Imobilizado	13	(1.483)	(943)	(1.364)
Aquisição de Intangível	14	(1.381)	(2.553)	(10.552)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Investimento		20.129	(865)	(16.727)
Captação em Mercados Institucionais		2.906	4.135	4.863
Resgate em Mercados Institucionais		(15.048)	(13.573)	(14.170)
Variação da Participação de Acionistas não Controladores		128	1.003	10.373
Resultado da Entrega de Ações em Tesouraria		1.187	980	673
Aquisição de Ações para Tesouraria		(510)	(3.089)	(947)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos a Acionistas não Controladores		(154)	(346)	(93)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos		(20.093)	(10.800)	(10.769)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Financiamento		(31.584)	(21.690)	(10.070)
Aumento / (Diminuição) em Caixa e Equivalentes de Caixa	2.4c	11.254	(12.163)	9.275
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período		83.314	96.119	104.785
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		990	(642)	(17.941)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período		95.558	83.314	96.119
Disponibilidades		37.159	18.749	18.542
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		3.295	15.327	13.358
Aplicações no Mercado Aberto		55.104	49.238	64.219
Informações Complementares sobre o Fluxo de Caixa (Principalmente Atividades Operacionais)				
Juros Recebidos		122.405	139.895	169.618
Juros Pagos		84.668	71.456	79.227
Transações Não Monetárias				
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio Declarados e Ainda Não Pagos		515	1.876	2.869

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



Itaú Unibanco Holding S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Em 31/12/2018, 31/12/2017 e 01/01/2017 para Contas Patrimoniais e de 01/01 a 31/12 de 2018, 2017 e 2016 para Contas de Resultado

(Em milhões de Reais, exceto informações por ações)

Nota 1 – Informações Gerais

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A. (ITAÚ UNIBANCO HOLDING) é uma companhia aberta, constituída e existente segundo as leis brasileiras. A sua matriz do ITAÚ UNIBANCO HOLDING está localizada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING está presente em 19 países e fornece uma ampla gama de produtos e serviços financeiros a clientes pessoas físicas e jurídicas, no Brasil e no exterior, sendo esses clientes relacionados ou não ao Brasil, por meio de suas agências, subsidiárias e afiliadas internacionais. Atua na atividade bancária em todas as modalidades, por meio de suas carteiras: comercial; de investimento; de crédito imobiliário; de crédito, financiamento e investimento; de arrendamento mercantil e de operações de câmbio. Suas operações são divididas em três segmentos: Banco de Varejo, Banco de Atacado e Atividades com Mercado + Corporação. Mais detalhes sobre as informações por segmento estão apresentadas na Nota 30.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING é uma holding financeira controlada pela Itaú Unibanco Participações S.A. ("IUPAR"), uma empresa de participações que detém 51,71% de suas ações ordinárias e que é controlada conjuntamente pela (i) Itaúsa Investimentos Itaú S.A. ("Itaúsa"), uma empresa de participações controlada pelos membros da família Egydio de Souza Aranha, e pela (ii) Companhia E. Johnston de Participações ("E. Johnston"), uma empresa de participações controlada pela família Moreira Salles. A Itaúsa também detém diretamente 39,21% das ações ordinárias do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Estas Demonstrações Contábeis Consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 04 de Fevereiro de 2019.

Nota 2 – Políticas Contábeis Significativas

2.1. Base de Preparação

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING foram elaboradas considerando os requerimentos e diretrizes do Conselho Monetário Nacional (CMN) que, a partir de 31 de dezembro de 2010, requer a elaboração de Demonstrações Contábeis Consolidadas anuais, de acordo com as normas contábeis internacionais (IFRS), conforme aprovado pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Na preparação destas Demonstrações Contábeis Consolidadas, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING utilizou os critérios de reconhecimento, mensuração e apresentação estabelecidos nas IFRS e nas interpretações do *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC).

A Administração entende que as informações prestadas nessas Demonstrações Contábeis Consolidadas são relevantes e representam fidedignamente as informações utilizadas na gestão do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

2.2. Novos Pronunciamentos e Alterações e Interpretações de Pronunciamentos Existentes

a) Pronunciamentos Contábeis Aplicáveis para o Período Findo em 31 de dezembro de 2018

- **IFRS 9 – Instrumentos Financeiros:** O pronunciamento substitui a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 é aplicável a todos os ativos e passivos financeiros e foi adotada de forma retrospectiva na data de entrada em vigor da norma em 1º de janeiro de 2018. O novo normativo está estruturado para abranger os pilares (I) classificação e mensuração de ativos financeiros, (II) redução ao valor recuperável (*impairment*) e (III) contabilização de cobertura (*hedge accounting*).

Transição para a IFRS 9

As principais mudanças identificadas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING em virtude da adoção da IFRS 9 estão relacionadas a classificação e mensuração e redução ao valor recuperável de ativos financeiros. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING continuará aplicando os requerimentos de *hedge* contábil previstos na IAS 39 e aplicou, retrospectivamente, os demais critérios da IFRS 9 a partir de 01 de janeiro de 2016.

(I) Classificação e Mensuração de Ativos e Passivos Financeiros

A IFRS 9 introduz o conceito de modelo de negócios e avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais (*Solely Payment of Principal and Interest Test – SPPI Test*) para a classificação de ativos financeiros.

- **Modelo de Negócios:** representa a forma como a entidade faz a gestão de seus ativos financeiros;
- **SPPI Test:** avaliação dos fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamentos de principal e juros.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING realizou uma análise detalhada de seus modelos de negócios e das características dos fluxos de caixa de seus ativos financeiros, sendo que as principais alterações decorrentes da adoção da IFRS 9 são:

- As categorias de classificação de ativos financeiros Mantidos até o Vencimento, Disponíveis para Venda, Mantidos para Negociação e Empréstimos e Recebíveis deixaram de existir.
- Foram introduzidas três categorias de mensuração de ativos financeiros:
 - **Custo Amortizado:** utilizada quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros. Uma parcela significativa dos ativos financeiros classificados anteriormente em Empréstimos e Recebíveis, Mantidos até o Vencimento e Disponíveis para Venda foi contabilizada nesta categoria;
 - **Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes:** utilizada quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda. A parcela remanescente dos ativos financeiros contabilizados anteriormente como Disponíveis para Venda foi classificada nesta categoria; e
 - **Valor Justo por meio do Resultado:** utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios descritos acima. Foram registrados nesta categoria os Derivativos e ativos financeiros Mantidos para Negociação.
- Na adoção inicial, houve designações de instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

- As designações existentes de ativos/passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado foram mantidas e não houve novas designações.
- Os ativos financeiros cujos fluxos de caixa foram modificados (sem baixa) tiveram seu valor contábil bruto recalculado, de acordo com os requerimentos da IFRS 9, e os efeitos da modificação foram reconhecidos no resultado após a adoção inicial. Não houve ajustes decorrentes dessa avaliação em 1º de janeiro de 2016.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING manteve a classificação dos passivos financeiros inalterada, os quais permanecem mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado, caso tenham sido designados anteriormente.

(II) Redução ao Valor Recuperável (*impairment*)

Os requerimentos de avaliação da redução ao valor recuperável de ativos financeiros são baseados em um modelo de perda de crédito esperada. As principais mudanças na política contábil do ITAÚ UNIBANCO HOLDING para redução ao valor recuperável estão listadas abaixo.

O modelo de perda de crédito esperada inclui o uso de informações prospectivas e classificação do ativo financeiro em três estágios:

- **Estágio 1 - Perda de crédito esperada para 12 meses:** representa os eventos de inadimplência possíveis dentro de 12 meses. Aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados sem problemas de recuperação de crédito;
- **Estágio 2 - Perda de crédito esperada ao longo da vida do instrumento financeiro:** considera todos os eventos de inadimplência possíveis. Aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados sem problemas de recuperação de crédito cujo risco de crédito aumentou significativamente; e

- **Estágio 3** - Perda de crédito esperada para ativos com problemas de recuperação: considera todos os eventos de inadimplência possíveis. Aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados com problemas de recuperação de crédito. A mensuração dos ativos classificados neste estágio difere do estágio 2 pelo reconhecimento da receita de juros aplicando-se a taxa de juros efetiva ao custo amortizado (líquido de provisão) e não ao valor contábil bruto.

Um ativo migrará de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar ou diminuir. Dessa forma, um ativo financeiro que migrou para os estágios 2 e 3 poderá voltar para o estágio 1, a menos que tenha sido originado ou comprado com problemas de recuperação de crédito.

A alteração do modelo para cálculo da perda de crédito esperada gerou um incremento na provisão registrada nas Demonstrações Contábeis Consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING devido à mudança na mensuração de ativos financeiros, bem como à reavaliação da perda considerando critérios prospectivos.

(III) Contabilização de cobertura (*hedge accounting*)

Os requisitos para contabilização de cobertura (*hedge accounting*) estão diretamente relacionados com a gestão de risco e têm aplicação prospectiva. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING continuará aplicando os requerimentos de *hedge accounting* previstos na IAS 39, tal como permitido pela IFRS 9.

Reconciliação do Patrimônio Líquido entre IAS 39 e IFRS 9

Referência	31/12/2017		31/12/2016		01/01/2016
	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido
Saldo Inicial de acordo com a IAS 39 (excluindo-se participações de não controladores)	134.840	23.903	122.582	23.263	112.252
Ajustes decorrentes de mudanças de política de baixa de ativos financeiros, líquido de efeitos tributários a	2.402	(78)	2.462	201	2.280
Saldo Inicial de acordo com a IAS 39 (excluindo-se participações de não controladores)	137.242	23.825	125.044	23.464	114.532
Perda Esperada b	(9.858)	(1.948)	(7.915)	(3.438)	(4.615)
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	(8.574)	(1.192)	(7.385)	(2.259)	(5.189)
Demais Ativos Financeiros	(1.284)	(756)	(530)	(1.179)	574
Modificação de Ativos Financeiros c	138	101	36	36	-
Ajuste ao Valor Justo de Ativos Financeiros d	(540)	359	(787)	514	(661)
Efeito da Adoção nos Investimentos em Coligadas/Controladas em Conjunto	(116)	-	-	-	-
Impostos Diferidos sobre os Ajustes	4.324	522	3.774	1.164	2.534
Participação de Acionistas Não Controladores	188	334	(57)	(113)	187
Total dos Ajustes	(5.864)	(632)	(4.949)	(1.837)	(2.555)
De acordo com a IFRS 9 - atribuível aos acionistas controladores	131.378	23.193	120.095	21.627	111.977
De acordo com a IFRS 9 - atribuível aos acionistas não controladores	12.978	32	12.289	389	1.620
De acordo com a IFRS 9 - atribuível aos acionistas controladores e não controladores	144.356	23.225	132.384	22.016	113.597

(a) Mudança de política de baixa parcial de ativos financeiros, de acordo com IAS 8, que ocasionou a ativação proporcional alinhando o comportamento de recuperação dos ativos financeiros a sua realização econômica.

(b) Alteração no modelo de cálculo baseado em perda incorrida (IAS 39) para perda esperada, considerando informações prospectivas.

(c) Adequação do valor contábil bruto de ativos financeiros que tiveram seus fluxos de caixa modificados (sem baixa), os quais tiveram seu saldo recalculado de acordo com os requerimentos da IFRS 9.

(d) Alteração no modelo de mensuração de ativos financeiros devido às novas categorias introduzidas pela IFRS 9.

Ativo	IAS 39 01/01/2016				IFRS 9 01/01/2016	
	Categoria	Saldo	Reclassificações ^(a)	Remensurações / Modificações ^(b)	Categoria	Saldo
Disponibilidades		18.544	-	-		-
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil		66.556	(66.556)	-		-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		30.525	(30.525)	-		-
Aplicações no Mercado Aberto		254.404	(254.404)	-		-
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	Mantidos para Negociação	164.311	(164.311)	-		-
Dados em Garantia		11.008	(11.008)	-		-
Demais Ativos Financeiros Mantidos para Negociação		153.303	(153.303)	-		-
Ativos Financeiros Designados ao Valor Justo através do Resultado	Disponíveis para Venda	642	(642)	-		-
Derivativos		26.755	(26.755)	-		-
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	Disponíveis para Venda	86.045	(86.045)	-		-
Dados em Garantia		16.706	(16.706)	-		-
Demais Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		69.339	(69.339)	-		-
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	Mantidos até o Vencimento	42.185	(42.185)	-		-
Dados em Garantia		9.460	(9.460)	-		-
Demais Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento		32.725	(32.725)	-		-
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, Líquida	Empréstimos e Recebíveis	447.404	(447.404)	-		-
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro		474.248	(474.248)	-		-
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(26.844)	26.844	-		-
Outros Ativos Financeiros		53.506	(53.506)	-		-
Disponibilidades		18.544	-	-		18.544
Ativos Financeiros		-	1.172.333	2.513		1.174.846
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil		-	66.556	-		66.556
Ao Custo Amortizado		-	874.360	1.589	Custo Amortizado	875.949
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		-	30.525	-		30.525
Aplicações no Mercado Aberto		-	254.404	-		254.404
Títulos e Valores Mobiliários		-	88.521	(1.007)		87.514
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro		-	474.248	4.142		478.390
Outros Ativos Financeiros		-	53.506	-		53.506
(-) Provisão para Perda Esperada		-	(26.844)	(1.546)		(28.390)
Ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		-	26.069	2.532	Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangente	28.601
Títulos e Valores Mobiliários		-	26.069	2.532		28.601
Ao Valor Justo por meio do Resultado		-	205.348	(1.608)	Valor Justo por Meio do Resultado	203.740
Títulos e Valores Mobiliários		-	178.593	(1.608)		176.985
Derivativos		-	26.755	-		26.755
Investimentos em Coligadas e Entidades Controladas em Conjunto		4.399	-	-		4.399
Imobilizado, Líquido		8.541	-	-		8.541
Ágio e Ativos Intangíveis, Líquidos		8.352	-	-		8.352
Ativos Fiscais		52.149	-	3.193		55.342
Outros Ativos		12.097	-	82		12.179
Total do Ativo		1.276.415	-	5.788		1.282.203

Passivo e Patrimônio Líquido	IAS 39 01/01/2016				IFRS 9 01/01/2016	
	Categoria	Saldo	Reclassificações ^(a)	Remensurações ^(b)	Categoria	Saldo
Depósitos		292.610	(292.610)	-		-
Captações no Mercado Aberto		336.643	(336.643)	-		-
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação		412	(412)	-		-
Derivativos		31.071	(31.071)	-		-
Recursos de Mercados Interbancários		156.886	(156.886)	-		-
Recursos de Mercados Institucionais		93.918	(93.918)	-		-
Outros Passivos Financeiros		68.715	(68.715)	-		-
Provisão de Seguros e Previdência Privada		129.305	-	-		-
Passivos de Planos de Capitalização		3.044	(3.044)	-		-
Provisões		18.994	-	-		-
Obrigações Fiscais		4.971	-	-		-
Outros Passivos		25.787	-	-		-
Total do Passivo		1.162.356	-	-		-
Passivos Financeiros		-	983.299	3.643		986.942
Ao Custo Amortizado		-	951.816	-		951.816
Depósitos		-	292.610	-		292.610
Captações no Mercado Aberto		-	336.643	-		336.643
Recursos de Mercados Interbancários		-	156.886	-		156.886
Recursos de Mercados Institucionais		-	93.918	-		93.918
Outros Passivos Financeiros		-	71.759	-		71.759
Ao Valor Justo por meio do Resultado		-	31.483	-	Passivos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado	31.483
Derivativos		-	31.071	-		31.071
Notas Estruturadas		-	412	-		412
Provisão para Perda Esperada		-	-	3.643		3.643
Compromissos de Empréstimos		-	-	2.820		2.820
Garantias Financeiras		-	-	823		823
Provisão de Seguros e Previdência Privada		129.305	-	-		129.305
Provisões		18.994	-	-		18.994
Obrigações Fiscais		4.971	-	2.606		7.577
Outros Passivos		25.787	-	1		25.788
Total do Passivo		179.057	983.299	6.250		1.168.606
Total do Patrimônio Líquido dos Acionistas Controladores		112.252	-	(275)		111.977
Participações de Acionistas não Controladores		1.807	-	(187)		1.620
Total do Patrimônio Líquido		114.059	-	(462)		113.597
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		1.276.415	-	5.788		1.282.203

(a) Reclassificações: referem-se às reclassificações de ativos financeiros entre as categorias de mensuração ao valor justo e ao custo amortizado.

(b) Remensurações / Modificações: referem-se às perdas de crédito esperadas e ao ajuste ao valor justo de ativos financeiros reclassificados entre as categorias de mensuração; e ativos financeiros modificados e não baixados, os quais tiveram seu saldo recalculado de acordo com os requerimentos da IFRS 9.

Ativo	IAS 39 31/12/2017		Reclassificações (a)	Remensurações / Modificações (b)	IFRS 9 31/12/2017	
	Categoria	Saldo			Categoria	Saldo
Disponibilidades		18.749	-	-		-
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil		98.837	(98.837)	-		-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		29.053	(29.053)	-		-
Aplicações no Mercado Aberto		244.707	(244.707)	-		-
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	Mantidos para Negociação	270.121	(270.121)	-		-
Dados em Garantia		30.585	(30.585)	-		-
Demais Ativos Financeiros Mantidos para Negociação		239.536	(239.536)	-		-
Ativos Financeiros Designados ao Valor Justo através do Resultado	Disponíveis para Venda	1.746	(1.746)	-		-
Derivativos		22.843	(22.843)	-		-
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	Disponíveis para Venda	102.284	(102.284)	-		-
Dados em Garantia		33.671	(33.671)	-		-
Demais Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		68.613	(68.613)	-		-
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	Mantidos até o Vencimento	36.560	(36.560)	-		-
Dados em Garantia		974	(974)	-		-
Demais Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento		35.586	(35.586)	-		-
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, Líquida	Empréstimos e Recebíveis	465.472	(465.472)	-		-
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro		493.367	(493.367)	-		-
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(27.895)	(27.895)	-		-
Outros Ativos Financeiros		59.568	(59.568)	-		-
Disponibilidades		18.749	-	-		18.749
Ativos Financeiros		-	1.331.191	(940)		1.330.251
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil		-	98.837	-		98.837
Ao Custo Amortizado		-	909.104	(3.375)	Custo Amortizado	905.729
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		-	29.053	(5)		29.048
Aplicações no Mercado Aberto		-	244.707	-		244.707
Títulos e Valores Mobiliários		-	110.304	1.120		111.424
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro		-	493.367	4.352		497.719
Outros Ativos Financeiros		-	59.568	-		59.568
(-) Provisão para Perda Esperada		-	(27.895)	(8.842)		(36.737)
Ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		-	49.029	3.120	Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	52.149
Títulos e Valores Mobiliários		-	49.029	3.120		52.149
Ao Valor Justo por meio do Resultado		-	274.221	(685)	Valor Justo por Meio do Resultado	273.536
Títulos e Valores Mobiliários		-	251.378	(685)		250.693
Derivativos		-	22.843	-		22.843
Investimentos em Coligadas e Entidades Controladas em Conjunto		5.171	-	(116)		5.055
Imobilizado, Líquido		7.359	-	-		7.359
Ágio e Ativos Intangíveis, Líquidos		19.383	-	-		19.383
Ativos Fiscais		41.927	-	2.322		44.249
Outros Ativos		11.189	-	4		11.193
Total do Ativo		1.434.969	-	1.270		1.436.239

Passivo e Patrimônio Líquido	IAS 39 31/12/2017		Reclassificações (a)	Remensurações / Modificações (b)	IFRS 9 31/12/2017	
	Categoria	Saldo			Categoria	Saldo
Depósitos		402.938	(402.938)	-		-
Captações no Mercado Aberto		312.634	(312.634)	-		-
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação		465	(465)	-		-
Derivativos		26.746	(26.746)	-		-
Recursos de Mercados Interbancários		129.616	(129.616)	-		-
Recursos de Mercados Institucionais		98.482	(98.482)	-		-
Outros Passivos Financeiros		77.613	(77.613)	-		-
Provisão de Seguros e Previdência Privada		181.232	-	-		-
Passivos de Planos de Capitalização		3.301	(3.301)	-		-
Provisões		19.736	-	-		-
Obrigações Fiscais		7.839	-	-		-
Outros Passivos		26.361	-	-		-
Total do Passivo		1.286.963	-	-		-
Passivos Financeiros		-	1.051.795	4.922		1.056.717
Ao Custo Amortizado		-	1.024.584	-		1.024.584
Depósitos		-	402.938	-		402.938
Captações no Mercado Aberto		-	312.634	-		312.634
Recursos de Mercados Interbancários		-	124.587	-		124.587
Recursos de Mercados Institucionais		-	98.482	-		98.482
Outros Passivos Financeiros		-	85.943	-		85.943
Ao Valor Justo por meio do Resultado		-	27.211	-	Passivos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado	27.211
Derivativos		-	26.746	-		26.746
Notas Estruturadas		-	465	-		465
Provisão para Perda Esperada		-	-	4.922		4.922
Compromissos de Empréstimos		-	-	3.015		3.015
Garantias Financeiras		-	-	1.907		1.907
Provisão de Seguros e Previdência Privada		181.232	-	-		181.232
Provisões		19.736	-	-		19.736
Obrigações Fiscais		7.839	-	(3)		7.836
Outros Passivos		26.361	-	1		26.362
Total do Passivo		235.168	1.051.795	4.920		1.291.883
Patrimônio Líquido dos Acionistas Controladores		134.840	-	(3.462)		131.378
Participações de Acionistas não Controladores		13.166	-	(188)		12.978
Total do Patrimônio Líquido		148.006	-	(3.650)		144.356
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		1.434.969	-	1.270		1.436.239

(a) Reclassificações: referem-se às reclassificações de ativos financeiros entre as categorias de mensuração ao valor justo e ao custo amortizado.

(b) Remensurações / Modificações: referem-se às perdas de crédito esperadas e ao ajuste ao valor justo de ativos financeiros reclassificados entre as categorias de mensuração, e ativos financeiros modificados e não baixados, os quais tiveram seu saldo recalculado de acordo com os requerimentos de IFRS 9.

- **IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes:** Receitas de Contratos com Clientes: O pronunciamento substitui a IAS 18 – Receita e IAS 11 – Contratos de Construção, bem como interpretações relacionadas (IFRICs 13, 15 e 18). Requer que o reconhecimento de receita retrate a transferência de bens ou serviços para o cliente. Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2018 e não há impactos para as Demonstrações Contábeis Consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

- **Alteração da IFRS 4 – Contratos de Seguro – Aplicação conjunta da IFRS 9:** A alteração permite às entidades emitentes de contratos de seguro mitigar possíveis impactos da adoção da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros antes da vigência da IFRS 17 – Contratos de Seguro, por meio de duas opções:

- **Isenção temporária:** adoção da IFRS 9 em conjunto com a IFRS 17, a partir de janeiro de 2021. Esta opção se aplica, apenas, às entidades com atividades relevantes de seguro (acima de 80% dos passivos totais) e que não tenham aplicado antecipadamente a IFRS 9;
- **Abordagem de Sobreposição:** adoção da IFRS 9, contudo, para os ativos reclassificados para a categoria Valor Justo por meio do Resultado, transferir os efeitos da adoção da IFRS 9 do Resultado do Período para Outros Resultados Abrangentes até a vigência da IFRS 17.

Os passivos relacionados aos contratos de seguro não são representativos em comparação aos passivos totais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Em 2018, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adotou a IFRS 9 para todos os ativos financeiros, inclusive para os ativos financeiros das entidades seguradoras e, portanto, não utilizará as opções acima.

b) Pronunciamentos Contábeis Emitidos Recentemente e Aplicáveis em Períodos Futuros

- **IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamentos de Impostos sobre o Lucro** esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração da IAS 12 – Tributos sobre a Renda quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos de impostos sobre o lucro pela autoridade tributária. Esta interpretação é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2019 e não haverá impactos materiais para as demonstrações contábeis consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.
- **Alteração da Estrutura Conceitual** - Em março de 2018, o IASB emitiu a revisão da Estrutura Conceitual (*Conceptual Framework*) e as principais alterações se referem a: definições de ativo e passivo; critérios para reconhecimento, baixa, mensuração, apresentação e divulgação para elementos patrimoniais e de resultado. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2020 e os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até sua data de entrada em vigor.
- **IFRS 16 – Arrendamentos:** O pronunciamento substitui a IAS 17 - Arrendamentos, bem como interpretações relacionadas (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27). Elimina a contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em: (a) reconhecer inicialmente todos os arrendamentos no ativo (Ativo de Direito de Uso) e passivo (Outros Passivos) a valor presente; e (b) reconhecer a depreciação do Ativo de Direito de Uso e os juros do arrendamento separadamente no resultado. Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2019. Será aplicado o método de transição retrospectivo modificado, o qual não requer a apresentação de informações comparativas, e o passivo e o Ativo de Direito de Uso são reconhecidos pelo valor presente das parcelas remanescentes.

A transição para a IFRS 16 acarretará uma variação não superior a 0,5% do Ativo Total, sem impactos no Patrimônio Líquido.

- **IFRS 17 – Contratos de Seguro:** O pronunciamento substitui a IFRS 4 – Contratos de Seguro e apresenta três abordagens para avaliação:
 - **Modelo Padrão:** aplicável a todos os contratos de seguro sem participação direta;
 - **Premium Allocation Approach (PAA):** aplicável aos contratos com duração de até 12 meses ou quando produza resultados semelhantes ao que seriam obtidos se fosse utilizado o modelo padrão. É mais simplificado que o modelo padrão;
 - **Variable Fee Approach:** aplicável a contratos de seguros com participação direta. Contratos de seguros que são substancialmente contratos de serviço relacionados a investimentos de acordo com os quais uma entidade promete um retorno de investimento com base nos itens subjacentes.

Os contratos de seguro devem ser reconhecidos por meio da análise de quatro componentes:

- **Fluxos de Caixa Futuros Esperados:** estimativa de todos os componentes do fluxo de caixa do contrato, considerando entradas e saídas de recursos;
- **Ajuste ao Risco:** estimativa da compensação requerida pelos desvios que podem ocorrer entre os fluxos de caixa;
- **Margem Contratual:** diferença entre quaisquer valores recebidos antes do início de cobertura do contrato e o valor presente dos fluxos de caixa estimados no início do contrato;

- **Desconto:** fluxos de caixa projetados devem ser descontados a valor presente, de modo a refletir o valor do dinheiro no tempo, por taxas que reflitam as características dos respectivos fluxos.

Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2021. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

2.3. Estimativas Contábeis Críticas e Julgamentos

A preparação das Demonstrações Contábeis Consolidadas de acordo com as IFRS exige que a Administração realize estimativas e utilize premissas que afetam os saldos de ativos, passivos e passivos contingentes divulgados na data das Demonstrações Contábeis Consolidadas devido às incertezas e ao alto nível de subjetividade envolvido no reconhecimento e mensuração de determinados itens.

As estimativas e julgamentos considerados mais relevantes pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING são detalhados abaixo:

a) Consolidação

Entidades controladas são todas as entidades às quais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING está exposto, ou tem direitos, a retornos variáveis de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de afetar esses retornos através de seu poder sobre a entidade. Uma avaliação de controle é realizada de forma contínua. As entidades controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é estabelecido até a data em que o controle deixa de existir.

b) Ágio

A revisão do ágio por redução ao valor recuperável reflete a melhor estimativa da Administração sobre os fluxos de caixa futuros das Unidades Geradoras de Caixa (UGC). Estes fluxos estão sujeitos a condições de mercado e fatores incertos, como segue:

- Fluxos de caixa projetados para os períodos das previsões disponíveis e às premissas de longo prazo destes fluxos;
- Taxas de desconto, pois geralmente refletem variáveis financeiras e econômicas como a taxa de juros livre de risco e um prêmio de risco.

c) Perda de Crédito Esperada

A mensuração da perda de crédito esperada requer aplicação de premissas significativas, tais como:

- **Prazo:** o ITAÚ UNIBANCO HOLDING considera o período contratual máximo sobre o qual estará exposto ao risco de crédito do instrumento financeiro. Entretanto, ativos que não tenham vencimento determinado têm a vida esperada estimada com base no período de exposição ao risco de crédito. Além disso, todos os termos contratuais são considerados ao determinar a vida esperada, incluindo opções de pré-pagamento e de rolagem.
- **Informações prospectivas:** a IFRS 9 requer uma estimativa ponderada e imparcial da perda de crédito que incorporem previsões de condições econômicas futuras. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza informações macroeconômicas prospectivas e informações públicas com projeções elaboradas internamente para determinar o impacto dessas estimativas na determinação da perda de crédito esperada.
- **Cenários de perda ponderados pela probabilidade:** o ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza cenários ponderados para determinar a perda de crédito esperada em um horizonte de observação adequada.
- **Determinação de critérios para aumento ou redução significativa no risco de crédito:** em cada período das Demonstrações Contábeis Consolidadas, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia se o risco de crédito sobre um ativo financeiro aumentou significativamente utilizando *triggers* (indicadores) relativos e absolutos por produto e país.

São considerados ativos financeiros com baixo risco de crédito e, portanto, permanecem no estágio 1, os títulos públicos de governos nacionais e internacionais, conforme estudo efetuado pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Aumento significativo no risco de crédito: o ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia diversos fatores para determinar um aumento significativo no risco de crédito, tais como: a contraparte, o tipo e as características do produto e a região em que foi contratado, considerando os seguintes critérios objetivos como fatores mínimos:

- **Estágio 1 para estágio 2:** atraso superior a 30 dias, exceto o produto consignado para órgãos públicos, cujo reconhecimento é efetuado após 45 dias de atraso;
- **Estágio 2 para estágio 3:** atraso superior a 90 dias, exceto para a carteira de crédito imobiliário que utiliza 180 dias de atraso como parâmetro para migração de estágio.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia se o risco de crédito aumentou significativamente de forma individual ou coletiva. Para fins de avaliação coletiva, os ativos financeiros são agrupados com base em características de risco de crédito compartilhado, levando em consideração o tipo de instrumento, as classificações de risco de crédito, a data de reconhecimento inicial, prazo remanescente, ramo, localização geográfica da contraparte dentre outros fatores relevantes.

Cenários Macroeconômicos: Essas informações envolvem riscos inerentes, incertezas de mercado e outros fatores que podem gerar resultados diferentes do esperado, incluindo mudanças nas condições dos mercados e na política econômica, recessões ou flutuações nos indicadores diferentes do previsto.

d) Modificação de Ativos Financeiros

Os fatores utilizados para determinar se houve alteração substancial do contrato são: modificação nos fluxos de caixa contratuais e extensão significativa do prazo da operação devido às dificuldades financeiras do devedor, alterações significativas na taxa de juros e mudança na moeda em que a operação é denominada.

e) Transferência de Ativos Financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando todos os riscos e benefícios de sua propriedade são transferidos. Nesta avaliação, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING considera se: não existe obrigação de efetuar pagamentos a menos que sejam

recebidos os valores devidos (ativos); não há proibição de vender ou dar em garantia esses ativos; e inexistência de obrigação de remeter todo o recurso recebido dos ativos sem atraso significativo.

f) Baixa de Ativos Financeiros

Quando não houver expectativas razoáveis de recuperação de um ativo financeiro, considerando curvas históricas, sua baixa total ou parcial é realizada simultaneamente com a utilização da provisão para perda de crédito esperada relacionada, sem efeitos na Demonstração Consolidada do Resultado do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. As recuperações subsequentes dos valores anteriormente baixados são contabilizados como receita na Demonstração Consolidada do Resultado.

g) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido

Conforme explicação na Nota 2.4j, Ativos Fiscais Diferidos são reconhecidos somente em relação a diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar na medida em que se considera provável que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING irá gerar lucro tributável futuro para a sua utilização. A realização esperada do crédito tributário é baseada na projeção de lucros tributáveis futuros e outros estudos técnicos, conforme divulgado na Nota 24.

h) Valor Justo dos Instrumentos Financeiros, incluindo Derivativos

O valor justo de instrumentos financeiros, incluindo Derivativos que não são negociados em mercados ativos, é calculado mediante o uso de técnicas de avaliação baseadas em premissas, que levam em consideração informações e condições de mercado. As principais premissas são: dados históricos, informações de transações similares e técnicas de precificação. Para instrumentos mais complexos ou sem liquidez, é necessário um julgamento significativo para determinar o modelo utilizado mediante seleção de *inputs* específicos e em alguns casos, são aplicados ajustes de avaliação ao valor do modelo ou preço cotado para instrumentos financeiros que não são negociados ativamente.

As metodologias usadas para avaliar os valores justos de determinados instrumentos financeiros estão descritas na Nota 28.

i) Planos de Pensão de Benefício Definido

O valor atual de obrigações de planos de pensão é obtido por cálculos atuariais, que utilizam premissas como taxa de desconto, a qual é apropriada ao final de cada exercício e usada para determinar o valor presente da estimativa de saídas de caixa futuras. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING considera as taxas de juros de títulos do Tesouro Nacional que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações.

As principais premissas para as obrigações de planos de pensão baseiam-se, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 26.

j) Provisões, Contingências e Obrigações Legais

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING revisa periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser razoavelmente estimado.

As contingências classificadas como Perdas Prováveis são reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica Provisões.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores. O detalhamento das Provisões, Contingências e Outros Compromissos está apresentado na Nota 29.

k) Provisões Técnicas de Seguros e Previdência Privada

As provisões técnicas são passivos decorrentes de obrigações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING para com os seus segurados e participantes. Essas obrigações podem ter uma natureza de curta duração (seguros de danos) ou de média ou de longa duração (seguros de vida e previdência).

A determinação do valor do passivo atuarial depende de inúmeras incertezas inerentes às coberturas dos contratos de seguros e previdência, tais como premissas de persistência, mortalidade, invalidez, longevidade, morbidade, despesas, frequência de sinistros, severidade, conversão em renda, resgates e rentabilidade sobre ativos.

As estimativas dessas premissas baseiam-se na experiência histórica do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, em avaliações comparativas e na experiência do atuário, e buscam convergência às melhores práticas do mercado e objetivam a revisão contínua do passivo atuarial. Ajustes resultantes dessas melhorias contínuas, quando necessárias, são reconhecidos no resultado do respectivo período.

Informações adicionais estão descritas na Nota 27.

2.4 Resumo das Principais Políticas Contábeis

a) Consolidação

I- Subsidiárias

De acordo com a IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas, subsidiárias são todas as entidades nas quais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING possui controle.

As demonstrações contábeis consolidadas são preparadas utilizando políticas contábeis uniformes. Os saldos das contas patrimoniais e de resultado e os valores das transações entre as empresas consolidadas são eliminados.

A partir do 3º trimestre de 2018, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING passou a ajustar as demonstrações contábeis de suas subsidiárias na Argentina para refletir os efeitos da hiperinflação, conforme a IAS 29 – Relatório Financeiro em Economias Hiperinflacionárias.

A tabela a seguir apresenta as principais empresas consolidadas, cuja somatória representa mais de 95% do total do ativo consolidado, bem como a participação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING em seus capitais votantes em 31/12/2018 e 31/12/2017:

			Participação % no capital votante em		Participação % no capital total em	
Moeda Funcional ⁽¹⁾						
			31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
No País						
Banco Itaú BBA S.A.			Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%
Banco Itaú Consignado S.A.			Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%
Banco Itaucard S.A.			Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%
Banco Itauleasing S.A.			Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%
Cia. Itaú de Capitalização			Brasil	Capitalização	100,00%	100,00%
Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil			Brasil	Arrendamento Mercantil	100,00%	100,00%
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento			Brasil	Sociedade de Crédito	50,00%	50,00%
Hipercard Banco Múltiplo S.A.			Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%
Itauseg Seguradora S.A.			Brasil	Seguros	100,00%	99,99%
Itaú Corretora de Valores S.A.			Brasil	Corretora de Títulos e Valores Mobiliários	100,00%	100,00%
Itaú Seguros S.A.			Brasil		Seguros	100,00%
Itaú Unibanco S.A.			Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%
Itaú Vida e Previdência S.A.			Brasil	Previdência Complementar	100,00%	100,00%
Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento			Brasil	Sociedade de Crédito	50,00%	50,00%
Redecard S.A.			Brasil	Adquirente	100,00%	100,00%
No Exterior						
Itaú CorpBanca Colombia S.A.	(Nota 3)	Peso Colombiano	Colômbia	Instituição Financeira	25,28%	23,90%
Banco Itaú (Suisse) S.A.		Franco Suíço	Suíça	Instituição Financeira	100,00%	100,00%
Banco Itaú Argentina S.A.		Peso Argentino	Argentina	Instituição Financeira	100,00%	100,00%
Banco Itaú Paraguay S.A.		Guarani	Paraguai	Instituição Financeira	100,00%	100,00%
Banco Itaú Uruguay S.A.		Peso Uruguaio	Uruguai	Instituição Financeira	100,00%	100,00%
Itau Bank, Ltd.		Real	Ilhas Cayman	Instituição Financeira	100,00%	100,00%
Itaú BBA Colombia S.A. Corporación Financiera		Peso Colombiano	Colômbia	Instituição Financeira	100,00%	100,00%
Itau BBA International plc		Dólar	Reino Unido	Instituição Financeira	100,00%	100,00%
Itau BBA USA Securities Inc.		Real	Estados Unidos	Corretora de Valores	100,00%	100,00%
Itaú CorpBanca ⁽²⁾	(Nota 3)	Peso Chileno	Chile	Instituição Financeira	38,14%	36,06%

(1) Todas as dependências no exterior do ITAÚ UNIBANCO HOLDING possuem moeda funcional igual à da controladora, com exceção da CorpBanca New York Branch cuja moeda funcional é Dólar.

(2) ITAÚ UNIBANCO HOLDING controla o ITAÚ CORPBANCA conforme acordo de acionistas.

II - Combinações de Negócios

Um negócio geralmente consiste em um conjunto integrado de atividades e ativos que é capaz de ser conduzido e administrado com a finalidade de oferecer um retorno, na forma de dividendos, custos mais baixos ou outros benefícios econômicos, diretamente aos investidores ou outros sócios, membros ou participantes. Se existe ágio em um conjunto de atividades e de ativos transferidos, presume-se que este é um negócio.

O método de aquisição é utilizado na contabilização de combinações de negócios, exceto para as enquadradas como sob controle comum.

O custo de uma aquisição é mensurado como o valor justo dos ativos entregues, instrumentos de patrimônio emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data da aquisição, adicionado os custos diretamente atribuíveis a aquisição. Os ativos adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos identificáveis em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente a valor justo na data de aquisição, independentemente da existência de participação de não controladores. Quando o valor pago, acrescido da participação de acionistas não controladores, for maior que o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos, a diferença será contabilizada como ágio. Por outro lado, se a diferença for negativa, será tratada como ganho de capital e o valor será reconhecido diretamente no resultado.

III - Ágio

O ágio não é amortizado, mas seu valor recuperável é avaliado semestralmente ou quando existe indicação de uma situação de perda por redução ao valor recuperável, com a utilização de uma abordagem que envolve a identificação das unidades geradoras de caixa (UGC) e a estimativa de seu valor justo menos seu custo de venda e/ou seu valor em uso.

As unidades ou grupos de unidades geradoras de caixa são identificadas no nível mais baixo em que o ágio é monitorado para fins de administração interna (Nota 32). O ágio é alocado para as unidades geradoras de fluxo de caixa para propósito do teste do valor recuperável.

Os ágios das coligadas e entidades controladas em conjunto são apresentados como parte do investimento no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Investimentos em Coligadas e Entidades Controladas em Conjunto e a análise do valor recuperável é realizada em relação ao saldo total dos investimentos (incluindo o ágio).

IV - Transações de Capital Com Acionistas não Controladores

A IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas determina que alterações de participação em uma subsidiária, que não resultam em perda de controle, sejam contabilizadas como transações de capital e qualquer diferença entre o valor pago e o valor correspondente aos acionistas não controladores seja reconhecida diretamente no patrimônio líquido consolidado.

b) Conversão de Moedas Estrangeiras

I- Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING estão apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação. Para cada subsidiária, entidade sob controle conjunto e investimento em coligada, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING definiu a moeda funcional, como a moeda do ambiente econômico primário no qual a entidade opera.

II - Operações em Moeda Estrangeira

As operações em moedas estrangeiras são convertidas utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado, a menos que estejam relacionados a hedge de fluxo de caixa, quando são reconhecidos no patrimônio líquido.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

É definido como caixa e contas correntes em bancos, considerados no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Disponibilidades, Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto com prazo original igual ou inferior a 90 dias.

d) Ativos e Passivos Financeiros

Ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo.

I - Classificação e Mensuração de Ativos Financeiros

A partir de 1º de janeiro de 2018, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING passou a aplicar a IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e classificar seus ativos financeiros nas seguintes categorias de mensuração:

- Custo Amortizado;
- Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes;
- Valor Justo por meio do Resultado.

A classificação e a mensuração subsequente de ativos financeiros dependem de:

- O modelo de negócios no qual são administrados;
- As características de seus fluxos de caixa (*Solely Payment of Principal and Interest Test* – SPPI Test).

Modelo de negócios: representa a forma como é efetuada a gestão dos ativos financeiros para gerar fluxos de caixa e não depende das intenções da Administração em relação a um instrumento individual. Os ativos financeiros podem ser administrados com o propósito de: i) obter fluxos de caixa contratuais; ii) obter fluxos de caixa contratuais e venda; ou iii) outros. Para avaliar os modelos de negócios, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING considera os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios; como os gestores do negócio são remunerados; e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração.

Quando o ativo financeiro é mantido nos modelos de negócios i) e ii) é necessária a aplicação do SPPI Test.

SPPI Test: avaliação dos fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito, os fluxos de caixa devem incluir contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito. Se os termos contratuais introduzirem exposição a riscos ou volatilidade nos fluxos de caixa, tais como exposição a alterações nos preços de instrumentos de patrimônio ou preços de *commodities*, o ativo financeiro é classificado como ao valor justo por meio do resultado. Contratos híbridos devem ser avaliados como um todo, incluindo todas as características embutidas. A contabilização de um contrato híbrido que contenha derivativo embutido é efetuada de forma conjunta, ou seja, todo o instrumento é mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Custo Amortizado

O custo amortizado é o valor pelo qual o ativo ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, mais atualizações efetuadas utilizando o método de juros efetivos, menos a amortização do principal e juros, ajustado para qualquer provisão para perda de crédito esperada.

Taxa de Juros Efetiva

A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta os recebimentos ou pagamentos futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juros efetiva, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING estima os fluxos de caixa considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera perda de crédito futura. O cálculo inclui todas as comissões pagas ou recebidas entre as partes do contrato, os custos de transação e todos os outros prêmios ou descontos.

A receita de juros é calculada aplicando-se a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro. No caso de ativos financeiros com problemas de recuperação, é aplicada a taxa de juros efetiva ajustada (considera a perda de crédito esperada) ao custo amortizado do ativo financeiro.

Valor Justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING classifica a hierarquia de valor justo conforme a relevância dos dados observados no processo de mensuração.

O detalhamento sobre o valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo Derivativos, bem como sobre a hierarquia de valor justo estão detalhados na Nota 28.

O custo médio é usado para determinar os ganhos e as perdas realizadas na alienação de ativos financeiros ao valor justo, os quais são registrados na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Ajuste ao Valor Justo de Ativos e Passivos Financeiros. Dividendos sobre ativos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado como Receita de Dividendos quando for provável que se estabeleça o direito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING de receber tais dividendos.

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas, respectivamente, na data de negociação.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber os fluxos de caixa se expiram ou quando o ITAÚ UNIBANCO HOLDING transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade e tal transferência se qualifica para baixa. Caso contrário, deve-se avaliar o controle para determinar se o envolvimento contínuo relacionado com qualquer controle retido não impede a baixa.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no Balanço Patrimonial exclusivamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos Patrimoniais

Um instrumento de patrimônio é qualquer contrato que comprova uma participação residual nos ativos de uma entidade, após a dedução de todos os seus passivos, tais como Ações e Cotas.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING mensura subsequentemente todos os seus instrumentos de patrimônio ao valor justo por meio do resultado, exceto quando a Administração escolhe, no reconhecimento inicial, designar, irrevogavelmente, um instrumento de patrimônio como ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se for mantido com outro propósito que não apenas gerar retornos. Quando esta escolha é feita, os ganhos e perdas no valor justo do instrumento são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado Abrangente e não são reclassificados subsequentemente para a Demonstração Consolidada do Resultado, mesmo na venda. Dividendos continuam a ser reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado quando o direito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING é estabelecido.

Ganhos e perdas em instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio do resultado são contabilizados na Demonstração Consolidada do Resultado.

Perda de Crédito Esperada

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia em bases prospectivas a perda de crédito esperada associada aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, aos compromissos de empréstimos e aos contratos de garantia financeira:

- **Ativos financeiros:** a perda é mensurada pelo valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING espera receber;
- **Compromissos de empréstimos:** a perda esperada é mensurada pelo valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais que seriam devidos se o compromisso fosse contratado e os fluxos de caixa que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING espera receber;

- **Garantias financeiras:** a perda é mensurada pela diferença entre os pagamentos esperados para reembolsar a contraparte e os valores que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING espera recuperar.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING aplica a abordagem de três estágios para mensurar a perda de crédito esperada, na qual os ativos financeiros migram de um estágio para outro de acordo com as mudanças no risco de crédito.

Cenários Macroeconômicos

As informações prospectivas são baseadas em cenários macroeconômicos que são reavaliados anualmente ou quando condições de mercado exigirem.

Modificação de Fluxos de Caixa Contratuais

Quando os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro são renegociados ou de outro modo modificados e isso não altera substancialmente seus termos e condições, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING não efetua sua baixa. Contudo, o valor contábil bruto desse ativo financeiro é recalculado como o valor presente dos fluxos de caixa contratuais renegociados ou modificados, descontados pela taxa de juros efetiva original e os efeitos da modificação são reconhecidos no resultado. Quaisquer custos ou taxas incorridos ajustam o valor contábil modificado e são amortizados ao longo do prazo restante do ativo financeiro.

Se, por outro lado, a renegociação ou modificação alterar substancialmente os termos e condições do ativo financeiro, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING baixa o ativo original e reconhece um novo. A data da renegociação é, consequentemente, considerada a data de reconhecimento inicial do novo ativo para fins de cálculo de perda de crédito esperada, inclusive para determinar aumentos significativos no risco de crédito.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING também avalia se o novo ativo financeiro pode ser considerado como originado ou comprado com problemas de recuperação de crédito, especialmente quando a renegociação foi motivada por dificuldades financeiras do devedor. Diferenças entre o valor contábil do ativo original e o valor justo do novo ativo são reconhecidas imediatamente na Demonstração Consolidada do Resultado.

Os efeitos das modificações dos fluxos de caixa de ativos financeiros e outros detalhes sobre metodologias e premissas utilizadas pela Administração para mensuração da provisão para perda de crédito esperada, incluindo o uso de informações prospectivas, são detalhadas na Nota 32.

Transferência de Ativos Financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando o ITAÚ UNIBANCO HOLDING transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de sua propriedade. Caso não seja possível identificar a transferência de todos os riscos e benefícios, deve-se avaliar o controle para determinar o envolvimento contínuo relacionado à transação.

Se houver a retenção de riscos e benefícios, o ativo financeiro permanece registrado e é efetuado o reconhecimento de um passivo pela contraprestação recebida.

II - Classificação e Mensuração de Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto por:

- **Passivos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado:** classificação aplicada a derivativos e outros passivos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado para reduzir “descasamentos contábeis”. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING designa passivos financeiros, irrevogavelmente, ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial (opção de valor justo), quando a opção reduz ou elimina significativamente inconsistências de mensuração ou de reconhecimento.
- **Compromissos de Empréstimos e Garantias Financeiras,** conforme detalhado na Nota 2.4d VII.

Baixa e Modificação de Passivos Financeiros

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING baixa um passivo financeiro do Balanço Patrimonial Consolidado quando ele for extinto, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liberada, cancelada ou vencer.

Uma troca de instrumento de dívida ou modificação substancial dos termos de um passivo financeiro é contabilizada como extinção do passivo financeiro original e um novo é reconhecido.

Uma modificação substancial dos termos contratuais ocorre quando o valor presente do desconto dos fluxos de caixa sob os novos termos, incluindo quaisquer taxas pagas/recebidas e descontadas usando a taxa de juros efetiva original, for pelo menos 10% diferente do valor presente descontado dos fluxos de caixa restante do passivo financeiro original.

III – Aplicações no Mercado Aberto

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING dispõe de operações de compra com compromisso de revenda (compromisso de revenda) e de venda com compromisso de recompra (compromisso de recompra) de ativos financeiros. Os compromissos de revenda e compromissos de recompra são contabilizados nas rubricas Aplicações no Mercado Aberto e Captações no Mercado Aberto, respectivamente.

A diferença entre o preço de venda e de recompra é tratada como juros e é reconhecida durante o prazo do acordo usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ativos financeiros aceitos como garantias em compromissos de revenda podem ser usados, quando permitido pelos termos dos acordos, como garantias de compromissos de recompra ou podem ser vendidos.

IV – Derivativos

Todos os derivativos são contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

A avaliação de contratos híbridos ativos que estejam sob o escopo da IFRS 9 é efetuada como um todo, incluindo todas as características embutidas e sua contabilização é efetuada de forma conjunta, ou seja, todo o instrumento é mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Quando um contrato contém um componente principal fora do escopo da IFRS 9, por exemplo, um recebível de arrendamento mercantil ou um contrato de seguro, ou mesmo um passivo financeiro, os derivativos embutidos são tratados como instrumentos separados se:

- (i) Suas características e seus riscos econômicos não são intimamente relacionados àqueles do componente principal;
- (ii) o instrumento separado satisfaz a definição de derivativo; e
- (iii) o instrumento subjacente não é contabilizado ao valor justo por meio do resultado.

Esses derivativos embutidos são contabilizados separadamente ao valor justo, com as variações reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Ajuste ao Valor Justo de Ativos e Passivos Financeiros.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING continuará aplicando os requerimentos de *hedge* contábil previstos na IAS 39, contudo, poderá adotar os requerimentos da IFRS 9 conforme decisão da Administração. Segundo esta norma, os derivativos podem ser designados e qualificados como instrumento de *hedge* para fins contábeis e, dependendo da natureza do item protegido, o método de reconhecer os ganhos ou as perdas de valor justo será diferente.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING documenta, no início da transação de *hedge*, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos, bem como seu objetivo e estratégia de gerenciamento de risco. O *hedge* é avaliado em base contínua determinado como tendo sido altamente efetivo durante todos os períodos das Demonstrações Contábeis para o qual foi designado.

A IAS 39 apresenta três estratégias de *hedge*: *hedge* de valor justo, *hedge* de fluxo de caixa e *hedge* de investimento líquido em operação no exterior. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza derivativos como instrumento de *hedge* nas três estratégias existentes na IAS 39, conforme detalhado na Nota 7.

Hedge de Valor Justo

Para essas operações são aplicadas as seguintes práticas:

- a) O ganho ou a perda resultante da nova mensuração do instrumento de *hedge* pelo valor justo deve ser reconhecido no resultado; e
- b) O ganho ou a perda resultante do item coberto atribuível a parcela

efetiva do risco designado deve ajustar o valor contábil do item coberto a ser reconhecido no resultado.

Quando o derivativo expirar ou for vendido e os critérios de *hedge* contábil não forem mais atendidos ou caso a designação seja revogada deve-se descontinuar prospectivamente o *hedge* contábil. Além disso, qualquer ajuste no valor contábil do item coberto deve ser amortizado no resultado.

Hedge de Fluxo de Caixa

Para os derivativos que são designados e se qualificam como instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa, a parcela efetiva dos ganhos ou perdas do derivativo é registrada diretamente em Resultado Abrangente Acumulado – *Hedge* de Fluxo de Caixa, e é reclassificada para resultado no mesmo período ou nos períodos que a transação protegida afeta o resultado. A parcela dos ganhos e perdas sobre os derivativos que representam a parcela não efetiva ou os componentes de *hedge* excluídos da análise de efetividade é reconhecida no resultado. Os montantes originalmente reconhecidos no Resultado Abrangente Acumulado e subsequentemente reclassificados para resultado são reconhecidos na correspondente linha de receita ou despesa correspondente do item de *hedge*.

Quando o derivativo expirar ou for vendido, quando os critérios de *hedge* contábil não forem mais atendidos ou quando a entidade revogar a designação do *hedge* contábil, qualquer ganho ou perda acumulado existente em Resultado Abrangente Acumulado deve permanecer reconhecido separadamente no patrimônio líquido até que a transação prevista ocorra ou deixe de se esperar que ocorra, sendo reclassificada para o resultado neste momento. Porém, quando já não se espera que a transação prevista ocorra, qualquer ganho ou perda acumulado reconhecido em Resultado Abrangente Acumulado é imediatamente reconhecido no resultado.

Hedge de Investimento Líquido em Operação no Exterior

O *hedge* de um investimento líquido em operação no exterior, incluindo *hedge* de um item monetário que seja contabilizado como parte do investimento líquido, é contabilizado de forma similar ao *hedge* de fluxo de caixa:

- a) A parcela do ganho ou da perda sobre o instrumento de *hedge* que for determinada como *hedge* efetivo é reconhecida em Resultado Abrangente Acumulado;

- b) A parcela inefetiva é reconhecida no resultado do período.

O ganho ou a perda sobre o instrumento de *hedge* relacionado à parcela efetiva do *hedge* que tiver sido reconhecida em Resultado Abrangente Acumulado é reclassificado para o resultado do período quando a operação no exterior é alienada de forma parcial ou total.

V – Operações de Crédito

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING classifica uma operação de crédito como não performando se o pagamento do principal ou dos juros apresentar atraso de 60 dias ou mais. Neste caso, a apropriação de juros deixa de ser reconhecida.

VI – Planos de Capitalização

No Brasil, os planos de capitalização são regulados pelo mesmo órgão que regula o mercado segurador. Estes planos não atendem à definição de contrato de seguro segundo a IFRS 4 e, portanto, foram classificados como um passivo financeiro pelo custo amortizado segundo a IFRS 9.

A receita dos planos de capitalização é reconhecida durante o período do contrato e mensurada pela diferença entre o valor depositado pelo cliente e o valor que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem a obrigação de reembolsar.

VII - Compromissos de Empréstimos e Garantias Financeiras

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING reconhece no Balanço Patrimonial Consolidado como uma obrigação, na data de sua emissão, o valor justo dos compromissos de empréstimos e garantias financeiras. O valor justo é geralmente representado pela tarifa cobrada do cliente. Esse valor é amortizado pelo prazo do instrumento e reconhecido na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receitas de Prestação de Serviços.

Após a emissão, com base na melhor estimativa, se o ITAÚ UNIBANCO HOLDING concluir que a perda de crédito esperada em relação à garantia emitida é maior que o valor justo inicial menos amortização acumulada, este valor é substituído por uma provisão para perda.

e) Investimentos em Empresas Coligadas e Entidades Controladas em Conjunto

I – Coligadas

Coligadas são aquelas empresas nas quais o investidor tem influência significativa, porém não detém o controle. Os investimentos nessas empresas são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial. O investimento em coligadas e entidades controladas em conjunto inclui o ágio identificado na aquisição líquido de qualquer perda por redução ao valor recuperável acumulada.

II – Negócios em Conjunto

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING define um negócio em conjunto quando tem direitos sobre os ativos e obrigações pelos passivos relacionados ao negócio.

A participação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e entidades controladas em conjunto pós-aquisição é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado. A participação na movimentação em reservas correspondentes do patrimônio líquido de suas coligadas e entidades controladas em conjunto é reconhecida em suas reservas do Patrimônio Líquido. As movimentações cumulativas pós-aquisição são ajustadas contra o valor contábil do investimento. Quando a participação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING nas perdas de uma empresa não consolidada for igual ou superior à sua participação em coligadas e entidades controladas em conjunto, incluindo quaisquer outros recebíveis, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da empresa não consolidada.

Os ganhos não realizados das operações entre o ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas coligadas e entidades controladas em conjunto são eliminados na proporção da participação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. As

perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda por redução ao valor recuperável do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas e entidades controladas em conjunto são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Se a participação acionária na empresa não consolidada for reduzida, mas o ITAÚ UNIBANCO HOLDING mantiver influência significativa ou controle compartilhado, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em Resultados Abrangentes Acumulados será reclassificada no resultado, quando apropriado.

f) Compromissos de Arrendamento (como Arrendatário)

Como arrendatário, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem contratos de arrendamento mercantil operacional e financeiro.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING arrenda certos bens do imobilizado e aqueles em que detém substancialmente os riscos e benefícios de sua propriedade são classificados como arrendamentos financeiros.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros futuros, são incluídas em Outros Passivos Financeiros. As despesas de juros são reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

As despesas por operações de arrendamento operacional são reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Quando um arrendamento operacional é terminado antes da expiração do período de arrendamento qualquer pagamento a ser efetuado ao arrendador sob a forma de multa é reconhecido como despesa no período em que a

terminação ocorre.

g) Imobilizado

O imobilizado é contabilizado pelo seu custo de aquisição menos depreciação acumulada e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos. Tais taxas e demais detalhes são apresentadas na Nota 13.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados se apropriado ao final de cada período.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia os ativos a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação da redução no valor recuperável, os ativos são agrupados no nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa independentes (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita no âmbito de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda possa ser determinado de forma confiável.

Os ganhos e perdas na alienação de ativos imobilizados são registrados na Demonstração Consolidada do Resultado nas rubricas Outras Receitas ou Despesas Gerais e Administrativas.

h) Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, incluem *softwares* e outros ativos e são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição. Os ativos intangíveis são reconhecidos quando provêm de direitos legais ou contratuais, seu custo pode ser medido confiavelmente e, no caso de intangíveis não oriundos de aquisições separadas ou combinações de negócios, é provável que existam benefícios econômicos futuros oriundos do seu uso. O saldo de Ativos Intangíveis refere-se a ativos adquiridos ou produzidos internamente.

Os ativos intangíveis podem ser de vida útil definida ou indefinida. Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados de forma linear pelo prazo de sua vida útil estimada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas testados semestralmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia semestralmente seus Ativos Intangíveis a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis, bem como uma possível reversão nas perdas por redução ao valor recuperável. Se tais indicações forem identificadas, os Ativos Intangíveis são testados a fim de avaliar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar a redução no valor recuperável os ativos são agrupados no nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa. A avaliação pode ser feita no âmbito de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda pode ser determinado de forma confiável.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING elegeu o modelo de custo para mensurar seus ativos intangíveis após seu reconhecimento inicial.

A composição dos ativos intangíveis está descrita na Nota 14.

i) Bens Destinados à Venda

Os Bens Destinados à Venda são registrados no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Outros Ativos quando ocorre sua efetiva apreensão ou intenção de venda. Estes ativos são contabilizados inicialmente pelo menor entre: (i) o valor justo do bem menos os custos estimados para sua venda ou (ii) o valor contábil dos bens destinados à venda.

j) Imposto de Renda e Contribuição Social

Existem dois componentes na provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social: corrente e diferido.

O componente corrente aproxima-se dos impostos a serem pagos ou recuperados no período aplicável.

O componente diferido, representado pelos créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas, é obtido pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributária dos ativos e passivos, no final de cada exercício.

A Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social, exceto quando se refere a itens reconhecidos diretamente no Resultado Abrangente Acumulado, tais como: o imposto sobre valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, benefícios pós emprego e o imposto sobre *hedges* de fluxo de caixa e de investimentos líquidos em operações no exterior. Posteriormente estes itens são reconhecidos no resultado na realização do ganho/perda dos instrumentos.

Alterações na legislação fiscal e nas alíquotas tributárias são reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado no período em que entram em vigor. Os juros e multas são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Despesas Gerais e Administrativas.

Para determinar o nível adequado de provisões para impostos a serem mantidas para posições tributárias incertas é usada uma abordagem segundo a qual, um benefício fiscal é reconhecido se uma posição tiver mais probabilidade de ser sustentada do que de não o ser, seguindo as premissas de reconhecimento detalhadas no item 2.4 n.

k) Contratos de Seguros e Previdência Privada

São contratos em que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING aceita um risco de seguro significativo da contraparte concordando em compensá-la se um evento futuro incerto específico afetá-la adversamente. O risco de seguro é significativo se, e somente se, o evento segurado possa levar o ITAÚ UNIBANCO HOLDING a pagar benefícios adicionais significativos em qualquer cenário, excluindo aqueles que não têm substância comercial. Os benefícios adicionais referem-se a montantes que excedem aqueles que seriam pagos se o evento segurado não ocorresse.

Quando da adoção inicial das IFRS, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING decidiu não alterar suas políticas contábeis para contratos de seguros, que seguem as práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil (BRGAAP).

Os contratos de investimento com características de participação discricionária são instrumentos financeiros, tratados como contratos de seguro, conforme previsto pela IFRS 4, assim como aqueles que transferem risco financeiro significativo.

Uma vez que o contrato é classificado como um contrato de seguro, ele permanece como tal até o final de sua vida mesmo que o risco de seguro se reduza significativamente durante esse período, a menos que todos os direitos e obrigações sejam extintos ou expirados.

Uma descrição detalhada dos produtos classificados como contratos de seguros pode ser encontrada na Nota 27.

Planos de Previdência Privada

Os contratos em que estão previstos benefícios de aposentadoria após o período de acumulação de capital (conhecidos como PGBL, VGBL e FGB) garantem, na data inicial do contrato, as bases para cálculo do benefício de aposentadoria (tábua de mortalidade e juros mínimos). Os contratos especificam as taxas de anuidade e, portanto, transferem o risco de seguro para a emitente no início, sendo classificados como contratos de seguros.

Prêmios de Seguros

Os prêmios de seguros são contabilizados pela emissão da apólice ou no decorrer do período de vigência dos contratos na proporção do valor de proteção de seguro fornecido.

Se há evidência de perda por redução ao valor recuperável relacionada aos recebíveis de prêmios de seguros, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING constitui uma provisão suficiente para cobrir tal perda com base na análise dos riscos de realização dos prêmios a receber com parcelas vencidas há mais de 60 dias.

Resseguros

No curso normal dos negócios, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING ressegura uma parcela dos riscos subscritos, particularmente riscos de propriedades e de acidentes que excedam os limites máximos de responsabilidade que entende serem apropriados para cada segmento e produto (após um estudo que leva

em consideração o tamanho, a experiência, as especificidades e o capital necessário para suportar esses limites). Esses contratos de resseguros permitem a recuperação de uma parcela dos prejuízos com o ressegurador, embora não liberem o segurador da obrigação principal como segurador direto dos riscos objeto do resseguro.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING detém basicamente contratos não proporcionais, os quais transferem parte da responsabilidade à companhia resseguradora sobre perdas que se materializarão após um determinado nível de sinistros na carteira. Os prêmios de resseguro destes contratos são contabilizados na rubrica Outros Ativos, de acordo com a vigência contratual.

Se há evidência de perda pelo valor recuperável, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING constitui provisão quando o período de inadimplência superar 180 dias, a partir do registro de crédito referente à restituição dos sinistros pagos.

Custos de Aquisição

Os custos de aquisição incluem os custos diretos e indiretos relacionados à originação de seguros. Estes custos são lançados diretamente no resultado quando incorridos, com exceção dos custos de aquisição diferidos (comissões pagas aos corretores, agenciamento e angariação), que são lançados proporcionalmente ao reconhecimento das receitas com prêmios, ou seja, pelo prazo correspondente ao contrato de seguro.

Passivos de Contratos de Seguros

As reservas para sinistros são estabelecidas com base na experiência histórica, sinistros em processo de pagamento, valores projetados de sinistros incorridos, mas ainda não reportados e outros fatores relevantes aos níveis exigidos de reservas.

Teste de Adequação do Passivo

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING realiza o teste de adequação dos passivos utilizando premissas atuariais correntes do fluxo de caixa futuro de todos os contratos de seguro em aberto na data de balanço.

Caso a análise demonstre insuficiência, qualquer deficiência identificada será contabilizada imediatamente no resultado do período.

Os pressupostos utilizados para realizar o teste de adequação de passivo estão detalhados na Nota 27.

l) Benefícios Pós-Emprego

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING patrocina Planos de Benefícios Definidos e Planos de Contribuição Definida, contabilizados de acordo com a IAS 19 – Benefícios aos Empregados.

Planos de Pensão – Planos de Benefício Definido

O passivo ou ativo, conforme o caso, é reconhecido no Balanço Patrimonial Consolidado referente aos planos de benefício definido corresponde ao valor presente das obrigações de benefício definido na data menos o valor justo dos ativos do plano. As obrigações de benefício definido são calculadas anualmente por consultoria atuarial independente, utilizando-se o método do crédito unitário projetado.

Planos de Pensão - Contribuição Definida

Para os Planos de Contribuição Definida, as contribuições aos planos efetuadas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING por meio de fundos previdenciais, são reconhecidas como um passivo em contrapartida de despesa, quando devidas. Se as contribuições efetuadas excederem a obrigação pelo serviço prestado, será reconhecido um ativo, reconhecido ao valor justo, e as possíveis remensurações são reconhecidas no Patrimônio Líquido, em Resultados Abrangentes Acumulados, no período em que ocorrem.

Outras Obrigações Pós-Emprego

De forma semelhante aos planos de pensão de benefício definido, essas obrigações são avaliadas anualmente por atuários independentes e qualificados, sendo que os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego e os ganhos e perdas decorrentes de ajuste de práticas e mudanças de premissas atuariais são reconhecidos no Patrimônio Líquido, em Resultados Abrangentes Acumulados, no período em que ocorrem.

m) Pagamento Baseado em Ações

Os pagamentos baseados em ações são contabilizados de acordo com o valor dos instrumentos patrimoniais outorgados, podendo ser ações ou opções de ações conforme o plano, com base no valor justo na data de outorga. Esse custo é reconhecido durante o período de carência para aquisição do direito de exercício dos instrumentos.

O montante total a ser lançado como despesa é determinado pelo valor justo dos instrumentos patrimoniais, excluindo o impacto de qualquer prestação de serviços e condições de carência para performance que não de mercado (especialmente empregados que permaneçam na entidade durante um período de tempo específico).

n) Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes

Ativos contingentes e passivos contingentes são direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros incertos.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis Consolidadas, exceto quando a Administração do ITAÚ UNIBANCO HOLDING entender que sua realização for praticamente certa, e geralmente corresponde a ações com decisões favoráveis em julgamento final e inapelável, e pela retirada de ações como resultado da liquidação de pagamentos que tenham sido recebidos ou como resultado de acordo de compensação com um passivo existente.

Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração e são classificadas como:

- **Prováveis:** para as quais são constituídos passivos reconhecidos no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Provisões;
- **Possíveis:** as quais são divulgadas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas, não sendo nenhuma provisão registrada;
- **Remotas:** as quais não requerem provisão e nem divulgação.

O montante dos depósitos judiciais é atualizado de acordo com a regulamentação vigente.

o) Capital Social

As ações ordinárias e as preferenciais, que para fins contábeis são consideradas como ações ordinárias sem direito a voto, são classificadas no Patrimônio Líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no Patrimônio Líquido como uma dedução do valor captado, líquidos de impostos.

p) Ações em Tesouraria

As ações preferenciais e ordinárias recompradas são registradas no Patrimônio Líquido em Ações em Tesouraria pelo seu preço médio de aquisição.

As ações que venham a ser vendidas posteriormente, por exemplo, as vendidas aos beneficiários do Pagamento Baseado em Ações, são registradas como uma redução das ações em tesouraria, mensuradas pelo preço médio das ações mantidas em tesouraria naquela data.

A diferença entre o preço de venda e o preço médio das ações em tesouraria é contabilizada como uma redução ou um aumento no Capital Adicional Integralizado. O cancelamento de ações mantidas em tesouraria é contabilizado como uma redução nas Ações em Tesouraria contra Reservas Integralizadas, pelo preço médio das Ações em Tesouraria na data do cancelamento.

q) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Os valores de dividendos mínimos estabelecidos no estatuto social são contabilizados como um passivo no final de cada exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo quando aprovado pelos acionistas em Reunião do Conselho de Administração.

Os juros sobre o capital próprio são tratados, para fins contábeis, como dividendos e são apresentados nas Demonstrações Contábeis Consolidadas como uma redução do Patrimônio Líquido.

Os dividendos foram e continuam sendo calculados e pagos de acordo com as Demonstrações Contábeis preparadas de acordo com as normas contábeis brasileiras e regulamentações para instituições financeiras e não com base nas Demonstrações Contábeis Consolidadas preparadas em IFRS.

As informações de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio estão apresentadas na Nota 19.

r) Lucro por Ação

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING outorga opções de ações cujo efeito de diluição está refletido no lucro por ação diluído com a aplicação do “método das ações em tesouraria”. Segundo esse método, o lucro por ação é calculado como se todas as opções tivessem sido exercidas e como se os recursos recebidos tivessem sido utilizados para adquirir as próprias ações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

As informações de Lucro por Ação estão apresentadas na Nota 25.

s) Informações por Segmento

As informações por segmento são divulgadas de maneira consistente com o relatório interno elaborado para o Comitê Executivo, que é o tomador de decisões operacionais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING conta com três segmentos de reporte: (i) Banco de Varejo, (ii) Banco de Atacado e (iii) Atividade com Mercado + Corporação.

As Informações por Segmento estão apresentadas na Nota 30.

t) Receita de Prestação de Serviços

A receita de prestação de serviços é reconhecida quando o ITAÚ UNIBANCO HOLDING fornece ou disponibiliza os serviços aos clientes, por um montante que reflete a contraprestação que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING espera receber em troca desses serviços. Um modelo de cinco etapas é aplicado para reconhecimento das receitas: i) identificação do contrato com um cliente; ii) identificação das obrigações de desempenho do contrato; iii) determinação do preço da transação; iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho no contrato; e v) reconhecimento da receita quando as obrigações de desempenho são satisfeitas.

Nota 3 – Desenvolvimento de Negócios

Itaú CorpBanca

O ITAÚ CORPBANCA passou a ser controlado a partir de 1º de abril de 2016 pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Nessa mesma data, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING assinou um acordo de acionistas com o CORP GROUP, o qual prevê, entre outros, o direito de o ITAÚ UNIBANCO HOLDING e o CORP GROUP indicarem membros do conselho de administração do ITAÚ CORPBANCA de acordo com suas participações no capital social, sendo que tais acionistas, em conjunto, terão o direito de indicar a maioria dos membros do conselho de administração do ITAÚ CORPBANCA e o ITAÚ UNIBANCO HOLDING terá o direito de indicar a maioria dos membros eleitos por tal bloco.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua subsidiária ITB Holding Brasil Participações Ltda., adquiriu indiretamente as seguintes participações adicionais no capital social do ITAÚ CORPBANCA:

- Em 14 de setembro de 2017 – 1.800.000.000 ações (0,35%) pelo valor de R\$ 55,6, passando a deter 36,06%;
- Em 12 de outubro de 2018 - 10.651.555.020 ações (2,08%) pelo valor de R\$ 362,9, passando a deter 38,14%.

Aquisição de participação minoritária na XP Investimentos S.A.

Em 11 de maio de 2017, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua subsidiária ITAÚ UNIBANCO, assinou contrato de compra e venda de ações com a XP Controle Participações S.A. (XP CONTROLE), o G.A. Brasil IV Fundo de Investimento em Participações, o Dyna III Fundo de Investimento em Participações, entre outras partes (VENDEDORES), para aquisição de 49,9% do capital social total (sendo 30,1% das ações ordinárias) da XP Investimentos S.A. (XP HOLDING), por meio de aporte de capital no valor de R\$ 600 e aquisição de ações de emissão da XP HOLDING detidas pelos VENDEDORES no valor de R\$ 5.700, sendo que tais valores foram atualizados conforme previsão contratual totalizando R\$ 6.650 (PRIMEIRA AQUISIÇÃO). Parcela deste valor ficou retida como garantia de eventuais obrigações futuras da XP CONTROLE, pelo prazo de 10 anos, sendo o eventual saldo remanescente pago à XP CONTROLE ao fim deste prazo.

Além da PRIMEIRA AQUISIÇÃO, o contrato prevê uma única aquisição adicional em 2022, sujeita à aprovação futura do BACEN, a qual, se aprovada, permitirá ao ITAÚ UNIBANCO deter até 62,4% do capital social total da XP HOLDING (equivalente a 40,0% das ações ordinárias) com base em um múltiplo de resultado (19 vezes) da XP HOLDING, portanto, sendo certo que o controle do grupo XP permanecerá inalterado, com os acionistas da XP CONTROLE. O ITAÚ UNIBANCO atuará como sócio minoritário.

As efetivas aquisições e liquidações financeiras ocorreram em 31 de agosto de 2018, após o cumprimento de determinadas condições contratuais e obtenção das autorizações regulatórias necessárias.

Negócios de Varejo do Citibank

Em 8 de outubro de 2016, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de suas controladas Itaú Unibanco S.A. (ITAÚ UNIBANCO) e Itaú Corretora de Valores S.A., assinou compromisso de compra e venda de ações com o Banco Citibank S.A. e outras sociedades de seu conglomerado (CITIBANK) para aquisição dos negócios de varejo conduzidos pelo Citibank no Brasil, incluindo empréstimos, depósitos, cartões de crédito, agências, gestão de recursos e corretagem de seguros, assim como as participações societárias detidas pelo CITIBANK na TECBAN - Tecnologia Bancária S.A. (representativas de 5,64% do seu capital social) e na CIBRASEC – Companhia Brasileira de Securitização (representativas de 3,60% do seu capital social), pelo valor de R\$ 628.

A operação foi estruturada em três etapas:

- aquisição das operações de varejo, cartões e corretagem de seguros em 31 de outubro de 2017;
- aquisição das operações de corretagem de valores em 1º de dezembro de 2017; e
- aquisição das participações societárias na TECBAN e na CIBRASEC, em 26 de dezembro de 2017.

A diferença entre o valor pago e os ativos líquidos adquiridos resultou no reconhecimento de um ágio por expectativa de rentabilidade futura na data de aquisição no montante de R\$ 631.

Gestora de Inteligência de Crédito

Em 21 de janeiro de 2016, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua subsidiária ITAÚ UNIBANCO, assinou um Memorando de Entendimentos não vinculante com o Banco Bradesco S.A., o Banco do Brasil S.A., o Banco Santander S.A. e a Caixa Econômica Federal, visando à criação de uma gestora de inteligência de crédito que desenvolverá um banco de dados com o objetivo de agregar, conciliar e tratar informações cadastrais e creditícias de pessoas físicas e jurídicas.

A Gestora de Inteligência de Crédito S.A., localizada na cidade de São Paulo, foi estruturada como uma sociedade anônima, sendo que cada um dos acionistas deterá 20% de seu capital social.

Após o cumprimento das condições precedentes, e aprovação das autoridades regulatórias competentes, o fechamento da operação ocorreu em 14 de junho de 2017. A participação adquirida é avaliada pelo método de equivalência patrimonial.

Nota 4 - Aplicação em Depósitos Interfinanceiros e no Mercado Aberto

	31/12/2018			31/12/2017		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Aplicações no Mercado Aberto	280.029	103	280.132	244.503	196	244.699
Posição Bancada ⁽¹⁾	63.392	93	63.485	59.207	196	59.403
Posição Financiada	170.500	10	170.510	147.749	-	147.749
Com Livre Movimentação	28.369	-	28.369	55.004	-	55.004
Sem Livre Movimentação	142.131	10	142.141	92.745	-	92.745
Posição Vendida	46.137	-	46.137	37.547	-	37.547
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	25.726	688	26.414	28.034	1.014	29.048
Total ⁽²⁾	305.755	791	306.546	272.537	1.210	273.747

(1) O montante de R\$ 5.120 (R\$ 3.664 em 31/12/2017) está dado em garantia de operações na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e BACEN e R\$ 216.647 (R\$ 185.296 em 31/12/2017) em garantia de operações com compromisso de recompra.

(2) Inclui perdas no montante de R\$ (10) (R\$ (8) em 31/12/2017).

Nota 5 - Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado e Ativos Financeiros Designados ao Valor Justo - Títulos e Valores Mobiliários

a) Os Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado - Títulos e Valores Mobiliários são apresentados na tabela a seguir:

	31/12/2018			31/12/2017		
	Custo	Ajustes ao Valor Justo (no Resultado)	Valor Justo	Custo	Ajustes ao Valor Justo (no Resultado)	Valor Justo
Fundos de Investimento	5.253	(927)	4.326	4.135	(622)	3.513
Títulos Públicos do Governo Brasileiro ^(1a)	215.956	1.102	217.058	207.418	426	207.844
Títulos Públicos - Outros Países ^(1b)	2.070	9	2.079	3.917	32	3.949
Argentina	1.121	8	1.129	1.446	20	1.466
Chile	301	1	302	57	-	57
Colômbia	207	-	207	2.080	12	2.092
Estados Unidos	117	-	117	100	-	100
México	120	-	120	5	-	5
Paraguai	1	-	1	3	-	3
Uruguai	84	-	84	193	-	193
Itália	115	-	115	-	-	-
Outros	4	-	4	33	-	33
Títulos de Dívida de Empresas ^(1c)	38.953	(505)	38.448	33.816	(175)	33.641
Ações Negociáveis	9.778	(332)	9.446	6.080	(121)	5.959
Certificados de Depósito Bancário	969	-	969	335	-	335
Certificados de Recebíveis Imobiliários	1.391	20	1.411	1.779	16	1.795
Debêntures	5.147	(187)	4.960	3.290	(74)	3.216
<i>Eurobonds</i> e Assemelhados	1.403	(7)	1.396	684	4	688
Letras Financeiras	19.724	-	19.724	21.170	-	21.170
Notas Promissórias	435	-	435	391	-	391
Outros	106	1	107	87	-	87
Total	262.232	(321)	261.911	249.286	(339)	248.947

(1) Os Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado - Títulos e Valores Mobiliários dados em Garantias de Operações de Captações de Instituições Financeira e Clientes eram: a) R\$ 30.114 (R\$ 30.325 em 31/12/2017), b) R\$ 131 (R\$ 46 em 31/12/2017) e c) (R\$ 28 em 31/12/2017), totalizando R\$ 30.245 (R\$ 30.399 em 31/12/2017);

O custo e o valor justo, por vencimento dos Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado - Títulos e Valores Mobiliários foram os seguintes:

	31/12/2018		31/12/2017	
	Custo	Valor Justo	Custo	Valor Justo
Circulante	53.382	52.096	50.174	49.512
Sem vencimento	15.031	13.772	10.214	9.469
Até um ano	38.351	38.324	39.960	40.043
Não Circulante	208.850	209.815	199.112	199.435
De um a cinco anos	153.256	153.701	147.700	147.805
De cinco a dez anos	44.258	44.620	41.279	41.499
Após dez anos	11.336	11.494	10.133	10.131
Total	262.232	261.911	249.286	248.947

Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado - Títulos e Valores Mobiliários incluem ativos de fundos exclusivos de propriedade da Itaú Vida e Previdência S.A., com um valor justo de R\$ 188.069 (R\$ 169.178 em 31/12/2017). O retorno de tais ativos (positivo ou negativo) é transferido na sua totalidade para clientes de planos PGBl e VGBl, cujas contribuições (líquidas de taxas) são usadas por nossa subsidiária para comprar cotas de tais fundos de investimento.

b) Os Ativos Financeiros Designados ao Valor Justo - Títulos e Valores Mobiliários são apresentados na tabela a seguir:

	31/12/2018		
	Custo	Ajustes ao Valor Justo (no Resultado)	Valor Justo
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	1.232	37	1.269
Total	1.232	37	1.269

	31/12/2017		
	Custo	Ajustes ao Valor Justo (no Resultado)	Valor Justo
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	1.670	76	1.746
Total	1.670	76	1.746

O custo e o valor justo, por vencimento dos Ativos Financeiros Designados ao Valor Justo - Títulos e Valores Mobiliários foram os seguintes:

	31/12/2018		31/12/2017	
	Custo	Valor Justo	Custo	Valor Justo
Circulante	765	799	1.006	1.041
Até um ano	765	799	1.006	1.041
Não Circulante	467	470	664	705
De um a cinco anos	467	470	664	705

Nota 6 – Derivativos

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING negocia instrumentos financeiros derivativos com diversas contrapartes para administrar suas exposições globais e para auxiliar seus clientes a administrar suas próprias exposições.

Futuros - Contratos futuros de taxa de juros e de moedas estrangeiras são compromissos para comprar ou vender um instrumento financeiro em uma data futura a um preço ou rendimento contratado, e podem ser liquidados em dinheiro ou por entrega. O valor nominal representa o valor de face do instrumento relacionado. Contratos futuros de mercadorias ou instrumentos financeiros são compromissos para comprar ou vender mercadorias (principalmente ouro, café e suco de laranja) em uma data futura, por um preço contratado, que são liquidados em dinheiro. O valor referencial representa a quantidade dessas mercadorias multiplicada pelo preço futuro na data do contrato. Para todos os instrumentos são efetuadas liquidações diárias dos movimentos de preços.

Termo - Contratos a termo de juros são contratos para efetuar troca de pagamentos em uma data futura especificada, com base na flutuação em mercado da taxa de juros entre a data da negociação e a data da liquidação do contrato. Contratos a termo de câmbio representam contratos para a troca da moeda de um país pela de outro, por um preço contratado em uma data de liquidação futura acordada. Contratos a termo de instrumentos financeiros são compromissos para comprar ou vender um instrumento financeiro em uma data futura, a um preço contratado e são liquidados em dinheiro.

Swaps - Contratos de *swaps* de taxa de juros e de câmbio são compromissos para liquidar em dinheiro em uma data ou datas futuras, o diferencial entre dois índices financeiros especificados (duas taxas de juros diferentes em uma única moeda ou duas taxas diferentes cada uma delas em moeda diferente) aplicado sobre um valor referencial de principal. Os contratos de *swap* apresentados na tabela abaixo em Outros correspondem, principalmente, a contratos de *swaps* de índices de inflação.

Opções - Contratos de opção dão ao comprador, mediante o pagamento de um prêmio, o direito, mas não a obrigação, de comprar ou vender um instrumento financeiro dentro de um prazo limitado inclusive um fluxo de juros, moedas estrangeiras, mercadorias ou instrumentos financeiros, a um preço contratado que também pode ser liquidado em dinheiro, com base no diferencial entre índices específicos.

Derivativos de Crédito - São instrumentos financeiros cujo valor deriva do risco de crédito associado à dívida emitida por um terceiro (entidade de referência) e permite que uma entidade (comprador da proteção) transfira esse risco a uma contraparte (vendedor da proteção). O vendedor da proteção é obrigado a realizar pagamentos com base no contrato quando a entidade de referência sofrer um evento de crédito, tal como falência, inadimplência ou reestruturação da dívida. O vendedor da proteção recebe um prêmio pela proteção, mas por outro lado recebe o risco de que o instrumento subjacente referenciado no contrato sofra um evento de crédito e tenha que fazer um pagamento ao comprador da proteção que pode chegar ao valor referencial do derivativo de crédito.

O valor total das margens dadas em garantia pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING era de R\$ 12.855 (R\$ 18.284 em 31/12/2017) e estava basicamente composto por títulos públicos.

I - Resumo Derivativos

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos) por tipo de instrumento demonstrada pelo seu valor justo e por prazo de vencimento.

	31/12/2018							
	Valor Justo	%	0-30 dias	31-90 dias	91-180 dias	181-365 dias	366-720 dias	Acima de 720 dias
Ativo								
Contratos de Swaps - Ajuste a Receber	13.049	55,6	705	187	245	700	2.881	8.331
Contratos de Opções	4.215	18,0	1.167	408	610	872	975	183
Contratos a Termo	1.835	7,8	893	716	145	81	-	-
Derivativos de Crédito - Instituições Financeiras	120	0,5	-	-	1	5	9	105
NDF - Non Deliverable Forward	3.711	15,8	1.013	968	772	653	178	127
Verificação de Swap - Empresas	44	0,2	-	-	7	-	13	24
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	492	2,1	209	10	2	2	13	256
Total	23.466	100,0	3.987	2.289	1.782	2.313	4.069	9.026
% por prazo de vencimento			17,0	9,8	7,6	9,9	17,3	38,4

	31/12/2018							
	Valor Justo	%	0-30 dias	31-90 dias	91-180 dias	181-365 dias	366-720 dias	Acima de 720 dias
Passivo								
Contratos de Swaps - Ajuste a Pagar	(19.354)	70,3	(923)	(979)	(606)	(1.417)	(4.687)	(10.742)
Contratos de Opções	(3.929)	14,3	(883)	(500)	(604)	(831)	(823)	(288)
Contratos a Termo	(470)	1,7	(470)	-	-	-	-	-
Derivativos de Crédito - Instituições Financeiras	(140)	0,5	-	-	-	(2)	(4)	(134)
NDF - Non Deliverable Forward	(3.384)	12,3	(890)	(772)	(583)	(552)	(150)	(437)
Verificação de Swap - Empresas	(162)	0,6	-	-	(16)	-	-	(146)
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	(80)	0,3	(2)	(2)	(8)	(13)	(8)	(47)
Total	(27.519)	100,0	(3.168)	(2.253)	(1.817)	(2.815)	(5.672)	(11.794)
% por prazo de vencimento			11,5	8,2	6,6	10,2	20,6	42,9

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos) por tipo de instrumento demonstrada pelo seu valor justo e por prazo de vencimento.

	31/12/2017							
	Valor Justo	%	0-30 dias	31-90 dias	91-180 dias	181-365 dias	366-720 dias	Acima de 720 dias
Ativo								
Contrato de Futuros	158	0,7	153	11	(2)	(3)	38	(39)
Contratos de <i>Swaps</i> - Ajuste a Receber	9.190	40,2	189	187	327	744	1.661	6.082
Contratos de Opções	3.337	14,6	430	440	353	955	865	294
Contratos a Termo	6.911	30,3	6.529	293	46	43	-	-
Derivativos de Crédito	137	0,6	-	-	1	8	21	107
<i>NDF - Non Deliverable Forward</i>	2.950	12,9	677	717	624	610	166	156
Verificação de <i>Swap</i>	68	0,3	-	-	6	-	-	62
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	92	0,4	-	-	-	3	5	84
Total	22.843	100,0	7.978	1.648	1.355	2.360	2.756	6.746
% por prazo de vencimento			34,9	7,2	5,9	10,3	12,1	29,6

	31/12/2017							
	Valor Justo	%	0 - 30 dias	31 - 90 dias	91 - 180 dias	181 - 365 dias	366 - 720 dias	Acima de 720 dias
Passivo								
Contratos de <i>Swaps</i> - Ajuste a Pagar	(13.692)	51,2	(65)	(202)	(451)	(1.711)	(3.747)	(7.516)
Contratos de Opções	(2.793)	10,4	(332)	(174)	(304)	(821)	(889)	(273)
Contratos a Termo	(6.272)	23,5	(6.272)	-	-	-	-	-
Derivativos de Crédito	(58)	0,2	-	-	(1)	(2)	(7)	(48)
<i>NDF - Non Deliverable Forward</i>	(3.745)	14,0	(927)	(735)	(547)	(785)	(225)	(526)
Verificação de <i>Swap</i>	(122)	0,5	-	-	(73)	-	-	(49)
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	(64)	0,2	-	(2)	(2)	(6)	(9)	(45)
Total	(26.746)	100,0	(7.596)	(1.113)	(1.378)	(3.325)	(4.877)	(8.457)
% por prazo de vencimento			28,4	4,2	5,2	12,4	18,2	31,6

II - Derivativos por Indexador e Fator de Risco

A tabela a seguir apresenta a composição dos derivativos por indexador:

	Conta de Compensação Valor Referencial	Valor Patrimonial a Receber / (Recebido) (A Pagar) / Pago	Ajustes ao Valor Justo (Resultado / Patrimônio Líquido)	Valor Justo
	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2018
Contratos de Futuros	586.033	-	-	-
Compromissos de Compra	268.228	-	-	-
Ações	13.675	-	-	-
Commodities	194	-	-	-
Juros	243.369	-	-	-
Moeda Estrangeira	10.990	-	-	-
Compromissos de Venda	317.805	-	-	-
Ações	13.965	-	-	-
Commodities	155	-	-	-
Juros	265.218	-	-	-
Moeda Estrangeira	38.467	-	-	-
Contratos de Swaps	-	(5.188)	(1.117)	(6.305)
Posição Ativa	939.510	6.263	6.786	13.049
Commodities	6	-	-	-
Juros	925.381	5.124	6.380	11.504
Moeda Estrangeira	14.123	1.139	406	1.545
Posição Passiva	939.510	(11.451)	(7.903)	(19.354)
Ações	76	(5)	2	(3)
Commodities	620	-	(1)	(1)
Juros	913.745	(9.410)	(7.973)	(17.383)
Moeda Estrangeira	25.069	(2.036)	69	(1.967)
Contratos de Opções	1.262.568	324	(38)	286
De Compra - Posição Comprada	151.179	1.935	(108)	1.827
Ações	8.211	289	100	389
Commodities	321	10	(3)	7
Juros	100.338	183	(98)	85
Moeda Estrangeira	42.309	1.453	(107)	1.346
De Venda - Posição Comprada	495.464	1.808	580	2.388
Ações	10.802	394	500	894
Commodities	278	11	1	12
Juros	441.673	427	460	887
Moeda Estrangeira	42.711	976	(381)	595
De Compra - Posição Vendida	116.005	(1.564)	153	(1.411)
Ações	9.716	(184)	(98)	(282)
Commodities	317	(9)	6	(3)
Juros	69.934	(147)	95	(52)
Moeda Estrangeira	36.038	(1.224)	150	(1.074)
De Venda - Posição Vendida	499.920	(1.855)	(663)	(2.518)
Ações	8.898	(246)	(503)	(749)
Commodities	192	(6)	(2)	(8)
Juros	448.029	(528)	(497)	(1.025)
Moeda Estrangeira	42.801	(1.075)	339	(736)
Operações a Termo	2.341	1.363	2	1.365
Compras a Receber	415	496	-	496
Ações	36	36	-	36
Juros	379	460	-	460
Obrigações por Compra a Pagar	-	(381)	-	(381)
Ações	-	(2)	-	(2)
Juros	-	(379)	-	(379)
Vendas a Receber	1.307	1.337	2	1.339
Ações	1.307	1.292	2	1.294
Juros	-	45	-	45
Obrigações por Venda a Entregar	619	(89)	-	(89)
Ações	2	(2)	-	(2)
Juros	45	(87)	-	(87)
Moeda Estrangeira	572	-	-	-
Derivativos de Crédito	8.324	(243)	223	(20)
Posição Ativa	3.825	(87)	207	120
Ações	1.576	(44)	136	92
Juros	2.249	(43)	71	28
Posição Passiva	4.499	(156)	16	(140)
Ações	1.316	(55)	(14)	(69)
Juros	3.183	(101)	30	(71)
NDF - Non Deliverable Forward	225.355	99	228	327
Posição Ativa	122.495	3.378	333	586.033
Commodities	167	16	1	17
Moeda Estrangeira	122.328	3.362	332	3.694
Posição Passiva	102.860	(3.279)	(105)	(3.384)
Commodities	96	(6)	1	(5)
Moeda Estrangeira	102.764	(3.273)	(106)	(3.379)
Verificação de Swap	1.334	(71)	(47)	(118)
Posição Ativa	115	7	37	44
Juros	115	2	21	23
Moeda Estrangeira	-	5	16	21
Posição Passiva	1.219	(78)	(84)	(162)
Juros	1.219	(17)	(6)	(23)
Moeda Estrangeira	-	(61)	(78)	(139)
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	5.304	198	214	412
Posição Ativa	4.296	205	287	492
Ações	217	(8)	10	2
Juros	4.074	213	65	278
Moeda Estrangeira	5	-	212	212
Posição Passiva	1.008	(7)	(73)	(80)
Ações	842	(4)	(42)	(46)
Juros	158	(2)	(21)	(23)
Moeda Estrangeira	8	(1)	(10)	(11)
ATIVO	15.342	8.124	23.466	
PASSIVO	(18.860)	(8.659)	(27.519)	
TOTAL	(3.518)	(535)	(4.053)	

Os contratos de derivativos possuem os seguintes vencimentos em dias:

Compensação - Valor Referencial	0 - 30	31 - 180	181 - 365	Acima de 365	31/12/2018
Contrato de Futuros	217.836	193.637	33.969	140.591	586.033
Contratos de Swaps	70.403	96.913	96.090	676.104	939.510
Contratos de Opções	595.515	131.147	329.834	206.072	1.262.568
Contratos a Termo	1.412	844	85	-	2.341
Derivativos de Crédito	-	1.188	680	6.456	8.324
NDF - Non Deliverable Forward	76.032	102.024	30.212	17.087	225.355
Verificação de Swap	-	115	-	1.219	1.334
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	8	405	357	4.534	5.304

A tabela a seguir apresenta a composição dos derivativos por indexador:

	Conta de Compensação Valor Referencial	Valor Patrimonial a Receber / (Recebido) (A Pagar) / Pago	Ajustes ao Valor Justo (Resultado / Patrimônio Líquido)	Valor Justo
	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2017
Contratos de Futuros	607.980	8	150	158
Compromissos de Compra	323.102	8	150	158
Ações	18.149	-	-	-
Commodities	187	-	-	-
Juros	275.155	7	(3)	4
Moeda Estrangeira	29.611	1	153	154
Compromissos de Venda	284.878	-	-	-
Ações	11.359	-	-	-
Commodities	168	-	-	-
Juros	245.230	-	-	-
Moeda Estrangeira	28.121	-	-	-
Contratos de Swaps	837.299	(4.770)	268	(4.502)
Posição Ativa	837.299	3.630	5.560	9.190
Ações	350	-	1	1
Juros	825.811	2.937	5.314	8.251
Moeda Estrangeira	11.138	693	245	938
Posição Passiva	837.299	(8.400)	(5.292)	(13.692)
Ações	1.088	(1)	-	(1)
Juros	814.141	(8.244)	(5.275)	(13.519)
Moeda Estrangeira	22.070	(155)	(17)	(172)
Contratos de Opções	1.847.829	452	92	544
De Compra - Posição Comprada	245.514	1.256	392	1.648
Ações	8.655	396	618	1.014
Commodities	367	11	18	29
Juros	204.674	202	(44)	158
Moeda Estrangeira	31.818	647	(200)	447
De Venda - Posição Comprada	736.856	1.457	232	1.689
Ações	11.795	358	34	392
Commodities	269	4	-	4
Juros	700.658	416	348	764
Moeda Estrangeira	24.134	679	(150)	529
De Compra - Posição Vendida	88.688	(1.008)	(229)	(1.237)
Ações	9.159	(128)	(527)	(655)
Commodities	278	(6)	(14)	(20)
Juros	51.477	(155)	65	(90)
Moeda Estrangeira	27.774	(719)	247	(472)
De Venda - Posição Vendida	776.771	(1.253)	(303)	(1.556)
Ações	10.241	(261)	(33)	(294)
Commodities	222	(8)	4	(4)
Juros	742.475	(435)	(378)	(813)
Moeda Estrangeira	23.833	(549)	104	(445)
Contratos a Termo	9.954	639	-	639
Compras a Receber	1.654	1.861	-	1.861
Ações	25	25	-	25
Juros	1.629	1.836	-	1.836
Obrigações por Compra a Pagar - Juros	-	(1.644)	-	(1.644)
Vendas a Receber	737	5.049	1	5.050
Ações	737	729	1	730
Juros	-	4.320	-	4.320
Obrigações por Venda a Entregar	7.563	(4.627)	(1)	(4.628)
Ações	3.261	1	-	1
Juros	4.302	(4.628)	(1)	(4.629)
Derivativos de Crédito	10.110	(30)	109	79
Posição Ativa	5.831	38	99	137
Ações	1.955	22	69	91
Juros	3.876	16	30	46
Posição Passiva	4.279	(68)	10	(58)
Ações	769	(21)	4	(17)
Juros	3.510	(47)	6	(41)
NDF - Non Deliverable Forward	252.628	(948)	153	(795)
Posição Ativa	119.312	2.781	169	2.950
Commodities	80	6	1	7
Moeda Estrangeira	119.232	2.775	168	2.943
Posição Passiva	133.316	(3.729)	(16)	(3.745)
Commodities	175	(14)	-	(14)
Moeda Estrangeira	133.141	(3.715)	(16)	(3.731)
Verificação de Swap	955	(73)	19	(54)
Posição Ativa - Moeda Estrangeira	514	-	68	68
Posição Passiva - Juros	441	(73)	(49)	(122)
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	4.225	90	(62)	28
Posição Ativa	2.464	100	(8)	92
Ações	191	(9)	5	(4)
Juros	2.147	109	(15)	94
Moeda Estrangeira	126	-	2	2
Posição Passiva	1.761	(10)	(54)	(64)
Ações	1.404	(1)	(57)	(58)
Juros	327	(2)	(2)	(4)
Moeda Estrangeira	30	(7)	5	(2)
	Ativo	16.180	6.663	22.843
	Passivo	(20.812)	(5.934)	(26.746)
	Total	(4.632)	729	(3.903)

Os contratos de derivativos possuem os seguintes vencimentos em dias:

Compensação - Valor Referencial	0 - 30	31 - 180	181 - 365	Acima de 365	31/12/2017
Contrato de Futuros	187.771	152.660	87.819	179.730	607.980
Contratos de Swaps	37.526	135.791	115.296	548.686	837.299
Contratos de Opções	418.679	290.491	457.164	681.495	1.847.829
Contratos a Termo	6.997	1.933	1.024	-	9.954
Derivativos de Crédito	-	510	1.230	8.370	10.110
NDF - Non Deliverable Forward	63.446	136.650	39.109	13.423	252.628
Verificação de Swap	-	293	-	662	955
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	-	474	851	2.900	4.225

III - Derivativos por Valor Referencial

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos por tipo de instrumento, demonstrada pelo seu valor referencial, por local de negociação (mercado organizado ou balcão) e contrapartes.

	31/12/2018							
	Contratos de Futuros	Contratos de Swaps	Contratos de Opções	Operações a Termo	Derivativos de Crédito	NDF - Non Deliverable Forward	Verificação de Swap	Outros Instrumentos Financeiros Derivativos
B3	480.950	20.209	1.106.794	1.912	-	47.628	-	-
Balcão	105.083	919.301	155.774	429	8.324	177.727	1.334	5.304
Instituições Financeiras	104.297	702.848	110.859	-	7.742	103.172	-	3.602
Empresas	786	150.639	44.464	429	582	73.811	1.334	1.702
Pessoas Físicas	-	65.814	451	-	-	744	-	-
Total	586.033	939.510	1.262.568	2.341	8.324	225.355	1.334	5.304

	31/12/2017							
	Contratos de Futuros	Contratos de Swaps	Contratos de Opções	Operações a Termo	Derivativos de Crédito	NDF - Non Deliverable Forward	Verificação de Swap	Outros Instrumentos Financeiros Derivativos
B3	476.031	24.339	1.746.729	4.023	-	76.838	-	-
Balcão	131.949	812.960	101.100	5.931	10.110	175.790	955	4.225
Instituições Financeiras	131.525	525.855	69.460	-	10.110	118.743	-	1.792
Empresas	424	173.129	31.340	5.931	-	56.905	955	2.433
Pessoas Físicas	-	113.976	300	-	-	142	-	-
Total	607.980	837.299	1.847.829	9.954	10.110	252.628	955	4.225

IV – Derivativos de Crédito

a) Informações sobre Derivativos de Crédito

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING compra e vende proteção de crédito predominantemente relacionada a títulos privados de empresas brasileiras, visando atender a necessidades de seus clientes. Quando o ITAÚ UNIBANCO HOLDING vende proteção de crédito, a exposição para uma dada entidade de referência pode ser compensada, parcial ou totalmente, por um contrato de compra de proteção de crédito de outra contraparte para a mesma entidade de referência ou entidade similar. Os derivativos de crédito em que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING é vendedor de proteção são *credit default swaps* e *total return swaps*.

Credit Default Swaps – CDS

CDS são derivativos de crédito em que, na ocorrência de um evento de crédito com respeito à entidade de referência, conforme os termos do contrato, o comprador da proteção tem direito a receber do vendedor da proteção o valor equivalente à diferença entre o valor de face do contrato de CDS e o valor justo da obrigação na data da liquidação do contrato, também conhecido como valor recuperado. O comprador da proteção não precisa deter o instrumento de dívida da entidade de referência para que receba os montantes devidos conforme os termos do contrato de CDS quando um evento de crédito ocorre.

	31/12/2018				
	Potencial Máximo de Pagamentos Futuros, Bruto	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos
Por Instrumento					
CDS	6.853	1.685	1.913	3.203	52
Total por Instrumento	6.853	1.685	1.913	3.203	52
Por Classificação de Risco					
Grau de Investimento	1.361	300	510	539	12
Abaixo do grau de investimento	5.492	1.385	1.403	2.664	40
Total por Risco	6.853	1.685	1.913	3.203	52
Por Entidade de Referência					
Governo brasileiro	3.772	1.167	1.118	1.487	-
Governo - outros países	314	71	85	156	2
Entidades Privadas	2.767	447	710	1.560	50
Total por Entidade	6.853	1.685	1.913	3.203	52

	31/12/2017				
	Potencial Máximo de Pagamentos Futuros, Bruto	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos
Por Instrumento					
CDS	6.416	1.200	2.412	2.804	-
Total por Instrumento	6.416	1.200	2.412	2.804	-
Por Classificação de Risco					
Grau de Investimento	1.416	449	347	620	-
Abaixo do grau de investimento	5.000	751	2.065	2.184	-
Total por Risco	6.416	1.200	2.412	2.804	-
Por Entidade de Referência					
Governo brasileiro	3.597	406	1.671	1.520	-
Governo - outros países	329	144	90	95	-
Entidades Privadas	2.490	650	651	1.189	-
Total por Entidade	6.416	1.200	2.412	2.804	-

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia o risco do derivativo de crédito com base nas classificações de crédito atribuídas à entidade de referência, dado por agências de classificação de risco independentes. São consideradas como grau de investimento aquelas entidades cujo risco de crédito é classificado como Baa3 ou superior, conforme a classificação da Moody's, e BBB- ou superior, pela classificação da Standard & Poor's e da Fitch Ratings. A perda potencial máxima que pode ser incorrida com o derivativo de crédito se baseia no valor contratual do derivativo (*notional*). O ITAÚ UNIBANCO HOLDING acredita, com base em sua experiência histórica, que o montante de perda potencial máxima não representa o nível de perda real. Isso porque, caso ocorra um evento de perda, o montante da perda potencial máxima deverá ser reduzido do valor *notional* pelo valor recuperável.

Os derivativos de crédito vendidos não estão cobertos por garantias, sendo que, durante o período, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING não incorreu em nenhum evento de perda relativo a qualquer contrato de derivativos de crédito.

A tabela a seguir apresenta o valor nominal dos derivativos de crédito comprados que possuem valores subjacentes idênticos àqueles que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING atua como vendedor da proteção.

	31/12/2018		
	Valor Nominal da Proteção Vendida	Valor Nominal da Proteção Comprada com Valor Subjacente Idêntico	Posição Líquida
CDS	(6.853)	1.471	(5.382)
Total	(6.853)	1.471	(5.382)

	31/12/2017		
	Valor Nominal da Proteção Vendida	Valor Nominal da Proteção Comprada com Valor Subjacente Idêntico	Posição Líquida
CDS	(6.416)	3.694	(2.722)
Total	(6.416)	3.694	(2.722)

b) Instrumentos Financeiros sujeitos a compensação, acordos master de compensação executáveis e acordos similares

Os quadros a seguir apresentam os ativos e passivos financeiros sujeitos a compensação, acordos master de compensação executáveis e acordos similares e a forma como esses ativos e passivos financeiros estão apresentados nas demonstrações contábeis consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Estes quadros também refletem os valores das garantias concedidas ou recebidas em relação aos ativos e passivos financeiros sujeitos aos mencionados acordos e que não foram apresentados em base líquida, de acordo com o IAS 32

Ativos financeiros sujeitos a compensação, acordos master de compensação executáveis e a acordos similares:

31/12/2018						
	Montante bruto dos ativos financeiros reconhecidos ⁽¹⁾	Montante bruto reconhecido de forma líquida no Balanço Patrimonial	Montante líquido dos ativos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial	Montante relacionado nao compensado no Balanço Patrimonial ⁽²⁾		Total
				Instrumentos Financeiros ⁽³⁾	Garantias Recebidas em Espécie	
Operações Compromissadas	280.126	-	280.126	(2.822)	-	277.304
Instrumentos Financeiros Derivativos	23.466	-	23.466	(3.091)	-	20.375

31/12/2017						
	Montante bruto dos ativos financeiros reconhecidos ⁽¹⁾	Montante bruto reconhecido de forma líquida no Balanço Patrimonial	Montante líquido dos ativos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial	Montante relacionado nao compensado no Balanço Patrimonial ⁽²⁾		Total
				Instrumentos Financeiros ⁽³⁾	Garantias Recebidas em Espécie	
Operações Compromissadas	244.699	-	244.699	(575)	-	244.124
Instrumentos Financeiros Derivativos	22.843	-	22.843	(3.138)	-	19.705

Passivos financeiros sujeitos a compensação, acordos master de compensação executáveis e a acordos similares:

	31/12/2018					
	Montante bruto dos passivos financeiros reconhecidos ⁽¹⁾	Montante bruto reconhecido de forma líquida no Balanço Patrimonial	Montante líquido dos passivos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial	Montante relacionado nao compensado no Balanço Patrimonial ⁽²⁾		Total
				Instrumentos Financeiros ⁽³⁾	Garantias Entregues em Espécie	
Operações Compromissadas	330.237	-	330.237	(23.079)	-	307.158
Instrumentos Financeiros Derivativos	27.519	-	27.519	(3.091)	(333)	24.095
	31/12/2017					
	Montante bruto dos passivos financeiros reconhecidos ⁽¹⁾	Montante bruto reconhecido de forma líquida no Balanço Patrimonial	Montante líquido dos passivos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial	Montante relacionado nao compensado no Balanço Patrimonial ⁽²⁾		Total
				Instrumentos Financeiros ⁽³⁾	Garantias Entregues em Espécie	
Operações Compromissadas	312.634	-	312.634	(14.489)	-	298.145
Instrumentos Financeiros Derivativos	26.746	-	26.746	(3.138)	(452)	23.156

(1) Inclui montantes de acordos master de compensação e similares executáveis e não executáveis;

(2) Limitado aos valores sujeitos a acordos master de compensação e similares executáveis;

(3) Inclui valores sujeitos a acordos master de compensação e similares executáveis e garantias em instrumentos financeiros.

Os ativos e passivos financeiros são apresentados de forma líquida no Balanço Patrimonial somente quando existe um direito legalmente exequível de compensar os montantes reconhecidos e existe a intenção de liquidá-los em base líquida, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. Os Instrumentos Financeiros Derivativos e as Operações Compromissadas não compensados no Balanço Patrimonial referem-se a operações nas quais existem acordos master de compensação ou acordos similares executáveis,mas que não atendem a os critérios de compensação do parágrafo 42 do IAS32, principalmente porque o ITAÚ UNIBANCO HOLDING não tem a intenção de liquidá-los em bases líquidas,ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

Nota 7 – Hedge Contábil

As relações de *hedge* são de três tipos: *Hedge* de Valor Justo, *Hedge* de Fluxo de Caixa e *Hedge* de Investimento Líquido de Operações no Exterior.

Na contabilidade de *hedge*, os grupos de fatores de risco mensurados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING são:

- **Taxa de Juros:** Risco de perda nas operações sujeitas às variações de taxas de juros;
- **Moedas:** Risco de perda nas operações sujeitas à variação cambial.

A estrutura de limites de risco estende-se em nível de fator de risco, com limites específicos que visam a melhorar o processo de acompanhamento e compreensão, bem como evitar a concentração desses riscos.

As estruturas designadas para as categorias de risco de taxa de juros e risco cambial são realizadas considerando os riscos em sua totalidade, quando existem instrumentos de *hedge* compatíveis. Por decisão da administração, em alguns casos, os riscos são protegidos pelo prazo e limite de fator de risco do instrumento de *hedge*.

Os demais fatores de risco protegidos pela instituição são apresentados na Nota 32.

Para proteger os fluxos de caixa e o valor justo dos instrumentos designados como objeto de *hedge*, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza instrumentos financeiros derivativos e ativos financeiros. Atualmente, são utilizados Contratos Futuros, Opções, NDF (*non deliverable forward*), *Forward*, *Swap* e Ativos Financeiros.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING realiza o gerenciamento de risco através da relação econômica entre os instrumentos de *hedge* e objetos de *hedge*, onde se espera que esses instrumentos se movam em sentidos contrários, nas mesmas proporções, com o objetivo de neutralização dos fatores de riscos.

O índice de cobertura designado é sempre 100% do fator de risco que seja elegível a cobertura. As fontes de inefetividade, em geral, estão relacionadas ao risco de crédito da contraparte e possíveis descasamentos de prazos entre o instrumento de *hedge* e o objeto de *hedge*.

a) *Hedge* de Fluxo de Caixa

As estratégias de *hedge* de fluxo de caixa do ITAÚ UNIBANCO HOLDING consistem em um *hedge* de exposição à variação nos fluxos de caixa, em pagamentos de juros e exposição à taxa de câmbio, que são atribuíveis às alterações nas taxas de juros relativas a ativos e passivos reconhecidos e alterações de taxas de câmbio de ativos e passivos não reconhecidos.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING aplica o *hedge* de fluxo de caixa como segue:

Risco de Taxa de Juros:

- ***Hedge* de depósitos a prazo e operações compromissadas:** proteger as alterações no fluxo de caixa de pagamento de juros resultantes de variações na taxa DI, através de contratos futuros.
- ***Hedge* de Empréstimos Sindicalizados:** proteger a variação nos fluxos de caixa de pagamento de juros resultantes de variações na LIBOR, através de contratos futuros.
- ***Hedge* de Operações Ativas:** proteger as alterações no fluxo de caixa de recebimento de juros resultantes de variações na taxa DI, através de contratos futuros.
- ***Hedge* de Ativos Denominados em UF*:** proteger alterações no fluxo de caixa de recebimento de juros resultantes das variações na UF*, através de contratos de *swap*.
- ***Hedge* de Captações:** proteger alterações no fluxo de caixa de pagamento de juros resultantes das variações da TPM*, através de contratos de *swap*.

- ***Hedge* de Operações de Crédito:** proteger alterações no fluxo de caixa de recebimento de juros resultantes das variações da TPM*, através de contratos de *swap*.
- ***Hedge* de Operações Compromissadas Ativas:** proteger alterações no fluxo de caixa de recebimento de juros resultantes das variações na Selic, através de contratos futuros.

*UF – Unidade de Fomento / TPM – Taxa de Política Monetária

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING não utiliza o método qualitativo para avaliar a eficácia e medir a ineficácia dessas estratégias.

No caso de estratégias de *hedge* de fluxo de caixa, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adota o método derivativo hipotético. O método derivativo hipotético é baseado em uma comparação da mudança no valor justo, de um derivativo hipotético, com prazos idênticos aos prazos críticos da obrigação de taxa variável, e essa mudança no valor justo do derivativo hipotético é considerada uma representação do valor presente da alteração cumulativa, no fluxo de caixa futuro esperado, da obrigação protegida.

a) Hedge de Fluxo de Caixa

Estratégias		Rubrica		31/12/2018				Instrumentos de <i>Hedge</i>	
				Objetos de <i>Hedge</i>					
				Valor Contábil		Variação no Valor Reconhecida em Outros Resultados Abrangentes	Reserva de <i>Hedge</i> de Fluxo de Caixa	Valor Nominal	Variação no Valor Utilizada para Calcular a Inefetividade do <i>Hedge</i>
				Ativos	Passivos				
Risco de Taxa de Juros									
<i>Hedge</i> de Depósitos e Operações Compromissadas		Captações no Mercado Aberto	-	29.727	(1.682)	(2.946)	29.727	(1.800)	
<i>Hedge</i> de Operações Ativas		Oper.Crédito e Arrend. Merc. Fin e TVM	7.866	-	136	136	8.003	136	
<i>Hedge</i> de Compromissadas Ativas		Aplicações no Mercado Aberto	36.668	-	353	353	38.013	359	
<i>Hedge</i> de Operações de Crédito		Oper.Crédito e Arrend. Merc. Fin	274	-	6	6	268	7	
<i>Hedge</i> de Captações		Depósitos	-	3.200	78	86	3.105	82	
<i>Hedge</i> de Ativos Denominados em UF		Titulos e Valores Mobiliários	13.247	-	26	26	13.221	23	
Risco Cambial									
<i>Hedge</i> de Transações Previstas Altamente Prováveis			71	-	6	6	71	6	
Total			58.126	32.927	(1.077)	(2.333)	92.408	(1.187)	

Estratégias		Rubrica		31/12/2017				Instrumentos de <i>Hedge</i>	
				Objetos de <i>Hedge</i>					
				Valor Contábil		Variação no Valor Reconhecida em Outros Resultados Abrangentes	Reserva de <i>Hedge</i> de Fluxo de Caixa	Valor Nominal	Variação no Valor Utilizada para Calcular a Inefetividade do <i>Hedge</i>
				Ativos	Passivos				
Risco de Taxa de Juros									
<i>Hedge</i> de Depósitos e Operações Compromissadas		Captações no Mercado Aberto	-	62.667	(3.227)	(3.227)	62.667	(3.377)	
<i>Hedge</i> de Operações Ativas		Oper.Crédito e Arrend. Merc. Fin e TVM	23.490	-	429	429	23.919	429	
<i>Hedge</i> de Compromissadas Ativas		Aplicações no Mercado Aberto	31.099	-	672	672	31.855	670	
<i>Hedge</i> de Operações de Crédito		Oper.Crédito e Arrend. Merc. Fin	1.124	-	14	14	1.124	13	
<i>Hedge</i> de Captações		Depósitos	-	6.444	(16)	(16)	6.444	(17)	
<i>Hedge</i> de Ativos Denominados em UF		Titulos e Valores Mobiliários	15.227	-	(29)	(29)	15.227	(34)	
Risco Cambial									
<i>Hedge</i> de Transações Previstas Altamente Prováveis			219	-	(5)	(5)	232	(5)	
Total			71.159	69.111	(2.162)	(2.162)	141.468	(2.321)	

Para as estratégias de depósitos e operações compromissadas, operações ativas e compromissadas ativas frequentemente a entidade reestabelece a relação de cobertura, dado que tanto o item protegido quanto os instrumentos mudam ao longo do tempo. Isso ocorre por se tratarem de estratégias de portfolio, refletindo as diretrizes de estratégia de gerenciamento de risco aprovadas em alçada competente.

O valor de R\$ (1.615) em Reserva de Hedge de Fluxo de Caixa será reconhecido no resultado pelo prazo do vencimento do objeto de hedge. No período findo em 31/12/2018, foi reconhecido o montante de R\$ (499) em Resultado referente a esse diferimento

Instrumentos de Hedge	31/12/2018						
	Valor Nominal	Valor Contábil (*)		Variação no Valor Justo Utilizada para Calcular a Inefetividade do Hedge	Variação no Valor Reconhecida em Outros Resultados Abrangentes	Inefetividade do Hedge Reconhecida no Resultado	Montante Reclassificado da Reserva de Hedge de Fluxo de Caixa para o Resultado
		Ativos	Passivos				
Risco de Taxa de Juros							
Futuros de Taxa de Juros	75.743	256	21	(1.305)	(1.193)	(112)	-
Swap de Taxa de Juros	16.594	3.023	13.519	112	110	2	-
Risco Cambial							
Futuros	6	5	-	1	1	-	-
Opções	65	9	-	5	5	-	-
Total	92.408	3.293	13.540	(1.187)	(1.077)	(110)	-

Instrumentos de Hedge	31/12/2017						
	Valor Nominal	Valor Contábil (*)		Variação no Valor Justo Utilizada para Calcular a Inefetividade do Hedge	Variação no Valor Reconhecida em Outros Resultados Abrangentes	Inefetividade do Hedge Reconhecida no Resultado	Montante Reclassificado da Reserva de Hedge de Fluxo de Caixa para o Resultado
		Ativos	Passivos				
Risco de Taxa de Juros							
Futuros de Taxa de Juros	118.441	13	(32)	(2.278)	(2.126)	(152)	-
Swap de Taxa de Juros	22.795	14	(44)	(38)	(31)	(7)	-
Risco Cambial							
Futuros de DDI	78	-	-	1	1	-	-
Opções	154	9	-	(6)	(6)	-	-
Total	141.468	36	(76)	(2.321)	(2.162)	(159)	-

(*) Valores registrados na rubrica Derivativos.

Para as estratégias de depósitos e operações compromissadas, operações ativas e compromissadas ativas frequentemente a entidade reestabelece a relação de cobertura, dado que tanto o item protegido quanto os instrumentos mudam ao longo do tempo. Isso ocorre por se tratarem de estratégias de portfolio, refletindo as diretrizes de estratégia de gerenciamento de risco aprovadas em alçada competente.

b) Hedge de Investimento Líquido de Operações no Exterior

As estratégias de investimento líquido no exterior do ITAÚ UNIBANCO HOLDING consistem em um *hedge* de exposição em moeda estrangeira, oriunda da moeda funcional da operação no exterior em relação à moeda funcional da matriz, através da contratação de futuros DDI, NDF e ativos financeiros.

O risco protegido nesse tipo de estratégia é o risco cambial.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING não utiliza o método qualitativo para avaliar a eficácia e medir a ineficácia dessas estratégias.

Para avaliar a eficácia e medir a ineficácia dessas estratégias, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adota o *Dollar Offset Method*. O *Dollar Offset Method* é baseado em uma comparação da variação do valor justo (fluxo de caixa), do instrumento de *hedge*, atribuível às variações das taxas de câmbio e o ganho (perda) decorrente da variação entre as taxas de câmbio sobre o montante do investimento no exterior designado como objeto de *hedge*.

Estratégias	31/12/2018				
	Objetos de Hedge			Instrumentos de Hedge	
	Valor Contábil ⁽²⁾		Variação no Valor Reconhecida em Outros Resultados Abrangentes	Reserva de Conversão de Moeda Estrangeira	Variação no Valor Utilizada para Calcular a Inefetividade do Hedge
	Ativos	Passivos			
Risco Cambial					
Hedge de Investimento de Operações Líquidas no Exterior ⁽¹⁾	-	14.820	(7.300)	(7.300)	12.550 (7.296)
Total	-	14.820	(7.300)	(7.300)	12.550 (7.296)

Estratégias	31/12/2017				
	Objetos de Hedge			Instrumentos de Hedge	
	Valor Contábil ⁽²⁾		Variação no Valor Reconhecida em Outros Resultados Abrangentes	Reserva de Conversão de Moeda Estrangeira	Variação no Valor Utilizada para Calcular a Inefetividade do Hedge
	Ativos	Passivos			
Risco Cambial					
Hedge de Investimento de Operações Líquidas no Exterior ⁽¹⁾	-	13.074	(5.507)	(5.507)	10.561 (5.503)
Total	-	13.074	(5.507)	(5.507)	10.561 (5.503)

(1) Os instrumentos de hedge incluem a alíquota de overhedge de 44,65% referente a impostos;

(2) Valores registrados na rubrica de Hedge de Investimento no Exterior

Instrumentos de Hedge	31/12/2018						
	Valor Nominal	Valor Contábil (*)		Variação no Valor Justo Utilizada para Calcular a Inefetividade do Hedge	Variação no Valor do Instrumento de Hedge Reconhecida em Outros Resultados Abrangentes	Inefetividade de Hedge Reconhecida no Resultado	Montante Reclassificado da Reserva de Conversão de Moeda Estrangeira para o Resultado
		Ativos	Passivos				
Risco Cambial							
Futuro DDI	27.990	-	113	(11.394)	(11.353)	(41)	-
Forward	(1.470)	1.059	-	764	726	38	-
NDF	(13.167)	255	-	3.198	3.189	9	-
Ativos Financeiros	(803)	803	-	136	138	(2)	-
Total	12.550	2.117	113	(7.296)	(7.300)	4	-

Instrumentos de Hedge	31/12/2017						
	Valor Nominal	Valor Contábil (*)		Variação no Valor Justo Utilizada para Calcular a Inefetividade do Hedge	Variação no Valor do Instrumento de Hedge Reconhecida em Outros Resultados Abrangentes	Inefetividade de Hedge Reconhecida no Resultado	Montante Reclassificado da Reserva de Conversão de Moeda Estrangeira para o Resultado
		Ativos	Passivos				
Risco Cambial							
Futuro DDI	23.641	49	-	(7.646)	(7.605)	(41)	-
Forward	(1.065)	1.050	-	661	623	38	-
NDF	(11.474)	-	357	1.525	1.516	9	-
Ativos Financeiros	(541)	541	-	(43)	(41)	(2)	-
Total	10.561	1.640	357	(5.503)	(5.507)	4	-

(*) Valores registrados na rubrica de Instrumentos Financeiros Derivativos.

c) Hedge de Valor Justo

As estratégias de *hedge* de valor justo do ITAÚ UNIBANCO HOLDING consistem em proteger a exposição à variação no valor justo, em recebimentos e pagamentos de juros relativos a ativos e passivos reconhecidos.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING aplica o *hedge* de valor justo como segue:

Risco de Taxa de Juros:

- Proteger o risco de variação do valor justo de recebimento e pagamento de juros resultante das variações no valor justo das taxas variáveis envolvidas, através da contratação de contratos de *Swap* e Futuros.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING não utiliza o método qualitativo para avaliar a eficácia e medir a ineficácia dessas estratégias.

Para avaliar a eficácia e medir a ineficácia das estratégias, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adota os métodos *percentagem approach* e o *dollar offset*:

- O método *percentagem approach* é baseado no cálculo da mudança no valor justo da estimativa revisada da posição coberta (objeto de *hedge*) atribuível ao risco protegido versus a mudança no valor justo do instrumento derivativo de *hedge*.
- O *dollar offset method* é calculado pela diferença entre a variação do valor justo do instrumento de cobertura e a variação no valor justo do objeto coberto atribuído às alterações na taxa de juros.

A seguir são apresentados os efeitos da contabilização de cobertura sobre a posição financeira e desempenho do ITAÚ UNIBANCO HOLDING:

Estratégias	31/12/2018						
	Objetos de <i>Hedge</i>				Instrumentos de <i>Hedge</i>		
	Valor Contábil ^(*)		Valor Justo		Variação no Valor Utilizada para Calcular a Inefetividade do <i>Hedge</i>	Valor Nominal	Variação no Valor Reconhecida em Resultado
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos			
Risco de Taxa de Juros							
<i>Hedge</i> de Operações de Crédito	7.066	-	7.119	-	53	7.066	(54)
<i>Hedge</i> de Captações	-	9.124	-	9.081	(43)	9.124	43
<i>Hedge</i> de Títulos Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	5.391	-	5.483	-	93	5.401	(82)
Total	12.457	9.124	12.602	9.081	103	21.591	(93)

Estratégias	31/12/2017						
	Objetos de <i>Hedge</i>				Instrumentos de <i>Hedge</i>		
	Valor Contábil ^(*)		Valor Justo		Variação no Valor Utilizada para Calcular a Inefetividade do <i>Hedge</i>	Valor Nominal	Variação no Valor Reconhecida em Resultado
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos			
Risco de Taxa de Juros							
<i>Hedge</i> de Operações de Crédito	5.977	-	5.978	-	(50)	5.977	52
<i>Hedge</i> de Captações	-	12.157	-	9.562	108	12.157	(113)
<i>Hedge</i> de Empréstimos Sindicalizados	-	794	-	779	-	794	-
<i>Hedge</i> de Títulos Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	482	-	450	-	(33)	482	34
Total	6.459	12.951	6.428	10.341	25	19.410	(27)

(*) Valores registrados na rubrica de Depósitos, Títulos e Valores Mobiliários, Recursos de Mercados Interbancários e Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil.

Para as estratégias de operações de crédito, a entidade reestabelece a relação de cobertura dado que tanto o item protegido quanto os instrumentos mudam ao longo do tempo. Isso ocorre por se tratarem de estratégias de portfólio, refletindo as diretrizes de estratégia de gerenciamento de risco aprovadas em alçada competente.

Instrumentos de <i>Hedge</i>	31/12/2018				
	Valor Nominal	Valor Contábil (*)		Variação no Valor Justo Utilizada para Calcular a Inefetividade do <i>Hedge</i>	Inefetividade do <i>Hedge</i> Reconhecida no Resultado
		Ativos	Passivos		
Risco de Taxa de Juros					
Swap de Taxa de Juros	21.591	86	1.078	(93)	10
Total	21.591	86	1.078	(93)	10

Instrumentos de <i>Hedge</i>	31/12/2017				
	Valor Nominal	Valor Contábil (*)		Variação no Valor Justo Utilizada para Calcular a Inefetividade do <i>Hedge</i>	Inefetividade do <i>Hedge</i> Reconhecida no Resultado
		Ativos	Passivos		
Risco de Taxa de Juros					
Swap de Taxa de Juros	19.410	86	114	(27)	(2)
Total	19.410	86	114	(27)	(2)

(*) Valores registrados na rubrica Instrumentos Financeiros Derivativos.

A tabela abaixo apresenta para cada estratégia o valor nominal e o ajustes ao valor justo dos instrumentos de hedge e o valor contábil do objeto hedge:

Estratégias	31/12/2018			31/12/2017		
	Instrumentos de Hedge		Objeto de Hedge	Instrumentos de Hedge		Objeto de Hedge
	Valor Nominal	Ajustes ao Valor Justo	Valor Contábil	Valor Nominal	Ajustes ao Valor Justo	Valor Contábil
Hedge de Depósitos e Operações Compromissadas	29.727	(21)	29.727	62.667	(32)	62.667
Hedge de Transações Previstas Altamente Prováveis	71	6	71	232	9	219
Hedge de Investimento de Operações Líquidas no Exterior (*)	12.550	2.230	14.820	10.561	1.283	13.074
Hedge de Operações de Crédito (Valor Justo)	7.066	(54)	7.066	5.977	52	5.977
Hedge de Operações de Crédito (Fluxo de Caixa)	268	7	274	1.124	14	1.124
Hedge de Captações (Valor Justo)	9.124	43	9.124	12.157	(114)	12.157
Hedge de Captações (Fluxo de Caixa)	3.105	82	3.200	6.444	(16)	6.444
Hedge de Empréstimos Sindicalizados (Valor Justo)	-	-	-	794		794
Hedge de Operações Ativas	8.003	136	7.866	23.919	2	23.490
Hedge de Operações Compromissadas Ativas	38.013	8	36.668	31.855	11	31.099
Hedge de Ativos Denominados em UF	13.221	23	13.247	15.227	(28)	15.227
Hedge de Títulos Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	5.401	(82)	5.391	482	34	482
Total		2.378			1.215	

(*) Os instrumentos de hedge incluem a alíquota de overhedge de 44,65% referente a impostos.

A tabela abaixo apresenta a abertura por ano de vencimento das estratégias de *hedge* :

Estratégias		31/12/2018							
		0-1 ano	1-2 anos	2-3 anos	3-4 anos	4-5 anos	5-10 anos	Acima de 10 anos	Total
Hedge de Depósitos e Operações Compromissadas		11.925	4.729	3.519	-	5.737	3.817	-	29.727
Hedge de Transações Previstas Altamente Prováveis		71	-	-	-	-	-	-	71
Hedge de Investimento de Operações Líquidas no Exterior (*)		12.550	-	-	-	-	-	-	12.550
Hedge de Operações de Crédito (Valor Justo)		293	1.416	1.793	1.379	375	822	988	7.066
Hedge de Operações de Crédito (Fluxo de Caixa)		-	28	162	78	-	-	-	268
Hedge de Captações (Valor Justo)		1.590	297	154	391	377	3.972	2.343	9.124
Hedge de Captações (Fluxo de Caixa)		2.874	-	-	-	-	231	-	3.105
Hedge de Operações Ativas		6.346	-	1.657	-	-	-	-	8.003
Hedge de Operações Compromissadas Ativas		26.943	5.838	1.517	-	3.715	-	-	38.013
Hedge de Ativos Denominados em UF		12.241	924	56	-	-	-	-	13.221
Hedge de Títulos Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		4.223	-	-	-	-	1.178	-	5.401
Total		79.056	13.232	8.858	1.848	10.204	10.020	3.331	126.549

Estratégias		31/12/2017							
		0-1 ano	1-2 anos	2-3 anos	3-4 anos	4-5 anos	5-10 anos	Acima de 10 anos	Total
Hedge de Depósitos e Operações Compromissadas		31.471	11.205	6.210	12.125	-	1.656	-	62.667
Hedge de Transações Previstas Altamente Prováveis		162	70	-	-	-	-	-	232
Hedge de Investimento de Operações Líquidas no Exterior (*)		10.561	-	-	-	-	-	-	10.561
Hedge de Operações de Crédito (Valor Justo)		268	143	628	1.502	1.335	642	1.459	5.977
Hedge de Operações de Crédito (Fluxo de Caixa)		-	-	27	157	75	865	-	1.124
Hedge de Captações (Valor Justo)		2.399	3.669	799	218	348	2.099	2.625	12.157
Hedge de Captações (Fluxo de Caixa)		1.646	749	1.026	884	525	1.614	-	6.444
Hedge de Empréstimos Sindicalizados (Valor Justo)		794	-	-	-	-	-	-	794
Hedge de Operações Ativas		16.726	5.940	-	1.253	-	-	-	23.919
Hedge de Operações Compromissadas Ativas		251	25.209	3.956	1.349	-	1.090	-	31.855
Hedge de Ativos Denominados em UF		12.352	2.822	-	53	-	-	-	15.227
Hedge de Títulos Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		-	-	223	-	-	259	-	482
Total		76.630	49.807	12.869	17.541	2.283	8.225	4.084	171.439

(*) Classificados como corrente pois os instrumentos são renovados frequentemente.

Nota 8 - Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes - Títulos e Valores Mobiliários

O valor justo e o custo correspondente aos Ativos Financeiros - Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes - Títulos e Valores Mobiliários são apresentados na tabela a seguir:

	31/12/2018				31/12/2017			
	Custo	Ajustes ao Valor Justo (no PL)	Perda Esperada	Valor Justo	Custo	Ajustes ao Valor Justo (no PL)	Perda Esperada	Valor Justo
Títulos Públicos do Governo Brasileiro ^(1a)	27.064	775	-	27.839	31.933	993	-	32.926
Outros Públicos	36	-	(36)	-	36	-	(36)	-
Títulos Públicos - Outros Países ^(1b)	18.844	(70)	(2)	18.772	16.583	(41)	-	16.542
Alemanha	22	-	-	22	-	-	-	-
Colômbia	5.491	14	-	5.505	2.928	92	-	3.020
Chile	7.647	7	(1)	7.653	9.554	(4)	-	9.550
Estados Unidos	2.634	(16)	-	2.618	1.568	(18)	-	1.550
França	891	-	-	891	-	-	-	-
Paraguai	1.601	(71)	(1)	1.529	1.915	(115)	-	1.800
Uruguai	557	(4)	-	553	618	4	-	622
Outros	1	-	-	1	-	-	-	-
Títulos de Dívida de Empresas ^(1c)	2.719	40	(47)	2.712	2.656	73	(48)	2.681
Ações Negociáveis	77	84	-	161	73	75	-	148
Certificado de Depósito Bancário	1.053	-	-	1.053	685	-	-	685
Debêntures	44	-	(42)	2	44	-	(43)	1
<i>Eurobonds</i> e Assemelhados	1.542	(44)	(2)	1.496	1.851	(2)	(2)	1.847
Outros	3	-	(3)	-	3	-	(3)	-
Total	48.663	745	(85)	49.323	51.208	1.025	(84)	52.149

(1) Os Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes - Títulos e Valores Mobiliários dados em Garantias de Operações de Captações de Instituições Financeira e Clientes eram: a) R\$ 25.147 (R\$ 26.953 em 31/12/2017), b) R\$ 3.583 (R\$ 37 em 31/12/2017) e c) R\$ 237 (R\$ 479 em 31/12/2017) totalizando R\$ 28.967 (R\$ 27.469 em 31/12/2017).

O custo e o valor justo dos Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes - Títulos e Valores Mobiliários, por vencimento, são os seguintes:

	31/12/2018		31/12/2017	
	Custo	Valor Justo	Custo	Valor Justo
Circulante	10.666	10.684	9.546	9.666
Sem Vencimento	77	161	73	148
Até um ano	10.589	10.523	9.473	9.518
Não Circulante	37.997	38.639	41.662	42.483
De um a cinco anos	21.417	21.650	23.138	23.415
De cinco a dez anos	11.906	12.029	11.368	11.680
Após dez anos	4.674	4.960	7.156	7.388
Total	48.663	49.323	51.208	52.149

Os Instrumentos Patrimoniais ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes - Títulos e Valores Mobiliários são apresentados na tabela a seguir:

	31/12/2018			
	Custo	Ajustes ao Valor Justo (no PL)	Perda Esperada	Valor Justo
Ações Negociáveis	77	84	-	161
Total	77	84	-	161

	31/12/2017			
	Custo	Ajustes ao Valor Justo (no PL)	Perda Esperada	Valor Justo
Ações Negociáveis	73	75	-	148
Total	73	75	-	148

No período não houve recebimento de dividendos e também não houve reclassificações no Patrimônio Líquido.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING adotou a opção de designar instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes devido às particularidades de determinado mercado.

	31/12/2018		31/12/2017	
	Custo	Valor Justo	Custo	Valor Justo
Circulante	77	161	73	148
Sem Vencimento	77	161	73	148

Reconciliação das perdas esperadas para os Demais Ativos Financeiros, segregadas por estágios:

Estágio 1	Perda Esperada 01/01/2018	Ganhos / (Perdas)	Compras	Liquidações	Transferência para Estágio 3	Perda Esperada 31/12/2018
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de	(84)	(1)	(2)	2	-	(85)
Outros Resultados Abrangentes	(36)	-	-	-	-	(36)
Títulos Públicos - Governo Brasileiro	(36)	-	-	-	-	(36)
Outros	(36)	-	-	-	-	(36)
Títulos de Dívida de Empresas	(48)	(1)	(2)	2	-	(49)
Debêntures	(43)	-	-	-	-	(43)
Eurobonds e Assemelhados	(2)	(1)	(2)	2	-	(3)
Outros	(3)	-	-	-	-	(3)

Estágio 1	Perda Esperada 01/01/2017	Ganhos / (Perdas)	Compras	Liquidações	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Perda Esperada 31/12/2017
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de	(93)	-	(2)	-	-	11	(84)
Outros Resultados Abrangentes	(36)	-	-	-	-	-	(36)
Títulos Públicos - Governo Brasileiro	(36)	-	-	-	-	-	(36)
Outros	(36)	-	-	-	-	-	(36)
Títulos de Dívida de Empresas	(57)	-	(2)	-	-	11	(48)
Debêntures	(43)	-	-	-	-	-	(43)
Eurobonds e Assemelhados	(11)	-	(2)	-	-	11	(2)
Outros	(3)	-	-	-	-	-	(3)

Estágio 3	Perda Esperada 01/01/2017	Ganhos / (Perdas)	Compras	Liquidações	Transferência de Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Perda Esperada 31/12/2017
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de	-	-	-	10	(10)	-	-
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	10	(10)	-	-
Títulos de Dívida de Empresas	-	-	-	10	(10)	-	-
Eurobonds e Assemelhados	-	-	-	10	(10)	-	-

Estágio 1	Perda Esperada 01/01/2016	Ganhos / (Perdas)	Compras	Liquidações	Transferência para Estágio 2	Transferência de Estágio 3	Perda Esperada 31/12/2016
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados	(82)	-	(1)	-	-	(10)	(93)
Abrangentes	(36)	-	-	-	-	-	(36)
Títulos Públicos - Governo Brasileiro	(36)	-	-	-	-	-	(36)
Outros	(36)	-	-	-	-	-	(36)
Títulos de Dívida de Empresas	(46)	-	(1)	-	-	(10)	(57)
Debêntures	(43)	-	-	-	-	-	(43)
Outros	(3)	-	-	-	-	-	(3)

Estágio 3	Perda Esperada 01/01/2016	Ganhos / (Perdas)	Compras	Liquidações	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Perda Esperada 31/12/2016
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados	(13)	-	-	-	13	-	-
Abrangentes	(13)	-	-	-	13	-	-
Títulos de Dívida de Empresas	(13)	-	-	-	13	-	-
Eurobonds e Assemelhados	(13)	-	-	-	13	-	-

Nota 9 - Ativos Financeiros ao Custo Amortizado - Títulos e Valores Mobiliários

Os Ativos Financeiros ao Custo Amortizado - Títulos e Valores Mobiliários são apresentados na tabela a seguir:

	31/12/2018			31/12/2017		
	Custo Amortizado	Perda Esperada	Valor Justo	Custo Amortizado	Perda Esperada	Valor Justo
Títulos Públicos do Governo Brasileiro (1a)	54.064	(58)	54.006	54.875	(66)	54.809
Títulos Públicos - Outros Países (1b)	6.700	(3)	6.697	8.414	(3)	8.411
Colômbia	356	(3)	353	836	(3)	833
Chile	256	-	256	154	-	154
Coréia	1.385	-	1.385	1.944	-	1.944
Dinamarca	-	-	-	1.951	-	1.951
Espanha	2.411	-	2.411	2.937	-	2.937
Estados Unidos	19	-	19	16	-	16
México	2.258	-	2.258	559	-	559
Paraguai	-	-	-	4	-	4
Uruguai	15	-	15	13	-	13
Títulos de Dívida de Empresas (1c)	49.631	(3.585)	46.046	48.135	(5.113)	43.022
Cédula de Produtor Rural	4.181	(178)	4.003	2.899	(160)	2.739
Certificado de Depósito Bancário	123	-	123	130	-	130
Certificado de Recebíveis Imobiliários	9.876	(361)	9.515	13.839	(2.056)	11.783
Debêntures	29.001	(3.013)	25.988	23.397	(2.857)	20.540
Eurobonds e Assemelhados	4.005	(2)	4.003	3.660	(3)	3.657
Letras Financeiras	-	-	-	60	-	60
Notas Promissórias	1.069	(14)	1.055	3.246	(23)	3.223
Outros	1.376	(17)	1.359	904	(14)	890
Total (2)	110.395	(3.646)	106.749	111.424	(5.182)	106.242

(1) Os Ativos Financeiros ao Custo Amortizado - Títulos e Valores Mobiliários dados em Garantias de Operações de Captações de Instituições Financeira e Clientes eram a) R\$ 24.988 (R\$ 26.953 em 31/12/2017); b)(R\$ 479 em 31/12/2017); e c) 8.860 (R\$ 37 em 31/12/2017), totalizando R\$ 33.848 (R\$ 27.469 em 31/12/2017).

(2) De forma a refletir o gerenciamento de riscos à atual estratégia considerada nos modelos de negócios, no período findo em 30/06/2018, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING alterou a classificação de Títulos Públicos do Governo Brasileiro de Valor Justo por meio do Resultado, no montante de R\$ 3.707 e Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes, no montante de R\$ 8.678 para custo amortizado. O valor justo desses instrumentos em 30/06/2018 era de R\$ 11.880. Caso os ativos financeiros não tivessem sido reclassificados, o ajuste ao valor justo que teria sido reconhecido em Outros Resultados Abrangentes seria de R\$ (282), líquido de efeitos tributários.

O resultado com os Ativos Financeiros - Custo Amortizado - Títulos e Valores Mobiliários foi de R\$ 2.614 (Nota 21a).

O valor justo dos Ativos Financeiros - Custo Amortizado - Títulos e Valores Mobiliários é divulgado na Nota 28.

O custo amortizado dos Ativos Financeiros - Custo Amortizado - Títulos e Valores Mobiliários, por vencimento, são os seguintes:

	31/12/2018		31/12/2017	
	Custo Amortizado	Valor Justo	Custo Amortizado	Valor Justo
Circulante	14.661	14.119	26.057	25.652
Até um ano	14.661	14.119	26.057	25.652
Não Circulante	95.734	92.630	85.367	80.590
De um a cinco anos	51.820	50.970	53.303	50.650
De cinco a dez anos	31.318	29.802	19.883	18.571
Após dez anos	12.596	11.858	12.181	11.369
Total	110.395	106.749	111.424	106.242

Reconciliação das perdas esperadas para os Ativos Financeiros ao Custo Amortizado - Títulos e Valores Mobiliários, segregadas por estágios:

Estágio 1	Perda Esperada 01/01/2018	Ganhos / (Perdas)	Compras	Liquidações	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 2	Transferência do Estágio 3	Perda Esperada 31/12/2018
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	(76)	(129)	(28)	14	-	-	(4)	-	(223)
Títulos Públicos - Outros Países - Colombia	(3)	1	(2)	-	-	-	-	-	(4)
Títulos de Dívida de Empresas	(73)	(130)	(26)	14	-	-	(4)	-	(219)
Célula do Produtor Rural	(9)	5	(7)	4	-	-	-	-	(7)
Certificado de Recebíveis Imobiliários	(9)	5	-	2	-	-	-	-	(2)
Debêntures	(52)	(140)	(18)	8	-	-	(4)	-	(206)
Eurobonds e Assemelhados	(2)	-	-	-	-	-	-	-	(2)
Notas Promissórias	(1)	-	(1)	-	-	-	-	-	(2)

Estágio 2	Perda Esperada 01/01/2018	Ganhos / (Perdas)	Compras	Liquidações	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 3	Perda Esperada 31/12/2018
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	(368)	(12)	(561)	6	51	74	(14)	-	(824)
Títulos Públicos - Governo Brasileiro	(65)	6	-	-	-	-	-	-	(59)
Títulos de Dívida de Empresas	(303)	(18)	(561)	6	51	74	(14)	-	(765)
Célula do Produtor Rural	-	11	(22)	-	-	11	-	-	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários	(5)	-	-	-	-	6	(1)	-	-
Debêntures	(284)	(22)	(539)	1	51	36	(8)	-	(765)
Eurobonds e Assemelhados	-	-	-	5	-	-	(5)	-	-
Outros	(14)	(7)	-	-	-	21	-	-	-

Estágio 3	Perda Esperada 01/01/2018	Ganhos / (Perdas)	Compras	Liquidações	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	Perda Esperada 31/12/2018
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	(4.738)	784	(594)	2.065	-	-	-	(116)	(2.599)
Títulos de Dívida de Empresas	(4.738)	784	(594)	2.065	-	-	-	(116)	(2.599)
Célula do Produtor Rural	(148)	(106)	(36)	127	-	-	-	(10)	(173)
Certificado de Recebíveis Imobiliários	(2.046)	463	-	1.244	-	-	-	(22)	(361)
Debêntures	(2.522)	432	(558)	678	-	-	-	(67)	(2.037)
Notas Promissórias	(22)	(5)	-	16	-	-	-	-	(11)
Outros	-	-	-	-	-	-	-	(17)	(17)

Estágio 1	Perda Esperada 01/01/2017	Ganhos / (Perdas)	Compras	Liquidações	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 2	Transferência do Estágio 3	Perda Esperada 31/12/2017
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	(82)	(24)	(44)	48	-	26	-	-	(76)
Títulos Públicos - Outros Países - Colombia	(3)	-	-	-	-	-	-	-	(3)
Títulos de Dívida de Empresas	(79)	(24)	(44)	48	-	26	-	-	(73)
Célula do Produtor Rural	(4)	(2)	(7)	4	-	-	-	-	(9)
Certificado de Recebíveis Imobiliários	(17)	(3)	-	-	-	11	-	-	(9)
Debêntures	(50)	(20)	(35)	39	-	14	-	-	(52)
<i>Eurobonds</i> e Assemelhados	(5)	1	(1)	3	-	-	-	-	(2)
Outros	(2)	-	-	1	-	1	-	-	-

Estágio 2	Perda Esperada 01/01/2017	Ganhos / (Perdas)	Compras	Liquidações	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 3	Perda Esperada 31/12/2017
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	(438)	(73)	(281)	314	-	176	(66)	-	(368)
Títulos Públicos - Governo Brasileiro	(72)	7	-	-	-	-	-	-	(65)
Títulos de Dívida de Empresas	(366)	(80)	(281)	314	-	176	(66)	-	(303)
Célula do Produtor Rural	(30)	(3)	-	33	-	-	-	-	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários	(50)	2	-	-	-	43	-	-	(5)
Debêntures	(286)	(79)	(267)	281	-	133	(66)	-	(284)
Outros	-	-	(14)	-	-	-	-	-	(14)

Estágio 3	Perda Esperada 01/01/2017	Ganhos / (Perdas)	Compras	Liquidações	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	Perda Esperada 31/12/2017
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	(3.298)	(528)	(1.276)	1.221	-	-	(115)	(742)	(4.738)
Títulos de Dívida de Empresas	(3.298)	(528)	(1.276)	1.221	-	-	(115)	(742)	(4.738)
Célula do Produtor Rural	(56)	(37)	(55)	-	-	-	-	-	(148)
Certificado de Recebíveis Imobiliários	(1.650)	(200)	-	125	-	-	(115)	(206)	(2.046)
Debêntures	(1.469)	(294)	(1.199)	976	-	-	-	(536)	(2.522)
<i>Eurobonds</i> e Assemelhados	(101)	3	-	98	-	-	-	-	-
Notas Promissórias	(22)	-	(22)	22	-	-	-	-	(22)

Estágio 1	Perda Esperada 01/01/2016	Ganhos / (Perdas)	Compras	Liquidações	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 2	Transferência do Estágio 3	Perda Esperada 31/12/2016
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	(199)	31	(34)	60	12	48	-	-	(82)
Títulos Públicos - Outros Países - Colômbia			(3)				-	-	(3)
Títulos de Dívida de Empresas	(199)	31	(31)	60	12	48	-	-	(79)
Célula do Produtor Rural	(2)	(1)	(2)	1	-	-	-	-	(4)
Certificado de Recebíveis Imobiliários	(54)	1	-	1	2	33	-	-	(17)
Debêntures	(109)	27	(25)	35	10	12	-	-	(50)
Eurobonds e Assemelhados	(32)	4	(2)	22	-	3	-	-	(5)
Notas Promissórias	(2)	-	-	1	-	-	-	-	(1)
Outros	-	-	(2)	-	-	-	-	-	(2)

Estágio 2	Perda Esperada 01/01/2016	Ganhos / (Perdas)	Compras	Liquidações	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 3	Perda Esperada 31/12/2016
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	(385)	21	(131)	161	-	68	(172)	-	(438)
Títulos Públicos - Governo Brasileiro	(78)	6	-	-	-	-	-	-	(72)
Títulos de Dívida de Empresas	(307)	15	(131)	161	-	68	(172)	-	(366)
Célula do Produtor Rural	(26)	11	(17)	2	-	-	-	-	(30)
Certificado de Recebíveis Imobiliários	(6)	-	-	-	-	6	(50)	-	(50)
Debêntures	(223)	4	(114)	107	-	62	(122)	-	(286)
Eurobonds e Assemelhados	(13)	-	-	13	-	-	-	-	-
Outros	(39)	-	-	39	-	-	-	-	-

Estágio 3	Perda Esperada 01/01/2016	Ganhos / (Perdas)	Compras	Liquidações	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	Perda Esperada 31/12/2016
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	(425)	(186)	(720)	176	-	-	(1.699)	(444)	(3.298)
Títulos de Dívida de Empresas	(425)	(186)	(720)	176	-	-	(1.699)	(444)	(3.298)
Célula do Produtor Rural	-	(56)	-	-	-	-	-	-	(56)
Certificado de Recebíveis Imobiliários	(10)	(1)	(95)	10	-	-	(1.321)	(233)	(1.650)
Debêntures	(285)	(149)	(623)	61	-	-	(262)	(211)	(1.469)
Eurobonds e Assemelhados	(52)	20	(2)	27	-	-	(94)	-	(101)
Notas Promissórias	(78)	-	-	78	-	-	(22)	-	(22)

Nota 10 - Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro

a) Composição da Carteira de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro

A tabela abaixo apresenta a composição dos saldos de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro por tipo, setor do devedor, vencimento e concentração:

Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, por tipo	31/12/2018	31/12/2017
Pessoas Físicas	212.564	193.385
Cartão de Crédito	78.255	67.413
Crédito Pessoal	29.543	27.295
Crédito Consignado	46.878	44.716
Veículos	15.920	14.165
Crédito Imobiliário	41.968	39.796
Grandes Empresas	102.643	107.647
Micro / Pequenas e Médias Empresas	68.812	60.290
Unidades Externas América Latina	152.072	136.397
Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	536.091	497.719
Provisão para Perda Esperada ^(*)	(33.509)	(36.469)
Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, líquido de Perda de Crédito Esperada	502.582	461.250
<i>(*) Contempla Perda de Crédito Esperada para operações de Garantias Financeiras Prestadas R\$ (1.191) (R\$ (1.907) em 31/12/2017) e Compromissos a Liberar R\$ (2.601) (R\$ (3.015) em 31/12/2017).</i>		
Por vencimento	31/12/2018	31/12/2017
Vencidas a partir de 1 dia	19.563	21.974
A vencer até 3 meses	144.812	127.402
A vencer de 3 a 12 meses	127.805	116.089
A vencer acima de um ano	243.911	232.254
Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	536.091	497.719
Por Concentração ^(*)	31/12/2018	31/12/2017
Principal Devedor	5.193	4.079
10 Maiores Devedores	31.564	28.958
20 Maiores Devedores	47.433	46.313
50 Maiores Devedores	73.358	74.772
100 Maiores Devedores	98.675	101.149

(*) Os valores incluem Garantias Financeiras Prestadas.

A composição da Carteira de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro por setor do devedor está evidenciada na Nota 32, item 1.4.1 - Por Setor de Atividade.

b) Valor Contábil Bruto (Carteira de Crédito)

Reconciliação da carteira bruta das Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, segregadas por estágios:

Estágio 1	Saldo inicial em 31/12/2017	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 2	Transferência do Estágio 3	Write Off	Aquisição / (Liquidação)	Saldo final em 31/12/2018
Pessoas Físicas	161.364	(15.847)	(1.921)	5.820	-	-	28.072	177.488
Cartão de Crédito	57.073	(6.361)	(471)	3.335	-	-	11.651	65.227
Crédito Pessoal	12.290	(4.854)	(908)	665	-	-	6.932	14.125
Crédito Consignado	42.115	(1.882)	(431)	542	-	-	3.812	44.156
Veículos	12.550	(1.442)	(104)	322	-	-	3.027	14.353
Crédito Imobiliário	37.336	(1.308)	(7)	956	-	-	2.650	39.627
Grandes Empresas	91.442	(726)	(137)	1.629	113	-	(1.605)	90.716
Micro / Pequenas e Médias Empresas	47.132	(4.891)	(742)	2.849	22	-	12.729	57.099
Unidades Externas América Latina	117.448	(10.913)	(1.261)	9.691	132	-	19.226	134.323
Total	417.386	(32.377)	(4.061)	19.989	267	-	58.422	459.626

Estágio 2	Saldo inicial em 31/12/2017	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 3	Write Off	Aquisição / (Liquidação)	Saldo final em 31/12/2018
Pessoas Físicas	13.032	(5.820)	(7.796)	15.847	1.018	-	748	17.029
Cartão de Crédito	6.027	(3.335)	(2.794)	6.361	60	-	2.170	8.489
Crédito Pessoal	3.108	(665)	(2.970)	4.854	611	-	(511)	4.427
Crédito Consignado	733	(542)	(1.136)	1.882	131	-	(44)	1.024
Veículos	987	(322)	(598)	1.442	65	-	(552)	1.022
Crédito Imobiliário	2.177	(956)	(298)	1.308	151	-	(315)	2.067
Grandes Empresas	3.833	(1.629)	(1.032)	726	1.347	-	(1.023)	2.222
Micro / Pequenas e Médias Empresas	6.001	(2.849)	(1.610)	4.891	505	-	(1.063)	5.875
Unidades Externas América Latina	13.028	(9.691)	(3.025)	10.913	1.002	-	(459)	11.768
Total	35.894	(19.989)	(13.463)	32.377	3.872	-	(1.797)	36.894

Estágio 3	Saldo inicial em 31/12/2017	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	Write Off	Aquisição / (Liquidação)	Saldo final em 31/12/2018
Pessoas Físicas	18.989	-	(1.018)	1.921	7.796	(8.520)	(1.121)	18.047
Cartão de Crédito	4.313	-	(60)	471	2.794	(3.155)	176	4.539
Crédito Pessoal	11.897	-	(611)	908	2.970	(3.724)	(449)	10.991
Crédito Consignado	1.868	-	(131)	431	1.136	(1.336)	(270)	1.698
Veículos	628	-	(65)	104	598	(283)	(437)	545
Crédito Imobiliário	283	-	(151)	7	298	(22)	(141)	274
Grandes Empresas	12.372	(113)	(1.347)	137	1.032	(1.172)	(1.204)	9.705
Micro / Pequenas e Médias Empresas	7.157	(22)	(505)	742	1.610	(2.471)	(673)	5.838
Unidades Externas América Latina	5.921	(132)	(1.002)	1.261	3.025	(1.384)	(1.708)	5.981
Total	44.439	(267)	(3.872)	4.061	13.463	(13.547)	(4.706)	39.571

Consolidado dos 3 Estágios	Saldo inicial em 31/12/2017	Write Off	Aquisição / (Liquidação)	Saldo final em 31/12/2018
Pessoas Físicas	193.385	(8.520)	27.699	212.564
Cartão de Crédito	67.413	(3.155)	13.997	78.255
Crédito Pessoal	27.295	(3.724)	5.972	29.543
Crédito Consignado	44.716	(1.336)	3.498	46.878
Veículos	14.165	(283)	2.038	15.920
Crédito Imobiliário	39.796	(22)	2.194	41.968
Grandes Empresas	107.647	(1.172)	(3.832)	102.643
Micro / Pequenas e Médias Empresas	60.290	(2.471)	10.993	68.812
Unidades Externas América Latina	136.397	(1.384)	17.059	152.072
Total	497.719	(13.547)	51.919	536.091

Reconciliação da carteira bruta das Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, segregadas por estágios:

Estágio 1	Saldo inicial em 31/12/2016	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 2	Transferência do Estágio 3	Write Off	Aquisição / (Liquidação)	Saldo final em 31/12/2017
Pessoas Físicas	151.645	(3.925)	(2.346)	2.747	72	-	13.171	161.364
Cartão de Crédito	48.772	(1.191)	(176)	1.513	10	-	8.145	57.073
Crédito Pessoal	11.068	(621)	(907)	313	6	-	2.431	12.290
Crédito Consignado	42.360	(412)	(866)	225	33	-	775	42.115
Veículos	13.482	(733)	(338)	211	9	-	(81)	12.550
Crédito Imobiliário	35.963	(968)	(59)	485	14	-	1.901	37.336
Grandes Empresas	104.359	(884)	(731)	894	4	-	(12.200)	91.442
Micro / Pequenas e Médias Empresas	43.047	(1.599)	(701)	901	10	-	5.474	47.132
Unidades Externas América Latina	113.441	(5.913)	(1.589)	1.501	74	-	9.934	117.448
Total	412.492	(12.321)	(5.367)	6.043	160	-	16.379	417.386

Estágio 2	Saldo inicial em 31/12/2016	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 3	Write Off	Aquisição / (Liquidação)	Saldo final em 31/12/2017
Pessoas Físicas	14.248	(2.747)	(2.282)	3.925	665	-	(777)	13.032
Cartão de Crédito	6.634	(1.513)	(722)	1.191	12	-	425	6.027
Crédito Pessoal	3.534	(313)	(872)	621	515	-	(377)	3.108
Crédito Consignado	771	(225)	(241)	412	44	-	(28)	733
Veículos	1.269	(211)	(297)	733	39	-	(546)	987
Crédito Imobiliário	2.040	(485)	(150)	968	55	-	(251)	2.177
Grandes Empresas	5.877	(894)	(434)	884	90	-	(1.690)	3.833
Micro / Pequenas e Médias Empresas	7.815	(901)	(946)	1.599	428	-	(1.994)	6.001
Unidades Externas América Latina	8.964	(1.501)	(1.246)	5.913	134	-	764	13.028
Total	36.904	(6.043)	(4.908)	12.321	1.317	-	(3.697)	35.894

Estágio 3	Saldo inicial em 31/12/2016	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	Write Off	Aquisição / (Liquidação)	Saldo final em 31/12/2017
Pessoas Físicas	20.574	(72)	(665)	2.346	2.282	(10.728)	5.252	18.989
Cartão de Crédito	4.457	(10)	(12)	176	722	(3.891)	2.871	4.313
Crédito Pessoal	13.328	(6)	(515)	907	872	(5.190)	2.501	11.897
Crédito Consignado	1.729	(33)	(44)	866	241	(1.177)	286	1.868
Veículos	815	(9)	(39)	338	297	(433)	(341)	628
Crédito Imobiliário	245	(14)	(55)	59	150	(37)	(65)	283
Grandes Empresas	11.525	(4)	(90)	731	434	(956)	732	12.372
Micro / Pequenas e Médias Empresas	8.985	(10)	(428)	701	946	(3.648)	611	7.157
Unidades Externas América Latina	4.371	(74)	(134)	1.589	1.246	(1.105)	28	5.921
Total	45.455	(160)	(1.317)	5.367	4.908	(16.437)	6.623	44.439

Consolidado dos 3 Estágios	Saldo inicial em 31/12/2016	Write Off	Aquisição / (Liquidação)	Saldo final em 31/12/2017
Pessoas Físicas	186.467	(10.728)	17.646	193.385
Cartão de Crédito	59.863	(3.891)	11.441	67.413
Crédito Pessoal	27.930	(5.190)	4.555	27.295
Crédito Consignado	44.860	(1.177)	1.033	44.716
Veículos	15.566	(433)	(968)	14.165
Crédito Imobiliário	38.248	(37)	1.585	39.796
Grandes Empresas	121.761	(956)	(13.158)	107.647
Micro / Pequenas e Médias Empresas	59.847	(3.648)	4.091	60.290
Unidades Externas América Latina	126.776	(1.105)	10.726	136.397
Total	494.851	(16.437)	19.305	497.719



c) Perda de Crédito Esperada

Reconciliação da perda de crédito esperada para as Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, segregadas por estágios:

Estágio 1	Saldo inicial em 01/01/2018	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 2	Transferência do Estágio 3	Write off	Constituição / (Reversão)	Saldo final em 31/12/2018
Pessoas Físicas	(3.834)	708	313	(388)	-	-	(691)	(3.892)
Cartão de Crédito	(2.135)	303	70	(246)	-	-	7	(2.001)
Crédito Pessoal	(759)	250	153	(39)	-	-	(568)	(963)
Crédito Consignado	(805)	98	82	(79)	-	-	(73)	(777)
Veículos	(123)	55	8	(16)	-	-	(65)	(141)
Crédito Imobiliário	(12)	2	-	(8)	-	-	8	(10)
Grandes Empresas	(451)	7	1	(259)	(85)	-	256	(531)
Micro / Pequenas e Médias Empresas	(1.149)	213	75	(177)	(4)	-	(70)	(1.112)
Unidades Externas América Latina	(1.013)	142	20	(659)	(45)	-	159	(1.396)
Total	(6.447)	1.070	409	(1.483)	(134)	-	(346)	(6.931)

Estágio 2	Saldo inicial em 01/01/2018	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 3	Write off	Constituição / (Reversão)	Saldo final em 31/12/2018
Pessoas Físicas	(2.209)	388	3.258	(708)	(145)	-	(2.700)	(2.116)
Cartão de Crédito	(1.261)	246	1.309	(303)	(29)	-	(1.048)	(1.086)
Crédito Pessoal	(567)	39	1.194	(250)	(78)	-	(1.013)	(675)
Crédito Consignado	(262)	79	628	(98)	(13)	-	(577)	(243)
Veículos	(108)	16	113	(55)	(16)	-	(44)	(94)
Crédito Imobiliário	(11)	8	14	(2)	(9)	-	(18)	(18)
Grandes Empresas	(1.174)	259	193	(7)	(147)	-	281	(595)
Micro / Pequenas e Médias Empresas	(701)	177	430	(213)	(195)	-	(55)	(557)
Unidades Externas América Latina	(1.223)	659	406	(142)	(405)	-	(478)	(1.183)
Total	(5.307)	1.483	4.287	(1.070)	(892)	-	(2.952)	(4.451)

Estágio 3	Saldo inicial em 01/01/2018	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	Write off	Constituição / (Reversão)	Saldo final em 31/12/2018
Pessoas Físicas	(8.787)	-	145	(313)	(3.258)	8.520	(4.724)	(8.417)
Cartão de Crédito	(3.288)	-	29	(70)	(1.309)	3.155	(1.507)	(2.990)
Crédito Pessoal	(3.812)	-	78	(153)	(1.194)	3.724	(2.452)	(3.809)
Crédito Consignado	(1.301)	-	13	(82)	(628)	1.336	(597)	(1.259)
Veículos	(316)	-	16	(8)	(113)	283	(150)	(288)
Crédito Imobiliário	(70)	-	9	-	(14)	22	(18)	(71)
Grandes Empresas	(9.827)	85	147	(1)	(193)	1.172	376	(8.241)
Micro / Pequenas e Médias Empresas	(3.554)	4	195	(75)	(430)	2.471	(1.474)	(2.863)
Unidades Externas América Latina	(2.547)	45	405	(20)	(406)	1.384	(1.467)	(2.606)
Total	(24.715)	134	892	(409)	(4.287)	13.547	(7.289)	(22.127)

Consolidado dos 3 Estágios	Saldo inicial em 01/01/2018	Write off	Constituição / (Reversão) ⁽¹⁾	Saldo final em 31/12/2018 ⁽²⁾
Pessoas Físicas	(14.830)	8.520	(8.115)	(14.425)
Cartão de Crédito	(6.684)	3.155	(2.548)	(6.077)
Crédito Pessoal	(5.138)	3.724	(4.033)	(5.447)
Crédito Consignado	(2.368)	1.336	(1.247)	(2.279)
Veículos	(547)	283	(259)	(523)
Crédito Imobiliário	(93)	22	(28)	(99)
Grandes Empresas	(11.452)	1.172	913	(9.367)
Micro / Pequenas e Médias Empresas	(5.404)	2.471	(1.599)	(4.532)
Unidades Externas América Latina	(4.783)	1.384	(1.786)	(5.185)
Total	(36.469)	13.547	(10.587)	(33.509)

(1) A alteração dos cenários macroeconômicos utilizados gerou, no quarto trimestre, uma constituição da provisão para Perda Esperada no montante de R\$ 41.

(2) Contempla Perda de Crédito Esperada para operações de Garantias Financeiras Prestadas R\$ (1.191) (R\$ (1.907) em 01/01/2018) e Compromissos a Liberar R\$ (2.601) (R\$ (3.015) em 01/01/2018).

Reconciliação da perda de crédito esperada para as Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, segregadas por estágios:

Estágio 1	Saldo inicial em 01/01/2017	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 2	Transferência do Estágio 3	Write off	Constituição / (Reversão)	Saldo final em 31/12/2017
Pessoas Físicas	(3.352)	107	118	(220)	(22)	-	(465)	(3.834)
Cartão de Crédito	(1.685)	50	21	(135)	(6)	-	(380)	(2.135)
Crédito Pessoal	(733)	29	56	(24)	(9)	-	(78)	(759)
Crédito Consignado	(787)	12	33	(40)	(4)	-	(19)	(805)
Veículos	(135)	15	8	(16)	(2)	-	7	(123)
Crédito Imobiliário	(12)	1	-	(5)	(1)	-	5	(12)
Grandes Empresas	(616)	7	6	(104)	(23)	-	279	(451)
Micro / Pequenas e Médias Empresas	(1.016)	51	29	(79)	(6)	-	(128)	(1.149)
Unidades Externas América Latina	(702)	97	31	(66)	(50)	-	(323)	(1.013)
Total	(5.686)	262	184	(469)	(101)	-	(637)	(6.447)

Estágio 2	Saldo inicial em 01/01/2017	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 3	Write off	Constituição / (Reversão)	Saldo final em 31/12/2017
Pessoas Físicas	(2.232)	220	721	(107)	(112)	-	(699)	(2.209)
Cartão de Crédito	(1.145)	135	293	(50)	(5)	-	(489)	(1.261)
Crédito Pessoal	(662)	24	261	(29)	(57)	-	(104)	(567)
Crédito Consignado	(251)	40	121	(12)	(27)	-	(133)	(262)
Veículos	(147)	16	43	(15)	(14)	-	9	(108)
Crédito Imobiliário	(27)	5	3	(1)	(9)	-	18	(11)
Grandes Empresas	(1.501)	104	89	(7)	(36)	-	177	(1.174)
Micro / Pequenas e Médias Empresas	(898)	79	182	(51)	(153)	-	140	(701)
Unidades Externas América Latina	(471)	66	124	(97)	(55)	-	(790)	(1.223)
Total	(5.102)	469	1.116	(262)	(356)	-	(1.172)	(5.307)

Estágio 3	Saldo inicial em 01/01/2017	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	Write off	Constituição / (Reversão)	Saldo final em 31/12/2017
Pessoas Físicas	(9.206)	22	112	(118)	(721)	10.728	(9.604)	(8.787)
Cartão de Crédito	(2.863)	6	5	(21)	(293)	3.891	(4.013)	(3.288)
Crédito Pessoal	(4.643)	9	57	(56)	(261)	5.190	(4.108)	(3.812)
Crédito Consignado	(1.246)	4	27	(33)	(121)	1.177	(1.109)	(1.301)
Veículos	(393)	2	14	(8)	(43)	433	(321)	(316)
Crédito Imobiliário	(61)	1	9	-	(3)	37	(53)	(70)
Grandes Empresas	(8.972)	23	36	(6)	(89)	956	(1.775)	(9.827)
Micro / Pequenas e Médias Empresas	(4.452)	6	153	(29)	(182)	3.648	(2.698)	(3.554)
Unidades Externas América Latina	(1.107)	50	55	(31)	(124)	1.105	(2.495)	(2.547)
Total	(23.737)	101	356	(184)	(1.116)	16.437	(16.572)	(24.715)

Consolidado dos 3 Estágios	Saldo inicial em 01/01/2017	Write off	Constituição / (Reversão)	Saldo final em 31/12/2017 ^(*)
Pessoas Físicas	(14.790)	10.728	(10.768)	(14.830)
Cartão de Crédito	(5.693)	3.891	(4.882)	(6.684)
Crédito Pessoal	(6.038)	5.190	(4.290)	(5.138)
Crédito Consignado	(2.284)	1.177	(1.261)	(2.368)
Veículos	(675)	433	(305)	(547)
Crédito Imobiliário	(100)	37	(30)	(93)
Grandes Empresas	(11.089)	956	(1.319)	(11.452)
Micro / Pequenas e Médias Empresas	(6.366)	3.648	(2.686)	(5.404)
Unidades Externas América Latina	(2.280)	1.105	(3.608)	(4.783)
Total	(34.525)	16.437	(18.381)	(36.469)

(*) Contempla Perda de Crédito Esperada para operações de Garantias Financeiras Prestadas R\$ (1.907) (R\$ (1.580) em 01/01/2017) e Compromissos a Liberar R\$ (3.015) (R\$ (2.691) em 01/01/2017).

Reconciliação da perda de crédito esperada para as Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, segregadas por estágios:

Estágio 1	Saldo inicial em 01/01/2016	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 2	Transferência do Estágio 3	Write off	Constituição / (Reversão)	Saldo final em 31/12/2016
Pessoas Físicas	(4.035)	161	1.387	(188)	(104)	-	(573)	(3.352)
Cartão de Crédito	(2.096)	32	761	(37)	(4)	-	(341)	(1.685)
Crédito Pessoal	(886)	76	337	(82)	(66)	-	(112)	(733)
Crédito Consignado	(811)	38	221	(21)	(15)	-	(199)	(787)
Veículos	(230)	15	67	(40)	(13)	-	66	(135)
Crédito Imobiliário	(12)	-	1	(8)	(6)	-	13	(12)
Grandes Empresas	(2.826)	136	355	(172)	-	-	1.891	(616)
Micro / Pequenas e Médias Empresas	(2.033)	115	603	(170)	(121)	-	590	(1.016)
Unidades Externas América Latina	(438)	6	254	(108)	(7)	-	(409)	(702)
Total	(9.332)	418	2.599	(638)	(232)	-	1.499	(5.686)

Estágio 2	Saldo inicial em 01/01/2016	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 3	Write off	Constituição / (Reversão)	Saldo final em 31/12/2016
Pessoas Físicas	(1.907)	188	860	(161)	(6.528)	-	5.316	(2.232)
Cartão de Crédito	(797)	37	418	(32)	(2.403)	-	1.632	(1.145)
Crédito Pessoal	(718)	82	329	(76)	(2.881)	-	2.602	(662)
Crédito Consignado	(221)	21	54	(38)	(913)	-	846	(251)
Veículos	(155)	40	55	(15)	(309)	-	237	(147)
Crédito Imobiliário	(16)	8	4	-	(22)	-	(1)	(27)
Grandes Empresas	(2.078)	172	684	(136)	(1.558)	-	1.415	(1.501)
Micro / Pequenas e Médias Empresas	(721)	170	287	(115)	(3.037)	-	2.518	(898)
Unidades Externas América Latina	(281)	108	92	(6)	(190)	-	(194)	(471)
Total	(4.987)	638	1.923	(418)	(11.313)	-	9.055	(5.102)

Estágio 3	Saldo inicial em 01/01/2016	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	Write off	Constituição / (Reversão)	Saldo final em 31/12/2016
Pessoas Físicas	(9.697)	103	6.528	(1.387)	(860)	12.103	(15.996)	(9.206)
Cartão de Crédito	(3.158)	4	2.403	(761)	(418)	4.641	(5.574)	(2.863)
Crédito Pessoal	(4.850)	66	2.881	(337)	(329)	5.592	(7.666)	(4.643)
Crédito Consignado	(1.074)	15	913	(221)	(54)	1.151	(1.976)	(1.246)
Veículos	(565)	13	309	(67)	(55)	671	(699)	(393)
Crédito Imobiliário	(50)	5	22	(1)	(4)	48	(81)	(61)
Grandes Empresas	(3.155)	-	1.558	(355)	(684)	2.995	(9.331)	(8.972)
Micro / Pequenas e Médias Empresas	(4.462)	121	3.037	(603)	(287)	3.862	(6.120)	(4.452)
Unidades Externas América Latina	(400)	7	190	(254)	(92)	1.014	(1.572)	(1.107)
Total	(17.714)	231	11.313	(2.599)	(1.923)	19.974	(33.019)	(23.737)

Consolidado dos 3 Estágios	Saldo inicial em 01/01/2016	Write off	Constituição / (Reversão)	Saldo final em 31/12/2016 ^(*)
Pessoas Físicas	(15.639)	12.103	(11.254)	(14.790)
Cartão de Crédito	(6.051)	4.641	(4.283)	(5.693)
Crédito Pessoal	(6.454)	5.592	(5.176)	(6.038)
Crédito Consignado	(2.106)	1.151	(1.329)	(2.284)
Veículos	(950)	671	(396)	(675)
Crédito Imobiliário	(78)	48	(70)	(100)
Grandes Empresas	(8.059)	2.995	(6.025)	(11.089)
Micro / Pequenas e Médias Empresas	(7.216)	3.862	(3.012)	(6.366)
Unidades Externas América Latina	(1.119)	1.014	(2.175)	(2.280)
Total	(32.033)	19.974	(22.466)	(34.525)

(*) Contempla Perda de Crédito Esperada para operações de Garantias Financeiras Prestadas R\$ (1.580) e Compromissos a Liberar R\$ (2.691).

d) Valor Presente das Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro (Arrendador)

É apresentada abaixo a análise do valor presente dos pagamentos mínimos futuros a receber de Arrendamentos Mercantis Financeiros por vencimento. A carteira é composta por arrendamentos de veículos, máquinas, equipamentos e imóveis contratados por pessoas físicas e jurídicas no Brasil e no Exterior.

	31/12/2018		
	Pagamentos Mínimos Futuros	Rendas a Apropriar	Valor Presente
Circulante	2.007	(708)	1.299
Até 1 ano	2.007	(708)	1.299
Não Circulante	8.518	(2.265)	6.253
Entre 1 e 5 anos	4.390	(2.038)	2.352
Acima de 5 anos	4.128	(227)	3.901
Total	10.525	(2.973)	7.552

	31/12/2017		
	Pagamentos Mínimos Futuros	Rendas a Apropriar	Valor Presente
Circulante	3.292	(1.898)	1.394
Até 1 ano	3.292	(1.898)	1.394
Não Circulante	9.223	(2.859)	6.364
Entre 1 e 5 anos	5.334	(2.803)	2.531
Acima de 5 anos	3.889	(56)	3.833
Total	12.515	(4.757)	7.758

Os valores da Perda de Crédito Esperada, referentes a Carteira de Arrendamento Mercantil Financeiro são: R\$ 243 (R\$ 322 em 31/12/2017).

e) Operações de Venda ou Transferência e Aquisições de Ativos Financeiros

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING realizou operações de venda ou transferência de ativos financeiros em que houve a retenção dos riscos de crédito dos ativos financeiros transferidos, por meio de cláusulas de coobrigação. Por conta disso, tais créditos permaneceram registrados no Balanço Patrimonial Consolidado e estão representados da seguinte forma:

Natureza da Operação	31/12/2018				31/12/2017			
	Ativo		Passivo (*)		Ativo		Passivo (*)	
	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Crédito Imobiliário	1.941	1.925	1.939	1.920	2.460	2.405	2.453	2.390
Capital de Giro	2.140	2.140	2.128	2.128	2.651	2.651	2.570	2.570
Outros	-	-	4	4	-	-	6	6
Total	4.081	4.065	4.071	4.052	5.111	5.056	5.029	4.966

(*) Rubrica Recursos de Outros Passivos.

As operações de transferência de ativos financeiros sem retenção de riscos e benefícios, geraram impacto no resultado de R\$ 372 no período de 01/01 a 31/12/2018 (R\$ 393 de 01/01 a 31/12/2017), líquido de Provisão para Perdas Esperadas.

Nota 11 - Investimentos em Coligadas e Entidades Controladas em Conjunto

a) A tabela abaixo apresenta os investimentos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, individualmente não materiais:

31/12/2018					
	Investimento	Resultado de Participações	Outros Resultados Abrangentes	Resultados Abrangentes Total	
Coligadas ^(a)	11.802	798	-	798	
Entidades Controladas em Conjunto ^(b)	217	(51)	-	(51)	
Total	12.019	747	-	747	

31/12/2017					01/01 a 31/12/2016
	Investimento	Resultado de Participações	Outros Resultados Abrangentes	Resultados Abrangentes Total	Resultado de Participações
Coligadas ^(a)	4.851	578	(102)	476	557
Entidades Controladas em Conjunto ^(b)	204	(28)	-	(28)	(29)
Total	5.055	550	(102)	448	528

(a) Em 31/12/2018, inclui participação no capital total e capital votante das seguintes companhias: XP Investimentos S.A. (49,90% capital total e 30,06% votante); Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. (42,93% capital total e votante; 42,93% em 31/12/2017); BSF Holding S.A. (49%% capital total e votante; 49% em 31/12/2017); IRB-Brasil Resseguros S.A. (11,20% capital total e 11,20% votante; 11,20% capital total e 11,20% votante em 31/12/2017); Gestora de Inteligência de Crédito S.A (20% capital total e votante; 20% em 31/12/2017), Companhia Uruguaya de Medios de Procesamiento S.A. (35,83% capital total e votante; 35,83% em 31/12/2017); Rias Redbanc S.A. (25% capital total e votante; 25% em 31/12/2017); Kinea Private Equity Investimentos S.A. (80% capital total e 40% votante; 80% capital total e 49% votante em 31/12/2017) e Tecnologia Bancária S.A. (28,95% capital total e votante; e 28,95%% em 31/12/2017).

(b) Em 31/12/2018, inclui participação no capital total e capital votante das seguintes companhias: Olimpia Promoção e Serviços S.A. (50% capital total e votante; 50% em 31/12/2017); ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. (50% capital total e votante; 50% em 31/12/2017) e inclui resultado não decorrente de lucro de empresas controladas.

Nota 12 – Compromissos de Arrendamento Mercantil – Entidade Arrendatária

a) Arrendamento Mercantil Financeiro

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING é o arrendatário de contratos de Arrendamento Mercantil Financeiro de equipamentos de processamento de dados, com a opção de compra ou de renovação, sem aluguéis contingentes ou restrições impostas. O valor contábil líquido desses bens é de R\$ 16 (R\$ 4 em 31/12/2017).

A tabela abaixo apresenta o total de pagamentos mínimos futuros em:

	31/12/2018	31/12/2017
Circulante	6	4
Até 1 ano	6	4
Não Circulante	10	-
De 1 a 5 anos	10	-
Total de Pagamento Mínimos Futuros	16	4
Valor Presente	16	4

b) Arrendamento Mercantil Operacional

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING aluga diversos imóveis para uso em suas operações, segundo contratos de locação imobiliária padrão, que normalmente podem ser rescindidos a seu critério e incluem opções de renovação e cláusulas de reajuste. Nenhum contrato de locação impõe qualquer restrição à nossa capacidade para pagar dividendos, celebrar outros contratos de locação ou participar de operações de financiamento de dívidas ou de capital, não existindo pagamentos contingentes em relação aos contratos.

Os pagamentos de contratos de arrendamento operacional reconhecidos como despesa na rubrica Despesas Gerais e Administrativas totalizam R\$ (1.566) de 01/01 a 31/12/2018 (R\$ (1.134) de 01/01 a 31/12/2017 e R\$ (1.145) de 01/01 a 31/12/2016)

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING não possui contratos de subarrendamento relevantes.

Os pagamentos mínimos com aluguéis de prazos iniciados e remanescentes não passíveis de cancelamento são os seguintes:

	31/12/2018	31/12/2017
Circulante	774	1.113
Até 1 ano	774	1.113
Não Circulante	4.663	4.310
De 1 a 5 anos	3.894	3.927
Mais de 5 anos	769	383
Total de Pagamento Mínimos Futuros	5.437	5.423

Nota 13 - Imobilizado

Imobilizado de Uso ⁽¹⁾	Imobilizações em Curso	Imóveis de Uso ⁽²⁾		Outras Imobilizações de Uso ⁽²⁾					Total
		Terrenos	Edificações	Benfeitorias	Instalações de Uso	Móveis e Equipamentos de Uso	Sistema de Processamento de Dados ⁽³⁾	Outros (Comunicação, Segurança e Transporte)	
Taxas Anuais de Depreciação			4%	10%	10 a 20%	10 a 20%	20 a 50%	10 a 20%	
Custo									
Saldo em 01/01/2018	367	1.044	3.107	2.204	1.955	1.152	8.679	1.148	19.656
Aquisições	474	-	-	35	22	59	764	129	1.483
Baixas	-	(13)	(103)	(45)	(13)	(16)	(264)	(30)	(484)
Variação Cambial	3	6	(2)	42	(8)	(5)	(12)	4	28
Transferências	(289)	-	66	122	39	-	62	-	-
Outros ⁽⁵⁾	1	47	43	129	(7)	19	99	2	333
Saldo em 31/12/2018	556	1.084	3.111	2.487	1.988	1.209	9.328	1.253	21.016
Depreciação									
Saldo em 01/01/2018	-	-	(1.893)	(1.375)	(1.151)	(715)	(6.411)	(752)	(12.297)
Despesa de Depreciação	-	-	(80)	(183)	(155)	(97)	(909)	(121)	(1.545)
Baixas	-	-	24	32	5	11	236	29	337
Variação Cambial	-	-	14	(24)	12	20	(5)	(3)	14
Outros ⁽⁵⁾	-	-	6	(120)	(1)	(53)	(39)	(16)	(223)
Saldo em 31/12/2018	-	-	(1.929)	(1.670)	(1.290)	(834)	(7.128)	(863)	(13.714)
Valor Contábil									
Saldo em 31/12/2018 ⁽⁴⁾	556	1.084	1.182	817	698	375	2.200	390	7.302

(1) Os compromissos contratuais para compra de Imobilizado totalizam R\$ 41 realizáveis até 2019 (Nota 32 - Compromissos Off-Balance).

(2) Inclui o valor de R\$ 3 referente a imóvel penhorado.

(3) Inclui contratos de arrendamento mercantil, relacionados principalmente a equipamentos de processamento de dados, os quais são contabilizados como arrendamento mercantil financeiro. O ativo e o passivo são contabilizados nas demonstrações contábeis.

(4) Durante o período não houve Redução ao Valor Recuperável dos bens registrados no Imobilizado.

(5) Inclui o valor total de R\$ 209 referente ao ajuste de hiperinflação da Argentina.

Imobilizado de Uso ⁽¹⁾	Imobilizações em Curso	Imóveis de Uso ⁽²⁾		Outras Imobilizações de Uso ⁽²⁾					Total
		Terrenos	Edificações	Benfeitorias	Instalações de Uso	Móveis e Equipamentos de Uso	Sistema Processamento de Dados ⁽³⁾	Outros (Comunicação, Segurança e Transporte)	
Taxas Anuais de Depreciação			4%	10%	10 a 20%	10 a 20%	20 a 50%	10 a 20%	
Custo									
Saldo em 01/01/2017	387	1.047	3.099	1.857	1.901	1.205	8.543	1.075	19.114
Aquisições	302	-	-	147	7	111	294	82	943
Baixas	-	(1)	(69)	(46)	(1)	(14)	(313)	(20)	(464)
Variação Cambial	-	4	5	37	15	(12)	5	1	55
Transferências	(320)	-	86	122	26	-	86	-	-
Outros	(2)	(6)	(14)	87	7	(138)	64	10	8
Saldo em 31/12/2017	367	1.044	3.107	2.204	1.955	1.152	8.679	1.148	19.656
Depreciação									
Saldo em 01/01/2017	-	-	(1.840)	(1.114)	(986)	(674)	(5.804)	(654)	(11.072)
Despesa de Depreciação	-	-	(80)	(211)	(154)	(104)	(910)	(105)	(1.564)
Baixas	-	-	16	29	-	6	283	19	353
Variação Cambial	-	-	-	(12)	10	28	(16)	(4)	6
Outros	-	-	11	(67)	(21)	29	36	(8)	(20)
Saldo em 31/12/2017	-	-	(1.893)	(1.375)	(1.151)	(715)	(6.411)	(752)	(12.297)
Valor Contábil									
Saldo em 31/12/2017 ⁽⁴⁾	367	1.044	1.214	829	804	437	2.268	396	7.359

(1) Os compromissos contratuais para compra de Imobilizado totalizam R\$ 181 realizáveis até 2019 (Nota 32 - Compromissos Off-Balance).

(2) Inclui o valor de R\$ 3 referente a imóvel penhorado.

(3) Inclui contratos de arrendamento mercantil, relacionados principalmente a equipamentos de processamento de dados, os quais são contabilizados como arrendamento mercantil financeiro. O ativo e o passivo são contabilizados nas demonstrações contábeis.

(4) Durante o período não houve Redução ao Valor Recuperável dos bens registrados no Imobilizado.

Imobilizado de Uso ⁽¹⁾	Imobilizações em Curso	Imóveis de Uso ⁽²⁾		Outras Imobilizações de Uso ⁽²⁾					Total
		Terrenos	Edificações	Benfeitorias	Instalações de Uso	Móveis e Equipamentos de Uso	Sistema Processamento de Dados ⁽³⁾	Outros (Comunicação, Segurança e Transporte)	
Taxas Anuais de Depreciação			4%	10%	10 a 20%	10 a 20%	20 a 50%	10 a 20%	
Custo									
Saldo em 01/01/2016	792	1.008	3.026	1.673	1.801	975	8.217	858	18.350
Aquisições	341	57	70	137	47	309	246	223	1.430
Baixas	-	(4)	(13)	(56)	(15)	(8)	(449)	(6)	(551)
Variação Cambial	(2)	(15)	(11)	(22)	(3)	(67)	151	3	34
Transferências	(738)	-	27	125	-	1	515	4	(66)
Outros	(6)	1	-	-	71	(5)	(137)	(7)	(83)
Saldo em 31/12/2016	387	1.047	3.099	1.857	1.901	1.205	8.543	1.075	19.114
Depreciação									
Saldo em 01/01/2016	-	-	(1.764)	(930)	(841)	(579)	(5.138)	(557)	(9.809)
Despesa de Depreciação	-	-	(80)	(245)	(142)	(102)	(1.038)	(95)	(1.702)
Baixas	-	-	11	53	6	5	377	4	456
Variação Cambial	-	-	(8)	8	9	(1)	(101)	(8)	(101)
Outros	-	-	1	-	(18)	3	96	2	84
Saldo em 31/12/2016	-	-	(1.840)	(1.114)	(986)	(674)	(5.804)	(654)	(11.072)
Valor Contábil									
Saldo em 31/12/2016 ⁽⁴⁾	387	1.047	1.259	743	915	531	2.739	421	8.042

(1) Os compromissos contratuais para compra de Imobilizado totalizam R\$ 48 realizáveis até 2017 (Nota 32 - Compromissos Off-Balance).

(2) Inclui o valor de R\$ 4 referente a imóvel penhorado.

(3) Inclui contratos de arrendamento mercantil, relacionados principalmente a equipamentos de processamento de dados, os quais são contabilizados como arrendamento mercantil financeiro. O ativo e o passivo são contabilizados nas demonstrações contábeis.

(4) Durante o período não houve Redução ao Valor Recuperável dos bens registrados no Imobilizado.

Nota 14 - Ágio e Ativos Intangíveis

	Ágio e Intangível de Incorporação	Ativos Intangíveis ⁽¹⁾				Total
		Associação para Promoção e Oferta de Produtos e Serviços Financeiros	Softwares Adquiridos	Softwares Desenvolvidos Internamente	Outros Ativos Intangíveis ⁽²⁾	
Taxas Anuais de Amortização	Até 20%	8%	20%	20%	10 a 20%	
Custo						
Saldo em 01/01/2018	11.162	2.452	4.571	4.353	2.161	24.699
Aquisições	8	1	646	318	408	1.381
Distratos/ Baixas	-	(27)	(312)	(189)	(210)	(738)
Variação Cambial	560	47	205	-	(4)	808
Outros ⁽⁴⁾	(266)	56	137	47	5	(21)
Saldo em 31/12/2018	11.464	2.529	5.247	4.529	2.360	26.129
Amortização						
Saldo em 01/01/2018	(23)	(647)	(1.998)	(1.267)	(984)	(4.919)
Despesa de Amortização ⁽³⁾	-	(223)	(596)	(697)	(261)	(1.777)
Distratos/ Baixas	-	27	312	154	210	703
Variação Cambial	-	(141)	(152)	-	16	(277)
Outros ⁽⁴⁾	(3)	117	(67)	(13)	4	38
Saldo em 31/12/2018	(26)	(867)	(2.501)	(1.823)	(1.015)	(6.232)
Redução ao Valor Recuperável (Nota 2.4h)						
Saldo em 01/01/2018	-	-	(54)	(343)	-	(397)
Constituição	-	-	(167)	-	-	(167)
Variação Cambial	-	-	(4)	-	-	(4)
Saldo em 31/12/2018	-	-	(225)	(343)	-	(568)
Valor Contábil						
Saldo em 31/12/2018	11.438	1.662	2.521	2.363	1.345	19.329

(1) Os compromissos contratuais para a aquisição de novos intangíveis totalizam R\$ 637, realizáveis até 2020;

(2) Inclui dos valores pagos para aquisição de direitos de prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, aposentadorias, pensões e similares;

(3) As despesas de amortização do direito de aquisição de folhas de pagamentos e associações, no montante de R\$ (452) (R\$ (487) no período de 01/01 a 31/12/2017), são divulgadas na rubrica Despesa Gerais e Administrativas;

(4) Inclui o valor total de R\$ 31 referente ao ajuste de hiperinflação da Argentina.

	Ágio e Intangível de Incorporação	Ativos Intangíveis ⁽¹⁾				Total
		Associação para Promoção e Oferta de Produtos e Serviços Financeiros	Softwares Adquiridos	Softwares Desenvolvidos Internamente	Outros Ativos Intangíveis ⁽²⁾	
Taxas Anuais de Amortização	Até 20%	8%	20%	20%	10 a 20%	
Custo						
Saldo em 01/01/2017	9.694	1.748	3.840	3.525	2.112	20.919
Aquisições	634	18	1.206	350	345	2.553
Distratos/ Baixas	(22)	(16)	-	(1)	(329)	(368)
Variação Cambial	1.305	25	(77)	-	34	1.287
Outros	(449)	677	(398)	479	(1)	308
Saldo em 31/12/2017	11.162	2.452	4.571	4.353	2.161	24.699
Amortização						
Saldo em 01/01/2017	166	(376)	(1.701)	(532)	(1.012)	(3.455)
Despesa de Amortização ⁽³⁾	-	(273)	(495)	(446)	(244)	(1.458)
Distratos/ Baixas	-	16	-	(6)	310	320
Variação Cambial	-	(17)	79	-	(27)	35
Outros	(189)	3	119	(283)	(11)	(361)
Saldo em 31/12/2017	(23)	(647)	(1.998)	(1.267)	(984)	(4.919)
Redução ao Valor Recuperável (Nota 2.4h)						
Saldo em 01/01/2017	-	-	(54)	(335)	(19)	(408)
Constituição	-	-	-	(14)	-	(14)
Variação Cambial	-	-	-	6	19	25
Saldo em 31/12/2017	-	-	(54)	(343)	-	(397)
Valor Contábil						
Saldo em 31/12/2017	11.139	1.805	2.519	2.743	1.177	19.383

(1) Os compromissos contratuais para a aquisição de novos intangíveis totalizam R\$ 984, realizáveis até 2020;

(2) Inclui dos valores pagos para aquisição de direitos de prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, aposentadorias, pensões e similares;

(3) As despesas de amortização do direito de aquisição de folhas de pagamentos e associações, no montante de R\$ (487) (R\$ (524) no período de 01/01 a 31/12/2016), são divulgadas na rubrica Despesa Gerais e Administrativas;

	Ágio e Intangível de Incorporação	Ativos Intangíveis ⁽¹⁾				Total
		Associação para Promoção e Oferta de Produtos e Serviços Financeiros	Softwares Adquiridos	Softwares Desenvolvidos Internamente	Outros Ativos Intangíveis ⁽²⁾	
Taxas Anuais de Amortização	Até 20%	8%	20%	20%	10 a 20%	
Custo						
Saldo em 01/01/2016	2.081	1.409	2.362	3.311	1.946	11.109
Aquisições	7.706	719	1.293	215	619	10.552
Distratos/ Baixas	(35)	(73)	(3)	(1)	(308)	(420)
Variação Cambial	(58)	(12)	120	-	(123)	(73)
Outros	-	(295)	68	-	(22)	(249)
Saldo em 31/12/2016	9.694	1.748	3.840	3.525	2.112	20.919
Amortização						
Saldo em 01/01/2016	153	(330)	(1.190)	(252)	(1.100)	(2.719)
Despesa de Amortização ⁽³⁾	-	(263)	(429)	(280)	(311)	(1.283)
Distratos/ Baixas	-	67	1	-	306	374
Variação Cambial	-	84	(107)	-	96	73
Outros	13	66	24	-	(3)	100
Saldo em 31/12/2016	166	(376)	(1.701)	(532)	(1.012)	(3.455)
Redução ao Valor Recuperável (Nota 2.4h)						
Saldo em 01/01/2016		(2)	-	(18)	(18)	(38)
Constituição	-	-	(57)	(317)	(1)	(375)
Baixas	-	2	-	-	-	2
Variação Cambial	-	-	3	-	-	3
Saldo em 31/12/2016	-	-	(54)	(335)	(19)	(408)
Valor Contábil						
Saldo em 31/12/2016	9.860	1.372	2.085	2.658	1.081	17.056

(1) Os compromissos contratuais para a aquisição de novos intangíveis totalizam R\$ 262 realizáveis até 2017;

(2) Inclui dos valores pagos para aquisição de direitos de prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, aposentadorias, pensões e similares;

(3) As despesas de amortização do direito de aquisição de folhas de pagamentos e associações, no montante de R\$ (524) (R\$ (357) no período de 01/01 a 31/12/2015), são divulgadas na rubrica Despesa Gerais e Administrativas;

Nota 15 - Depósitos

	31/12/2018			31/12/2017		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Depósitos Remunerados	235.248	155.592	390.840	204.363	129.599	333.962
À Prazo	95.914	155.386	251.300	82.718	129.082	211.800
Interfinanceiros	2.469	206	2.675	1.665	517	2.182
De Poupança	136.865	-	136.865	119.980	-	119.980
Depósitos não Remunerados	72.584	-	72.584	68.976	-	68.976
À Vista	72.581	-	72.581	68.973	-	68.973
Outros Depósitos	3	-	3	3	-	3
Total	307.832	155.592	463.424	273.339	129.599	402.938

Nota 16 - Passivos Financeiros Designados ao Valor Justo por meio do Resultado

	31/12/2018			31/12/2017		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Notas Estruturadas						
Ações	31	9	40	6	53	59
Títulos de Dívida	6	146	152	49	357	406
Total	37	155	192	55	410	465

O efeito do risco de crédito desses instrumentos não é relevante em 31/12/2018 e 31/12/2017.

As ações e os títulos de dívida não possuem valor definido no vencimento, pois variam de acordo com a cotação do mercado de ações e componente de variação cambial respectivamente.

Nota 17 - Captações no Mercado Aberto e Recursos de Mercados Interbancários e Institucionais

a) Captações no Mercado Aberto:

A tabela abaixo apresenta a composição dos recursos

	Taxa de Juros a.a.	31/12/2018			31/12/2017		
		Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Carteira Própria		71.231	6.420	77.651	82.075	27.178	109.253
Títulos Públicos	93,5% do CDI a 6,4%	46.676	4	46.680	43.491	-	43.491
Títulos Privados	40% do CDI a 97,7% do CDI	9.051	-	9.051	6.564	-	6.564
Emissão Própria	65% do CDI a 16,93%	15.156	6.261	21.417	31.659	27.178	58.837
Exterior	0,22% a 5,2%	348	155	503	361	-	361
Carteira de Terceiros	5,6% a 6,4%	172.953	-	172.953	146.853	-	146.853
Carteira Livre Movimentação	97,5% do CDI a 10%	27.337	52.296	79.633	11.880	44.648	56.528
Total		271.521	58.716	330.237	240.808	71.826	312.634

b) Recursos de Mercados Interbancários

	Taxa de Juros a.a.	31/12/2018			31/12/2017		
		Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Letras Financeiras	IGPM a 110% do CDI	9.139	28.789	37.928	13.234	14.457	27.691
Letras de Crédito Imobiliário	82% do CDI a 95% do CDI	6.465	3.081	9.546	14.046	4.479	18.525
Letras de Crédito do Agronegócio	70% do CDI a 98% do CDI	9.586	8.427	18.013	7.562	7.539	15.101
Letras Imobiliárias Garantidas	96% do CDI	-	1.227	1.227	-	-	-
Financiamentos à Importação e Exportação	0,79% a 11,1%	42.685	7.365	50.050	30.548	8.541	39.089
Repasse no País	2,5% a 14,5%	5.301	12.605	17.906	7.991	16.190	24.181
Total		73.176	61.494	134.670	73.381	51.206	124.587

As captações para financiamento à importação e à exportação representam linhas de crédito disponíveis para o financiamento de importações e exportações de empresas brasileiras, geralmente denominadas em moeda estrangeira.

c) Recursos de Mercados Institucionais

	Taxa de Juros a.a.	31/12/2018			31/12/2017		
		Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Dívida Subordinada ⁽¹⁾	3,8% a IGPM + 4,63	343	48.970	49.313	12.500	40.196	52.696
Obrigações por TVM no Exterior	0,89% a 30,35%	6.232	35.631	41.863	11.764	29.636	41.400
Captação por Certificados de Operações Estruturadas ⁽²⁾	IPCA a 15,82%	1.949	849	2.798	1.762	2.624	4.386
Total		8.524	85.450	93.974	26.026	72.456	98.482

(1) Em 31/12/2018, R\$ 35.205 (R\$ 42.687 em 31/12/2017) integram o Patrimônio de Referência, dentro da proporcionalidade definida pela Resolução 4.192, de 01/03/2013, do CMN.

(2) Em 31/12/2018, o valor de mercado da Captação por Certificados de Operações Estruturadas emitida é de R\$ 2.902 (R\$ 4.605 em 31/12/2017).

Nota 18 - Outros Ativos e Passivos

a) Outros Ativos

	31/12/2018			31/12/2017		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Financeiros	62.390	12.700	75.090	46.718	12.850	59.568
Operações com Emissores de Cartões de Crédito	36.491	-	36.491	32.073	-	32.073
Depósitos em Garantia - Contingências, Provisões e Obrigações Legais (Nota 29)	1.455	12.079	13.534	1.520	11.892	13.412
Negociação e Intermediação de Valores	15.400	255	15.655	6.202	18	6.220
Rendas a Receber	3.155	5	3.160	2.843	106	2.949
Operações sem Características de Concessão de Crédito, líquidas de provisão	3.021	4	3.025	1.973	3	1.976
Crédito com Operações de Seguros e Resseguros	899	356	1.255	1.224	10	1.234
Valores Líquidos a Receber de Reembolso de Provisões (Nota 29d)	999	-	999	244	821	1.065
Depósitos em Garantias de Captações de Recursos Externos	970	1	971	639	-	639
Não Financeiros	7.969	1.313	9.282	9.373	1.820	11.193
Diversos no Exterior	995	9	1.004	1.847	29	1.876
Despesas Antecipadas	2.642	546	3.188	2.432	643	3.075
Diversos no País	1.579	27	1.606	2.882	77	2.959
Ativos de Planos de Benefícios Pós Emprego (Nota 26e)	-	731	731	-	1.067	1.067
Outros	2.753	-	2.753	2.212	4	2.216

b) Outros Passivos

	31/12/2018			31/12/2017		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Financeiros	95.639	1.790	97.429	85.928	15	85.943
Operações com Cartões de Crédito	78.803	-	78.803	71.892	-	71.892
Negociação e Intermediação de Valores	9.167	172	9.339	4.606	15	4.621
Carteira de Câmbio	634	-	634	197	-	197
Outros	7.035	1.618	8.653	9.233	-	9.233
Não Financeiros	24.931	1.079	26.010	24.186	2.176	26.362
Recursos em Trânsito	10.015	27	10.042	8.800	989	9.789
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	476	-	476	325	-	325
Sociais e Estatutárias	4.085	23	4.108	4.931	137	5.068
Rendas Antecipadas	2.530	-	2.530	2.326	-	2.326
Diversos no País	2.310	188	2.498	2.009	143	2.152
Provisão de Pessoal	1.606	63	1.669	1.496	51	1.547
Provisão para Pagamentos Diversos	1.670	81	1.751	1.721	135	1.856
Obrigações por Convênios Oficiais e Prestação de Serviços de Pagamento	1.155	-	1.155	985	-	985
Passivos de Planos de Benefícios Pós Emprego (Nota 26e)	-	697	697	-	721	721
Outros	1.084	-	1.084	1.593	-	1.593

Nota 19 – Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social está representado por 9.804.135.348 ações escriturais sem valor nominal, sendo 4.958.290.359 ações ordinárias e 4.845.844.989 por ações preferenciais sem direito a voto, mas com direito de serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações, em eventual alienação de controle, de modo a lhes assegurar o preço igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle, assegurado o dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias.

Em Reuniões do Conselho de Administração – RCA ocorridas em 15/12/2017 e 22/02/2018 foram aprovados os cancelamentos de 31.793.105 (47.689.657 quantidade considerando o efeito do desdobramento) e de 14.424.206, respectivamente, de ações ordinárias de emissão própria e mantidas em tesouraria, sem alteração do capital social, mediante a capitalização de valores registrados nas Reservas de Lucros - Reserva Estatutária.

Em Assembleia Geral Extraordinária - AGE de 27/07/2018 foi aprovado o desdobramento em 50% das ações representativas do capital social da Companhia, sendo o processo homologado pelo BACEN em 31/10/2018. As novas ações foram incluídas na posição acionária em 26/11/2018. Dessa forma, para melhor comparabilidade, as quantidades de ações apresentadas neste item estão afetadas pelo efeito do desdobramento.

A composição e a movimentação das classes das ações do capital integralizado no início e no fim do período são demonstradas abaixo:

31/12/2018				
	Quantidade			Valor
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Residentes no País em 31/12/2017	3.299.073.506	1.116.291.341	4.415.364.847	65.482
Residentes no Exterior em 31/12/2017	20.877.606	2.114.271.985	2.135.149.591	31.666
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2017	3.319.951.112	3.230.563.326	6.550.514.438	97.148
Desdobramento de Ações - AGE de 27/07/2018 - Homologado em 31/10/2018	1.652.763.453	1.615.281.663	3.268.045.116	-
(-) Cancelamento de Ações - RCA de 22/02/2018	(14.424.206)	-	(14.424.206)	-
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2018	4.958.290.359	4.845.844.989	9.804.135.348	97.148
Residentes no País em 31/12/2018	4.928.076.320	1.609.055.166	6.537.131.486	64.776
Residentes no Exterior em 31/12/2018	30.214.039	3.236.789.823	3.267.003.862	32.372
Ações em Tesouraria em 31/12/2017 ⁽¹⁾	14.424.206	71.459.714	85.883.920	(2.743)
Aquisições de Ações	-	13.100.000	13.100.000	(510)
(-) Cancelamento de Ações - RCA 22/02/2018	(14.424.206)	-	(14.424.206)	534
Resultado da Entrega de Ações em Tesouraria	-	(29.623.265)	(29.623.265)	899
Desdobramento de Ações - AGE de 27/07/2018 - Homologado em 31/10/2018	-	28.677.977	28.677.977	-
Ações em Tesouraria em 31/12/2018 ⁽¹⁾	-	83.614.426	83.614.426	(1.820)
Em Circulação em 31/12/2018	4.958.290.359	4.762.230.563	9.720.520.922	
Em Circulação em 31/12/2017 ⁽²⁾	4.958.290.359	4.738.655.417	9.696.945.776	

31/12/2017				
	Quantidade			Valor
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Residentes no País em 31/12/2016	5.003.025.466	1.657.445.596	6.660.471.062	65.534
Residentes no Exterior em 31/12/2016	24.590.859	3.188.399.392	3.212.990.251	31.614
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2016	5.027.616.325	4.845.844.988	9.873.461.313	97.148
(-) Cancelamento de Ações - RCA de 15/12/2017	(47.689.657)	-	(47.689.657)	-
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2017	4.979.926.668	4.845.844.988	9.825.771.656	97.148
Residentes no País em 31/12/2017	4.948.610.259	1.674.437.011	6.623.047.270	65.482
Residentes no Exterior em 31/12/2017	31.316.409	3.171.407.977	3.202.724.386	31.666
Ações em Tesouraria em 31/12/2016 ⁽¹⁾	4.611	104.406.693	104.411.304	(1.882)
Aquisições de Ações	69.321.355	56.974.350	126.295.705	(3.089)
(-) Cancelamento de Ações - RCA de 15/12/2017	(47.689.657)	-	(47.689.657)	1.178
Resultado da Entrega de Ações em Tesouraria	-	(54.191.472)	(54.191.472)	1.050
Ações em Tesouraria em 31/12/2017 ⁽¹⁾	21.636.309	107.189.571	128.825.880	(2.743)
Em Circulação em 31/12/2017 ⁽²⁾	4.958.290.359	4.738.655.417	9.696.945.776	
Em Circulação em 31/12/2016 ⁽²⁾	5.027.611.714	4.741.438.296	9.769.050.010	

(1) Ações de própria emissão adquiridas, com base em autorizações do Conselho de Administração para manutenção em Tesouraria, posterior cancelamento ou recolocação no mercado.

(2) Para melhor comparabilidade, as ações em circulação do período de 31/12/2017 e 31/12/2016 foram ajustadas pelo desdobramento homologado em 31/10/2018.

Custo das ações adquiridas no período, custo médio das Ações em Tesouraria e o seu valor de mercado em reais:

Custo / Valor de Mercado	01/01 a 31/12/2018	
	Ordinárias	Preferenciais
Mínimo	-	37,45
Médio ponderado	-	38,95
Máximo	-	40,06
Ações em Tesouraria		
Custo Médio	-	21,76
Valor de Mercado em 31/12/2018	30,05	35,50

Custo / Valor de Mercado ^(*)	01/01 a 31/12/2017	
	Ordinárias	Preferenciais
Mínimo	24,70	22,32
Médio ponderado	24,70	24,16
Máximo	24,70	25,70
Ações em Tesouraria ^(*)		
Custo Médio	24,70	20,60
Valor de Mercado em 31/12/2017	25,12	28,38

() Para melhor comparabilidade, as informações do período de 31/12/2017 foram ajustadas pelo desdobramento homologado em 31/10/2018.*

b) Dividendos

Aos acionistas, são assegurados dividendos mínimos obrigatórios em cada exercício, correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado, conforme disposto no Estatuto Social. As ações ordinárias e preferenciais participaram dos lucros distribuídos em igualdade de condições, depois de assegurado às ações ordinárias, dividendo igual ao prioritário mínimo anual a ser pago às ações preferenciais (R\$ 0,022 por ação não cumulativo).

A antecipação mensal do dividendo mínimo obrigatório utiliza a posição acionária do último dia do mês anterior como base de cálculo, sendo o pagamento efetuado no primeiro dia útil do mês seguinte no valor de R\$ 0,015 por ação.

I - Demonstrativo dos Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Lucro Líquido Individual Estatutário	21.945	21.108	18.853
Ajustes:			
(-) Reserva Legal - 5%	(1.097)	(1.055)	(943)
Base de Cálculo do Dividendo	20.848	20.053	17.910
Dividendos Mínimo Obrigatório - 25%	5.212	5.013	4.478
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos / Provisionados / Destacados (*)	22.437	17.558	10.000

() Em 31 de dezembro de 2018 inclui Dividendos Extraordinários, com saldos da Reserva Estatutária.*

II - Remuneração aos Acionistas

	31/12/2018			
	Valor Bruto por Ação (R\$)	Bruto	IRF	Líquido
Pagos / Antecipados		5.921	(122)	5.799
Dividendos - 11 parcelas mensais pagas de fevereiro a dezembro de 2018	0,0150	1.069	-	1.069
Dividendos - pagos em 30/08/2018	0,6240	4.041	-	4.041
Juros sobre o Capital Próprio - pagos em 30/08/2018	0,1252	811	(122)	689
Provisionados (Registrados em Outros Passivos)		248	(15)	233
Dividendos - 1 parcela mensal paga em 02/01/2019	0,0150	145	-	145
Juros sobre Capital Próprio, creditados em 27/12/2018 a serem pagos até 30/04/2019	0,0106	103	(15)	88
Destacados em Reservas de Lucros no Patrimônio Líquido	1,8001	17.498	(1.093)	16.405
Total de 01/01 a 31/12/2018		23.667	(1.230)	22.437

	31/12/2017			
	Valor Bruto por Ação (R\$)	Bruto	IRF	Líquido
Pagos / Antecipados		3.666	(389)	3.277
Dividendos - 11 parcelas mensais pagas de fevereiro a dezembro de 2017	0,0150	1.074	-	1.074
Juros sobre Capital Próprio - pago em 25/08/2017	0,3990	2.592	(389)	2.203
Provisionados (Registrados em Outros Passivos)		1.877	(140)	1.737
Dividendos - 1 parcela mensal paga em 02/01/2018	0,0150	98	-	98
Dividendos Provisionados	0,1304	843	-	843
Juros sobre Capital Próprio, creditados em 28/12/2017 a serem pagos até 30/04/2018	0,1445	936	(140)	796
Destacados em Reservas de Lucros no Patrimônio Líquido	2,1126	13.658	(1.114)	12.544
Total de 01/01 a 31/12/2017		19.201	(1.643)	17.558

	31/12/2016			
	Valor Bruto por Ação (R\$)	Bruto	IRF	Líquido
Pagos/Antecipados		3.355	(355)	3.000
Dividendos - 11 parcelas mensais pagas em fevereiro a dezembro de 2016	0,0150	987	-	987
Juros sobre o Capital Próprio, pago em 25/08/2016	0,3990	2.368	(355)	2.013
Provisionados (Registrados em Outros Passivos)		3.169	(461)	2.708
Dividendos - 1 parcela mensal paga em 02/01/2017	0,0150	98	-	98
Juros sobre o Capital Próprio, creditados em 30/12/2016 pagos em 28/04/2017	0,4714	3.071	(461)	2.610
Destacados em Reservas de Lucros no Patrimônio Líquido	0,7754	5.050	(758)	4.292
Total de 01/01 a 31/12/2016		11.574	(1.574)	10.000

c) Reservas de Capital e de Lucros

I - Capital Adicional Integralizado

Corresponde: (i) à diferença entre o preço de venda das ações em tesouraria e o custo médio de tais ações e (ii) às despesas de remuneração reconhecidas segundo o plano de opções de ações e remuneração variável.

II - Reservas Integralizadas

	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Reservas de Capital	285	285	285
Ágio na Subscrição de Ações	284	284	284
Reservas Decorrentes de Incentivos Fiscais, Atualização de Títulos Patrimoniais e Outras	1	1	1
Reservas de Lucros	13.195	12.214	3.158
Legal ⁽¹⁾	9.989	8.892	7.838
Estatutárias ⁽²⁾	(2.775)	589	1.132
Reorganizações Societárias (Nota 2.4 a IV)	(11.517)	(10.925)	(10.862)
Especiais de Lucros ⁽³⁾	17.498	13.658	5.050
Total das Reservas na Controladora	13.480	12.499	3.443

(1) Tem por finalidade, assegurar a integridade do capital social, compensar prejuízos ou aumentar capital.

(2) Tem por finalidade principal assegurar o fluxo de remuneração aos acionistas.

(3) Refere-se a Dividendos ou Juros sobre o Capital Próprio declarados após 31/12/2018, 31/12/2017 e 31/12/2016.

III - Reservas a Integralizar

Refere-se ao saldo do lucro líquido remanescente após a distribuição de dividendos e das apropriações para as reservas estatutárias nos registros legais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

d) Participações de Não Controladores

	Patrimônio Líquido		Resultado	
	31/12/2018	31/12/2017	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Itaú CorpBanca (Nota 3)	11.645	11.144	539	(38)
Itaú CorpBanca Colômbia S.A. (Nota 3)	1.268	1.203	(2)	(50)
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	364	297	105	70
Luizacred S.A. Soc. Cred. Financiamento Investimento	288	241	44	24
Outras	119	93	46	26
Total	13.684	12.978	732	32

Nota 20 - Pagamento Baseado em Ações

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas controladas possuem planos de Pagamentos Baseados em Ações para seus colaboradores e administradores, visando engajá-los ao processo de desenvolvimento da instituição a médio e longo prazo.

As outorgas desses benefícios ocorrem somente em exercícios em que os lucros são suficientes para permitir a distribuição do dividendo obrigatório, limitando a diluição até 0,5% da totalidade das ações possuídas pelos acionistas majoritários e minoritários na data do encerramento do exercício. A liquidação desses planos é feita mediante entrega de ações ITUB4 mantidas em tesouraria.

Em Assembleia Geral Extraordinária - AGE de 27/07/2018 foi aprovado o desdobramento em 50% das ações representativas do capital social do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, sendo o processo homologado pelo BACEN em 31/10/2018. As novas ações foram incluídas na posição acionária em 26/11/2018. Dessa forma, para melhor comparabilidade, as quantidades de ações apresentadas neste item estão afetadas pelo efeito do desdobramento.

As despesas com os planos de pagamento baseado em ações são demonstradas no quadro abaixo:

	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Programas de Sócios	(226)	(234)	(306)
Plano de Remuneração Variável	(377)	(302)	(285)
Total	(603)	(536)	(591)

I – Programa de Sócios

Este programa permite que colaboradores e administradores do ITAÚ UNIBANCO HOLDING invistam um percentual de seu bônus na aquisição de ações e instrumentos baseados em tais ações que deverão ser mantidos pelos beneficiários pelos prazos de 3 a 5 anos, a contar do investimento inicial, sujeitando-os à variação da cotação de mercado. Após satisfeitas as condições suspensivas determinadas pelo programa, os beneficiários terão direito a receber uma contrapartida em ações, conforme as quantidades estipuladas no regimento interno do programa.

O preço de aquisição das ações e dos instrumentos baseados em tais ações é fixado semestralmente e equivale à média da cotação das ações nos 30 dias anteriores à apuração, que é realizada no 7º dia útil anterior à data da outorga da remuneração.

O valor justo da contrapartida em ações é o preço de mercado cotado na data de outorga, descontado da expectativa de dividendos.

Movimentação do Programa de Sócios

	01/01 a 31/12/2018 Quantidade	01/01 a 31/12/2017 Quantidade
Saldo Inicial	51.074.441	53.193.569
Novas Outorgas	9.912.356	10.562.936
Exercidos	(11.597.420)	(11.284.577)
Cancelados	(518.195)	(1.397.487)
Saldo Final	48.871.182	51.074.441
Média Ponderada da vida contratual remanescente (anos)	2,52	2,46
Valor de Mercado Médio Ponderado (R\$)	26,22	21,55

II- Remuneração variável

Neste plano, 50% da remuneração variável dos administradores é paga em dinheiro e 50% em ações pelo prazo de 3 anos. A entrega das ações é feita de forma diferida, sendo um terço por ano, sujeita a permanência do administrador na instituição. As parcelas diferidas e não pagas poderão ser revertidas proporcionalmente à redução significativa do lucro recorrente realizado ou resultado negativo do período.

Os administradores tornam-se elegíveis ao recebimento desses benefícios conforme seu desempenho individual, do negócio ou ambos. O montante do benefício é definido de acordo com as atividades de cada administrador, que deve atender, no mínimo, os requisitos de desempenho e conduta.

O valor justo das ações é o preço de mercado cotado na data de sua outorga.

Movimentação da Remuneração Variável em Ações

	01/01 a 31/12/2018 Quantidade	01/01 a 31/12/2017 Quantidade
Saldo Inicial	31.229.973	36.809.109
Novos	10.552.225	12.835.324
Entregues	(16.611.521)	(18.072.947)
Cancelados	(154.532)	(341.513)
Saldo Final	25.016.145	31.229.973
Valor de Mercado Médio Ponderado (R\$)	34,04	25,49

III – Plano para Outorga de Opções de Ações (Opções Simples)

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING possui um Plano para Outorga de Opções de Ações (“Opções Simples”), que foi descontinuado, restando apenas as opções exercíveis.

As Opções Simples possuem as seguintes características:

- a) **Preço de exercício:** fixado com base na média dos preços das ações nos 3 últimos meses do ano antecedente ao da outorga. Os preços estabelecidos serão reajustados até o último dia útil do mês anterior ao do exercício da opção pelo IGP-M ou, na sua falta, pelo índice a ser definido internamente, devendo ser pagos em prazo igual ao vigente para liquidação de operações na B3.
- b) **Período de carência:** fixado no momento da emissão entre 1 ano e 7 anos, contados a partir da outorga. Em regra geral, o período de carência fixado é de 5 anos.

Movimentação do Plano de Outorga de Opções Simples

	01/01 a 31/12/2018		01/01 a 31/12/2017	
	Quantidade	Preço de Exercício Médio Ponderado	Quantidade	Preço de Exercício Médio Ponderado
Saldo Inicial	24.514.359	25,21	57.050.259	24,63
Opções exercíveis no final do período	24.514.359	25,21	35.160.265	27,32
Opções em aberto não exercíveis	-	-	21.889.994	20,30
Opções:				
Canceladas/Perda de Direito (*)	(352.085)	29,29	(1.807.091)	27,41
Exercidas	(21.072.675)	28,26	(30.728.809)	23,72
Saldo Final	3.089.599	22,11	24.514.359	25,21
Opções exercíveis no final do período	3.089.599	22,11	24.514.359	25,21
Faixa de preços de exercício		14,47 - 29,51		14,47 - 27,54
Média Ponderada da vida contratual remanescente (anos)		0,99		1,28
Valor de Mercado Médio Ponderado (R\$)		33,98		28,04

(*) Refere-se ao não exercício por opção do beneficiário.

Nota 21 - Receitas e Despesas de Juros e Rendimentos e Ganho (Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos

a) Receitas de Juros e Rendimentos de Ativos Financeiros ao Custo Amortizado e ao Valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes

	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Depósitos Compulsórios no Banco Central	5.063	7.201	6.920
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.080	744	674
Aplicações em Mercado Aberto	17.365	25.711	34.162
Ativos Financeiros Designados ao Valor Justo por meio do Resultado	22.853	22.938	23.641
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	9.194	8.886	11.160
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	2.614	3.017	3.822
Operações de Crédito	73.640	75.568	80.124
Outros Ativos Financeiros	1.368	1.576	1.902
Total	133.177	145.641	162.405

b) Despesas de Juros e Rendimentos

	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Depósitos	(17.484)	(13.340)	(14.701)
Despesas de Captação no Mercado Aberto	(20.889)	(33.087)	(45.935)
Recursos de Mercados Interbancários	(13.587)	(10.059)	(8.347)
Recursos de Mercados Institucionais	(6.773)	(6.852)	(8.249)
Despesa Financeira de Provisões Técnicas de Seguros e Previdência	(11.815)	(14.918)	(17.790)
Outros	(64)	(74)	(107)
Total	(70.612)	(78.330)	(95.129)

c) Ajuste ao Valor Justo de Ativos e Passivos Financeiros

	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado	(4.110)	2.138	684
Derivativos (*)	(260)	2.028	7.332
Ativos Financeiros Designados ao Valor Justo por meio do Resultado	(218)	180	48
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	(254)	(128)	(851)
Passivos Financeiros Designados ao Valor Justo	8	(37)	(147)
Total	(4.834)	4.181	7.066

(*) Inclui a parcela inefetiva dos Derivativos relacionados ao Hedge Contábil.

Durante o período findo em 31/12/2018, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING reverteu R\$ 1.535 de despesas por Perdas Esperadas sendo perda de R\$ (1) para Ativos Financeiros - Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes e reversão da perda de R\$ 1.536 para Ativos Financeiros - Custo Amortizado.

Nota 22 - Receita de Prestação de Serviços

	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Comissões de Cartões de Crédito e Débito	15.394	14.802	14.002
Conta Corrente	10.017	9.589	8.856
Taxas de Administração	5.013	4.141	3.514
Operações de Crédito e Garantias Financeiras Prestadas	1.768	1.783	1.773
Comissões de Cobrança	1.506	1.378	1.315
Comissão de Corretagem	618	606	295
Outros	2.493	2.149	2.163
Total	36.809	34.448	31.918



Nota 23 - Despesas Gerais e Administrativas

	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Despesas de Pessoal	(24.846)	(23.276)	(22.360)
Remuneração	(10.226)	(9.305)	(8.897)
Participações de Empregados nos Lucros	(4.425)	(3.836)	(3.610)
Benefícios Sociais	(3.764)	(3.374)	(3.070)
Provisões Trabalhistas e Desligamentos	(2.907)	(3.427)	(4.143)
Encargos	(3.011)	(2.832)	(2.567)
Pagamento Baseado em Ações (Nota 20)	(226)	(234)	(306)
Treinamento	(253)	(232)	(193)
Outras	(34)	(36)	426
Despesas Administrativas	(17.268)	(16.289)	(15.959)
Serviços de Terceiros	(4.482)	(4.161)	(4.340)
Processamento de Dados e Telecomunicações	(4.273)	(4.152)	(3.966)
Instalações	(3.306)	(3.132)	(3.066)
Propaganda, Promoções e Publicidade	(1.419)	(1.167)	(1.036)
Despesas com Serviços Financeiros	(790)	(833)	(731)
Segurança	(754)	(723)	(716)
Transportes	(350)	(339)	(391)
Materiais	(339)	(350)	(313)
Despesas de Viagem	(232)	(214)	(199)
Outros	(1.323)	(1.218)	(1.201)
Depreciação e Amortização	(3.332)	(3.034)	(2.995)
Outras Despesas	(12.092)	(10.895)	(9.591)
Comercialização - Cartões de Crédito	(4.285)	(3.753)	(3.165)
Perdas com Sinistros	(675)	(596)	(571)
Prejuízo na Venda de Outros Ativos, Imobilizado e Investimentos em Coligadas e			
Entidades Controladas em Conjunto	(632)	(495)	(273)
Provisões Cíveis (Nota 29)	(464)	(1.519)	(1.489)
Provisões Fiscais e Previdenciárias (Nota 29)	(328)	(953)	(915)
Ressarcimento de Custos Interbancários	(272)	(288)	(292)
Redução ao Valor Recuperável - Ativo Intangível	(168)	(504)	-
Outros	(5.268)	(2.787)	(2.886)
Total	(57.538)	(53.494)	(50.905)

Nota 24 – Tributos

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e cada uma de suas subsidiárias apuram separadamente, em cada exercício, o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Os tributos são calculados pelas alíquotas abaixo demonstradas e consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

Imposto de Renda	15,00%
Adicional de Imposto de Renda	10,00%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (*)	20,00%

(*) Em 06 de outubro de 2015 foi publicada a Lei nº 13.169, conversão da Medida Provisória nº 675, que elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido de 15,00% para 20,00% até 31 de dezembro de 2018 para instituições financeiras, seguradoras e administradoras de cartão de crédito. Para as demais empresas a alíquota continua 9,00%.

a) Despesas com Impostos e Contribuições

Demonstração do Cálculo com Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido:

Devidos sobre Operações do Período	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	30.608	30.582	35.679
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às alíquotas vigentes	(13.774)	(13.762)	(16.057)
Acréscimos / Decréscimos aos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social decorrentes de:			
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Coligadas e Entidades Controladas em conjunto, Líquido	147	169	165
Variação Cambial de Investimentos no Exterior	4.381	397	(4.313)
Juros sobre o Capital Próprio	3.791	3.873	3.617
Reorganizações Societárias (Nota 2.4 a IV)	628	628	628
Dividendos e Juros sobre Títulos da Dívida Externa	516	420	365
Outras Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis (*)	1.747	3.736	11.697
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.564)	(4.539)	(3.898)
Referentes a Diferenças Temporárias			
Constituição (Reversão) do Período	(2.650)	(2.888)	(9.827)
Constituição (Reversão) de Períodos Anteriores	245	70	62
(Despesas) / Receitas de Tributos Diferidos	(2.405)	(2.818)	(9.765)
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	(4.969)	(7.357)	(13.663)

(*) Contempla (Inclusões) e Exclusões Temporárias.

b) Tributos Diferidos

I - O saldo de Créditos Tributários e sua movimentação, segregado em função das origens e desembolsos, estão representados por:

	31/12/2017	Realização / Reversão	Constituição	31/12/2018
Refletido no Resultado	48.810	(23.511)	11.953	37.252
Provisão para Perda Esperada	24.686	(9.746)	3.623	18.563
Relativos a Prejuízos Fiscais e Base Negativa	7.595	(3.649)	445	4.391
Provisão para Participação nos Lucros	1.829	(1.829)	1.844	1.844
Provisões para Desvalorização de Títulos com Perda Permanente	2.228	(1.843)	1.344	1.729
Provisões	<u>5.194</u>	<u>(2.124)</u>	<u>1.394</u>	<u>4.464</u>
Ações Cíveis	1.974	(610)	222	1.586
Ações Trabalhistas	2.200	(1.280)	1.117	2.037
Fiscais e Previdenciárias	1.020	(234)	55	841
Ágio na Aquisição do Investimento	141	(163)	82	60
Obrigações Legais	488	(61)	249	676
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	277	(277)	98	98
Ajustes ao Valor Justo de Ativos Financeiros - Valor Justo por meio do Resultado	429	(429)	631	631
Provisão Relativa à Operação de Seguro Saúde	341	(5)	7	343
Outros	5.602	(3.385)	2.236	4.453
Refletido no Patrimônio Líquido	2.192	(785)	481	1.888
Reorganizações Societárias (Nota 2.4 a IV)	628	(628)	-	-
Ajustes ao Valor Justo de Ativos Financeiros - Valor Justo por meio de				
Outros Resultados Abrangentes	327	(157)	213	383
Hedge de Fluxo de Caixa	983	-	166	1.149
Outros	254	-	102	356
Total ^{(1) (2)}	51.002	(24.296)	12.434	39.140

(1) O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Ativo e Passivo estão apresentados no Balanço Patrimonial compensados por entidade tributável e totalizam R\$ 32.781 e R\$ 447, respectivamente.

(2) Os registros contábeis de créditos tributários sobre prejuízos fiscais de imposto de renda, e/ou sobre bases negativas da contribuição social sobre o lucro líquido bem como aqueles decorrentes de diferenças temporárias, são baseados em estudos técnicos de viabilidade que consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade para cada controlada individualmente e para o consolidado tomado em conjunto.

	31/12/2016	Realização / Reversão	Constituição	31/12/2017
Refletido no Resultado	49.841	(16.347)	15.316	48.810
Provisão para Perda Esperada	27.510	(9.453)	6.629	24.686
Relativos a Prejuízos Fiscais e Base Negativa	6.981	(197)	811	7.595
Provisão para Participação nos Lucros	1.541	(1.541)	1.829	1.829
Provisões para Desvalorização de Títulos com Perda Permanente	1.727	-	501	2.228
Provisões	<u>5.704</u>	<u>(2.733)</u>	<u>2.223</u>	<u>5.194</u>
Ações Cíveis	1.955	(576)	595	1.974
Ações Trabalhistas	2.167	(1.233)	1.266	2.200
Fiscais e Previdenciárias	1.582	(924)	362	1.020
Ágio na Aquisição do Investimento	165	(758)	734	141
Obrigações Legais	387	(557)	658	488
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	485	(239)	31	277
Ajustes ao Valor Justo de Ativos Financeiros - Valor Justo por meio do Resultado	243	(243)	429	429
Provisão Relativa à Operação de Seguro Saúde	300	-	41	341
Outros	4.798	(626)	1.430	5.602
Refletido no Patrimônio Líquido	3.123	(1.072)	141	2.192
Reorganizações Societárias (Nota 2.4 a IV)	1.256	(628)	-	628
Ajustes ao Valor Justo de Ativos Financeiros - Valor Justo por meio de	771	(444)	-	327
Outros Resultados Abrangentes				
Hedge de Fluxo de Caixa	843	-	140	983
Outros	253	-	1	254
Total (*)	52.964	(17.419)	15.457	51.002

(*) O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Ativo e Passivo estão apresentados no Balanço Patrimonial compensados por entidade tributável e totalizam R\$ 35.869 e R\$ 391, respectivamente.

II - O saldo da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos e sua movimentação estão representados por:

	31/12/2017	Realização / Reversão	Constituição	31/12/2018
Refletido no Resultado	14.569	(11.385)	2.960	6.144
Superveniência de Depreciação de Arrendamento Mercantil	613	(267)	-	346
Atualização de Depósitos de Obrigações Legais e Provisões	1.280	(11)	79	1.348
Benefícios Pós Emprego	304	(143)	126	287
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	1.421	(1.421)	923	923
Ajustes ao Valor Justo de Ativos Financeiros - Valor Justo por meio do Resultado	7.592	(7.592)	1.790	1.790
Tributação sobre Resultados no Exterior - Ganhos de Capital	1.973	(1.314)	-	659
Outros	1.386	(637)	42	791
Refletido no Patrimônio Líquido	955	(311)	18	662
Ajustes ao Valor Justo de Ativos Financeiros - Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	767	(302)	9	474
Hedge de Fluxo de Caixa	166	-	2	168
Benefícios Pós Emprego	9	(9)	7	7
Outros	13	-	-	13
Total (*)	15.524	(11.696)	2.978	6.806

(*) O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Ativo e Passivo estão apresentados no Balanço Patrimonial compensados por entidade tributável e totalizam R\$ 32.781 e R\$ 447, respectivamente.

	31/12/2016	Realização / Reversão	Constituição	31/12/2017
Refletido no Resultado	13.507	(8.716)	9.778	14.569
Superveniência de Depreciação de Arrendamento Mercantil	936	(323)	-	613
Atualização de Depósitos de Obrigações Legais e Provisões	1.193	(179)	266	1.280
Benefícios Pós Emprego	233	-	71	304
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	1.095	-	326	1.421
Ajustes ao Valor Justo de Ativos Financeiros - Valor Justo por meio do Resultado	7.293	(7.293)	7.592	7.592
Tributação sobre Resultados no Exterior - Ganhos de Capital	1.502	-	471	1.973
Outros	1.255	(921)	1.052	1.386
Refletido no Patrimônio Líquido	968	(129)	116	955
Ajustes ao Valor Justo de Ativos Financeiros - Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	836	(82)	13	767
Hedge de Fluxo de Caixa	63	-	103	166
Benefícios Pós Emprego	35	(26)	-	9
Outros	34	(21)	-	13
Total (*)	14.475	(8.845)	9.894	15.524

(*) O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Ativo e Passivo estão apresentados no Balanço Patrimonial compensados por entidade tributável e totalizam R\$ 35.869 e R\$ 391, respectivamente.

III - A estimativa de realização e o valor presente dos Créditos Tributários e da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos existentes em 31/12/2018, são:

Ano de realização	Créditos Tributários						Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos	%	Tributos Diferidos Líquidos	%
	Diferenças Temporárias	%	Prejuízo Fiscal e Base Negativa	%	Total	%				
2019	10.808	31%	1.394	32%	12.202	31%	(1.333)	20%	10.869	33%
2020	12.961	38%	751	17%	13.712	35%	(1.258)	18%	12.454	39%
2021	4.575	13%	614	14%	5.189	13%	(432)	6%	4.757	15%
2022	813	2%	395	9%	1.208	3%	(1.069)	16%	139	0%
2023	685	2%	157	3%	842	2%	(142)	2%	700	2%
Acima de 2023	4.907	14%	1.080	25%	5.987	16%	(2.572)	38%	3.415	11%
Total	34.749	100%	4.391	100%	39.140	100%	(6.806)	100%	32.334	100%
Valor Presente (*)	31.526		3.859		35.384		(5.735)		29.649	

(*) Para o ajuste a valor presente, foi utilizada a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários.

As projeções de lucros tributáveis futuros incluem estimativas referentes a variáveis macroeconômicas, taxas de câmbio, taxas de juros, volume de operações financeiras e tarifas de serviços, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

O lucro líquido contábil não tem relação direta com o lucro tributável para o imposto de renda e a contribuição social em razão das diferenças existentes entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente, além de aspectos societários.

Portanto, é recomendável que a evolução da realização dos créditos tributários apresentada acima não seja tomada como indicativo de lucros líquidos futuros.

Em 31/12/2018, os créditos tributários de Contribuição Social estão registrados a 15%, em função do término dos efeitos temporários trazidos pela Lei nº 13.169/15, que elevou a alíquota da contribuição social de 15% para 20% até 31 de dezembro de 2018. Em 31/12/2018 e 31/12/2017, não existem Créditos Tributários não contabilizados.

c) Obrigações Fiscais

	31/12/2018	31/12/2017
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar	615	1.752
Demais Impostos e Contribuições a Pagar	1.443	1.423
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 24b II)	447	391
Outras	2.779	4.270
Total	5.284	7.836

Nota 25 - Lucro por Ação

a) Lucro por Ação Básico

O lucro líquido atribuível aos acionistas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING é dividido pelo número médio de ações em circulação no período, excluindo-se as ações em tesouraria.

	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores	24.907	23.193	21.627
Dividendo Mínimo não Cumulativo sobre as Ações Preferenciais	(104)	(105)	(105)
Lucro Acumulado a ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias em um valor por Ação igual ao Dividendo Mínimo Pagável aos Acionistas Preferenciais	(109)	(110)	(111)
Lucro Acumulado a ser Distribuído, em bases proporcionais aos Detentores de Ações			
Ordinárias	12.599	11.828	11.002
Preferenciais	12.095	11.150	10.409
Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações:			
Ordinárias	12.708	11.938	11.113
Preferenciais	12.199	11.255	10.514
Média ponderada das Ações em Circulação (Nota 19a)			
Ordinárias	4.958.290.359	5.021.834.934	5.027.611.714
Preferenciais	4.759.872.085	4.734.030.111	4.756.823.490
Lucro por Ação - Básico - R\$			
Ordinárias	2,56	2,38	2,21
Preferenciais	2,56	2,38	2,21

b) Lucro por Ação Diluído

Calculado de forma similar ao lucro por ação básico, no entanto, inclui a conversão de todas as ações preferenciais potencialmente diluíveis no denominador.

	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Preferenciais	12.199	11.255	10.514
Dividendo sobre as Ações Preferenciais após efeitos da Diluição	72	76	74
Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Preferenciais após efeitos da Diluição	12.271	11.331	10.588
Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Ordinárias	12.708	11.938	11.113
Dividendo sobre as Ações Preferenciais após efeitos da Diluição	(72)	(76)	(74)
Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Ordinárias após efeitos da Diluição	12.636	11.862	11.039
Média Ponderada Ajustada de Ações (Nota 19a)			
Ordinárias	4.958.290.359	5.021.834.934	5.027.611.714
Preferenciais	4.815.473.777	4.796.645.028	4.821.864.280
Preferenciais	4.759.872.085	4.734.030.111	4.756.823.490
Incrementais conforme Planos de Pagamento Baseado em Ações	55.601.692	62.614.917	65.040.790
Lucro por Ação Diluído - R\$			
Ordinárias	2,55	2,36	2,20
Preferenciais	2,55	2,36	2,20

Os efeitos potencialmente antidilutivos das ações dos Planos de Pagamento Baseado em Ações, excluídas do cálculo do lucro por ação diluído, totalizaram 538.312 ações preferenciais em 31/12/2017 e 13.938.070 ações preferenciais em 31/12/2016. No exercício de 2018 não há esse efeito.

Nota 26 – Benefícios Pós Emprego

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de suas subsidiárias, patrocina planos de aposentadoria aos seus colaboradores.

Os planos de aposentadoria são administrados por Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) e encontram-se fechados a novas adesões. As entidades possuem estrutura independente e administram os planos conforme as características de seus regulamentos.

Existem três modalidades de planos de aposentadoria:

- **Planos de Benefício Definido (BD):** são planos cujos benefícios programados tem seu valor previamente estabelecido, baseados nos salários e/ou tempo de serviço dos colaboradores, sendo seu custeio determinado atuarialmente;
- **Planos de Contribuição Definida (CD):** são aqueles cujos benefícios programados tem seu valor permanentemente ajustado ao saldo dos investimentos, mantido em favor do participante, inclusive na fase

de concessão de benefícios, considerando o resultado líquido de sua aplicação, os valores aportados e os benefícios pagos; e

- **Planos de Contribuição Variável (CV):** nesta modalidade, os benefícios programados apresentam a conjugação das características das modalidades de contribuição definida e benefício definido, sendo o benefício determinado atuarialmente com base no investimento acumulado pelo participante na data da elegibilidade.

Apresentamos a seguir a relação dos planos de benefícios e suas modalidades:

Entidade	Plano de Benefício	Modalidade
Fundação Itaú Unibanco - Previdência Complementar	Plano de Aposentadoria Complementar	Benefício Definido
	Plano de Aposentadoria Complementar Móvel Vitalícia	
	Plano de Benefício Franprev	
	Plano de Benefício 002	
	Plano de Benefícios Prebeg	
	Plano de Benefícios Definidos UBB PREV	
	Plano de Benefícios II	
	Plano Básico Itaulam	
	Plano Itaú BD	Contribuição Definida
	Plano de Aposentadoria REDECARD	
	Plano de Aposentadoria ITAUCARD BD	
	Plano Itaubanco CD	
	Plano de Aposentadoria Itaubank	Contribuição Variável
	Plano de Previdência REDECARD	
FUNBEP Fundo de Pensão Multipatrocinado	Plano de Previdência Unibanco – Futuro Inteligente	
	Plano Suplementar Itaulam	
	Plano Itaú CD	
	Plano de Aposentadoria Suplementar REDECARD	
	Plano de Aposentadoria ITAUCARD Suplementar	
	Plano de Benefícios I	Benefício Definido
	Plano de Benefícios II	Contribuição Variável

Os planos de aposentadoria na modalidade Contribuição Definida possuem fundos previdenciais compostos pela parcela das contribuições das patrocinadoras não incluídas no saldo de conta dos participantes por perda da elegibilidade ao benefício, bem como por recursos oriundos dos processos de migração de planos de aposentadoria na modalidade benefício definido. O fundo é utilizado para aportes e contribuições futuras às contas individuais dos participantes de acordo com as regras do regulamento do respectivo plano de benefícios.

a) Principais Premissas Atuariais

As premissas atuariais de natureza demográficas e financeiras devem refletir as melhores estimativas sobre as variáveis que determinam o valor das obrigações de benefício pós emprego.

As principais premissas demográficas compreendem: tábua de mortalidade e a rotatividade dos participantes ativos e as principais premissas financeiras compreendem: taxa de desconto, crescimentos salariais futuros, crescimento de benefícios dos planos e inflação.

	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Taxa de Desconto ⁽¹⁾	9,72% a.a.	9,98% a.a.	10,24% a.a.
Tábua de Mortalidade ⁽²⁾	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Rotatividade	Exp.Itaú 2008/2010 ⁽³⁾	Exp.Itaú 2008/2010	Exp.Itaú 2008/2010
Crescimentos Salariais Futuros	4,00% a 7,12% a.a.	5,04% a 7,12% a.a.	5,04% a 7,12% a.a.
Crescimentos dos Benefícios dos Planos	4,00% a.a.	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Inflação	4,00% a.a.	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Método Atuarial	Cred.Unit.Projet.	Cred.Unit.Projet.	Cred.Unit.Projet.

(1) Determinada com base nos rendimentos de mercado relativos aos Títulos do Tesouro Nacional (NTN-B) e compatível com o cenário econômico observado na data base do encerramento do balanço, levando em conta a volatilidade dos mercados de juros e os modelos utilizados.

(2) Correspondem àquelas divulgadas pela SOA – Society of Actuaries, que refletem um aumento de 10% nas probabilidades de sobrevivência em relação às respectivas tábuas básicas.

(3) Atualizada à nova expectativa de comportamento da massa.

Os planos de aposentadoria patrocinados por subsidiárias no exterior- Banco Itaú (Suisse) S.A., Itaú CorpBanca Colombia S.A. e PROSERV- Promociones y Servicios S.A. de C.V.- são estruturados na modalidade Benefício Definido e adotam premissas atuariais adequadas às massas de participantes e ao cenário econômico de cada país.

b) Gerenciamento de Riscos

As EFPC patrocinadas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING são reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) e pela PREVIC, dispõe de Diretoria Executiva, Conselhos Deliberativo e Fiscal.

Os benefícios oferecidos possuem características de longa duração e os principais fatores envolvidos no gerenciamento e mensuração de seus riscos são risco financeiro, risco de inflação e risco biométrico.

- **Risco Financeiro**- o passivo atuarial é calculado adotando uma taxa de desconto, que difere das taxas auferidas nos investimentos. Se o rendimento real dos investimentos dos planos for inferior ao rendimento esperado, isso poderá acarretar um déficit. Para mitigar esse risco e assegurar a capacidade de pagar os benefícios no longo prazo, os planos detêm uma percentagem significativa de títulos de renda fixa atrelados aos compromissos dos planos, visando minimizar volatilidade e risco de descasamento entre ativos e passivos. Adicionalmente, são realizados testes de aderência nas premissas financeiras para assegurar sua adequação às obrigações dos respectivos planos.
- **Risco de Inflação**-grande parte das obrigações estão vinculadas a índices de inflação, tornando o passivo atuarial sensível à alta dos índices. Para mitigar esse risco, são utilizadas as mesmas estratégias de mitigação dos riscos financeiros.

- **Risco Biométrico**- planos que possuem alguma obrigação avaliada atuarialmente estão expostos ao risco biométrico. Caso as tábuas de mortalidade utilizadas não se mostrem aderentes à massa de participantes dos planos, é possível o surgimento de *déficit* ou *superávit* na avaliação atuarial. Para mitigar esse risco, são realizados testes de aderência das premissas biométricas para assegurar sua adequação às obrigações dos respectivos planos.

Para efeito de registro no balanço das EFPCs que os administram, o passivo atuarial dos planos utiliza taxa de desconto aderente à sua carteira de ativos e fluxos de receitas e despesas, conforme estudo elaborado por consultoria atuarial independente. O método atuarial utilizado é o método agregado, pelo qual o custeio do plano é definido pela diferença entre o seu patrimônio de cobertura e o valor atual de

suas obrigações futuras, observando a metodologia estabelecida na respectiva nota técnica atuarial. Verificando-se déficit no período de concessão, acima dos limites de equacionamento definidos na legislação vigente, é estipulado um contrato de dívida com a patrocinadora com garantias financeiras.

c) Gestão dos Ativos

A gestão dos recursos tem como objetivo o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as obrigações com pagamento de benefícios, por meio da superação das metas atuariais (taxa de desconto mais índice de reajuste dos benefícios, definido nos regulamentos dos planos).

A seguir quadro com a alocação dos ativos por categoria, segmentado em Cotado em Mercado Ativo e Não Cotado em Mercado Ativo:

Categorias	Valor Justo			% de Alocação		
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Títulos de Renda Fixa	18.065	16.851	15.134	96,05%	95,81%	91,61%
Cotados em Mercado Ativo	17.775	16.281	14.751	94,51%	92,57%	89,29%
Não Cotados em Mercado Ativo	290	570	383	1,54%	3,24%	2,32%
Títulos de Renda Variável	24	19	685	0,13%	0,11%	4,15%
Cotados em Mercado Ativo	18	15	681	0,09%	0,09%	4,12%
Não Cotados em Mercado Ativo	6	4	4	0,04%	0,02%	0,03%
Investimentos Estruturados	59	24	9	0,31%	0,14%	0,05%
Cotados em Mercado Ativo	1	1	1	0,01%	0,01%	0,01%
Não Cotados em Mercado Ativo	58	23	8	0,30%	0,13%	0,04%
Imóveis	578	615	623	3,07%	3,49%	3,77%
Empréstimos a Participantes	82	79	69	0,44%	0,45%	0,42%
Total	18.808	17.588	16.520	100,00%	100,00%	100,00%

Os ativos dos planos de benefícios definidos incluem ações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, de sua principal controladora (ITAÚSA) e de controladas desta, com um valor justo de R\$ 11 (R\$ 12 em 31/2/2017), e imóveis alugados a empresas do conglomerado, com um valor justo de R\$ 487 (R\$ 531 em 31/ 12/2017).

d) Outros Benefícios Pós Emprego

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas subsidiárias não possuem obrigações adicionais referentes a benefícios pós emprego, exceto nos casos decorrentes de compromissos de manutenção assumidos em contratos de aquisições ocorridas ao longo dos anos, bem como aqueles benefícios originados por decisão judicial nos prazos e condições estabelecidos, em que há o patrocínio total ou parcial do plano de saúde para massa específica de ex-colaboradores e seus beneficiários. Seu custeio é determinado atuarialmente de forma a assegurar a manutenção da cobertura. Estes planos estão fechados a novas adesões.

As premissas para a taxa de desconto, inflação, tábuas de mortalidade e método atuarial são as mesmas utilizadas para os planos de aposentadoria. Nos últimos 3 anos, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING utilizou o percentual de 8,16% a.a. para a inflação médica e para e para o *aging factor* o percentual de 3% a.a..

Particularmente nos outros benefícios pós emprego, há o risco de inflação médica associado ao crescimento dos custos médicos acima do esperado. Para mitigar esse risco, são utilizadas as mesmas estratégias de mitigação dos riscos financeiros.



e) Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial

31/12/2018				
	Planos BD / CV	Planos CD	Outros Benefícios Pós Emprego	Total
1 - Ativos Líquidos dos Planos	18.808	1.604	-	20.412
2 - Passivos Atuariais	(15.493)	-	(282)	(15.775)
3 - Restrição do Ativo ^(*)	(3.664)	(939)	-	(4.603)
4 - Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial (1+2+3)	(349)	665	(282)	34
Valor Reconhecido no Ativo (Nota 18a)	66	665	-	731
Valor Reconhecido no Passivo (Nota 18b)	(415)	-	(282)	(697)

31/12/2017				
	Planos BD / CV	Planos CD	Outros Benefícios Pós Emprego	Total
1 - Ativos Líquidos dos Planos	17.588	1.634	-	19.222
2 - Passivos Atuariais	(14.491)	-	(257)	(14.748)
3 - Restrição do Ativo ^(*)	(3.217)	(912)	-	(4.129)
4 - Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial (1+2+3)	(120)	722	(257)	345
Valor Reconhecido no Ativo (Nota 18a)	345	722	-	1.067
Valor Reconhecido no Passivo (Nota 18b)	(465)	-	(257)	(722)

31/12/2016				
	Planos BD / CV	Planos CD	Outros Benefícios Pós Emprego	Total
1 - Ativos Líquidos dos Planos	16.520	1.287	-	17.807
2 - Passivos Atuariais	(13.723)	-	(221)	(13.944)
3 - Restrição do Ativo ^(*)	(3.008)	(491)	-	(3.499)
4 - Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial (1+2+3)	(211)	796	(221)	364
Valor Reconhecido no Ativo (Nota 18a)	317	796	-	1.113
Valor Reconhecido no Passivo (Nota 18b)	(528)	-	(221)	(749)

(*) Corresponde ao excedente do valor presente do benefício econômico disponível, em conformidade com o item 58 do IAS 19.

f) Evolução do Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial

	31/12/2018								
	Planos BD e CV				Planos CD			Outros Benefícios Pós Emprego	Total
	Ativo Líquido	Passivos Atuariais	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido	Fundo Previdencial	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido	Passivo	Montante Reconhecido
Valor Início do Período	17.588	(14.491)	(3.217)	(120)	1.634	(912)	722	(257)	345
Valores Reconhecidos no Resultado (1+2+3)	1.700	(1.454)	(321)	(75)	157	(90)	67	(25)	(33)
1 - Custo Serviço Corrente	-	(69)	-	(69)	-	-	-	-	(69)
2 - Custo Serviço Passado	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3 - Juros Líquidos ⁽¹⁾	1.700	(1.385)	(321)	(6)	157	(90)	67	(25)	36
Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido - ORA (4+5+6)	580	(688)	(126)	(234)	(102)	63	(39)	(19)	(292)
4 - Efeito na Restrição do Ativo	-	-	(126)	(126)	-	63	63	-	(63)
5 - Remensurações ^{(2) (3)}	566	(683)	-	(117)	(102)	-	(102)	(19)	(238)
6 - Variação Cambial	14	(5)	-	9	-	-	-	-	9
Outros (7+8+9+10)	(1.060)	1.140	-	80	(85)	-	(85)	19	14
7 - Recebimento por Destinação de Recursos ⁽⁴⁾	-	-	-	-	-	-	-	-	-
8 - Benefícios Pagos	(1.140)	1.140	-	-	-	-	-	19	19
9 - Contribuições e Aportes da Patrocinadora	69	-	-	69	(85)	-	(85)	-	(16)
10 - Contribuições Participantes	11	-	-	11	-	-	-	-	11
Valor Final do Período	18.808	(15.493)	(3.664)	(349)	1.604	(939)	665	(282)	34

	31/12/2017								
	Planos BD e CV				Planos CD			Outros Benefícios Pós Emprego	Total
	Ativo Líquido	Passivos Atuariais	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido	Fundo Previdencial	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido	Passivo	Montante Reconhecido
Valor Início do Período	16.520	(13.723)	(3.008)	(211)	1.287	(491)	796	(221)	364
Valores Reconhecidos no Resultado (1+2+3)	1.639	(1.416)	(307)	(84)	126	(50)	76	(22)	(30)
1 - Custo Serviço Corrente	-	(69)	-	(69)	-	-	-	-	(69)
2 - Custo Serviço Passado	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3 - Juros Líquidos ⁽¹⁾	1.639	(1.347)	(307)	(15)	126	(50)	76	(22)	39
Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido - ORA (4+5+6)	487	(493)	98	92	324	(371)	(47)	(28)	17
4 - Efeito na Restrição do Ativo	-	-	97	97	(15)	(371)	(386)	-	(289)
5 - Remensurações ^{(2) (3)}	485	(487)	1	(1)	339	-	339	(28)	310
6 - Variação Cambial	2	(6)	-	(4)	-	-	-	-	(4)
Outros (7+8+9+10)	(1.058)	1.141	-	83	(103)	-	(103)	14	(6)
7 - Recebimento por Destinação de Recursos ⁽⁴⁾	-	-	-	-	(12)	-	(12)	-	(12)
8 - Benefícios Pagos	(1.141)	1.141	-	-	-	-	-	14	14
9 - Contribuições e Aportes da Patrocinadora	71	-	-	71	(91)	-	(91)	-	(20)
10 - Contribuições Participantes	12	-	-	12	-	-	-	-	12
Valor Final do Período	17.588	(14.491)	(3.217)	(120)	1.634	(912)	722	(257)	345

	31/12/2016								
	Planos BD e CV				Planos CD			Outros Benefícios Pós Emprego	Total
	Ativo Líquido	Passivos Atuariais	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido	Fundo Previdencial	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido	Passivo	Montante Reconhecido
Valor Início do Período	13.633	(11.587)	(2.134)	(88)	2.229	(270)	1.959	(179)	1.692
Valores Reconhecidos no Resultado (1+2+3)	1.483	(1.317)	(241)	(75)	269	(30)	239	(19)	145
1 - Custo Serviço Corrente	-	(62)	-	(62)	-	-	-	-	(62)
2 - Custo Serviço Passado	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3 - Juros Líquidos ⁽¹⁾	1.483	(1.255)	(241)	(13)	269	(30)	239	(19)	207
Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido - ORA (4+5+6)	2.300	(1.672)	(633)	(5)	(817)	(191)	(1.008)	(36)	(1.049)
4 - Efeito na Restrição do Ativo	-	-	(633)	(633)	(1.053)	(191)	(1.244)	-	(1.877)
5 - Remensurações ^{(2) (3)}	2.308	(1.715)	-	593	236	-	236	(36)	793
6 - Variação Cambial	(8)	43	-	35	-	-	-	-	35
Outros (7+8+9+10+11)	(896)	853	-	(43)	(394)	-	(394)	13	(424)
7 - Recebimento por Destinação de Recursos ⁽⁴⁾	-	-	-	-	(515)	-	(515)	-	(515)
8 - Benefícios Pagos	(1.060)	1.060	-	-	-	-	-	13	13
9 - Contribuições e Aportes da Patrocinadora	149	-	-	149	121	-	121	-	270
10 - Contribuições Participantes	15	-	-	15	-	-	-	-	15
11 - Saldo oriundo da aquisição do CorpBanca (Nota 3)	-	(207)	-	(207)	-	-	-	-	(207)
Valor Final do Período	16.520	(13.723)	(3.008)	(211)	1.287	(491)	796	(221)	364

(1) Corresponde ao valor calculado em 01/01/2018 com base no valor inicial (Ativo Líquido, Passivos Atuariais e Restrição do Ativo), descontando-se o valor projetado dos pagamentos/recebimentos de benefícios/contribuições, multiplicado pela taxa de desconto de 9,98% a.a. (Em 01/01/2017 utilizou-se a taxa de desconto de 10,24% a.a.).

(2) As remensurações apresentadas no Ativo Líquido e na Restrição do Ativo correspondem aos rendimentos obtidos acima / abaixo do retorno esperado.

(3) O valor do retorno real dos ativos foi de R\$ 2.226 (R\$ 2.124 em 31/12/2017).

(4) Refere-se à distribuição do excedente do fundo previdencial do Plano Itaúbanco CD.

g) Contribuições de Benefício Definido

	Contribuições Estimadas	Contribuições Efetuadas		
	2019	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Planos de Aposentadoria - FIU	47	58	58	78
Planos de Aposentadoria - FUNBEP	10	11	14	71
Total	57	69	72	149

h) Perfil de Vencimento das Obrigações de Benefício Definido

	Duration (*)	2019	2020	2021	2022	2023	2024 a 2028
Planos de Aposentadoria - FIU	10,88	799	824	859	894	929	5.184
Planos de Aposentadoria - FUNBEP	10,09	370	387	404	420	435	2.362
Outros Benefício Pós Emprego	12,02	17	18	19	20	21	127
Total		1.186	1.229	1.282	1.334	1.385	7.673

(*) Duration média do passivo atuarial dos planos

i) Análise de Sensibilidade

Para mensurar o efeito de mudanças nas principais premissas, foram realizados testes de sensibilidade nas obrigações atuariais. A análise de sensibilidade considera uma visão dos impactos de como a alteração de premissas poderia afetar o resultado do exercício e o patrimônio líquido na data do balanço. Este tipo de análise comumente se dá na condição *ceteris paribus*, onde se mede a sensibilidade de um sistema quando alterando apenas uma variável de interesse e mantendo inalteradas todas as outras. Os resultados encontrados estão evidenciados no quadro a seguir:

Principais Premissas	Aposentadoria BD e CV			Outros Benefícios Pós Emprego		
	Valor Presente da Obrigação	Resultado	Patrimônio Líquido ORA (*)	Valor Presente da Obrigação	Resultado	Patrimônio Líquido ORA(*)
Taxa de Juros						
Acréscimo de 0,5%	(718)	-	76	(15)	-	(15)
Decréscimo de 0,5%	782	-	(250)	17	-	17
Taxa de Mortalidade						
Acréscimo de 5%	(160)	-	45	(6)	-	(6)
Decréscimo de 5%	167	-	(48)	7	-	7
Inflação Médica						
Acréscimo de 1%	-	-	-	33	-	33
Decréscimo de 1%	-	-	-	(28)	-	(28)

(*) Efeito líquido da restrição do ativo.

Nota 27 – Contratos de Seguros e Previdência Privada

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de suas subsidiárias, oferece ao mercado, os produtos de seguros e previdência privada, com a finalidade de assumir riscos e restabelecer o equilíbrio econômico do patrimônio afetado do segurado. Os produtos são ofertados por meio das corretoras de seguros (de mercado e cativas), nos canais eletrônicos e agências do Itaú Unibanco, conforme exigências regulatórias, emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

I - Seguros

Contrato firmado entre partes visando proteger os bens do cliente, que mediante o pagamento de prêmio, fica protegido por meio de reposição ou reparação financeira predeterminadas, de danos que venham causar desestabilização patrimonial ou pessoal. Em contraparte, as seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, constituem provisões técnicas, por meio de áreas especializadas dentro do conglomerado, com o objetivo de reparar a perda do segurado em caso de ocorrência de sinistros dos riscos previstos.

Os riscos de seguros comercializados pelas seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING se dividem em seguros elementares, que garantem as perdas, danos ou responsabilidades sobre objetos ou pessoas, e seguros de vida, que inclui cobertura contra risco de morte e acidentes pessoais.

II - Previdência Privada

Desenvolvido para assegurar a manutenção da qualidade de vida dos participantes, complementando os rendimentos proporcionados pela Previdência Social, por meio de investimentos feitos a longo prazo, os produtos de Previdência Privada subdividem-se essencialmente em três grandes grupos:

- **PGBL – Plano Gerador de Benefícios Livres:** Tem como principal objetivo a acumulação de recursos financeiros, mas pode ser contratado com coberturas adicionais de risco. Indicado para clientes que apresentam declaração completa de IR, pois podem deduzir as contribuições feitas da base de cálculo do IR até 12% da renda bruta tributável anual;

- **VGBL – Vida Gerador de Benefícios Livres:** É um seguro estruturado na forma de plano de previdência. A sua forma de tributação difere do PGBL, neste caso, a base de cálculo são os rendimentos auferidos; e
- **FGB – Fundo Gerador de Benefícios:** Plano de previdência com garantia mínima de rentabilidade e possibilidade de ganho pela performance do ativo. Apesar de existirem planos ativos, não são mais comercializados.

III - Provisões Técnicas de Seguros e Previdência Privada

As Provisões Técnicas de Seguros e Previdência Privada são calculadas de acordo com notas técnicas atuariais aprovadas pela SUSEP e critérios estabelecidos pela legislação vigente, como seguem:

- **Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG)** – constituída com base nos prêmios de seguros, para a cobertura dos valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer. No cálculo, considera-se o prazo a decorrer tanto dos riscos assumidos e emitidos quanto dos riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE) nas apólices ou endossos dos contratos vigentes, pelo critério *pro rata die*;
- **Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)** - constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a sinistros avisados e não pagos, incluindo os sinistros administrativos e judiciais. Abrange valores relativos às indenizações, pecúlios e rendas vencidas, todos brutos das operações de resseguro e líquidos das operações de cosseguro. Quando necessário, deve contemplar ajustes de IBNER (sinistros ocorridos e não suficientemente avisados) para o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo de regulação até a sua liquidação final;
- **Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados (IBNR)** - constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a sinistros ocorridos e não avisados até a data-base de cálculo, incluindo os sinistros administrativos e judiciais. Abrange valores relativos a indenizações, pecúlios e rendas, todos brutos das operações de resseguro e líquidos das operações de cosseguro;

- **Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBAC)** - constituída para a cobertura dos compromissos assumidos com os participantes ou segurados, com base nas premissas determinadas no contrato, enquanto não ocorrido o evento gerador do benefício e/ou da indenização;
- **Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC)** - constituída para a cobertura dos compromissos de pagamento de indenizações e/ou benefícios assumidos com os participantes ou segurados, com base nas premissas determinadas no contrato, depois de ocorrido o evento;
- **Provisão de Excedentes Financeiros (PEF)** - constituída para a garantia dos valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit financeiro, quando previsto em contrato. Corresponde ao resultado financeiro excedente à rentabilidade mínima garantida no produto.
- **Provisão Complementar de Cobertura (PCC)** - constituída quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme apurado no Teste de Adequação de Passivos, de acordo com as determinações especificadas na regulamentação em vigor;
- **Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR)** - constituída para cobertura dos valores referentes aos resgates a regularizar, às devoluções de prêmios ou fundos, às portabilidades solicitadas e, por qualquer motivo, ainda não transferidos para a sociedade seguradora ou entidade aberta de previdência complementar receptora e aos prêmios recebidos e não cotizados;
- **Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)** - constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a benefícios e indenizações, em função de eventos ocorridos e a ocorrer.

IV - Principais informações relativas às operações de Seguros e Previdência Privada

a) Índices

Principais Ramos de Seguros	Comercialização		Sinistralidade	
	%		%	
	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Acidentes Pessoais Coletivo	34,3	38,0	9,4	7,8
Acidentes Pessoais Individual	14,1	12,5	20,8	23,5
Compreensivo Empresarial	21,1	21,2	29,3	36,4
Crédito Interno	0,7	0,9	134,5	139,6
Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT)	-	1,2	-	84,5
Doença Grave ou Terminal	16,1	10,7	17,5	21,1
Extensão de Garantia - Patrimonial	62,0	62,1	13,9	16,0
Prestamista	20,4	18,7	18,3	16,9
Renda de Eventos Aleatórios	20,3	16,3	17,1	18,4
Riscos Diversos	48,1	57,8	53,3	27,2
Seguro Habitacional em Apólices de Mercado - Prestamista	20,4	20,7	15,3	13,0
Vida em Grupo	15,1	8,3	33,2	24,2



b) Receitas de Prêmios de Seguros e Previdência Privada

Principais Ramos	Prêmios e Contribuições		
	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Acidentes Pessoais Coletivo	689	666	776
Acidentes Pessoais Individual	280	289	212
Compreensivo Empresarial	52	53	56
Crédito Interno	78	64	63
Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT)	-	24	37
Doença Grave ou Terminal	188	172	166
Extensão de Garantia - Patrimonial	-	-	112
Pensão Pecúlio Invalidez	291	319	295
PGBL	2.193	2.084	1.955
Prestamista	879	621	570
Rendas de Eventos Aleatórios	235	177	146
Riscos Diversos	209	151	162
Seguro Habitacional Apólices Mercado - Prestamista	288	272	243
Tradicional	122	129	142
VGBL	17.154	20.318	18.153
Vida em Grupo	937	990	1.234
Demais Ramos	502	547	433
Total	24.097	26.876	24.755

c) Saldo das Provisões Técnicas

	Seguros		Previdência		Total	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Prêmios não Ganhos (PPNG)	2.111	1.883	13	15	2.124	1.898
Matemática de Benefícios a Conceder (PMBAC) e Concedidos (PMBC)	195	173	195.348	175.992	195.543	176.165
Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR)	12	11	298	264	310	275
Excedente Financeiro (PEF)	2	2	605	604	607	606
Sinistros a Liquidar (PSL)	548	560	43	34	591	594
Sinistros / Eventos Ocorridos e não Avisados (IBNR)	348	401	25	27	373	428
Despesas Relacionadas (PDR)	31	28	98	95	129	123
Outras Provisões	562	406	948	737	1.510	1.143
Total	3.809	3.464	197.378	177.768	201.187	181.232

d) Movimentação das Provisões Técnicas

	31/12/2018			31/12/2017		
	Seguros	Previdência	Total	Seguros	Previdência	Total
Saldo Inicial	3.464	177.768	181.232	3.926	150.150	154.076
(+) Adições Decorrentes de Prêmios / Contribuições	4.340	19.764	24.104	4.059	22.854	26.913
(-) Diferimento pelo Risco Decorrido	(3.937)	(297)	(4.234)	(4.225)	(323)	(4.548)
(-) Pagamento de Sinistros / Benefícios	(1.184)	(580)	(1.764)	(1.228)	(472)	(1.700)
(+) Sinistros Avisados	1.325	-	1.325	1.291	-	1.291
(-) Resgates	(1)	(13.771)	(13.772)	(2)	(12.534)	(12.536)
(+/-) Portabilidades Líquidas	-	3.758	3.758	-	3.436	3.436
(+) Atualização das Provisões e Excedente Financeiro	9	11.622	11.631	16	7.754	7.770
(+) Reorganização Societária	-	-	-	(282)	-	(282)
(+/-) Outras (Constituição / Reversão)	(207)	(886)	(1.093)	(91)	6.903	6.812
Saldo Final	3.809	197.378	201.187	3.464	177.768	181.232

Através de modelos atuariais baseados, principalmente, na experiência histórica da carteira e nas projeções macroeconômicas, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING define as premissas que influenciam na avaliação das provisões técnicas. As premissas são reavaliadas anualmente por especialistas da área atuarial e de riscos, sendo posteriormente submetidas para aprovação dos executivos. O efeito da alteração nas premissas são reconhecidos no resultado do período em que ocorreram.

V - Custos de Aquisição Diferidos

Estão registrados no ativo e sua movimentação está demonstrada no quadro a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
Saldo Inicial	253	429
Constituições	1.001	772
Amortizações	(845)	(948)
Saldo Final	409	253
Saldo a amortizar até 12 meses	334	209
Saldo a amortizar após 12 meses	75	44

VI - Tabela de Desenvolvimento de Sinistros

Os valores apresentados na tabela expressam a posição de 31/12/2018, uma vez que os cálculos atuariais são realizados semestralmente:

Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) (*)	591
(-) IBNER	170
(-) Resseguros	35
(-) Retrocessão e Outras Estimativas	(25)
Passivo apresentado na Tabela de Desenvolvimento de Sinistros (a + b)	411

(*) Demonstrada na Nota 27IV c em 31/12/2018.

Mudanças podem ocorrer no montante de obrigações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING ao final de cada fechamento anual. A parte superior da tabela abaixo ilustra como a estimativa do sinistro se desenvolve através do tempo. A parte inferior da tabela reconcilia os valores pendentes de pagamento contra o valor do passivo divulgado no balanço.



a) Sinistros Administrativos

Data de Cadastro	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2018	Total
No Final do Período de Divulgação	910	1.009	938	934	992	
1 ano depois	935	1.054	981	977		
2 anos depois	958	1.082	1.001			
3 anos depois	964	1.091				
4 anos depois	967					
Estimativa Corrente	967	1.091	1.001	977	992	
Pagamentos Acumulados até a Data Base	962	1.078	978	956	815	4.789
Passivo Reconhecido no Balanço	5	13	23	21	178	240
Passivo em Relação aos Períodos Anteriores						12
Total de Sinistros Administrativos						252

b) Sinistros Judiciais

Data de Cadastro	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2018	Total
No Final do Período de Divulgação	27	30	26	28	16	
1 ano depois	37	41	35	40		
2 anos depois	46	52	43			
3 anos depois	54	64				
4 anos depois	60					
Estimativa Corrente	60	64	43	40	16	
Pagamentos Acumulados até a Data Base	45	49	34	30	10	168
Passivo Reconhecido no Balanço	15	15	10	10	5	55
Passivo em Relação aos Períodos Anteriores						104
Total de Sinistros Judiciais						159

A abertura da tabela de desenvolvimento de sinistros entre administrativo e judicial evidencia a realocação dos sinistros administrativos até determinada data base e que se tornam judiciais após, o que pode induzir a uma falsa impressão de necessidade de ajuste nas provisões em cada abertura.

VII - Teste de Adequação de Passivo

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING realiza o Teste de Adequação de Passivos, confrontando o valor contabilizado de suas provisões técnicas com a estimativa corrente do fluxo de caixa de suas obrigações futuras. Considerar na estimativa todos os fluxos de caixa relacionados ao negócio é o requisito mínimo para realização do teste de adequação.

O Teste de Adequação de Passivo não indicou insuficiência significativa nos períodos findos em 2018, 2017 e 2016.

As premissas utilizadas no teste são revistas periodicamente e baseiam-se nas melhores práticas e na análise da experiência das subsidiárias, representando, desta forma, as melhores estimativas para as projeções dos fluxos de caixa.

Metodologia e Agrupamento do Teste

Especificamente para os produtos de seguros, os fluxos de caixa foram projetados utilizando o método conhecido como triângulo de *run-off* com periodicidade trimestral. Para os produtos de previdência, os fluxos de caixa da fase de diferimento e da fase de concessão são testados separadamente.

O critério de agrupamento de riscos aplicado considera grupos sujeitos a riscos similares e gerenciados em conjunto como uma única carteira.

Tábuas Biométricas

As tábuas biométricas vêm a ser instrumentos para se medir o risco biométrico representado pela probabilidade de morte, sobrevivência ou invalidez de um participante.

Para as estimativas de morte e sobrevivência são utilizadas as tábuas BR-EMS vigentes, ajustadas por critério de desenvolvimento das expectativas de longevidade da Escala G, e para as estimativas de entrada em invalidez é utilizada a tábua Álvaro Vindas.

Taxa de Juros Livre de Risco

A relevante estrutura a termo de taxa de juros livre de risco (ETTJ) vêm a ser um indicador do valor puro do dinheiro no tempo usado para precificar o conjunto dos fluxos de caixa projetados.

A ETTJ foi obtida da curva de títulos considerados sem risco de crédito disponíveis no mercado financeiro brasileiro e fixada conforme metodologia interna do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, considerando a adição de *spread* que levou em conta o impacto do resultado de mercado dos títulos classificados como Ativos Financeiros ao Custo Amortizado da carteira de Ativos Garantidores.

Taxa de Conversão em Renda

A taxa de conversão em renda representa a expectativa de conversão dos saldos acumulados pelos participantes em benefício de aposentadoria. A decisão de conversão em renda por parte dos participantes é influenciada por fatores comportamentais, econômicos e tributários.

Outras Premissas

Despesas relacionadas, cancelamentos e resgates parciais, aportes e contribuições futuras, dentre outros, são premissas que impactam na estimativa de fluxos de caixa projetados à medida que representam despesas e receitas oriundas dos contratos de seguros assumidos.

Nota 28 – Valor Justo dos Instrumentos Financeiros

Nos casos em que não estão disponíveis preços cotados em mercado, os valores justos são baseados em estimativas, com a utilização de fluxos de caixa descontados ou outras técnicas de avaliação. Essas técnicas são afetadas de forma significativa pelas premissas utilizadas, inclusive a taxa de desconto e a estimativa dos fluxos de caixa futuros. O valor justo estimado obtido por meio dessas técnicas não pode ser substanciado por comparação com mercados independentes e, em muitos casos, não pode ser realizado na liquidação imediata do instrumento.

A tabela a seguir resume o valor contábil e o valor justo estimado dos instrumentos financeiros:

		31/12/2018		31/12/2017	
		Valor Contábil	Valor Justo Estimado	Valor Contábil	Valor Justo Estimado
Disponibilidades	(a)	37.159	37.159	18.749	18.749
Ativos Financeiros		1.424.876	1.433.116	1.330.251	1.338.314
Depósitos Compulsórios no Banco Central	(a)	94.148	94.148	98.837	98.837
Ao Custo Amortizado		994.759	1.002.999	905.729	913.792
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	(b)	26.420	26.510	29.048	29.112
Aplicações no Mercado Aberto	(a)	280.136	280.136	244.707	244.707
Títulos e Valores Mobiliários	(c)	110.395	112.171	111.424	113.049
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro (*)	(d)	536.091	542.465	497.719	504.093
Outros Ativos Financeiros	(e)	75.090	75.090	59.568	59.568
(-) Provisão para Perda Esperada		(33.373)	(33.373)	(36.737)	(36.737)
Ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		49.323	49.323	52.149	52.149
Títulos e Valores Mobiliários	(c)	49.323	49.323	52.149	52.149
Ao Valor Justo por meio do Resultado		286.646	286.646	273.536	273.536
Títulos e Valores Mobiliários	(c)	263.180	263.180	250.693	250.693
Derivativos	(c)	23.466	23.466	22.843	22.843
Passivos Financeiros		1.151.237	1.150.700	1.056.717	1.054.981
Ao Custo Amortizado		1.119.734	1.119.197	1.024.584	1.022.848
Depósitos	(b)	463.424	463.363	402.938	402.911
Captação no Mercado Aberto	(a)	330.237	330.237	312.634	312.634
Recursos de Mercados Interbancários	(b)	134.670	134.533	124.587	124.257
Recursos de Mercados Institucionais	(b)	93.974	93.635	98.482	97.103
Outros Passivos Financeiros	(e)	97.429	97.429	85.943	85.943
Ao Valor Justo por meio do Resultado		27.711	27.711	27.211	27.211
Derivativos	(c)	27.519	27.519	26.746	26.746
Notas Estruturadas		192	192	465	465
Provisão para Perda Esperada		3.792	3.792	4.922	4.922
Compromissos a Liberar		2.601	2.601	3.015	3.015
Garantias Financeiras		1.191	1.191	1.907	1.907

(*) Na composição do saldo há operações que foram designadas ao Valor Justo por meio do Resultado, no valor de R\$ 102 em 31/12/2017.

Os Instrumentos Financeiros não incluídos no Balanço Patrimonial (Nota32) são representados por Cartas de Crédito em Aberto (*standby*) e Garantias Prestadas no total de R\$ 76.852 (R\$ 79.703 em 31/12/2017) com o valor justo estimado de R\$ 1.168 (R\$ 935 em 31/12/2017).

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

a) Disponibilidades, Depósitos Compulsórios no Banco Central, Aplicações no Mercado Aberto e Captação no Mercado Aberto – O valor contábil desses instrumentos se aproxima de seu valor justo.

b) Aplicações em Depósitos Interfinanceiros, Depósitos, Recursos de Mercados Interbancários e Recursos de Mercados Institucionais – São calculados descontando-se os fluxos de caixa estimados por taxas de juros de mercado.

c) Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos – Sob condições normais, os preços cotados de mercado são os melhores indicadores dos valores justos desses instrumentos financeiros. Entretanto, nem todos os instrumentos possuem liquidez ou cotações e, nesses casos, faz-se necessário a adoção de estimativas de valor presente e outras técnicas para definição do valor justo. Na ausência de preço cotado na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA), os valores justos dos títulos públicos são apurados com base nas taxas de juros fornecidas por corretoras. Os valores justos de títulos de dívida de empresas são calculados descontando-se os fluxos de caixa estimados por taxas de juros de mercado. Os valores justos de ações são apurados com base em seus preços cotados de mercado. Os valores justos dos instrumentos derivativos foram apurados conforme segue:

- **Swaps:** Seus fluxos de caixa são descontados a valor presente com base em curvas de rentabilidade que refletem os fatores apropriados de risco traçadas, principalmente, com base nos preços de troca de derivativos na B3, de títulos públicos brasileiros no mercado secundário ou de derivativos e títulos e valores mobiliários negociados no exterior. Essas curvas de rentabilidade podem ser utilizadas para obter o valor justo de *swaps* de moeda, *swaps* de taxa de juros e *swaps* com base em outros fatores de risco (commodities, índices de bolsas, etc.).

- **Futuros e Termo:** Cotações em bolsas ou utilizando-se critério idêntico ao utilizado nos *swaps*.

- **Opções:** Apurados com base em modelos matemáticos, como Black&Scholes, utilizando-se de dados, geralmente da Bloomberg, de volatilidade implícita, curva de rentabilidade da taxa de juros e o valor justo do ativo subjacente. Os preços de mercado corrente das opções são utilizados para calcular as volatilidades implícitas.

- **Crédito:** Estão inversamente relacionados à probabilidade de inadimplência (PD) em um instrumento financeiro sujeito a risco de crédito. O reajuste a preço de mercado desses *spreads* se baseia nas diferenças entre as curvas de rentabilidade com e sem risco de crédito.

d) Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro - O valor justo é estimado por grupos de empréstimos com características financeiras e de risco similares utilizando modelos de valorização. O valor justo dos empréstimos de taxa fixa foi determinado pelo desconto dos fluxos de caixa estimados com a utilização de taxas de juros correntes de empréstimos similares. Para a maior parte dos empréstimos à taxa variável, o valor contábil foi considerado como próximo de seu valor justo. O valor justo das operações de crédito e arrendamento mercantil de curso normal foi calculado pelo desconto dos pagamentos previstos de principal e de juros até o vencimento, com as taxas indicadas acima. O valor justo das operações de crédito e arrendamento mercantil de curso anormal foi baseado no desconto dos fluxos de caixa previstos, com a utilização de uma taxa proporcional ao risco associado aos fluxos de caixa estimados, ou no valor da garantia subjacente. As premissas relacionadas aos fluxos de caixa e às taxas de desconto são determinadas com a utilização de informações disponíveis no mercado e de informações específicas do tomador.

e) Outros Ativos / Passivos Financeiros – basicamente compostos de recebíveis de emissores de cartão de crédito, depósitos em garantia de contingências, provisões e obrigações legais e negociação e intermediação de valores mobiliários. Os valores contábeis desses ativos / passivos aproximam-se significativamente de seus valores justos, uma vez que basicamente representam valores a serem recebidos no curto prazo de titulares de cartões de crédito e a serem pagos a emissores de cartões de créditos, depósitos exigidos judicialmente (indexado a taxas de

mercado) feitos pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING como garantia de ações judiciais ou recebíveis no curto prazo (geralmente com vencimento de aproximadamente 5 (cinco) dias úteis). Todos esses itens representam ativos / passivos sem riscos significativos de mercado, de crédito e de liquidez.

Nível 1: As informações observáveis que refletem os preços cotados (não ajustados) para ativos ou passivos idênticos em mercados ativos. Um mercado ativo é aquele no qual as transações para o ativo ou passivo que está sendo mensurado geralmente ocorre com a frequência e volume suficientes para fornecer informações de apuração continuamente.

Nível 2: As informações que não são observáveis para o ativo ou passivo direta ou indiretamente. O Nível 2 inclui geralmente: (i) preços cotados para ativos ou passivos semelhantes em mercados ativos; (ii) preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou semelhantes em mercados que não são ativos, isto é, mercados nos quais há poucas transações para o ativo ou passivo, os preços não são correntes, ou as cotações de preço variam substancialmente ao longo do tempo ou entre os especialistas no mercado de balcão (*market makers*), ou nos quais poucas informações são divulgadas publicamente; (iii) informações que não os preços cotados que são observáveis para o ativo ou passivo (por exemplo, taxas de juros e curvas de rentabilidade observáveis em intervalos cotados regularmente, volatilidades, etc.); (iv) informações que são derivadas principalmente de ou corroboradas por dados do mercado observáveis por meio de correlação ou por outros meios.

Nível 3: As informações que não são observáveis para o ativo ou passivo. As informações não observáveis devem ser usadas para mensurar o valor justo na proporção em que as informações observáveis não estão disponíveis, permitindo, dessa forma, que as situações nas quais há pouca, se houver, atividade de mercado para o ativo ou passivo na data de mensuração.

Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado, inclusive Derivativos, e Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes:

Nível 1: Títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços disponíveis em um mercado ativo e derivativos negociados em bolsa. Neste nível foram classificados a maioria dos títulos do governo brasileiro, outros títulos estrangeiros do governo, ações e debêntures negociados em bolsa e outros títulos negociados no mercado ativo.

Nível 2: Quando as informações de apuração não estiverem disponíveis para um título ou valor mobiliário específico, a avaliação geralmente se baseia em preços cotados do mercado de instrumentos semelhantes, informações de apuração obtidas por meio dos serviços de apuração, como Bloomberg, Reuters e corretoras (somente quando representam transações efetivas) ou fluxos de caixa descontados, que usam as informações derivadas de ativos ativamente negociados em um mercado ativo. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no Nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos por certos títulos do governo brasileiro, debêntures, alguns títulos do governo cotados em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no Nível 1, e alguns preços das ações em fundos de investimentos.

Os derivativos incluídos no Nível 2 são *swaps* de inadimplência de crédito, *swaps* de moeda cruzada, *swaps* de taxa de juros, opções simples alguns *forwards*, uma vez que as informações adotadas pelos modelos de precificação estão prontamente observáveis nos mercados ativamente cotados. Os modelos utilizados para esses instrumentos são o Black&Scholes, Garman & Kohlhagen, Monte Carlo e fluxo de caixa descontado.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING não detém posições em fundos de investimentos alternativos ou em fundos de participação em empresas de capital fechado.

Nível 3: Quando não houver informações de apuração em um mercado ativo, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING usa modelos desenvolvidos internamente, a partir de curvas geradas conforme modelo proprietário. No Nível 3 são classificados alguns títulos do governo brasileiro e privados com vencimentos após 2025 e que não são geralmente negociados em um mercado ativo.

Já os derivativos com valores justos classificados no Nível 3 da hierarquia de valor justo estão compostos por opções exóticas, alguns *swaps* indexados com informações não observáveis e *swaps* com outros produtos, como *swap* com opção e com verificação, derivativos de crédito e futuros de algumas *commodities*.

Todas as metodologias descritas acima podem resultar em um valor justo que pode não ser indicativo do valor realizável líquido ou dos valores justos futuros. No entanto, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING acredita que todas as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado. Além disso, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos na data do balanço.

Distribuição dos Níveis

A tabela a seguir apresenta a abertura dos Níveis de Risco.

	31/12/2018				31/12/2017			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado	224.872	34.206	2.833	261.911	213.421	31.579	3.947	248.947
Fundos de Investimento	2.003	2.323	-	4.326	1.738	1.775	-	3.513
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	213.816	3.242	-	217.058	205.027	2.816	1	207.844
Títulos Públicos - Outros Países	1.517	562	-	2.079	1.643	2.306	-	3.949
Argentina	1.129	-	-	1.129	1.466	-	-	1.466
Chile	147	155	-	302	39	18	-	57
Colômbia	-	207	-	207	-	2.092	-	2.092
Estados Unidos	117	-	-	117	100	-	-	100
Itália	-	115	-	115	-	-	-	-
México	120	-	-	120	5	-	-	5
Paraguai	-	1	-	1	-	3	-	3
Uruguai	-	84	-	84	-	193	-	193
Outros	4	-	-	4	33	-	-	33
Títulos de Empresas	7.536	28.079	2.833	38.448	5.013	24.682	3.946	33.641
Ações Negociáveis	6.175	2.003	1.268	9.446	3.875	65	2.019	5.959
Certificado de Depósito Bancário	1	968	-	969	1	334	-	335
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	-	1.411	1.411	-	-	1.795	1.795
Debêntures	168	4.707	85	4.960	486	2.608	122	3.216
Eurobonds e Assemelhados	1.192	173	31	1.396	651	37	-	688
Letras Financeiras	-	19.719	5	19.724	-	21.170	-	21.170
Notas Promissórias	-	435	-	435	-	391	-	391
Outros	-	74	33	107	-	77	10	87
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	30.680	18.643	-	49.323	35.234	16.915	-	52.149
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	27.038	801	-	27.839	32.218	708	-	32.926
Títulos Públicos - Outros Países	2.448	16.324	-	18.772	1.550	14.992	-	16.542
Alemanha	22	-	-	22	-	-	-	-
Chile	-	7.653	-	7.653	-	9.550	-	9.550
Colômbia	-	5.505	-	5.505	-	3.020	-	3.020
Estados Unidos	2.425	193	-	2.618	1.550	-	-	1.550
França	-	891	-	891	-	-	-	-
Paraguai	-	1.529	-	1.529	-	1.800	-	1.800
Uruguai	-	553	-	553	-	622	-	622
Outros	1	-	-	1	-	-	-	-
Títulos de Empresas	1.194	1.518	-	2.712	1.466	1.215	-	2.681
Ações Negociáveis	161	-	-	161	148	-	-	148
Certificado de Depósito Bancário	-	1.053	-	1.053	-	685	-	685
Debêntures	-	2	-	2	-	1	-	1
Eurobonds e Assemelhados	1.033	463	-	1.496	1.318	529	-	1.847
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado	1.269	-	-	1.269	1.746	-	-	1.746
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	1.269	-	-	1.269	1.746	-	-	1.746
Passivos Financeiros Designados ao Valor Justo por meio do Resultado	-	192	-	192	-	465	-	465
Notas Estruturadas	-	192	-	192	-	465	-	465

A tabela a seguir apresenta a abertura dos Níveis de Risco para os Ativos e Passivos de Derivativos.

	31/12/2018				31/12/2017			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativo	15	23.309	142	23.466	158	22.249	436	22.843
Contrato de Futuros	-	-	-	-	158	-	-	158
Contratos de Swaps - Ajuste a Receber	-	12.959	90	13.049	-	8.821	369	9.190
Contratos de Opções	-	4.163	52	4.215	-	3.271	66	3.337
Contratos a Termo	-	1.835	-	1.835	-	6.911	-	6.911
Derivativos de Crédito - Instituições Financeiras	-	120	-	120	-	137	-	137
NDF - Non Deliverable Forwards	-	3.711	-	3.711	-	2.950	-	2.950
Verificação de Swap - Empresas	-	44	-	44	-	68	-	68
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	15	477	-	492	-	91	1	92
Passivo	(22)	(27.471)	(26)	(27.519)	-	(26.643)	(103)	(26.746)
Contratos de Swaps - Ajuste a Pagar	-	(19.351)	(3)	(19.354)	-	(13.590)	(102)	(13.692)
Contratos de Opções	-	(3.906)	(23)	(3.929)	-	(2.792)	(1)	(2.793)
Contratos a Termo	-	(470)	-	(470)	-	(6.272)	-	(6.272)
Derivativos de Crédito - Instituições Financeiras	-	(140)	-	(140)	-	(58)	-	(58)
NDF - Non Deliverable Forwards	-	(3.384)	-	(3.384)	-	(3.745)	-	(3.745)
Verificação de Swap - Empresas	-	(162)	-	(162)	-	(122)	-	(122)
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	(22)	(58)	-	(80)	-	(64)	-	(64)

Não existiram transferências significativas entre Nível 1 e Nível 2 durante o período de 31/12/2018. Transferências para dentro e fora do Nível 3 são apresentadas nas movimentações do Nível 3.

Mensuração de Valor Justo de Nível 2 Baseado em Serviços de Apreçamento e Corretoras

De forma a assegurar que o valor justo desses instrumentos seja apropriadamente classificado como Nível 2, são realizadas análises internas das informações recebidas, de modo a entender a natureza dos *inputs* que são usados pelo prestador de serviço.

São considerados no Nível 2 os preços fornecidos que atendam aos seguintes requerimentos: os *inputs* estão prontamente disponíveis, regularmente distribuídos, fornecidos por fontes ativamente envolvidas em mercados relevantes e não são proprietários.

Do total de R\$ 52.849 de instrumentos financeiros classificados como Nível 2, em 31/12/2018, foi usado o serviço de apreçamento ou corretoras para avaliar títulos com valor de R\$ 22.231, substancialmente representados por:

- **Debêntures:** Quando disponível, são usadas informações de preço para transações registradas no Sistema Nacional de Debêntures (SND), plataforma eletrônica operada pela B3, que provê serviços múltiplos para as transações envolvendo debêntures no mercado secundário. Alternativamente são utilizados os preços de debêntures fornecidos pela ANBIMA. Sua metodologia inclui a obtenção diária, de preços ilustrativos, não-vinculativos, de um grupo de participantes de mercado considerados significativos. Tal informação é sujeita a filtros estatísticos definidos na metodologia, com o propósito de eliminar os *outliers*.
- **Títulos Globais e Corporativos:** O processo de apreçamento destes títulos consiste em capturar de 2 a 8 cotações da Bloomberg, conforme o ativo. A metodologia consiste em comparar os maiores preços de compra e os menores preços de venda de negociações ocorridas, para o último dia do mês. Comparam-se tais preços com as informações de ordens de compras que a Tesouraria Institucional do ITAÚ UNIBANCO HOLDING fornece à Bloomberg. Se a diferença entre ambos os preços for menor que 0,5%, é usado o preço médio da Bloomberg. Se maior que 0,5% ou se a Tesouraria Institucional não tiver provido informação sobre esse título específico, então é usado o preço médio coletado direto a outros bancos. O preço da Tesouraria Institucional é utilizado apenas como referência e nunca no cálculo do preço final.

Mensurações de Valor Justo Recorrentes de Nível 3

As unidades responsáveis pela definição e aplicação dos modelos de apreçamento são segregadas das áreas de negócio. Os modelos são documentados, submetidos à validação de uma área independente e aprovados por comitê específico. O processo diário de captura, cálculo e divulgação de preços são verificados regularmente com base em testes e critérios formalmente definidos e as informações são armazenadas em uma base de dados histórica única e corporativa.

Os casos mais recorrentes de ativos classificados como Nível 3 estão justificados pelos fatores de desconto utilizados. Fatores como a curva prefixada de juros em reais e curva de cupom de TR - e por consequência as suas dependentes - possuem dados com prazos inferiores aos vencimentos dos ativos de renda fixa. Nos casos de *swap*, a análise é feita por indexador de ambas as pontas. Há alguns casos em que os prazos dos dados são mais curtos do que o próprio vencimento do derivativo.

Movimentações de Valor Justo Recorrentes de Nível 3

As tabelas a seguir incluem as movimentações dos valores do Balanço Patrimonial, para instrumentos financeiros classificados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING no Nível 3 da hierarquia do valor justo. Os instrumentos financeiros derivativos classificados no Nível 3 correspondem basicamente a Outros Derivativos indexados a ações.

	Valor justo em 31/12/2017	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado/não Realizado)		Compras	Liquidações	Transferências no e/ou Fora do Nível	Valor Justo em 31/12/2018	Total de Ganhos ou Perdas (Não Realizado)
		Reconhecidos no Resultado	Reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes					
Ativos Financeiros Designados ao Valor Justo	3.947	(377)	-	90	(353)	(474)	2.833	(618)
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	1	(1)	-	-	-	-	-	-
Títulos de Dívida de Empresas	3.946	(376)	-	90	(353)	(474)	2.833	(618)
Ações Negociáveis	2.019	34	-	-	(203)	(582)	1.268	(442)
Certificado de Recebíveis Imobiliários	1.795	(359)	-	57	(89)	7	1.411	19
Debêntures	122	(41)	-	-	(53)	57	85	(196)
<i>Eurobonds</i> e Assemelhados	-	2	-	20	(2)	11	31	-
Letras Financeiras	-	-	-	-	-	5	5	-
Outros	10	(12)	-	13	(6)	28	33	1
Derivativos - Ativo	436	(3)	-	205	(254)	(242)	142	61
Contratos de Swaps - Ajuste a Receber	369	(5)	-	-	(30)	(244)	90	61
Contratos de Opções	66	2	-	205	(223)	2	52	-
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	1	-	-	-	(1)	-	-	-
Derivativos - Passivo	(103)	40	-	(148)	141	44	(26)	6
Contratos de Swaps - Ajuste a Pagar	(102)	(37)	-	-	92	44	(3)	(3)
Contratos de Opções	(1)	77	-	(148)	49	-	(23)	9
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado	3.808	(232)	-	578	(146)	(61)	3.947	(412)
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	1	-	-	-	-	-	1	(1)
Títulos de Empresas	3.807	(232)	-	578	(146)	(61)	3.946	(411)
Ações Negociáveis	1.662	122	-	400	-	(165)	2.019	(274)
Certificado de Recebíveis Imobiliários	2.092	(355)	-	58	-	-	1.795	16
Debêntures	37	(1)	-	106	(124)	104	122	(153)
<i>Eurobonds</i> e Assemelhados	-	-	-	9	(9)	-	-	-
Outros	16	2	-	5	(13)	-	10	-
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	227	-	-	200	(427)	-	-	-
Títulos de Empresas	227	-	-	200	(427)	-	-	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários	6	-	-	-	(6)	-	-	-
<i>Eurobonds</i> e Assemelhados	221	-	-	200	(421)	-	-	-
Derivativos - Ativo	521	(33)	101	-	(244)	91	436	17
Contratos de Swaps - Ajuste a Receber	468	(41)	-	-	(100)	42	369	32
Contratos de Opções	47	12	101	-	(143)	49	66	(14)
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	6	(4)	-	-	(1)	-	1	(1)
Derivativos - Passivo	(60)	(117)	(15)	-	111	(22)	(103)	(57)
Contratos de Swaps - Ajuste a Pagar	(56)	(122)	-	-	97	(21)	(102)	(60)
Contratos de Opções	(4)	5	(15)	-	13	-	(1)	3
Derivativos de Crédito - Instituições Financeiras	-	-	-	-	1	(1)	-	-

Análise de Sensibilidade de Operações Nível 3

O valor justo dos instrumentos financeiros classificados como Nível 3 é mensurado utilizando-se técnicas baseadas em correlações com produtos associados e negociados em mercados ativos, estimativas internas e modelos internos.

Os dados não observáveis significativos usados na mensuração a valor justo dos instrumentos classificados como Nível 3 são: taxas de juros, preços de ativo objeto e a volatilidade. Variações significativas em quaisquer desses *inputs* isolados podem resultar em alterações significativas no valor justo.

A tabela a seguir, demonstra a sensibilidade desses valores justos em cenários de alterações nas taxas de juros, nos preços de ativos ou em cenários que variam choques nos preços e nas volatilidades para ativos não lineares:

Sensibilidade - Operações Nível III		31/12/2018		31/12/2017	
Grupos de Fatores de Risco de Mercado	Cenários	Impactos		Impactos	
		Resultado	Patrimônio	Resultado	Patrimônio
Taxa de Juros	I	(0,4)	(1,2)	(1,9)	(2,4)
	II	(9,3)	(29,3)	(47,0)	(55,4)
	III	(18,6)	(57,8)	(93,9)	(114,5)
Ações	I	(63,4)	-	(146,6)	-
	II	(126,8)	-	(293,2)	-
Não Lineares	I	(48,2)	-	(9,2)	-
	II	(89,3)	-	(11,9)	-

Na mensuração das sensibilidades são utilizados os seguintes cenários:

Taxa de Juros

Aplicação de choques de 1, 25 e 50 pontos-base (cenários I, II e III respectivamente) nas curvas de juros, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Ações

Aplicação de choques de 5 e 10 pontos percentuais (cenários I e II respectivamente) nos preços de moedas, *commodities* e índices, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Não lineares

Cenário I: Aplicação de choques de 5 pontos percentuais nos preços e 25 pontos percentuais no nível de volatilidade, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Cenário II: Aplicação de choques de 10 pontos percentuais nos preços e 25 pontos percentuais no nível de volatilidade, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Nota 29 – Ativos e Passivos Contingentes, Provisões e Obrigações Legais

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING, em decorrência do curso normal de suas atividades, poderá figurar como parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal. As contingências relacionadas a esses processos são classificadas conforme a seguir:

a) Ativos Contingentes: não existem ativos contingentes contabilizados.

b) Provisões e Contingências: os critérios de quantificação das provisões e contingências são adequados às características específicas das carteiras cíveis, trabalhistas e fiscais, bem como outros riscos, levando-se em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a semelhança com processos anteriores, bem como a jurisprudência dominante. A Constituição de provisão ocorre sempre que a perda for classificada como provável.

As obrigações legais decorrem de ações judiciais ingressadas para discutir a legalidade e inconstitucionalidade da legislação em vigor, sendo objeto de provisão contábil independentemente da probabilidade de perda.

I- Ações Cíveis

As provisões e as contingências decorrem, geralmente, de pleitos relacionados à revisão de contratos e de ações de indenização por danos materiais e morais, sendo os processos classificados da seguinte forma:

Processos Massificados: são relativos às ações consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante. A apuração da provisão é realizada mensalmente, considerando o valor esperado da perda, realizada por meio de aplicação de parâmetro estatístico, observando-se a natureza da ação e as características do juízo em que tramitam (Juizado Especial Cível ou Justiça Comum). As contingências e provisões são ajustadas ao valor do depósito em garantia de execução quando este é realizado.

Processos Individualizados: são relativos às ações com características peculiares ou de valor relevante, apurando-se periodicamente a probabilidade de perda, a partir da determinação do valor do pedido e particularidades das ações. A probabilidade de perda é estimada conforme as particularidades das ações.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING, apesar de ter observado as regras vigentes à época, figura como réu em ações ajuizadas por pessoas físicas que versam sobre a cobrança de expurgos inflacionários em caderneta de poupança, decorrente de planos econômicos implementados nas décadas de 80 e 90, bem como em ações coletivas ajuizadas por: (i) associações de defesa do consumidor; e (ii) Ministério Público, em nome dos titulares de cadernetas de poupança. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING constitui provisões quando do recebimento da citação, bem como no momento em que as pessoas físicas exigem a execução da decisão proferida pelo Judiciário, utilizando os mesmos critérios adotados para determinar as provisões das ações individuais.

O Supremo Tribunal Federal (STF) proferiu algumas decisões a favor dos titulares de cadernetas de poupança, mas não consolidou seu entendimento no tocante à constitucionalidade dos planos econômicos e sua aplicabilidade às cadernetas de poupança. Atualmente, os recursos relacionados a essa questão estão suspensos, por determinação do STF, até que haja um pronunciamento definitivo desta Corte quanto ao direito discutido.

Em dezembro de 2017, sob mediação da Advocacia-Geral da União (AGU) e supervisão do BACEN, poupadores (representados por duas associações civis, FEBRAPO e IDEC) e a FEBRABAN assinaram instrumento de acordo com o objetivo de finalizar os litígios relacionados aos planos econômicos, tendo o ITAÚ UNIBANCO HOLDING já aderido aos seus termos. Referido acordo foi homologado, em 01/03/2018, pelo Plenário do STF e os poupadores podem aderir a seus termos pelo prazo de 24 meses, a contar de 22/05/2018, com o consequente encerramento das ações judiciais.

II- Ações Trabalhistas

As provisões e as contingências decorrem de ações em que se discutem pretensos direitos trabalhistas específicos à categoria profissional, tais como: horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, complemento de aposentadoria, entre outros. Esses processos possuem a seguinte classificação:

Processos Massificados: referem-se às ações consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante. O valor esperado da perda é apurado e provisionado mensalmente, conforme modelo estatístico, que precifica as ações e é reavaliado considerando as decisões judiciais proferidas. As provisões e as contingências são ajustadas ao valor do depósito em garantia de execução quando este é realizado.

Processos Individualizados: referem-se às ações com características peculiares ou de valor relevante. A apuração é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do pedido. A probabilidade de perda é estimada conforme as características de fato e de direito relativas àquela ação.

III- Outros Riscos

São quantificados e provisionados principalmente pela avaliação de crédito rural em operações com coobrigação e créditos com Fundos de Compensações de Variações Salariais (FCVS) cedidos ao Banco Nacional.

Segue abaixo a movimentação das provisões cíveis, trabalhistas e outros riscos:

	01/01 a 31/12/2018			
	Cíveis	Trabalhistas	Outros	Total
Saldo Inicial	5.300	7.283	150	12.733
(-) Provisões Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 2.4.n)	(243)	(998)	-	(1.241)
Subtotal	5.057	6.285	150	11.492
Atualização / Encargos (Nota 23)	145	508	-	653
Movimentação do Período Refletida no Resultado (Nota 23)	319	1.982	423	2.724
Constituição (*)	774	2.152	425	3.351
Reversão	(455)	(170)	(2)	(627)
Pagamento	(1.321)	(2.911)	-	(4.232)
Subtotal	4.200	5.864	573	10.637
(+) Provisões Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 2.4.n)	226	957	-	1.183
Saldo Final	4.426	6.821	573	11.820
Circulante	1.350	2.911	573	4.834
Não Circulante	3.076	3.910	-	6.986
Depósitos em Garantia de Recursos em 31/12/2018 (Nota 18a)	1.574	2.302	-	3.876

(*) As Provisões Cíveis contemplam planos econômicos no montante de R\$ (184).

	01/01 a 31/12/2017			
	Cíveis	Trabalhistas	Outros	Total
Saldo Inicial	5.172	7.232	259	12.663
Efeito Alteração do Critério de Consolidação	(1)	-	-	(1)
Saldo oriundo da fusão do CorpBanca (Nota 3a)	39	284	-	323
(-) Provisões Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 2.4.n)	(256)	(1.066)	-	(1.322)
Subtotal	4.954	6.450	259	11.663
Atualização / Encargos (Nota 23)	99	613	-	712
Movimentação do Período Refletida no Resultado (Nota 23)	1.420	2.357	(109)	3.668
Constituição (*)	1.962	2.592	4	4.558
Reversão	(542)	(235)	(113)	(890)
Pagamento	(1.416)	(3.135)	-	(4.551)
Subtotal	5.057	6.285	150	11.492
(+) Provisões Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 2.4.n)	243	998	-	1.241
Saldo Final	5.300	7.283	150	12.733
Circulante	1.450	3.144	150	4.744
Não Circulante	3.850	4.139	-	7.989
Depósitos em Garantia de Recursos em 31/12/2017 (Nota 18a)	1.457	2.200	-	3.657

(*) As Provisões Cíveis contemplam planos econômicos no montante de R\$ 184.

IV- Processos Tributários e Obrigações Legais

As provisões tributárias correspondem ao valor principal dos tributos envolvidos em discussões fiscais administrativas ou judiciais, objeto de lançamento de ofício, acrescido de juros, multa e, encargos quando aplicável.

Abaixo está demonstrada a movimentação das provisões:

	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Saldo Inicial	7.003	8.246
(-) Provisões Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 2.4 n)	(66)	(69)
Subtotal	6.937	8.177
Atualização / Encargos (*)	384	613
Movimentação do Período Refletida no Resultado	(259)	(27)
Constituição (*)	392	452
Reversão (*)	(651)	(479)
Pagamento	(337)	(1.826)
Subtotal	6.725	6.937
(+) Provisões Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 2.4 n)	68	66
Saldo Final	6.793	7.003
Circulante	107	230
Não Circulante	6.686	6.773

(*) Os valores estão contemplados nas rubricas Despesas Tributárias, Despesas Gerais e Administrativas e em Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes.

	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Depósitos em Garantia		
Saldo Inicial	5.170	4.847
Apropriação de Rendas	199	344
Movimentação do Período	(22)	(3)
Novos Depósitos	251	240
Levantamentos Efetuados	(48)	(202)
Conversão em Renda	(225)	(41)
Saldo Final	5.347	5.188
Reclassificação para Ativos Dados em Garantia de Contingências (Nota 29e)	(1)	(18)
Saldo Final após a Reclassificação (Nota 18a)	5.346	5.170

As principais discussões relativas aos Processos Tributários e Obrigações Legais são descritas a seguir:

- **CSLL – Isonomia** – R\$ 1.340: discute-se a ausência de respaldo constitucional da majoração, estabelecida pela Lei nº 11.727/08, da alíquota de CSLL de 9% para 15%, no caso das empresas financeiras e seguradoras. O saldo do depósito judicial totaliza R\$ 1.324;
- **INSS – Verbas não Remuneratórias** – R\$ 660: defende-se a não incidência da contribuição previdenciária sobre verbas pagas a título de participação nos lucros;
- **PIS e COFINS – Base de Cálculo** – R\$ 636: defende-se a incidência de PIS e COFINS sobre o faturamento, devendo este ser entendido como a receita da venda de bens e serviços. O saldo do depósito judicial totaliza R\$ 612.

c) Contingências não Provisionadas no Balanço

Os valores envolvidos em discussões administrativas e judiciais com risco estimado de perda possível não são objeto de provisão contábil e basicamente são compostas por:

I- Ações Cíveis e Trabalhistas

Nas Ações Cíveis de perda possível, o risco total estimado é de R\$ 3.879 (R\$ 3.494 em 31/12/2017), sendo que neste montante não existem valores decorrentes de participação em Entidades Controladas em Conjunto.

Para as Ações trabalhistas de perda possível, o risco estimado é de R\$ 177 (R\$ 122 em 31/12/2017).

II- Processos Tributários

Os Processos Tributários de perda possível totalizam R\$ 27.530, sendo as principais discussões descritas a seguir:

- **INSS – Verbas não Remuneratórias** – R\$ 5.373: defende-se a não incidência da contribuição sobre verbas, não remuneratórias, dentre as quais, destacam-se: participação nos lucros, plano para outorga de opções de ações, vale transporte e abono único;

- **IRPJ, CSLL, PIS e COFINS – Despesas de Captação** – R\$ 3.930: discute-se a dedutibilidade de despesas de captação (DI), relativas a recursos que foram capitalizados entre as empresas do Grupo;
- **PIS e COFINS - Estorno da Receita de Superveniência de Depreciação** – R\$ 3.205: discute-se o tratamento contábil e fiscal do PIS e da COFINS na liquidação das operações de arrendamento mercantil;
- **IRPJ e CSLL – Ágio – Dedução** – R\$ 2.704: discute-se a dedutibilidade do ágio com expectativa de rentabilidade futura na aquisição de investimentos;
- **IRPJ, CSLL, PIS e COFINS – Indeferimento de Pedido de Compensação – R\$ 1.695**: casos em que são apreciadas a liquidez e a certeza do crédito compensado;
- **IRPJ e CSLL – Juros sobre o Capital Próprio (JCP) – R\$ 1.510**: defende-se a dedutibilidade dos JCP declarados aos acionistas com base na taxa de juros de longo prazo (TJLP) aplicada sobre o patrimônio líquido do ano e de anos anteriores;
- **ISS – Atividades Bancárias – R\$ 1.166**: entende-se que a operação bancária não se confunde com serviço e/ou não está listada na Lei Complementar nº 116/03 ou do Decreto-Lei nº 406/68;
- **IRPJ e CSLL – Glosa de Prejuízos – R\$ 1.112**: discute-se o montante do prejuízo fiscal (IRPJ) e/ou base negativa de CSLL utilizados pela Receita Federal na lavratura de autos de infração, que ainda estão pendentes de decisão definitiva;
- **IRPJ e CSLL - Dedutibilidade de Perdas em Operações de Crédito – R\$ 757** - autuações lavradas para exigência de IRPJ e de CSLL pela suposta inobservância dos critérios legais para a dedução de perdas no recebimento de créditos.

d) Contas a Receber – Reembolso de Provisões

O saldo de valores a receber relativo a reembolso de provisões totaliza R\$ 999 (R\$ 1.065 em 31/12/2017) (Nota 18a) e decorre, basicamente, da garantia estabelecida em 1997, no processo de privatização do Banco Banerj S.A., ocorrido em 1997, quando o Estado do Rio de Janeiro constituiu um fundo para garantir a recomposição patrimonial em Provisões Cíveis, Trabalhistas e Processos Tributários.

e) Garantias de Contingências, Provisões e Obrigações Legais

As garantias relativas a discussões que envolvem o ITAÚ UNIBANCO HOLDING e são compostas, basicamente por:

	31/12/2018	31/12/2017
Ativos Financeiros - Valor Justo por meio do Resultado e Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (basicamente Letras Financeiras do Tesouro)	730	962
Depósitos em Garantia de Recursos (Nota 18a)	4.312	4.585

As provisões relativas às discussões administrativas e judiciais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são de longo prazo, e em virtude do tempo de tramitação desses processos impedem a divulgação de prazo para encerramento.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING com base em pareceres de seus assessores legais, não está envolvido em quaisquer outros processos administrativos ou judiciais que possam afetar, de forma relevante, os resultados de suas operações.

Nota 30 – Informações por Segmento

Os atuais segmentos de negócio do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são descritos abaixo:

• **Banco de Varejo**

O segmento engloba os clientes de varejo, correntistas e não correntistas, pessoas físicas e jurídicas, clientes de alta renda (Itaú Uniclass e Personnalité) e o segmento empresas (micro e pequenas empresas). Inclui os financiamentos e a oferta de crédito realizados fora da rede de agências, além de cartões de crédito e Consignado.

• **Banco de Atacado**

Compreende os produtos e serviços oferecidos às médias empresas, aos clientes com elevado patrimônio financeiro (Private Bank), as atividades das unidades da América Latina e do Itaú BBA, unidade responsável pelas operações comerciais com grandes empresas e pela atuação como Banco de Investimento.

• **Atividades com Mercado + Corporação**

Corresponde, fundamentalmente ao resultado associado ao excesso de capital, ao excesso de dívida subordinada e ao carregamento do saldo líquido dos créditos e passivos tributários. Evidencia, ainda, a margem financeira com o mercado, o custo da operação da Tesouraria, o resultado de equivalência patrimonial das empresas que não estão associadas a cada um dos segmentos.

a) Base de Apresentação

As informações por segmento foram elaboradas com base em relatórios usados pela alta administração do ITAÚ UNIBANCO HOLDING para avaliar o desempenho dos segmentos e tomar decisões quanto à alocação de recursos para investimento e demais propósitos.

Tais relatórios utilizam-se de uma variedade de informações para fins gerenciais, inclusive financeiras e não financeiras que se valem de bases diversas daquelas informações preparadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil. O principal indicador utilizado para acompanhamento de performance dos negócios é o Lucro Líquido Recorrente bem como o Retorno sobre o Capital Econômico alocado para cada segmento de negócio.

As informações por segmento foram preparadas em conformidade às políticas contábeis adotadas no Brasil e foram ajustadas pelos itens descritos abaixo:

Capital Alocado: As demonstrações de cada segmento consideram a alocação de capital com base em modelo proprietário e os consequentes impactos em seus resultados decorrentes desta alocação. Este modelo incorpora os seguintes componentes: risco de crédito, risco operacional, risco de mercado e risco de subscrição de seguros.

Alíquota de Imposto de Renda: É considerada a alíquota total do imposto de renda, líquida do impacto fiscal do pagamento dos Juros sobre o Capital Próprio (JCP), para os segmentos Banco de Varejo, Banco de Atacado e Atividades com Mercado. A diferença entre o valor do imposto de renda calculado por segmento e o valor do imposto de renda efetivo, indicado na demonstração contábil consolidada, é alocada na coluna Atividades com Mercado + Corporação.

• **Reclassificações e Aplicações de Critérios Gerenciais**

A demonstração de resultado gerencial foi utilizada para a preparação da informação por segmento. Essa demonstração foi obtida tendo como base a demonstração de resultado contábil ajustada pelo impacto dos eventos não recorrentes e reclassificações gerenciais no resultado.

As principais reclassificações entre o resultado contábil e o gerencial são:

Produto Bancário: considera em cada operação o custo de oportunidade. As demonstrações contábeis foram ajustadas para que o patrimônio líquido contábil fosse substituído por *funding* a preços de mercado. Posteriormente, as demonstrações contábeis foram ajustadas para incorporar as receitas vinculadas ao capital alocado a cada segmento. O custo das dívidas subordinadas e a respectiva remuneração a preços de mercado foram proporcionalmente alocados aos segmentos, de acordo com o capital econômico alocado.

Efeitos Fiscais do Hedge: foram ajustados os efeitos fiscais do *hedge* dos investimentos no exterior – originalmente contabilizados nas linhas de despesas tributárias (PIS e COFINS) e de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – que são reclassificados para a margem financeira.

Seguros: As principais reclassificações de receitas referem-se às margens financeiras obtidas com as reservas técnicas de seguros, previdência e capitalização, além da receita de administração de recursos de previdência.

Demais Reclassificações: As Outras Receitas, Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Coligadas e Controladas em Conjunto, Resultado não Operacional, Participação no Lucro de administradores e as despesas do programa de recompensa de cartão de crédito foram reclassificados para as linhas que representam a forma como o ITAÚ UNIBANCO HOLDING gere seus negócios, permitindo maior compreensão na análise de desempenho.

Na coluna de ajustes são apresentados os efeitos das diferenças existentes entre as políticas contábeis utilizadas na apresentação de informações por segmentos - que estão basicamente de acordo com as práticas contábeis adotadas por instituições financeiras no Brasil, salvo os ajustes descritos acima - e os princípios aplicados na preparação das Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS. Os principais ajustes são:

- Os requerimentos de avaliação da redução ao valor recuperável de ativos financeiros são baseados em um modelo de perda de crédito esperada;
- Ajuste a valor justo devido às reclassificações de ativos financeiros para as categorias de mensuração ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado ou ao valor justo por meio de outro resultado abrangente em decorrência do conceito de modelos de negócios da IFRS 9;
- Ativos financeiros modificados e não baixados, os quais tiveram seu saldo recalculado de acordo com os requerimentos da IFRS 9;
- Taxa efetiva de juros de ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, apropriando-se as receitas e os custos diretamente atribuíveis à sua aquisição, emissão ou alienação pelo prazo da operação, enquanto que, nas normas adotadas no Brasil, o reconhecimento das despesas e das receitas de tarifa ocorre no momento da contratação destas operações.

Os ágios gerados em combinação de negócios não são amortizados, enquanto que, nas normas adotadas no Brasil, são amortizados.

b) Demonstração Consolidada do Resultado Gerencial

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.

Em 01/01 a 31/12/2018

	Banco de Varejo	Banco de Atacado	Atividade com Mercado + Corporação	ITAÚ UNIBANCO	Ajustes	Consolidado IFRS ⁽³⁾
Produto Bancário	72.182	29.389	10.246	111.817	(7.617)	104.200
Margem Financeira ⁽¹⁾	40.243	18.930	9.912	69.085	(8.380)	60.705
Receita de Prestação de Serviços	25.131	9.810	138	35.079	1.730	36.809
Resultado de Operações de Seguros e Previdência Privada antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização	6.808	649	196	7.653	(3.692)	3.961
Outras Receitas	-	-	-	-	2.725	2.725
Custo do Crédito	(12.526)	(1.540)	-	(14.066)	5.112	(8.954)
Sinistros	(1.160)	(68)	-	(1.228)	-	(1.228)
Margem Operacional	58.496	27.781	10.246	96.523	(2.505)	94.018
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	(40.002)	(15.217)	(1.070)	(56.289)	(7.121)	(63.410)
Despesas Não Decorrentes de Juros ⁽²⁾	(35.296)	(13.817)	(331)	(49.444)	(8.094)	(57.538)
Despesas Tributárias de ISS, PIS, COFINS e Outras	(4.706)	(1.400)	(739)	(6.845)	226	(6.619)
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Coligadas e Entidades Controladas em Conjunto	-	-	-	-	747	747
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	18.494	12.564	9.176	40.234	(9.626)	30.608
Imposto de Renda e Contribuição Social	(6.939)	(3.829)	(2.964)	(13.732)	8.763	(4.969)
Participações Minoritárias nas Subsidiárias	(184)	(550)	(35)	(769)	37	(732)
Lucro Líquido	11.371	8.185	6.177	25.733	(826)	24.907
Ativo Total ^(*) - 31/12/2018	1.042.145	655.393	142.853	1.649.613	(96.816)	1.552.797
Passivo Total - 31/12/2018	1.005.194	597.528	93.546	1.505.490	(103.159)	1.402.331
^(*) Inclui:						
Investimentos em Coligadas e Entidades Controladas em Conjunto	1.220	-	11.438	12.658	(639)	12.019
Imobilizado, Líquido	5.526	879	-	6.405	897	7.302
Ágio e Ativos Intangíveis, Líquidos	6.845	8.178	-	15.023	4.306	19.329

(1) Inclui receita e despesa de juros, rendimentos e dividendos R\$ 62.565, ganho (perda) líquido com investimentos em títulos e derivativos R\$ (4.834) e resultado de operações de câmbio e Variação Cambial de transações no exterior R\$ 2.974.

(2) Referem-se as despesas gerais e administrativas que incluem despesas de depreciação e amortização de R\$ (3.332).

(3) O Consolidado IFRS não representa a soma das partes porque existem operações entre as empresas que foram eliminadas apenas no Consolidado. Os segmentos são avaliados pela alta administração, líquidos das receitas e despesas entre partes relacionadas.

	Banco de Varejo	Banco de Atacado	Atividade com Mercado + Corporação	ITAÚ UNIBANCO	Ajustes	Consolidado IFRS ⁽³⁾
Produto Bancário	69.921	28.748	10.623	109.292	2.231	111.523
Margem Financeira ⁽¹⁾	38.570	19.426	10.515	68.511	2.731	71.242
Receita de Prestação de Serviços	24.096	8.876	42	33.014	1.434	34.448
Resultado de Operações de Seguros e Previdência Privada antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização	7.255	446	66	7.767	(3.068)	4.699
Outras Receitas	-	-	-	-	1.134	1.134
Custo do Crédito	(12.166)	(5.829)	(6)	(18.001)	(1.773)	(19.774)
Sinistros	(1.222)	(53)	-	(1.275)	83	(1.192)
Margem Operacional	56.533	22.866	10.617	90.016	541	90.557
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	(37.601)	(14.523)	(1.647)	(53.771)	(6.204)	(59.975)
Despesas Não Decorrentes de Juros ⁽²⁾	(33.186)	(13.265)	(831)	(47.282)	(6.212)	(53.494)
Despesas Tributárias de ISS, PIS, COFINS e Outras	(4.415)	(1.258)	(816)	(6.489)	(542)	(7.031)
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Coligadas e Entidades Controladas em Conjunto	-	-	-	-	550	550
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	18.932	8.343	8.970	36.245	(5.663)	30.582
Imposto de Renda e Contribuição Social	(7.107)	(2.412)	(1.775)	(11.294)	3.937	(7.357)
Participações Minoritárias nas Subsidiárias	(166)	117	(23)	(72)	40	(32)
Lucro Líquido	11.659	6.048	7.172	24.879	(1.686)	23.193
Ativo Total ^(*) - 31/12/2017	970.137	604.384	119.309	1.503.503	(67.264)	1.436.239
Passivo Total - 31/12/2017	934.835	548.185	71.873	1.364.566	(72.683)	1.291.883

^(*) Inclui:

Investimentos em Coligadas e Entidades Controladas em Conjunto	1.168	-	3.986	5.154	(99)	5.055
Imobilizado, Líquido	5.105	1.290	-	6.395	964	7.359
Ágio e Ativos Intangíveis, Líquidos	8.739	7.694	-	16.433	2.950	19.383

⁽¹⁾ Inclui receita e despesa de juros, rendimentos e dividendos R\$ 67.311, ganho (perda) líquido com investimentos em títulos e derivativos R\$ 4.181 e resultado de operações de câmbio e Variação Cambial de transações no exterior R\$ (250).

⁽²⁾ Referem-se as despesas gerais e administrativas que incluem despesas de depreciação e amortização de R\$ (3.034).

⁽³⁾ O Consolidado IFRS não representa a soma das partes porque existem operações entre as empresas que foram eliminadas apenas no Consolidado. Os segmentos são avaliados pela alta administração, líquidos das receitas e despesas entre partes relacionadas.

	Banco de Varejo	Banco de Atacado	Atividade com Mercado + Corporação	ITAÚ UNIBANCO	Ajustes	Consolidado IFRS ⁽³⁾
Produto Bancário	70.496	30.498	9.412	110.406	8.016	118.422
Margem Financeira ⁽¹⁾	40.073	21.929	9.264	71.266	8.589	79.855
Receita de Prestação de Serviços	22.659	8.072	59	30.790	1.128	31.918
Resultado de Operações de Seg., Prev. e Cap. antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização	7.764	497	89	8.350	(3.085)	5.265
Outras Receitas	-	-	-	-	1.384	1.384
Custo do Crédito	(14.394)	(10.586)	71	(24.909)	2.039	(22.870)
Sinistros	(1.426)	(59)	-	(1.485)	-	(1.485)
Margem Operacional	54.676	19.853	9.483	84.012	10.055	94.067
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	(37.202)	(13.410)	(2.387)	(52.999)	(5.389)	(58.388)
Despesas Não Decorrentes de Juros ⁽²⁾	(32.883)	(12.034)	(1.616)	(46.533)	(4.372)	(50.905)
Despesas Tributárias de ISS, PIS, COFINS e Outras	(4.319)	(1.376)	(771)	(6.466)	(1.545)	(8.011)
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Coligadas e Entidades Controladas em Conjunto	-	-	-	-	528	528
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	17.474	6.443	7.096	31.013	4.666	35.679
Imposto de Renda e Contribuição Social	(6.328)	(1.081)	(1.237)	(8.646)	(5.017)	(13.663)
Participações Minoritárias nas Subsidiárias	(223)	79	(1)	(145)	(244)	(389)
Lucro Líquido	10.923	5.441	5.858	22.222	(595)	21.627
Ativo Total ^(*) - 01/01/2017	909.779	585.088	116.401	1.427.084	(75.770)	1.351.314
Passivo Total - 01/01/2017	877.792	525.390	80.810	1.299.869	(80.939)	1.218.930

^(*) Inclui:

Investimentos em Coligadas e Entidades Controladas em Conjunto	1.325	-	3.106	4.431	642	5.073
Imobilizado, Líquido	5.635	1.177	-	6.812	1.230	8.042
Ágio e Ativos Intangíveis, Líquidos	7.957	7.276	-	15.233	1.823	17.056

⁽¹⁾ Inclui receita e despesa de juros, rendimentos e dividendos R\$ 67.276, ganho (perda) líquido com investimentos em títulos e derivativos R\$ 7.066 e resultado de operações de câmbio e Variação Cambial de transações no exterior R\$ 5.513.

⁽²⁾ Referem-se as despesas gerais e administrativas que incluem despesas de depreciação e amortização de R\$ (2.995).

⁽³⁾ O Consolidado IFRS não representa a soma das partes porque existem operações entre as empresas que foram eliminadas apenas no Consolidado. Os segmentos são avaliados pela alta administração, líquidos das receitas e despesas entre partes relacionadas.

c) Resultado dos Ativos não Correntes e Principais Serviços e Produtos por Região Geográfica

	31/12/2018			31/12/2017			01/01/2017		
	Brasil	Exterior	Total	Brasil	Exterior	Total	Brasil	Exterior	Total
Ativos não Correntes	22.991	3.640	26.631	23.411	3.331	26.742	22.974	2.124	25.098
	01/01 a 31/12/2018			01/01 a 31/12/2017			01/01 a 31/12/2016		
	Brasil	Exterior	Total	Brasil	Exterior	Total	Brasil	Exterior	Total
Receitas da Intermediação Financeira ⁽¹⁾ ⁽²⁾	108.362	22.955	131.317	131.689	17.883	149.572	155.030	19.954	174.984
Resultado de Operações de Seguros e Previdência antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização	3.812	149	3.961	4.551	148	4.699	5.133	132	5.265
Receita de Prestação de Serviços	33.211	3.598	36.809	31.296	3.152	34.448	29.061	2.857	31.918

(1) Inclui Receita de Juros e Rendimentos, Receita de Dividendos, Ajuste ao Valor Justo de Ativos e Passivos Financeiros e Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior.

(2) O ITAÚ UNIBANCO HOLDING não tem clientes que representem 10% ou mais das receitas.

Nota 31 – Partes Relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

As operações entre as empresas e fundos de investimentos, incluídas na consolidação (nota 2.b), foram eliminadas, e não representam efeitos nas demonstrações consolidadas.

As principais partes relacionadas não consolidadas são as seguintes:

- O Itaú Unibanco Participações S.A. (IUPAR), Companhia E. Johnston de Participações S.A. (Acionista da IUPAR) e a ITAÚSA, acionistas diretos e indiretos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING;
- As controladas e controladas em conjunto não financeiras da ITAÚSA, destacando-se: Itautec S.A., Duratex S.A., Itaúsa Empreendimentos S.A. e Alpargatas S.A.;
- Os investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto, sendo os principais: Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A., BSF Holding S.A., IRB-Brasil Resseguros S.A. e XP Investimentos S.A.;
- A Fundação Itaú Unibanco – Previdência Complementar e o FUNBEP – Fundo de Pensão Multipatrocinado, entidades fechadas de previdência complementar, que administram planos de aposentadoria patrocinados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING, criados exclusivamente para seus colaboradores;
- Fundações e Institutos mantidos por doações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e pelo resultado gerado pelos seus ativos para viabilização de seus objetivos, bem como a manutenção de estrutura operacional e administrativa:

Fundação Itaú Social – gere o “Programa Itaú Social”, que visa a sistematizar a atuação em projetos de interesse da comunidade, apoiando ou desenvolvendo projetos sociais científicos e culturais, prioritariamente nas áreas de ensino fundamental e saúde e apoia projetos ou iniciativas em curso, sustentados ou patrocinados por entidades habilitadas no “Programa Itaú Social”.

Instituto Itaú Cultural – promove e divulga a cultura brasileira no país e no exterior.

Instituto Unibanco – apoia projetos voltados para assistência social, em especial, a educação, a cultura, a promoção à integração ao mercado de trabalho e a defesa do meio ambiente, diretamente e/ou complementarmente por meio de instituições da sociedade civil.

Instituto Unibanco de Cinema – promove a cultura em geral e permite o acesso da população de baixa renda a produções cinematográficas, videográficas e afins, sendo que para tanto deverá realizar a manutenção de cinemas próprios ou sob sua administração e cines-clubes para exibição de filmes, vídeo, disco-vídeo-laser e outras atividades correlatas à sua função, bem como exibir e divulgar o cinema em ampla aceção, sobretudo os de produção brasileira.

Associação Itaú Viver Mais – presta serviços assistenciais, com vistas ao bem estar dos Beneficiários, na forma e condições estabelecidas pelo seu Regulamento Interno e de acordo com os recursos de que dispuser. Tais serviços poderão abranger, dentre outros, a promoção de atividades culturais, educacionais, esportivas, de lazer e saúde.

Associação Cubo Coworking Itaú – entidade parceira do ITAÚ UNIBANCO HOLDING que tem por objetivo incentivar e promover: a discussão, o desenvolvimento de tecnologias, de soluções e de modelos de negócio alternativos e inovadores; a produção e a divulgação dos conhecimentos técnicos e científicos obtidos pelas alternativas anteriores; a atração e aproximação de novos talentos em tecnologia da informação que possam ser caracterizadas com o *startups*; a pesquisa, o desenvolvimento e o estabelecimento de ecossistemas de empreendedorismo e *startups*.

a) Transações com Partes Relacionadas

ITAÚ UNIBANCO HOLDING						
	Taxa Anual	Ativos / (Passivos)		Receitas / (Despesas)		
		31/12/2018	31/12/2017	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Operações de Crédito		144	96	187	6	-
Alpargatas S.A.	2,5% a 6% / SELIC + 2,35% / CDI + 3,15%	49	96	3	6	-
Outras	113% do CDI	95	-	184	-	-
Instrumentos Financeiros Derivativos (Posição Ativa e Passiva)		-	-	(138)	-	-
Outras		-	-	(138)	-	-
Depósitos		(70)	-	(9)	-	-
Outras	75% a 96% do CDI	(70)	-	(9)	-	-
Captações no Mercado Aberto		(29)	(48)	(3)	(5)	(19)
Duratex S.A.	95% a 97,5% do CDI	(19)	(22)	(1)	(2)	(4)
Outras	50,01% a 100,15% do CDI	(10)	(26)	(2)	(3)	(15)
Valores a Receber (Pagar) Sociedades Ligadas / Receitas (Despesas) Prestação de Serviços		(92)	(108)	46	39	28
Olimpia Promoção e Serviços S.A.		(3)	(2)	(25)	(23)	(25)
Fundação Itaú Unibanco - Previdência Complementar		(98)	(106)	51	47	44
Outras		9	-	20	15	9
Receitas (Despesas) com Aluguéis		-	-	(46)	(62)	(59)
Fundação Itaú Unibanco - Previdência Complementar		-	-	(36)	(49)	(44)
FUNBEP - Fundo de Pensão Multipatrocinado		-	-	(7)	(11)	(13)
Outras		-	-	(3)	(2)	(2)
Despesas com Patrocínio		-	-	(31)	(10)	(6)
Associação Cubo Coworking Itaú		-	-	(31)	(10)	(6)
Despesas com Doações		-	-	(96)	(94)	(88)
Instituto Itaú Cultural		-	-	(95)	(93)	(87)
Associação Itaú Viver Mais		-	-	(1)	(1)	(1)

b) Remunerações e Benefícios do Pessoal-Chave da Administração

As remunerações e benefícios atribuídos aos Administradores, membros do Comitê de Auditoria e do Conselho de Administração do ITAÚ UNIBANCO HOLDING no período correspondem a:

	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Honorários	(481)	(426)	(360)
Participações no Lucro	(258)	(244)	(251)
Benefícios Pós Emprego	(9)	(9)	(12)
Plano de Pagamento Baseado em Ações	(212)	(220)	(263)
Total	(960)	(899)	(886)

Os valores totais referentes a planos de pagamento baseado em ações, despesas de pessoal e benefícios pós-emprego, encontram-se detalhados nas Notas 20, 23 e 26, respectivamente.

Nota 32 – Gerenciamento de Riscos e Capital

a) Governança Corporativa

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING busca por processos robustos de gerenciamento de riscos e capital que permeiem toda a instituição e que sejam a base das decisões estratégicas para assegurar a sustentabilidade dos negócios.

Estes processos estão alinhados às diretrizes do Conselho de Administração e dos Executivos que, por meio de órgãos colegiados, definem os objetivos globais, expressos em metas e limites para as unidades de negócio gestoras de risco. As unidades de controle e gerenciamento de capital, por sua vez, apoiam a administração do ITAÚ UNIBANCO HOLDING através dos processos de monitoramento e análise de risco e capital.

O Conselho de Administração é o principal órgão responsável por estabelecer as diretrizes, políticas e alçadas para a gestão de riscos e capital. Por sua vez, o Comitê de Gerenciamento de Riscos e Capital (CGRC) é responsável por apoiar o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições relacionadas à gestão de riscos e de capital. Já no nível executivo, são estabelecidos órgãos colegiados, presididos pelo *Chief Executive Officer* (CEO) do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, que são responsáveis pela gestão de riscos e capital e cujas decisões são acompanhadas no âmbito do CGRC.

Adicionalmente, a instituição possui órgãos colegiados, que exercem responsabilidades delegadas na gestão de riscos e capital, presididos pelo vice-presidente da Área de Riscos e Finanças (ARF). Para dar suporte a essa estrutura, a ARF possui diretorias especializadas que tem o objetivo de assegurar, de forma independente e centralizada, que os riscos e o capital da instituição sejam administrados de acordo com as políticas e procedimentos estabelecidos.

b) Gerenciamento de Riscos

Apetite de Risco

O apetite de risco do ITAÚ UNIBANCO HOLDING é fundamentado na seguinte declaração do Conselho de Administração:

“Somos um banco universal, operando predominantemente na América Latina. Apoiados em nossa cultura de riscos, atuamos com rigoroso padrão ético e de cumprimento regulatório, buscando resultados elevados e crescentes, com baixa volatilidade, mediante o relacionamento duradouro com o cliente, apreçamento correto dos riscos, captação pulverizada de recursos e adequada utilização do capital.”

A partir desta declaração, foram definidas cinco dimensões, compostas por um conjunto de métricas associadas aos principais riscos envolvidos, combinando formas complementares de mensuração, buscando uma visão abrangente das nossas exposições.

O Conselho de Administração é o responsável pela aprovação das diretrizes e limites do apetite de risco, desempenhando suas responsabilidades com o apoio do CGRC e do *Chief Risk Officer* (CRO).

Os limites de apetite de risco são monitoradas frequentemente e reportados às comissões de riscos e ao Conselho de Administração, que orientarão a tomada de medidas preventivas de forma a garantir que as exposições estejam alinhadas à estratégia do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

As cinco dimensões do apetite de risco são:

- **Capitalização:** estabelece que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING deve ter capital suficiente para se proteger de uma grave recessão ou de um evento de estresse sem necessidade de adequação da estrutura de capital em circunstâncias desfavoráveis. É monitorada através do acompanhamento dos índices de capital do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, em situação normal e em estresse e dos *ratings* de emissão de dívidas da instituição.
- **Liquidez:** estabelece que a liquidez do ITAÚ UNIBANCO HOLDING deverá suportar longos períodos de estresse. É monitorada através do acompanhamento dos indicadores de liquidez.

• **Composição dos resultados:** define que os negócios serão focados principalmente na América Latina, onde o ITAÚ UNIBANCO HOLDING terá uma gama diversificada de clientes e produtos, com baixo apetite por volatilidade de resultados e por risco elevado. Esta dimensão compreende aspectos de negócios e rentabilidade, risco de mercado e crédito. As métricas monitoradas buscam garantir, por meio de limites de concentração de exposição como, por exemplo, setores de indústria, qualidade das contrapartes, países e regiões geográficas e fatores de riscos, adequada composição das carteiras, visando à baixa volatilidade dos resultados e à sustentabilidade dos negócios.

• **Risco operacional:** foca no controle dos eventos de risco operacional que possam impactar negativamente a estratégia de negócio e operação, realizado através do monitoramento dos principais eventos de risco operacional e das perdas incorridas.

• **Reputação:** aborda riscos que possam impactar o valor da marca e da reputação da instituição junto a clientes, funcionários, reguladores, investidores e público geral. O monitoramento dos riscos nesta dimensão é feito através do acompanhamento da satisfação e insatisfação dos clientes, da exposição nas mídias, além da observância da conduta da instituição.

Os fundamentos do apetite de riscos, do gerenciamento de riscos e as diretrizes para a forma de atuação dos colaboradores do ITAÚ UNIBANCO HOLDING no dia a dia para a tomada de decisão são:

• **Sustentabilidade e satisfação dos clientes:** a visão do ITAÚ UNIBANCO HOLDING é ser o banco líder em performance sustentável e em satisfação dos clientes, por isso, preocupa-se em gerar valor compartilhado para colaboradores, clientes, acionistas e sociedade, garantindo a perenidade do negócio. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING preocupa-se em fazer negócios que sejam bons para o cliente e para a instituição;

- **Cultura de Risco:** a cultura de risco do ITAÚ UNIBANCO HOLDING vai além de políticas, procedimentos e processos, e fortalece a responsabilidade individual e coletiva de todos os colaboradores para que façam a coisa certa, no momento certo e de maneira correta, respeitando a forma ética de fazer negócios.

- **Apreçamento do risco:** o ITAÚ UNIBANCO HOLDING atua e assume riscos em negócios que conhece e entende, e evita riscos que não conhece ou não tem vantagem competitiva, avaliando cuidadosamente a relação de risco e retorno;

- **Diversificação:** o ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem baixo apetite por volatilidade nos resultados e por isso atua em uma base diversificada de clientes, produtos e negócios, buscando a diversificação dos riscos, além de priorizar negócios de menor risco;

- **Excelência operacional:** o ITAÚ UNIBANCO HOLDING quer ser um banco ágil, com infraestrutura robusta e estável, de forma a oferecer um serviço de alta qualidade;

- **Ética e respeito à regulação:** para o ITAÚ UNIBANCO HOLDING ética é inegociável, por isso, a instituição promove um ambiente institucional íntegro, orientando os colaboradores a cultivar a ética nos relacionamentos e nos negócios, e o respeito às normas, zelando pela reputação da instituição.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING adota diversas iniciativas para disseminar a cultura de risco, tendo como base quatro princípios: a tomada consciente de riscos, a discussão e a ação sobre os riscos da instituição e a responsabilidade de todos pela gestão de riscos.

Esses princípios articulam as diretrizes do ITAÚ UNIBANCO HOLDING auxiliando os colaboradores a entender, identificar, mensurar, gerenciar e mitigar os riscos de maneira consciente.

1. Risco de Crédito

Risco de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador, emissor ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, da desvalorização de contrato de crédito em consequência

da deterioração na classificação de risco do tomador, do emissor ou da contraparte, da redução de ganhos ou remunerações, das vantagens concedidas em renegociações posteriores e dos custos de recuperação.

Há uma estrutura de gestão e controle do risco de crédito, centralizada e independente das unidades de negócio, que estabelece limites e mecanismos de mitigação de risco, além de estabelecer processos e instrumentos para medir, monitorar e controlar o risco de crédito inerente a todos os produtos, as concentrações de carteira e os impactos de potenciais mudanças no ambiente econômico.

A política de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING baseia-se em critérios internos como: classificação de clientes, desempenho e evolução da carteira, níveis de inadimplência, taxas de retorno e capital econômico alocado, fatores externos, como taxas de juros, indicadores de inadimplência do mercado, inflação, variação do consumo, entre outros.

Para pessoas físicas, pequenas e médias empresas, a classificação de crédito é atribuída com base em modelos estatísticos de *application* (nos estágios iniciais da relação com o cliente) e *behaviour score* (usado para os clientes com os quais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING já tem uma relação).

Para grandes empresas, a classificação baseia-se em informações tais como a situação econômico-financeira da contraparte, sua capacidade de geração de caixa, o grupo econômico a que pertence, a situação atual e as perspectivas do setor de atividade econômica em que atua. As propostas de crédito são analisadas caso a caso, utilizando um mecanismo de alçadas.

Atendendo a Resolução 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, do CMN, o documento “Relatório de Acesso Público – Risco de Crédito”, que expressa as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de crédito, pode ser visualizado no site www.itaubr.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING controla rigorosamente a exposição a crédito de clientes e contrapartes, atuando para reverter eventuais situações em que a exposição observada exceda o desejado. Nesse sentido, pode ser adotada

uma série de medidas contratualmente previstas, tais como a liquidação antecipada e a requisição de garantias adicionais.

1.1 Garantias e Política de Mitigação do Risco de Crédito

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza garantias para aumentar sua capacidade de recuperação em operações expostas ao risco de crédito. As garantias utilizadas podem ser fidejussórias, reais, estruturas jurídicas com poder de mitigação e acordos de compensação.

Gerencialmente, para que as garantias sejam consideradas como instrumentos mitigadores do risco de crédito, é necessário que cumpram as exigências e as determinações das normas que as regulam, sejam internas ou externas, e que sejam juridicamente exercíveis (eficazes), exequíveis e regularmente avaliadas.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza ainda derivativos de crédito, tais como CDS único-nome (*single name*), para mitigar o risco de crédito de suas carteiras de títulos. Estes instrumentos são apreçados com base em modelos que utilizam o preço justo de variáveis de mercado, tais como *spreads* de crédito, taxas de recuperação, correlações e taxas de juros.

1.2 Política de Provisionamento e Cenários Econômicos

A área de risco de crédito e área de finanças são responsáveis por definir as metodologias utilizadas para mensurar a perda esperada em operações de crédito e avaliar recorrentemente a evolução dos montantes de provisão.

Estas áreas monitoram as tendências observadas na provisão para perda de crédito esperada por segmento, além de estabelecerem um entendimento inicial das variáveis que podem desencadear em mudanças na provisão, na PD (*probability of default*) ou na LGD (*loss given default*).

Uma vez que as tendências são identificadas e uma avaliação inicial das variáveis é feita no nível corporativo, as áreas de negócios tornam-se responsáveis por aprofundar a análise dessas tendências em um nível detalhado e por segmento, por entender as razões relacionadas a estas tendências e decidir se serão necessárias mudanças nas políticas de crédito.

As provisões para perdas esperadas são constituídas considerando o risco esperado atrelado a contratos com características similares e antecipando-se a sinais de deterioração, tendo em vista um horizonte de perda adequado ao período restante da conclusão do contrato. Para contratos de produtos sem data de conclusão determinada, utiliza-se resultados médios de deterioração e inadimplência para determinação do horizonte de perda.

Além disso, informações de cenários econômicos e informações públicas com projeções construídas internamente, são utilizadas para determinar e afetar a perda de crédito esperada, adequando patamares de perda às realidades macroeconômicas esperadas.

1.3 Classificação dos Estágios de Deterioração de Crédito

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING considera informações internas de clientes, modelos estatísticos, dias de atraso e análises qualitativas para fins de determinação de situação de crédito para os contratos da carteira.

As regras de mudança de estágio consideram limites inferiores e superiores de *ratings* internos (critérios quantitativos), além da variação relativa de notas de *rating* desde o reconhecimento inicial. A informação sobre dias em atraso, utilizada de forma absoluta, é fator importante para a classificação dos estágios. e, após determinada a situação de crédito do contrato, é estabelecida a classificação em um dos três estágios de deterioração de crédito. A partir dessa classificação, são utilizadas regras de mensuração de perda esperada de crédito determinadas para cada estágio, conforme descrito na Nota 2.4e.

Para as carteiras de negócios Varejo e *middle* o ITAÚ UNIBANCO HOLDING classifica os contratos de crédito com atraso superior a 30 dias no estágio 2, exceto o produto consignado para órgãos públicos, cujo reconhecimento é efetuado após 45 dias de atraso, devido à dinâmica de pagamento por repasse do produto.

Para a carteira de negócios do Atacado, a informação de atraso é considerada na avaliação do *rating*.

São parâmetros de inadimplência: 90 dias sem observação de pagamento(*); reestruturação de dívida; declaração de falência; prejuízo; e recuperação judicial.

(*) Para a carteira de crédito imobiliário são considerados 180 dias sem observação de pagamento.

1.4 Exposição Máxima dos Ativos Financeiros ao Risco de Crédito

	31/12/2018			31/12/2017		
	Brasil	Exterior	Total	Brasil	Exterior	Total
Ativos Financeiros	1.027.193	303.535	1.330.728	967.703	263.711	1.231.414
Ao Custo Amortizado	756.993	237.766	994.759	702.672	203.057	905.729
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	6.239	20.181	26.420	6.367	22.681	29.048
Aplicações no Mercado Aberto	279.353	783	280.136	243.917	790	244.707
Títulos e Valores Mobiliários	90.234	20.161	110.395	101.365	10.059	111.424
Operações de Crédito e Arrendamento Financeiro (*)	345.501	190.590	536.091	327.501	170.218	497.719
Outros Ativos Financeiros	61.875	13.215	75.090	53.787	5.781	59.568
(-) Provisão para Perda Esperada	(26.209)	(7.164)	(33.373)	(30.265)	(6.472)	(36.737)
Ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	9.089	40.234	49.323	14.722	37.427	52.149
Títulos e Valores Mobiliários	9.089	40.234	49.323	14.722	37.427	52.149
Ao Valor Justo por meio do Resultado	261.111	25.535	286.646	250.309	23.227	273.536
Títulos e Valores Mobiliários	252.819	10.361	263.180	238.200	12.493	250.693
Derivativos	8.292	15.174	23.466	12.109	10.734	22.843
Passivos Financeiros - Provisão para Perda Esperada	3.355	437	3.792	4.513	409	4.922
Compromissos de Empréstimos	2.289	312	2.601	2.681	334	3.015
Garantias Financeiras	1.066	125	1.191	1.832	75	1.907
Off Balance	300.522	49.173	349.695	280.032	43.797	323.829
Garantias Financeiras	53.443	12.662	66.105	60.062	10.427	70.489
Cartas de Crédito a Liberar	10.747	-	10.747	9.214	-	9.214
Compromissos de Empréstimos	236.332	36.511	272.843	210.756	33.370	244.126
Crédito Imobiliário	3.403	-	3.403	3.218	-	3.218
Cheque Especial	110.454	-	110.454	93.284	-	93.284
Cartão de Crédito	120.862	2.961	123.823	109.196	2.679	111.875
Outros Limites Pré-Aprovados	1.613	33.550	35.163	5.058	30.691	35.749
Total	1.324.360	352.271	1.676.631	1.243.222	307.099	1.550.321

(*) Contém operações designadas ao Valor Justo por Meio do Resultado no montante de R\$ 102 em 31/12/2017.

Os valores de exposição ao risco de crédito apresentados são baseados em valores contábeis brutos e não consideram qualquer garantia recebida ou outras melhorias de crédito agregadas.

Os valores contratuais de garantias financeiras e de cartas de crédito representam o potencial máximo de risco de crédito caso a contraparte não cumpra com os termos do contrato. A grande maioria dos compromissos de empréstimos (crédito imobiliário, conta garantida e outros limites pré-aprovados) vence sem ser sacado, já que a sua renovação é mensal e são canceláveis unilateralmente.

Consequentemente, o valor contratual não representa nossa real exposição futura ao risco de crédito e nem a necessidade de liquidez proveniente desses compromissos.

1.4.1 Por Setor de Atividade

Operações de Crédito e Arrendamento Financeiro

	31/12/2018	%	31/12/2017	%
Indústria e Comércio	115.225	21,5	107.201	21,5
Serviços	118.435	22,1	114.332	23,0
Outros Setores	30.440	5,7	29.047	5,8
Pessoa Física	271.991	50,7	247.139	49,7
Total	536.091	100,0	497.719	100,0

Demais Ativos Financeiros (*)

	31/12/2018	%	31/12/2017	%
Setor Público	330.730	43,9	327.932	46,5
Serviços	92.562	12,3	84.191	11,9
Outros Setores	23.072	3,1	19.804	2,8
Financeiras	306.556	40,7	273.747	38,8
Total	752.920	100,0	705.674	100,0

(*) Inclui Ativos Financeiros ao valor Justo por meio do Resultado, Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes e Ativos Financeiros ao Custo Amortizado, exceto operações de crédito e arrendamento financeiro.

A exposição de instrumentos financeiros *Off Balance* (Garantias Financeiras e Compromissos de Empréstimos) não são categorizados e nem gerenciados por setor de atividade.



1.4.2 Por Tipo e Classificação de Risco de Crédito

Operações de Crédito e Arrendamento Financeiro

31/12/2018																
	Estágio 1				Estágio 2				Estágio 3				Total Consolidado dos 3 Estágios			
	Operações de Crédito	Compromissos de Empréstimos	Garantias Financeiras	Total	Operações de Crédito	Compromissos de Empréstimos	Garantias Financeiras	Total	Operações de Crédito	Compromissos de Empréstimos	Garantias Financeiras	Total	Operações de Crédito ^(*)	Compromissos de Empréstimos	Garantias Financeiras	Total
Pessoas Físicas	177.488	174.666	1.014	353.168	17.029	6.784	-	23.813	18.047	687	-	18.734	212.564	182.137	1.014	395.715
Cartão de Crédito	65.227	110.435	-	175.662	8.489	5.719	-	14.208	4.539	594	-	5.133	78.255	116.748	-	195.003
Crédito Pessoal	14.125	64.201	1.014	79.340	4.427	1.064	-	5.491	10.991	93	-	11.084	29.543	65.358	1.014	95.915
Crédito Consignado	44.156	-	-	44.156	1.024	-	-	1.024	1.698	-	-	1.698	46.878	-	-	46.878
Veículos	14.353	-	-	14.353	1.022	-	-	1.022	545	-	-	545	15.920	-	-	15.920
Crédito Imobiliário	39.627	30	-	39.657	2.067	1	-	2.068	274	-	-	274	41.968	31	-	41.999
Grandes Empresas	90.716	16.054	45.361	152.131	2.222	83	1.681	3.986	9.705	143	4.148	13.996	102.643	16.280	51.190	170.113
Micro / Pequenas e Médias Empresas	57.099	40.105	2.472	99.676	5.875	1.834	69	7.778	5.838	185	94	6.117	68.812	42.124	2.635	113.571
Unidades Externas América Latina	134.323	29.090	10.842	174.255	11.768	2.969	395	15.132	5.981	243	29	6.253	152.072	32.302	11.266	195.640
Total	459.626	259.915	59.689	779.230	36.894	11.670	2.145	50.709	39.571	1.258	4.271	45.100	536.091	272.843	66.105	875.039
%	59,0%	33,3%	7,7%	100,0%	72,8%	23,0%	4,2%	100,0%	87,7%	2,8%	9,5%	100,0%	61,3%	31,1%	7,6%	100,0%

31/12/2017																
	Estágio 1				Estágio 2				Estágio 3				Total Consolidado dos 3 Estágios			
	Operações de Crédito	Compromissos de Empréstimos	Garantias Financeiras	Total	Operações de Crédito	Compromissos de Empréstimos	Garantias Financeiras	Total	Operações de Crédito	Compromissos de Empréstimos	Garantias Financeiras	Total	Operações de Crédito ^(*)	Compromissos de Empréstimos	Garantias Financeiras	Total
Pessoas Físicas	161.364	159.533	1.016	321.913	13.032	4.420	-	17.452	18.989	776	-	19.765	193.385	164.729	1.016	359.130
Cartão de Crédito	57.073	102.180	-	159.253	6.027	3.353	-	9.380	4.313	697	-	5.010	67.413	106.230	-	173.643
Crédito Pessoal	12.290	57.339	1.016	70.645	3.108	1.065	-	4.173	11.897	79	-	11.976	27.295	58.483	1.016	86.794
Crédito Consignado	42.115	-	-	42.115	733	-	-	733	1.868	-	-	1.868	44.716	-	-	44.716
Veículos	12.550	-	-	12.550	987	-	-	987	628	-	-	628	14.165	-	-	14.165
Crédito Imobiliário	37.336	14	-	37.350	2.177	2	-	2.179	283	-	-	283	39.796	16	-	39.812
Grandes Empresas	91.442	14.100	50.811	156.353	3.833	278	1.299	5.410	12.372	390	5.538	18.300	107.647	14.768	57.648	180.063
Micro / Pequenas e Médias Empresas	47.132	33.203	2.229	82.564	6.001	1.638	74	7.713	7.157	254	54	7.465	60.290	35.095	2.357	97.742
Unidades Externas América Latina	117.448	25.867	9.069	152.384	13.028	3.527	371	16.926	5.921	140	28	6.089	136.397	29.534	9.468	175.399
Total	417.386	232.703	63.125	713.214	35.894	9.863	1.744	47.501	44.439	1.560	5.620	51.619	497.719	244.126	70.489	812.334
%	58,5%	32,6%	8,9%	100,0%	75,5%	20,8%	3,7%	100,0%	86,1%	3,0%	10,9%	100,0%	61,2%	30,1%	8,7%	100,0%

(*) Na composição do saldo há operações que foram designadas ao Valor Justo por Meio do Resultado, no valor de R\$ 102 em 31/12/2017.

Classificação interna	31/12/2018				31/12/2017			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total das operações de crédito	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total das operações de crédito
Baixo	378.389	4.536	-	382.925	349.354	5.274	-	354.628
Médio	72.921	19.723	-	92.644	60.707	17.798	-	78.505
Alto	8.316	12.635	-	20.951	7.325	12.822	-	20.147
Crédito com evento de perda	-	-	39.571	39.571	-	-	44.439	44.439
Total	459.626	36.894	39.571	536.091	417.386	35.894	44.439	497.719
%	85,7	6,9	7,4	100,0	83,9	7,2	8,9	100,0

Demais Ativos Financeiros

	31/12/2018						
	Valor Justo	Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3	
		Custo	Valor Justo	Custo	Valor Justo	Custo	Valor Justo
Fundos de investimento	4.326	4.335	4.129	-	-	918	197
Títulos Públicos	327.720	325.734	327.546	232	174	-	-
Governo Brasileiro	300.172	298.084	299.998	232	174	-	-
Outros Públicos	-	36	-	-	-	-	-
Outros países	27.548	27.614	27.548	-	-	-	-
Argentina	1.129	1.121	1.129	-	-	-	-
Estados Unidos	2.754	2.770	2.754	-	-	-	-
México	2.378	2.378	2.378	-	-	-	-
Itália	115	115	115	-	-	-	-
Espanha	2.411	2.411	2.411	-	-	-	-
Coréia	1.385	1.385	1.385	-	-	-	-
Chile	8.211	8.204	8.211	-	-	-	-
Paraguai	1.530	1.602	1.530	-	-	-	-
Uruguai	652	656	652	-	-	-	-
Colômbia	6.065	6.054	6.065	-	-	-	-
França	891	891	891	-	-	-	-
Alemanha	22	22	22	-	-	-	-
Outros	5	5	5	-	-	-	-
Títulos de Dívida de Empresas	87.206	82.438	82.301	3.908	2.937	4.957	1.968
Cédula de Produtor Rural	4.003	3.855	3.848	-	-	326	155
Certificado de Recebíveis Imobiliários	10.926	10.419	10.436	55	55	793	435
Certificado de Depósito Bancário	2.145	2.145	2.145	-	-	-	-
Debêntures	30.950	27.306	27.068	3.323	2.557	3.563	1.325
<i>Eurobonds</i> e Assemelhados	6.895	6.950	6.895	-	-	-	-
Letras Financeiras	19.724	19.724	19.724	-	-	-	-
Notas Promissórias	1.490	1.465	1.463	15	15	24	12
Outros	11.073	10.574	10.722	515	310	251	41
Total	419.252	412.507	413.976	4.140	3.111	5.875	2.165

31/12/2017							
	Valor Justo	Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3	
		Custo	Valor Justo	Custo	Valor Justo	Custo	Valor Justo
Fundos de investimento	3.513	3.351	3.345	-	-	784	168
Títulos Públicos	326.227	324.585	326.031	261	196	-	-
Governo Brasileiro	297.325	295.671	297.129	261	196	-	-
Outros países	28.902	28.914	28.902	-	-	-	-
Argentina	1.466	1.446	1.466	-	-	-	-
Estados Unidos	1.666	1.684	1.666	-	-	-	-
México	564	564	564	-	-	-	-
Dinamarca	1.951	1.951	1.951	-	-	-	-
Espanha	2.937	2.937	2.937	-	-	-	-
Coréia	1.944	1.944	1.944	-	-	-	-
Chile	9.761	9.765	9.761	-	-	-	-
Paraguai	1.807	1.922	1.807	-	-	-	-
Uruguai	828	824	828	-	-	-	-
Colombia	5.945	5.844	5.945	-	-	-	-
Outros	33	33	33	-	-	-	-
Títulos de Dívida de Empresas	79.344	75.240	75.486	1.510	1.109	7.857	2.749
Cédula de Produtor Rural	2.739	2.518	2.511	-	-	381	228
Certificado de Recebíveis Imobiliários	13.577	12.492	12.501	64	59	3.062	1.017
Certificado de Depósito Bancário	1.150	1.150	1.150	-	-	-	-
Debêntures	23.758	21.584	21.569	1.255	969	3.892	1.220
Eurobonds e Assemelhados	6.192	6.195	6.192	-	-	-	-
Letras Financeiras	21.230	21.230	21.230	-	-	-	-
Notas Promissórias	3.614	3.597	3.596	-	-	40	18
Outros	7.084	6.474	6.737	191	81	482	266
Total	409.084	403.176	404.862	1.771	1.305	8.641	2.917

Demais Ativos Financeiros - Classificação Interna por Nível de Risco Baixo

31/12/2018					
Ativos Financeiros - Ao Custo Amortizado					
Classificação Interna	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e no Mercado Aberto	Títulos e Valores Mobiliários	Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado (*)	Ativos Financeiros – ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	Total
Baixo	306.556	103.157	284.896	49.323	743.932
Médio	-	3.645	1.340	-	4.985
Alto	-	3.593	410	-	4.003
Total	306.556	110.395	286.646	49.323	752.920
%	40,6	14,7	38,1	6,6	100,0

(*) Inclui Derivativos no montante de R\$ 23.466 em 31/12/2018.

31/12/2017					
Ativos Financeiros - Ao Custo Amortizado					
Classificação Interna	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e no Mercado Aberto	Títulos e Valores Mobiliários	Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado (*)	Ativos Financeiros – ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	Total
Baixo	273.747	104.610	271.859	52.149	702.365
Médio	-	338	1.278	-	1.616
Alto	-	1.294	399	-	1.693
Total	273.747	106.242	273.536	52.149	705.674
%	38,7	15,1	38,8	7,4	100,0

(*) Inclui Derivativos no montante de R\$ 22.843 em 31/12/2017.

1.4.3 Garantias de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro

	31/12/2018				31/12/2017			
	Ativos com Excesso de Garantia		Ativos com Insuficiência de Garantia		Ativos com Excesso de Garantia		Ativos com Insuficiência de Garantia	
	Valor Contábil do Ativo	Valor Justo da Garantia	Valor Contábil do Ativo	Valor Justo da Garantia	Valor Contábil do Ativo	Valor Justo da Garantia	Valor Contábil do Ativo	Valor Justo da Garantia
Pessoas Físicas	57.842	145.775	1.054	993	52.608	132.007	1.079	1.028
Crédito Pessoal (1)	643	1.949	753	711	370	1.398	901	864
Veículos (2)	15.173	35.266	298	280	13.618	34.368	177	163
Crédito Imobiliário (3)	42.026	108.560	3	2	38.620	96.241	1	1
Micros / Pequenas, Médias e Grandes Empresas (4)	112.508	293.724	13.870	10.267	115.731	339.892	11.032	8.537
Unidades Externas América Latina (4)	117.094	246.462	11.242	3.758	105.425	175.476	10.262	3.598
Total	287.444	685.961	26.166	15.018	273.764	647.375	22.373	13.163

- (1) Geralmente requer garantias financeiras.
- (2) Os próprios veículos são dados em garantia, assim como os ativos arrendados nas operações de arrendamento.
- (3) Os próprios imóveis são dados em garantia.
- (4) Poderá ser utilizada qualquer garantia prevista na política de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING (alienação fiduciária, aval/devedor solidário, hipoteca e outras).

Do total das operações de crédito e arrendamento financeiro, R\$ 222.481 (R\$ 201.582 em 31/12/2017) representam empréstimos sem garantias.

1.4.4 Bens Retomados

Os ativos recebidos quando da execução de empréstimos, inclusive imóveis, são registrados inicialmente pelo menor valor entre: (i) o valor justo do bem menos os custos estimados para sua venda, ou (ii) o valor contábil do empréstimo.

Reduções posteriores no valor justo do ativo são registradas como provisão para desvalorização em contrapartida ao resultado. Os custos da manutenção desses ativos são lançados à despesa conforme incorridos.

A política de venda destes bens contempla a realização de leilões periódicos que são divulgados previamente ao mercado além de considerar a restrição para a manutenção em propriedade da Instituição pelo prazo máximo de um ano, conforme normas do BACEN.

O total de bens retomados no período foi de R\$ 657 (R\$ 701 de 01/01 a 31/12/2017), compostos principalmente por imóveis.

2. Risco de Mercado

É a possibilidade de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação das taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços de ações, dos índices de preços e dos preços de mercadorias (*commodities*).

A estratégia de gerenciamento de riscos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING busca balancear seus objetivos de negócio, considerando, dentre outros: conjuntura política, econômica e de mercado, perfil da carteira do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e capacidade de atuar em mercados específicos.

O controle de risco de mercado é realizado por área independente das unidades de negócio e responsável por executar as atividades diárias de: (i) mensuração e avaliação de risco, (ii) monitoramento de cenários de estresse, limites e alertas, (iii) aplicação, análise e testes de cenários de estresse, (iv) reporte de risco para os responsáveis individuais dentro das unidades de negócios de acordo com a governança do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, (v) monitoramento de ações necessárias para o reajuste de posições e/ou níveis de risco para fazê-los viáveis, e (vi) apoio ao lançamento de novos produtos financeiros com segurança.

O CMN possui regulamentos que estabelecem a segregação de exposição ao risco de mercado em fatores de risco, tais como: taxas de juros, taxas de câmbio, ações e *commodities*. Os índices de inflação brasileiros também são tratados como um grupo de fatores de risco e seguem a mesma estrutura de governança de limites.

A estrutura de limites e alertas é alinhada com as diretrizes do Conselho de Administração, sendo revisada e aprovada anualmente. Esta estrutura conta com limites específicos que visam a melhorar o processo de acompanhamento e compreensão dos riscos, bem como evitar sua concentração. Estes limites são dimensionados avaliando-se os resultados projetados do balanço, o tamanho do patrimônio, a liquidez, a complexidade e as volatilidades dos mercados, bem como o apetite de risco do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Buscando o enquadramento das operações nos limites definidos, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING realiza *hedge* de operações de clientes e de posições proprietárias, inclusive de investimentos no exterior. Derivativos são os instrumentos mais utilizados para a execução destas atividades de *hedge*, e podem se caracterizar como *hedge* contábil ou econômico, ambos regidos por normativos institucionais no ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

A gestão de risco de mercado segue a segregação das operações em Carteira de Negociação e Carteira Bancária, de acordo com os critérios gerais estabelecidos pela Resolução 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, do CMN e Circular 3.354, 27 de junho de 2007, do BACEN. A carteira de negociação é composta por todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, realizadas com a intenção de negociação. Já a carteira bancária caracteriza-se preponderantemente pelas operações provenientes do negócio bancário e relacionadas à gestão do balanço da instituição, realizadas sem a intenção de negociação e com horizonte de tempo de médio e longo prazos.

A gestão do risco de mercado é realizada com base nas seguintes métricas:

- **Valor em Risco (VaR - Value at Risk):** medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando um determinado horizonte de tempo e intervalo de confiança;

- **Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse):** técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos, passivos e derivativos da carteira quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos e históricos);

- **Stop Loss:** métrica que tem por objetivo a revisão das posições, caso as perdas acumuladas em um dado período atinjam um determinado valor;

- **Concentração:** exposição acumulada de determinado instrumento financeiro ou fator de risco, calculada a valor de mercado ("*MtM – Mark to Market*"); e

- **VaR Estressado:** métrica estatística derivada do cálculo de VaR, que objetiva capturar o maior risco em simulações da carteira de negociação atual, levando em consideração retornos observáveis em cenários históricos de extrema volatilidade.

A gestão do risco de variação das taxas de juros em instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB) é realizada com base nas seguintes métricas:

- **ΔEVE:** diferença entre o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento de instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros;

- **ΔNII:** diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros.

Adicionalmente, são analisadas medidas de sensibilidade e de controle de perdas. Entre elas, incluem-se:

- **Análise de Descasamentos (GAPS):** exposição acumulada dos fluxos de caixa, por fator de risco, expressos a valor de mercado, alocados nas datas de vencimento;

- **Sensibilidade (DV01- *Delta Variation*):** impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base nas taxas de juros atuais ou na taxa do indexador;
- **Sensibilidades aos Diversos Fatores de Riscos (Gregas):** derivadas parciais de uma carteira de opções em relação aos preços dos ativos-objetos, às volatilidades implícitas, às taxas de juros e ao tempo.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza sistemas proprietários para mensurar o risco de mercado consolidado. O processamento desses sistemas ocorre em ambiente com controle de acesso, de alta disponibilidade, com processos de guarda e recuperação de dados e conta com infraestrutura para garantir a continuidade de negócios em situações de contingência (*disaster recovery*).

O documento “Relatório de Acesso Público – Risco de Mercado” que detalha as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de mercado, que não faz parte das demonstrações contábeis, pode ser visualizado no site www.italu.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Governança

Corporativa, Regulamentos e Políticas. Para uma visão detalhada do Risco de Mercado e Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária, consultar o capítulo de Risco de Mercado da Publicação de Gerenciamento de Riscos de Capital - Pilar 3.

2.1 VaR - Consolidado ITAÚ UNIBANCO HOLDING

É calculado por Simulação Histórica, isto é, a distribuição esperada para os ganhos e perdas (P&L's - *Profit and loss statement*) de uma carteira ao longo de tempo pode ser estimada a partir do comportamento histórico dos retornos dos fatores de risco de mercado desta carteira. O *VaR* é calculado com um intervalo de confiança de 99%, período histórico de 4 anos (1000 dias úteis) e um horizonte de manutenção (*holding period*) de um dia. Ainda, em uma abordagem conservadora, o *VaR* é calculado diariamente com e sem ponderação pela volatilidade, sendo o *VaR* final o valor mais restritivo dentre as duas metodologias.

De 01/01 a 31/12/2018, o *VaR* Total Médio em simulação histórica foi de R\$ 399,3 ou 0,26% do patrimônio líquido total (R\$ 409,9 ou 0,28% do patrimônio líquido total de 01/01 a 31/12/2017).

(em milhões de R\$)								
VaR Total (Simulação Histórica)								
	31/12/2018 ⁽¹⁾				31/12/2017 ⁽¹⁾			
	Média	Mínimo	Máximo	VaR Total	Média	Mínimo	Máximo	VaR Total
VaR por Grupo de Fatores de Risco								
Taxas de Juros	851,4	720,0	1.042,9	898,4	721,0	583,6	1.311,9	764,7
Moedas	24,7	12,7	45,2	37,3	20,4	6,5	50,2	11,9
Ações	39,2	23,6	58,5	50,1	45,4	38,5	54,9	46,4
Commodities	1,6	0,6	3,1	1,0	1,5	0,7	4,0	0,8
Efeito de Diversificação				(605,3)				(451,5)
Risco Total	399,3	294,7	603,6	381,5	409,9	304,8	874,0	372,3

(1) O VaR por Grupo de Fatores de risco considera as informações das unidades externas.



2.1.1 Risco de Taxa de Juros

A tabela abaixo demonstra a posição contábil dos ativos e passivos financeiros expostos a risco de taxa de juros distribuída por vencimento (prazos contratuais remanescentes). Esta tabela não é usada diretamente para fins de gestão de riscos de taxas de juros, sendo bastante utilizada para permitir a avaliação de descasamentos entre as contas e os produtos a elas associados bem como para identificar possíveis concentrações de risco.

	31/12/2018						31/12/2017					
	0-30 dias	31-180 dias	181-365 dias	1-5 anos	Acima de 5 anos	Total	0-30 dias	31-180 dias	181-365 dias	1-5 anos	Acima de 5 anos	Total
Ativos Financeiros	188.616	394.168	100.598	399.075	202.898	1.285.355	268.059	354.885	103.785	392.119	178.592	1.297.440
Depósitos Compulsórios no Banco Central	88.549	-	-	-	-	88.549	94.047	-	-	-	-	94.047
Ao Custo Amortizado												
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	19.181	4.815	1.730	688	-	26.414	21.644	3.510	2.880	1.011	3	29.048
Aplicações no Mercado Aberto	64.677	215.352	-	12	91	280.132	42.612	201.889	2	28	168	244.699
Títulos e Valores Mobiliários	1.007	7.320	5.792	50.969	41.661	106.749	10.897	7.921	6.834	50.650	29.940	106.242
Operações de Crédito e Arrendamento Financeiro ⁽¹⁾	78.709	140.057	70.792	167.517	79.016	536.091	73.239	120.231	67.463	161.824	74.962	497.719
Ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	1.915	4.743	4.026	21.649	16.990	49.323	1.088	2.476	6.102	23.415	19.068	52.149
Ao Valor Justo por meio do Resultado												
Títulos e Valores Mobiliários	19.140	17.810	15.945	154.171	56.114	263.180	16.554	15.855	17.103	147.805	51.630	248.947
Derivativos	3.987	4.071	2.313	4.069	9.026	23.466	7.978	3.003	2.360	6.681	2.821	22.843
Passivos Financeiros	513.889	88.152	69.102	313.240	69.055	1.053.438	376.492	93.736	87.850	290.677	56.451	905.206
Ao Custo Amortizado												
Depósitos	248.913	36.856	22.063	146.288	9.304	463.424	216.842	33.258	23.239	126.886	2.713	402.938
Captação no Mercado Aberto	254.052	9.713	7.756	40.877	17.839	330.237	208.261	7.362	25.185	57.146	14.680	312.634
Recursos de Mercados Interbancários	7.438	33.869	31.869	58.375	3.119	134.670	8.557	34.097	30.727	47.219	3.987	124.587
Recursos de Mercados Institucionais	314	3.631	4.579	58.513	26.937	93.974	4.188	16.495	5.343	43.911	28.545	98.482
Planos de Capitalização	-	-	-	3.422	-	3.422	-	-	-	3.301	-	3.301
Ao Valor Justo por Meio do Resultado												
Derivativos	3.168	4.070	2.815	5.672	11.794	27.519	7.596	2.491	3.325	11.109	2.225	26.746
Notas Estruturadas	4	13	20	93	62	192	11	22	22	319	91	465
Diferença Ativo / Passivo ⁽²⁾	(325.273)	306.016	31.496	85.835	133.843	231.917	(108.433)	261.149	15.935	101.442	122.141	392.234
Diferença Acumulada	(325.273)	(19.257)	12.239	98.074	231.917		(108.433)	152.716	168.651	270.093	392.234	
Índice da Diferença Acumulada para o Total de Ativos Remunerados	(25,3%)	(1,5%)	1,0%	7,6%	18,0%		(8,4%)	11,8%	13,0%	20,8%	30,2%	

(1) Na composição do saldo há operações que foram designadas ao Valor Justo por Meio do Resultado, no valor de R\$ 102 em 31/12/2017.

(2) As diferenças decorrem de descasamento de prazos entre o vencimento de todos os ativos e passivos remunerados na respectiva data-base, considerando os prazos acordados contratualmente.

2.1.2 Risco de Moeda

A tabela abaixo demonstra a exposição de contas ao risco de moeda de ativos e passivos financeiros e reflete o gerenciamento de risco de moeda do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

	31/12/2018			
	Dólar	Peso Chileno	Outros	Total
Exposição Líquida dos instrumentos financeiros	(38.190)	7.647	15.418	(15.125)

	31/12/2017			
	Dólar	Peso Chileno	Outros	Total
Exposição Líquida dos instrumentos financeiros	(15.910)	7.159	13.232	4.481

2.1.3 Risco de Ações

A exposição ao risco de ações encontra-se divulgada na Nota7, referente a Ativos Financeiros- ao Custo Amortizado,e Nota10, referente a Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes – Títulos e Valores Mobiliários.

3. Risco de Liquidez

É definido como a possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculações de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

O controle de risco de liquidez é realizado por área independente das áreas de negócio e responsável por definir a composição da reserva, estimar o fluxo de caixa e a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo e monitorar limites mínimos para absorver perdas em cenários de estresse para cada país onde o ITAÚ UNIBANCO HOLDING opera. Todas as atividades são sujeitas à verificação pelas áreas independentes de validação, controles internos e auditoria.

As políticas de gestão de liquidez e os limites associados são estabelecidos com base em cenários prospectivos e nas definições da alta administração. Estes cenários são revistos periodicamente, por meio da análise das necessidades de caixa, em virtude de situações atípicas de mercado ou decorrentes de decisões estratégicas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

O documento “Relatório de Acesso Público – Risco de Liquidez” que detalha as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de liquidez, que não faz parte das demonstrações contábeis, pode ser visualizado no site www.itaubr.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING efetua diariamente a gestão e o controle do risco de liquidez através de governança aprovada em comitês superiores, que prevê, entre outras atividades, a adoção de limites mínimos de liquidez, suficientes para absorver possíveis perdas de caixa em cenários de estresse, mensurados através de metodologias internas e também por metodologia regulatória.

Adicionalmente, são elaborados e submetidos à alta administração os seguintes itens para acompanhamento e suporte às decisões:

- Diferentes cenários projetados para a evolução da liquidez;
- Planos de contingência para situações de crise;
- Relatórios e gráficos que descrevem as posições de risco;
- Avaliação do custo de captação e fontes alternativas de captação;
- Acompanhamento da diversificação de captação por meio de um controle constante de fontes de captação, considerando tipo do investidor e prazo, entre outros fatores.

3.1 Fontes Primárias de Funding

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING dispõe de fontes diversificadas de recursos, com parcela significativa advinda do segmento de varejo. Do total dos recursos de clientes 39,2%, ou R\$ 253,0 bilhões - tem disponibilidade imediata para o cliente. No entanto, o comportamento histórico do saldo acumulado dos dois maiores itens - depósito à vista e poupança - é relativamente consistente: a soma dos seus saldos cresce ao longo do tempo e há excesso de entradas de caixa sobre as saídas na comparação das médias mensais dos fluxos.

Recursos de Clientes	31/12/2018			31/12/2017		
	0-30 dias	Total	%	0-30 dias	Total	%
Depósitos	248.913	463.424	-	216.842	402.938	
Recursos à Vista	72.581	72.581	11,2	68.973	68.973	11,1
Recursos de Poupança	136.865	136.865	21,2	119.980	119.980	19,3
Recursos a Prazo	37.784	251.300	38,9	27.798	211.800	34,1
Outros Recursos	1.683	2.678	0,4	91	2.185	0,4
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos ⁽¹⁾	2.285	111.566	17,3	6.820	107.581	17,3
Recursos de Emissão Própria ⁽²⁾	1.831	21.417	3,3	2.570	58.837	9,5
Dívida Subordinada	2	49.313	7,6	1.315	52.696	8,5
Total	253.031	645.720	100,0	227.547	622.052	100,0

(1) Inclui Letras de Crédito Imobiliário, Imobiliárias Garantidas, Agronegócios, Financeiras registradas em Recursos de Mercados Interbancários e Obrigações por Emissão de Debêntures, TVM no Exterior e Certificados de Operações Estruturadas registrados em Recursos de Mercados Institucionais.

(2) Referem-se a Captações no Mercado Aberto com títulos de emissão própria.

3.2 Controle de Liquidez

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING gerencia suas reservas de liquidez mediante estimativas dos recursos que estarão disponíveis para aplicação, considerando a continuidade dos negócios em condições de normalidade.

Durante o período de 2018, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING manteve níveis adequados de liquidez no Brasil e no exterior. Os ativos líquidos (Disponibilidades, Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada e Títulos Públicos – Livres, conforme quadro Fluxos Futuros - Ativos Financeiros) totalizavam R\$ 158,6 bilhões e representavam 62,7% dos recursos resgatáveis a curto prazo, 24,6% do total de recursos e 15,8% dos ativos totais.

A tabela abaixo apresenta os indicadores utilizados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING na gestão de riscos de liquidez:

Indicadores de Liquidez	31/12/2018	31/12/2017
	%	%
Ativos Líquidos ⁽¹⁾ / Recursos de Clientes em até 30 dias ⁽²⁾	62,7	72,2
Ativos Líquidos ⁽¹⁾ / Recursos de Clientes Totais ⁽³⁾	24,6	26,4
Ativos Líquidos ⁽¹⁾ / Ativos Financeiros Totais ⁽⁴⁾	15,8	17,6

(1) Ativos Líquidos são: Disponibilidades, Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada e Títulos Públicos - Livres. Estão detalhados no quadro de Fluxos Futuros não Descontados - Ativos Financeiros;

(2) Quadro Recursos de Clientes (Total Recursos de Clientes 0-30 dias);

(3) Quadro Recursos de Clientes (Total Recursos de Clientes);

(4) Detalhados no quadro de Fluxos Futuros não Descontados - Ativos Financeiros, totalizam a valor presente R\$ 1.001.240 (R\$ 933.686 em 31/12/2017).

Os ativos e os passivos de acordo com os vencimentos contratuais remanescentes, considerando seus fluxos não descontados, são apresentados abaixo:

Fluxos Futuros não Descontados, exceto para Derivativos que estão a Valor Justo						31/12/2018					31/12/2017				
						0 - 30 dias	31 - 365 dias	366-720 dias	Acima de 720 dias	Total	0 - 30 dias	31 - 365 dias	366-720 dias	Acima de 720 dias	Total
Ativos Financeiros ⁽¹⁾															
Disponibilidades						37.159	-	-	-	37.159	18.749	-	-	-	18.749
Aplicações em Instituições Financeiras						115.278	182.606	468	322	298.674	93.218	173.663	673	508	268.062
Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada ⁽²⁾						45.335	-	-	-	45.335	38.833	-	-	-	38.833
Aplicações no Mercado Aberto - Posição Financiada						50.741	175.857	-	10	226.608	31.238	167.061	-	-	198.299
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros ⁽⁴⁾						19.202	6.749	468	312	26.731	23.147	6.602	673	508	30.930
Títulos e Valores Mobiliários						82.144	17.255	17.853	98.531	215.783	110.667	24.960	16.717	76.923	229.267
Títulos Públicos - Livres						72.026	292	292	5.315	77.925	103.447	152	232	5.052	108.883
Títulos Públicos - Compromissadas de Recompra						52	6.321	12.671	32.811	51.855	203	15.677	9.107	19.270	44.257
Títulos Privados - Livres						10.066	9.406	4.185	49.003	72.660	7.007	8.577	5.541	45.885	67.010
Títulos Privados - Compromissadas de Recompra						-	1.236	705	11.402	13.343	10	554	1.837	6.716	9.117
Instrumentos Financeiros Derivativos						3.987	6.384	4.069	9.026	23.466	7.978	5.363	2.756	6.746	22.843
Posição Líquida						3.987	6.384	4.069	9.026	23.466	7.978	5.363	2.756	6.746	22.843
Swaps						705	1.132	2.881	8.331	13.049	189	1.258	1.661	6.082	9.190
Opções						1.167	1.890	975	183	4.215	430	1.748	865	294	3.337
Contratos a Termo						893	942	-	-	1.835	6.529	382	-	-	6.911
Demais Derivativos						1.222	2.420	213	512	4.367	830	1.975	230	370	3.405
Operações de Crédito e Arrendamento Financeiro ⁽³⁾						68.829	166.503	88.138	241.919	565.389	57.505	152.660	71.107	201.881	483.153
Total de Ativos Financeiros						307.397	372.748	110.528	349.798	1.140.471	288.117	356.646	91.253	286.058	1.022.074

(1) A carteira ativa não considera os saldos dos depósitos compulsórios no Banco Central que montam em R\$ 94.148 (R\$ 98.837 em 31/12/2017) cuja liberação desses recursos está atrelada ao vencimento das carteiras passivas. Os valores dos fundos PGBL e VGBL não são considerados na carteira ativa pois estão contemplados na Nota 26.

(2) Subtraído o valor de R\$ 5.120 (R\$ 3.664 em 31/12/2017), cujos títulos estão vinculados à garantia de operações na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e no BACEN.

(3) Subtraído o valor de pagamentos ao lojista R\$ 60.504 (R\$ 53.687 em 31/12/2017) e o valor das Obrigações Vinculadas a Cessão de Crédito R\$ 3.993 (R\$ 4.931 em 31/12/2017) .

(4) Inclui o valor de R\$ 15.886 (R\$ 6.689 em 31/12/2017) referente a Depósitos Compulsórios nos Bancos Centrais de outros países.

Fluxos Futuros não Descontados, exceto para Derivativos que estão a Valor Justo						31/12/2018					31/12/2017				
Passivos Financeiros						0 - 30 dias	31 - 365 dias	365 - 720 dias	Acima de 720 dias	Total	0 - 30 dias	31 - 365 dias	365 - 720 dias	Acima de 720 dias	Total
Depósitos						246.729	62.909	16.674	191.131	517.443	222.782	61.672	16.500	152.961	453.915
Depósito a Vista						72.581	-	-	-	72.581	68.973	-	-	-	68.973
Depósito Poupança						136.865	-	-	-	136.865	119.980	-	-	-	119.980
Depósito a Prazo						35.450	62.185	16.647	190.984	305.266	33.114	60.272	16.445	152.903	262.734
Depósito Interfinanceiros						1.830	724	27	147	2.728	712	1.400	55	58	2.225
Outros Depósitos						3	-	-	-	3	3	-	-	-	3
Depósitos Compulsórios						(39.116)	(15.228)	(3.831)	(35.973)	(94.148)	(40.538)	(18.197)	(4.644)	(35.458)	(98.837)
Depósito a Vista						(5.600)	-	-	-	(5.600)	(4.790)	-	-	-	(4.790)
Depósito Poupança						(24.695)	-	-	-	(24.695)	(26.008)	-	-	-	(26.008)
Depósito a Prazo						(8.821)	(15.228)	(3.831)	(35.973)	(63.853)	(9.740)	(18.197)	(4.644)	(35.458)	(68.039)
Captações no Mercado Aberto ⁽¹⁾						275.395	16.557	10.933	42.349	345.234	232.970	35.234	30.404	39.444	338.052
Títulos Públicos						232.776	2.856	7.353	38.752	281.737	202.545	3.197	8.260	27.680	241.682
Títulos Privados						10.910	13.701	3.580	3.597	31.788	8.020	31.348	22.144	11.764	73.276
Exterior						31.709	-	-	-	31.709	22.405	689	-	-	23.094
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos ⁽²⁾						2.189	32.950	39.077	53.626	127.842	7.093	43.463	21.325	52.837	124.718
Obrigações por Empréstimos e Repasses ⁽³⁾						6.304	45.668	11.541	11.840	75.353	3.975	37.132	9.839	19.807	70.753
Dívidas Subordinadas ⁽⁴⁾						154	2.658	6.264	52.453	61.529	1.061	13.402	2.054	49.454	65.971
Instrumentos Financeiros Derivativos						3.168	6.885	5.672	11.794	27.519	7.596	5.816	4.877	8.457	26.746
Posição Líquida						3.168	6.885	5.672	11.794	27.519	7.596	5.816	4.877	8.457	26.746
Swaps						923	3.002	4.687	10.742	19.354	65	2.364	3.747	7.516	13.692
Opções						883	1.935	823	288	3.929	332	1.299	889	273	2.793
Contratos a Termo						470	-	-	-	470	6.272	-	-	-	6.272
Demais Derivativos						892	1.948	162	764	3.766	927	2.153	241	668	3.989
Total Passivos Financeiros						494.823	152.399	86.330	327.220	1.060.772	434.939	178.522	80.355	287.502	981.318

(1) Inclui Carteira Própria e de Terceiros.

(2) Inclui Letras de Crédito Imobiliário, Imobiliárias Garantidas, Agronegócios, Financeiras registradas em Recursos de Mercados Interbancários e Obrigações por Emissão de Debêntures, TVM no Exterior e Certificados de Operações Estruturadas registrados em Recursos de Mercados Institucionais.

(3) Registradas em Recursos de Mercados Interbancários.

(4) Registradas em Recursos de Mercados Institucionais.

Compromissos <i>Off Balance</i>	31/12/2018					31/12/2017				
	0 - 30 dias	31 - 365 dias	366 - 720 dias	Acima de 720 dias	Total	0 - 30 dias	31 - 365 dias	366 - 720 dias	Acima de 720 dias	Total
Garantias Financeiras	1.305	17.314	5.509	41.977	66.105	1.749	17.563	5.451	45.726	70.489
Compromissos a Liberar	110.909	25.977	5.796	130.161	272.843	98.310	27.857	7.307	110.652	244.126
Cartas de Crédito a Liberar	10.747	-	-	-	10.747	9.214	-	-	-	9.214
Compromissos Contratuais - Imobilizado e Intangível (Notas 13 e 14)	-	405	273	-	678	-	432	460	273	1.165
Total	122.961	43.696	11.578	172.138	350.373	109.273	45.852	13.218	156.651	324.994

c) Gerenciamento de Capital

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING está sujeito à regulamentação do BACEN que determina requerimentos mínimos de capital, procedimentos de apuração das informações para avaliação da importância sistêmica global de instituições financeiras, limites para ativos fixos, limites de empréstimos, práticas contábeis e exige que os bancos cumpram a regulamentação baseada no Acordo de Basileia sobre adequação de capital. Além disso, o (CNSP) e a SUSEP emitem regulamentações sobre exigência de capital, que afetam as operações de seguros, planos de previdência privada e de capitalização.

As notas explicativas de capital foram preparadas de acordo com exigências regulatórias do BACEN, alinhado aos requerimentos mínimos internacionalmente vigentes nos termos do *Bank for International Settlements* (BIS).

I - Composição do Capital

O Patrimônio de Referência (PR) utilizado para verificar o cumprimento dos limites operacionais impostos pelo BACEN consiste no somatório de três itens, denominados:

- **Capital Principal:** soma de capital social, reservas e lucros acumulados, menos deduções e ajustes prudenciais.
- **Capital Complementar:** composto por instrumentos de caráter perpétuo que atendam a requisitos de elegibilidade. Somado ao Capital Principal, compõe o Nível I.
- **Nível II:** composto por instrumentos de dívida subordinada de vencimento definido que atendam a requisitos de elegibilidade.

Composição do Patrimônio de Referência

	31/12/2018	31/12/2017
Patrimônio Líquido Atribuível aos Acionistas controladores	131.757	126.924
Participações de Acionistas Não Controladores	12.276	11.942
Alteração de Participação em Controladas em Transação de Capital	98	1.482
Patrimônio Líquido Consolidado (BACEN)	144.131	140.348
Ajustes Prudenciais do Capital Principal	(20.773)	(17.952)
Capital Principal	123.358	122.396
Instrumentos Elegíveis para Compor o Capital Complementar	7.701	-
Ajustes Prudenciais do Capital Complementar	95	57
Capital Complementar	7.796	57
Nível I (Capital Principal + Capital Complementar)	131.154	122.453
Instrumentos Elegíveis para Compor o Nível II	15.778	19.723
Ajustes Prudenciais do Nível II	96	76
Nível II	15.874	19.799
Patrimônio de Referência (Nível I + Nível II)	147.028	142.252

Os fundos obtidos por meio de emissão de títulos de dívida subordinada são considerados capital de Nível II, para os propósitos do índice de capital em relação aos ativos ponderados de risco, e estão descritos abaixo. Conforme legislação vigente, para o cálculo do Patrimônio de Referência de Dezembro de 2018, foi considerado o saldo das dívidas subordinadas de dezembro de 2012, totalizando R\$ 35.206.

Nome do Papel / Moeda	Valor Principal (Moeda Original)	Emissão	Vencimento	Remuneração a.a.	Saldo Contábil 31/12/2018
Letra Financeira Subordinada - BRL					
	2	2011	2019	109% a 109,7% do CDI	4
	1	2012	2019	110% do CDI	2
	12			11,96%	26
	101			IPCA + 4,7% a 6,3%	187
	1	2012	2020	111% do CDI	2
	20			IPCA + 6% a 6,17%	44
	6	2011	2021	109,25% a 110,5% do CDI	13
	2.307	2012	2022	IPCA + 5,15% a 5,83%	4.595
	20			IGPM + 4,63%	29
	2.470			Total	4.902
Euronotes Subordinado - USD					
	990	2010	2020	6,20%	3.881
	1.000	2010	2021	5,75%	3.987
	730	2011	2021	5,75% a 6,20%	2.839
	550	2012	2021	6,20%	2.131
	2.600	2012	2022	5,50% a 5,65%	10.256
	1.851	2012	2023	5,13%	7.209
	7.721			Total	30.303
Total					35.205

As notas subordinadas perpétuas / Capital Complementar (AT1), emitidas em 12 de dezembro de 2017 e 19 de março de 2018, foram aprovadas pelo BACEN, incrementando em 0,97 p.p., o índice de Capital Nível I do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.



II - Requerimentos de Capital Vigentes e em Implantação

Os requerimentos mínimos de capital do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são expressos na forma de índices que relacionam o capital disponível e os ativos ponderados pelo risco (RWA).

Cronograma de Implantação de Basileia III

	A partir de 1º de janeiro		
	2017	2018	2019 ⁽¹⁾
Capital Principal	4,5%	4,5%	4,5%
Nível I	6,0%	6,0%	6,0%
Capital Total	9,25%	8,625%	8,0%
Adicional de Capital Principal (ACP)	1,50%	2,375%	3,5%
de Conservação	1,25%	1,875%	2,5%
Contracíclico ⁽²⁾	0%	0%	0%
de Importância Sistêmica ⁽³⁾	0,25%	0,5%	1,0%
Capital Principal + ACP	6,0%	6,875%	8,0%
Capital Total + ACP	10,75%	11,0%	11,5%
Deduções dos Ajustes Prudenciais	80%	100%	100%

(1) Requerimentos válidos de 1º de janeiro de 2019 em diante.
(2) ACP *Contracíclico* é acionado durante a fase de expansão do ciclo de crédito. Além disso, na hipótese de elevação do adicional contracíclico, o novo percentual vigorará apenas doze meses após seu anúncio.
(3) ACP *Sistêmico* associa a importância sistêmica, representada pela exposição total da instituição, ao Produto Interno Bruto (PIB).

III - Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)

Para cálculo dos requerimentos mínimos de capital, deve ser apurado o montante de RWA, que é obtido pela soma das seguintes parcelas:

RWA = RWA_{CPAD} + RWA_{MINT} + RWA_{OPAD}

	31/12/2018	31/12/2017
De Crédito (RWA _{CPAD}) ⁽¹⁾	714.969	660.516
De Mercado (RWA _{MINT}) ⁽²⁾	30.270	32.915
De Risco Operacional (RWA _{OPAD}) ⁽³⁾	72.833	63.277
Total de Ativos Ponderados de Risco	818.072	756.708

(1) Parcela relativa às exposições ao risco de crédito, calculada segundo abordagem padronizada;
(2) Parcela relativa ao capital requerido para risco de mercado, composta pelo máximo entre o modelo interno e 80% do modelo padronizado, regulamentada pelas Circulares BACEN 3.646 e 3.674;
(3) Parcela relativa ao capital requerido para o risco operacional, calculada segundo abordagem padronizada.

As tabelas a seguir apresentam a abertura dos ativos ponderados pelos riscos de crédito, de mercado e operacional, respectivamente.

a) Risco de Crédito

Abertura dos ativos ponderados de Risco de Crédito (RWA_{CPAD})

	31/12/2018	31/12/2017
Ativos Ponderados de Risco de Crédito (RWA_{CPAD})	714.969	660.516
Títulos e Valores Mobiliários	40.276	45.629
Operações de Crédito - Varejo	124.356	114.141
Operações de Crédito - Não Varejo	256.958	240.816
Cooperações - Varejo	140	172
Cooperações - Não Varejo	43.288	45.405
Compromissos de Crédito - Varejo	33.871	31.058
Compromissos de Crédito - Não Varejo	10.673	9.017
Derivativos - Ganho Potencial Futuro	4.193	5.457
Operações de Intermediação	3.330	-
Outras Exposições	197.884	168.821

b) Risco de Mercado

	31/12/2018 ⁽¹⁾	31/12/2017
Ativos Ponderados de Risco de Mercado Padronizado (RWA_{MPAD})	37.838	32.893
Operações sujeitas à variação de taxas de juros	30.286	31.076
Prefixadas denominadas em real	2.026	6.119
Cupons de moedas estrangeiras	19.633	17.153
Cupom de índices de preços	8.627	7.804
Operações sujeitas à variação do preço de commodities	389	361
Operações sujeitas à variação do preço de ações	362	239
Operações sujeitas ao risco das exposições em ouro, em moeda estrangeira e à variação cambial	6.801	1.217
Piso de Ativos Ponderados de Risco de Mercado com Base no Modelo Padronizado (RWA_{MPAD}) ⁽¹⁾ (a)	30.270	26.314
Ativos Ponderados de Risco de Mercado calculados através de modelos internos (b)	22.871	32.915
Redução de Ativos Ponderados de Risco de Mercado devido aos modelos internos	(7.568)	-
Ativos Ponderados de Risco de Mercado (RWA_{MINT}) - máximo entre (a) e (b)	30.270	32.915

(1) Calculados a partir de modelos internos, com possibilidade máxima de economia de 20% do modelo padrão.

Em 31 de dezembro de 2018, o RWAMINT totalizou R\$ 30.270, que corresponde ao capital apurado através de 80% do RWAMPAD, superior à necessidade de capital apurada por modelos internos, que totalizou R\$ 22.871.

c) Risco Operacional

	31/12/2018	31/12/2017
Ativos Ponderados de Risco Operacional (RWA_{OPAD})	72.833	63.277
Varejo	12.822	11.870
Comercial	26.214	24.857
Finanças Corporativas	2.697	2.663
Negociação e Vendas	11.736	7.434
Pagamentos e Liquidações	8.282	7.532
Serviços de Agente Financeiro	4.343	3.893
Administração de Ativos	6.715	5.010
Corretagem de Varejo	24	18

IV - Suficiência de Capital

O Conselho de Administração é o órgão responsável por aprovar a política institucional de gerenciamento de capital e as diretrizes acerca do nível de capitalização do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. O Conselho também é responsável pela aprovação integral do relatório do ICAAP (Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital), que visa a avaliar a adequação do capital do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

O resultado do último ICAAP – realizado para data-base dezembro de 2017 - apontou que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING dispõe, além de capital para fazer face a todos os riscos materiais, de significativa folga de capital, garantindo assim a solidez patrimonial da instituição.

Visando a garantir a solidez do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e a disponibilidade de capital para suportar o crescimento dos negócios, os níveis de PR foram mantidos acima do necessário para fazer frente aos riscos, conforme evidenciado pelos índices de Capital Principal, de Nível I e de Basileia.

O Índice de Basileia atingiu 18,0% em 31 de dezembro de 2018, com redução de 0,8 pontos percentuais em relação a 31 de dezembro de 2017, devido principalmente ao pagamento de dividendos adicionais referente ao resultado de 2017.

Além disso, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING possui folga em relação ao Patrimônio de Referência mínimo requerido no montante de R\$ 76.469 milhões, superior ao ACP de R\$ 19.429 milhões, amplamente coberto pelo capital disponível.

	31/12/2018				31/12/2017			
	Valor		Índice		Valor		Índice	
	Requerido	Atual	Requerido	Atual	Requerido	Atual	Requerido	Atual
Capital Principal	36.813	123.358	4,5%	15,1%	34.052	122.396	4,5%	16,2%
Capital Complementar	-	7.796	-	-	-	57	-	-
Nível I (Capital Principal + Capital Complementar)	49.084	131.154	6,0%	16,0%	45.402	122.453	6,0%	16,2%
Nível II	-	15.874	-	-	-	19.799	-	-
Patrimônio de Referência (Nível I + Nível II)	70.559	147.028	8,625%	18,0%	69.995	142.252	9,25%	18,8%
Valor Requerido de Adicional de Capital Principal (ACP)	19.429		2,375%		11.351		1,5%	

O índice de imobilização indica o percentual de comprometimento do PR ajustado com o ativo permanente ajustado. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING está enquadrado no limite máximo de 50% do PR ajustado, fixado pelo BACEN. Em 31/12/2018 o índice de imobilização atingiu 25,9% apresentando uma folga de R\$ 35.447 milhões.

Maiores detalhes sobre Gerenciamento de Riscos e de Capital do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e os indicadores do Índice de Importância Sistêmica Global, que não fazem parte das demonstrações contábeis, podem ser visualizados no site www.itaub.com.br/relacoes-com-investidores, seção “Relatórios” / Pilar 3 e Índice de Importância Sistêmica e Global.

V - Teste de Estresse

O teste de estresse é um processo de simulação de condições econômicas e de mercado extremas nos resultados e capital da instituição. A instituição realiza este teste desde 2010 com o objetivo de avaliar a sua solvência em cenários plausíveis de crise sistêmica, bem como de identificar áreas mais suscetíveis ao impacto do estresse que possam ser objeto de mitigação de risco.

Para a realização do teste, a estimação das variáveis macroeconômicas para cada cenário de estresse é realizada pela área de pesquisa econômica. Os cenários são definidos levando em conta sua relevância para o resultado do banco, e a probabilidade de ocorrência, e são submetidos anualmente à aprovação do Conselho de Administração.

As projeções das variáveis macroeconômicas (como por exemplo, PIB, taxa básica de juros e inflação) e do mercado de crédito (como captações, concessões, taxas de inadimplência, *spread* e tarifas) são geradas a partir de choques exógenos ou através de modelos validados por uma área independente.

Estas projeções então sensibilizam o resultado e o balanço orçados, que então alteram os ativos ponderados ao risco e os índices de capital e de liquidez.

O teste de estresse também é parte integrante do ICAAP, com o principal objetivo de avaliar se, mesmo em situações severamente adversas, a instituição teria níveis adequados de capital, não impactando o desenvolvimento de suas atividades.

Essas informações permitem a identificação de potenciais fatores de risco nos negócios, subsidiando decisões estratégicas do Conselho de Administração, o processo orçamentário e o processo de gerenciamento de riscos, além de servirem de insumo para métricas de apetite de risco.

Maiores detalhes sobre Gerenciamento de Riscos e de Capital do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e os indicadores do Índice de Importância Sistêmica Global, que não fazem parte das demonstrações contábeis, podem ser visualizados no site www.itaub.com.br/relacoes-com-investidores, seção “Relatórios” / Pilar 3 e Índice de Importância Sistêmica e Global.

VI – Índice de Alavancagem

O Índice de Alavancagem é definido como a razão entre Capital de Nível I e Exposição Total, calculada nos termos da Circular 3.748, de 27 de fevereiro de 2015, do BACEN. O objetivo do índice é ser uma medida simples de alavancagem não sensível a risco, logo não leva em consideração fatores de ponderação de risco ou mitigações. Conforme instruções dadas pela Carta-Circular 3.706, de 05 de maio de 2015, do BACEN, desde outubro de 2015, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING envia mensalmente ao BACEN o Índice de Alavancagem, de acordo com as recomendações de Basileia, sendo definido com base no período de observação do comportamento do Índice desde sua implementação em 2011 até 2017.

Maiores detalhes sobre a composição do Índice de Alavancagem, que não fazem parte das demonstrações contábeis, podem ser visualizados no site www.itaub.com.br/relacoes-com-investidores, seção “Governança Corporativa” / Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3.

d) Gerenciamento de Riscos de Seguros e Previdência Privada

I - Estrutura de Gerenciamento, papéis e responsabilidades

Em linha com as boas práticas nacionais e internacionais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING possui estrutura de gerenciamento de riscos que garante que os riscos oriundos dos produtos de seguro e previdência privada sejam adequadamente monitorados e reportados aos fóruns pertinentes. O processo de gerenciamento desses riscos é independente e foca nas especificidades de cada risco.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING dispõe de comitês específicos, cuja atribuição é definir a administração dos recursos provenientes das Provisões Técnicas de Seguros e Previdência Privada, estabelecer diretrizes para administração destes recursos com objetivo de rentabilidade a longo prazo e definir modelos de avaliações, limites de risco e estratégias de alocação de recursos em ativos financeiros definidos. Tais foros são integrados não apenas por executivos e pelos responsáveis diretos pelo processo de gestão do negócio, mas igualmente por profissionais com funções de direção ou coordenação das áreas financeiras.

II - Riscos das Operações de Seguros e Previdência Privada

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING oferta seus produtos aos clientes por meio de estrutura *bancassurance* ou distribuição direta. Os produtos de seguros de vida, acidentes pessoais, prestamistas e riscos diversos são majoritariamente distribuídos pela operação *bancassurance*.

Os seguros de vida e previdência são produtos, em geral, de média ou longa duração e os principais riscos envolvidos no negócio podem ser classificados como risco biométrico, financeiro e comportamental.

- **Risco biométrico refere-se a:** i) aumento acima do esperado nas expectativas de longevidade em produtos com cobertura por sobrevivência (previdência, em sua maioria); e ii) queda acima do esperado nas expectativas de mortalidade em produtos com cobertura por morte (seguros de vida, em sua maioria).
- **Risco financeiro:** está intrínseco ao risco de subscrição dos produtos que oferecem uma garantia financeira predefinida em contrato, sendo esse risco considerado como risco de seguro.
- **Risco comportamental** refere-se ao aumento acima do esperado nas taxas de conversão em renda, resultando em aumento nas despesas com pagamento de benefícios de aposentadoria.

As estimativas das premissas atuariais são baseadas na análise histórica do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, em *benchmarks* de mercado e na experiência do atuário.

a) Efeito das mudanças nas premissas atuariais

Para mensurar o efeito de mudanças nas principais premissas atuariais, foram realizados testes de sensibilidade nos valores das estimativas correntes dos fluxos de caixa das obrigações futuras. A análise de sensibilidade considera uma visão dos impactos de como a alteração de premissas poderia afetar o resultado e o patrimônio líquido na data do balanço. Este tipo de análise comumente se dá na condição *ceteris paribus*, onde se mede a sensibilidade de um sistema quando se altera uma variável de interesse mantidas inalteradas todas as outras. Os resultados encontrados estão evidenciados no quadro a seguir

Teste de Sensibilidade	Impacto no Resultado e Patrimônio Líquido ⁽¹⁾			
	31/12/2018 ⁽²⁾		31/12/2017	
	Previdência Privada	Seguros Líquidos de Resseguros	Previdência Privada	Seguros Líquidos de Resseguros
Taxa de Mortalidade				
Acréscimo de 5%	15	(1)	24	-
Decréscimo de 5%	(16)	(1)	(25)	(1)
Taxa de Juros Livre de Risco				
Acréscimo de 0,1%	30	8	26	5
Decréscimo de 0,1%	(44)	(8)	(27)	(5)
Taxas de Conversão em Renda				
Acréscimo de 5%	(14)	-	(13)	-
Decréscimo de 5%	14	-	13	-
Sinistros				
Acréscimo de 5%	-	(37)	-	(36)
Decréscimo de 5%	-	37	-	36

(1) Valores líquidos dos efeitos tributários.

(2) Os valores apresentados na tabela expressam a posição de 31/12/2018, uma vez que os cálculos são realizados semestralmente.

b) Concentração de Riscos

Para o ITAÚ UNIBANCO HOLDING não há concentração de produtos em relação aos prêmios de seguros, reduzindo o risco de concentração em produtos e canais de distribuição. Em 31/12/2017, a produção de DPVAT é oriunda da participação que as seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING têm na Seguradora Líder dos Consórcios de DPVAT.

	01/01 a 31/12/2018			01/01 a 31/12/2017			01/01 a 31/12/2016		
	Prêmios de Seguros	Prêmio Retido	Retenção (%)	Prêmios de Seguros	Prêmio Retido	Retenção (%)	Prêmios de Seguros	Prêmio Retido	Retenção (%)
Danos									
DPVAT	-	-	0,0	24	24	100,0	37	37	100,0
Extensão de Garantia	-	-	0,0	-	-	0,0	112	112	100,0
Pessoas									
Acidentes Pessoais Coletivo	690	689	99,9	667	666	99,8	780	776	99,5
Acidentes Pessoais Individual	275	280	101,8	290	289	99,8	224	212	94,8
Prestamista	881	879	99,8	623	621	99,7	570	570	100,0
Vida em Grupo	934	937	100,3	1.001	990	98,9	1.278	1.234	96,5

III) Risco de Mercado, Liquidez e Crédito

a) Risco de Mercado

As análises do risco de mercado, em relação às operações de seguros, são realizadas com base nas seguintes métricas e medidas de sensibilidade e de controle de perdas: Valor em Risco (*VaR* – Value at Risk), Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse), Sensibilidade (*DV01* – Delta Variation) e Concentração. Na tabela, apresenta-se a análise de sensibilidade (*DV01* – Delta Variation) em relação às operações de seguros, que demonstra o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base nas taxas de juros atuais ou taxa do indexador e 1 ponto percentual no preço de ações e moedas.

Classe	31/12/2018		31/12/2017	
	Saldo Contábil	DV01	Saldo Contábil	DV01
Título Público				
NTN-C	5.096	(2,70)	4.936	(2,87)
NTN-B	6.091	(7,17)	5.343	(6,78)
LTN	-	-	279	(0,09)
Título Privado				
Indexado a IPCA	259	(0,06)	336	(0,10)
Indexado a PRE	10	-	31	-
Ativos Pós-Fixados	4.085	-	5.132	
Compromissadas Over	5.575	-	6.856	

b) Risco de Liquidez

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING identifica o risco de liquidez como o risco de escassez de recursos líquidos, disponíveis para honrar suas obrigações correntes num determinado momento. O gerenciamento do risco de liquidez para as operações de seguros é feito de forma contínua, a partir do monitoramento do fluxo de pagamentos relativo aos seus passivos, vis a vis o fluxo de recebimentos gerado pelas suas operações e pela carteira de ativos financeiros.

Os ativos financeiros são gerenciados com o objetivo de otimizar a relação entre o risco e o retorno dos investimentos, levando em conta, de forma parcimoniosa, as características dos seus passivos. O controle integrado de risco, leva em conta os limites de concentração por emissor e risco de crédito, as sensibilidades e limites de risco de mercado e o controle de risco de liquidez dos ativos. Dessa forma, os investimentos são concentrados em títulos públicos e privados com boa qualidade de crédito em mercados ativos e líquidos, mantendo montante considerável investido em ativos de curto prazo, com liquidez imediata, para fazer frente às necessidades regulares e contingenciais de liquidez. Além disso, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING efetua um constante monitoramento das condições de solvência de suas operações de seguros.

Passivo	Ativo	31/12/2018			31/12/2017		
		Valor do Passivo ⁽¹⁾	DU do Passivo ⁽²⁾	DU do Ativo ⁽²⁾	Valor do Passivo ⁽¹⁾	DU do Passivo ⁽²⁾	DU do Ativo ⁽²⁾
Operações de Seguros	Ativo Garantidor						
Prêmios não Ganhos	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB, LF e Debêntures	2.111	56,7	12,6	1.882	24,7	12,0
IBNR, PDR e PSL	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB, LF e Debêntures	927	48,0	18,5	985	20,4	18,3
Outras Provisões	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB, LF e Debêntures	562	99,2	32,3	565	70,6	26,2
Subtotal	Subtotal	3.600			3.432		
Operações de Previdência, VGBL e Vida Individual							
Despesas Relacionadas	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB, LF e Debêntures	98	128,4	75,9	95	116,8	78,9
Prêmios não Ganhos	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB e Debêntures	13	-	11,0	16	-	9,7
Sinistros Liquidar	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB e Debêntures	43	-	11,0	37	-	9,8
IBNR	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB e Debêntures	25	15,4	11,0	28	17,0	9,7
Resgates e Outros Valores a Regularizar	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB e Debêntures	310	-	11,0	275	-	9,8
Matemática de Benefícios Concedidos	LFT, Compromissadas, LTN, NTN-B, NTN-C, NTN-F, CDB, LF e Debêntures	2.820	120,4	71,4	2.404	116,8	79,1
Matemática de Benefícios a Conceder-PGBL / VGBL	LFT, Compromissadas, LTN, NTN-B, NTN-C, NTN-F, CDB, LF e Debêntures ⁽³⁾	187.908	182,0	28,2	169.149	197,2	38,9
Matemática de Benefícios a Conceder-Tradicionais	LFT, Compromissadas, NTN-B, NTN-C, Debêntures	4.815	209,0	91,7	4.454	-	95,1
Outras Provisões	LFT, Compromissadas, NTN-B, NTN-C, CDB, LF e Debêntures	948	165,5	91,7	737	116,8	95,1
Excedente Financeiro	LFT, Compromissadas, NTN-B, NTN-C, CDB, LF e Debêntures	607	208,8	91,5	605	116,8	95,0
Subtotal	Subtotal	197.587			177.800		
Total Reservas Técnicas	Total Ativos Garantidores	201.187			181.232		

(1) Valores Brutos de Direitos Creditórios, Depósitos Judiciais e Resseguro.

(2) DU = Duration em meses.

(3) Desconsidera as reservas de PGBL / VGBL alocadas em renda variável.

c) Risco de Crédito

I - Resseguradores

As operações de resseguro, são controladas por meio de política interna, observando as determinações do regulador quanto aos resseguradores, com os quais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING opera.

Apresentamos a seguir a divisão dos riscos cedidos aos resseguradores pelas subsidiárias do ITAÚ UNIBANCO HOLDING:

- Operações de Seguros: Os prêmios emitidos de resseguros estão representados basicamente por IRB Brasil Resseguros com 78,13% (45,07% em 31/12/2017) e Munich Re do Brasil com 5,08% (53,80% em 31/12/2017).
- Operações de Previdência Privada: referentes aos prêmios emitidos de resseguros estão representadas em sua totalidade por Austral com 40%, General Reinsurance 30% e IRB Brasil Resseguros com 30% (Em 31/12/2017 os prêmios emitidos eram representados por Munich Re do Brasil com 70% e General Reinsurance com 30%).

II – Prêmios a Receber

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING considera o risco de crédito decorrente dos prêmios vencidos irrelevante, uma vez que os casos com pagamento de cobertura inadimplentes, segundo a regulamentação brasileira, podem ser cancelados.

III- Nível de risco dos ativos financeiros

O quadro abaixo apresenta a carteira dos ativos financeiros das operações de seguros, avaliados individualmente, classificados por nível de risco em:

Classificação Interna	31/12/2018			
	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado			
	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e no Mercado Aberto	Títulos e Valores Mobiliários	Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado (*)	Total
Baixo	8.247	28.969	179.771	216.987
Médio	-	-	2	2
Alto	-	-	-	-
Total	8.247	28.969	179.773	216.989
%	3,8	13,3	82,9	100,0

(*) Inclui derivativos no montante de R\$ 449 milhões.

Classificação Interna	31/12/2017			
	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado			
	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e no Mercado Aberto	Títulos e Valores Mobiliários	Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado (*)	Total
Baixo	7.558	27.719	168.006	203.283
Médio	-	-	4	4
Alto	-	-	25	25
Total	7.558	27.719	168.035	203.312
%	3,5	13,9	82,6	100,0

(*) Inclui derivativos no montante de R\$ 194 milhões.

Nota 33 – Informações Suplementares

a) Aquisição de participação minoritária na Edenred Participações S.A.

Em 4 de setembro de 2018, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua controlada ITAÚ UNIBANCO, celebrou com a Edenred Participações S.A. (EDENRED) parceria estratégica no mercado de benefícios aos trabalhadores regidos principalmente pelo PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador. A EDENRED é a controladora da Ticket Serviços S.A. (TICKET) no Brasil.

A parceria estratégica permitirá ao ITAÚ UNIBANCO adicionar os benefícios emitidos pela TICKET a sua atual oferta de produtos e serviços direcionados aos clientes dos segmentos de atacado, médias, micro e pequenas empresas.

Além disso, o ITAÚ UNIBANCO realizará um investimento minoritário de 11% na TICKET, por meio de aumento de capital com aporte de (i) caixa, equivalente à referida participação do valor patrimonial da companhia, e (ii) direito de exclusividade de distribuição dos produtos Ticket Restaurante, Ticket Alimentação, Ticket Cultura e Ticket Transporte à base de clientes pessoas jurídicas do banco durante o prazo da parceria. A TICKET continuará a distribuir seus produtos por meio de outros acordos comerciais e permanecerá sob controle e gestão da EDENRED.

As efetivas aquisições e liquidações financeiras ocorrerão após aprovações regulatórias necessárias.

Nota 34 - Evento Subsequente

Emissão de Letra Financeira Perpétua

Em janeiro de 2019, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING emitiu R\$ 3,05 bilhões em Letras Financeiras Subordinadas Perpétuas, em negociações privadas com investidores profissionais. As Letras Financeiras possuem opção de recompra a partir de 2024, além de serem elegíveis a compor o Capital Complementar do Patrimônio de Referência do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO, com impacto estimado de 0,4 p.p. no seu índice de capitalização Nível I. Tanto a recompra quanto a composição no capital são sujeitas a autorização do Banco Central do Brasil.



